

UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
FACULDADE DE ECONOMIA

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES  
DA RURALIDADE  
NA IMPRENSA PORTUGUESA

Vol. I

Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Faro, 2000



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

**FACULDADE DE ECONOMIA**

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA RURALIDADE NA  
IMPrensa PORTUGUESA**

**VOL. I**

**Dissertação para obtenção  
do grau de Doutor em Sociologia**

**Autora: Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira**

**Orientador: Professor Doutor José Manuel Paquete de Oliveira**

**Faro  
2000**

ALGARVE  
IDENT. NO  
\*24/05/02 40585/1  
316.3  
BAN\*Ima  
1. vol  
1

2797 T.

*À minha família, que suportou os frequentes acessos de mau humor.  
Ao Mário, pelas mesmas razões e por tantas outras....*

### *Agradecimentos*

*A realização deste trabalho foi possível graças a um conjunto de apoios decisivos. Em primeiro lugar, devo agradecer ao Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira que aceitou orientar o meu projecto e que, antes disso, já tinha contribuído para a afirmação do meu interesse pela problemática da comunicação. Agradeço-lhe a disponibilidade que sempre conseguiu encontrar para me guiar nos momentos mais críticos e ainda as palavras de encorajamento.*

*Ao Prof. Doutor Francisco Cordovil quero manifestar a minha gratidão pelo rigor com que apreciou a formulação do projecto, assim como pelas suas preciosas sugestões bibliográficas.*

*À Universidade do Algarve, na pessoa do Senhor Reitor, Prof. Doutor Adriano Pimpão, exprimo a minha gratidão pelos incentivos e compreensão que sempre me manifestou. À Faculdade de Economia e, em particular, ao Prof. Doutor Efigénio Rebelo e ao Prof. Doutor João Albino, os meus agradecimentos pelos apoios providenciados durante a realização deste trabalho. Aos meus colegas e funcionários da Faculdade de Economia, o meu sentido apreço pelas ajudas e solidariedade que sempre me dispensaram.*

*Finalmente, agradeço à minha amiga, Zé Maranhão, sempre disposta a responder aos meus pedidos de ajuda, com a dose equilibrada de sentido crítico e de incentivo. Uma palavra de amizade também para Aida Valadas de Lima, a quem sou devedora pelas ajudas e pelos conselhos.*

## Índice Geral

### Vol. I

Agradecimentos .....	ii
Índice geral .....	I
Índice de figuras e quadros .....	IV
Lista das abreviaturas .....	V
Introdução.....	1
Cap. I – Elementos para a (re)conceptualização do rural.....	6
1. O rural em questão- alguns testemunhos do novo interesse pela temática.....	6
1.1. Tendências dominantes na investigação do rural.....	9
1.2. Novas temáticas de pesquisa – (re)invenção do objecto rural?.....	11
2. Representações sociais e repertórios interpretativos.....	15
3. Discursos da ruralidade – aspectos teórico-metodológicos.....	25
CAP. II – Perspectiva adoptada e incidência geográfica da observação.....	31
1. Noções do rural na sociedade portuguesa.....	33
1.1. Oscilações na prioridade do debate rural.....	33
2. O Ambiente como nova noção do rural?.....	40
3. Justificação teórico metodológica dos níveis de incidência geográfica da observação.....	44
3.1. A opção pelo Alentejo.....	47
4. Caracterização do Alentejo.....	48
CAP. III – Os <i>media</i> e a construção da realidade social.....	55
1. Modelos de comunicação: breve alusão.....	55
2. Do acontecimento à “estória” jornalística.....	63
2.1. A objectividade e a neutralidade como norma jornalística.....	63
2.2. Construir notícias, construir visões do mundo.....	69
3. Organizar a irrupção de notícias.....	76
3.1. Estruturar o espaço.....	76
3.2. Estruturar o tempo.....	79
3.3. Relação com as fontes.....	80
4. Teoria do <i>Agenda Setting</i> : o ambiente como exemplo.....	86

Cap. IV – Análise da imprensa: método e aplicação .....	95
1. Justificação da observação da imprensa .....	95
2. Método de análise da imprensa .....	104
2.1. Síntese do método e constituição do <i>corpus</i> .....	104
2.2. Géneros e tipos discursivos .....	109
2.3. Permeabilidade entre os géneros .....	118
2.3.1. Aplicação da tipologia dos géneros mediáticos: dificuldades e limites .....	119
2.3.2. O género editorial: aproximação aos temas problematizados na imprensa .....	123
2.4. Rubricas e construção temática .....	132
2.5. Estratégias da enunciação no discurso jornalístico .....	142
2.5.1. Reportar o “dito”: citação e interdiscursividade .....	144
2.5.2. Reportar o “dito”: selecção da palavra .....	147
2.5.3. Identificação do locutor original e reprodução da palavra .....	148
2.6. Análise empírica das fontes .....	151
2.6.1. Protagonismo social nos textos da imprensa .....	157
3. Dinâmica da argumentação .....	162
3.1. Enquadramento do real .....	162
3.1.1. Argumentos de reenquadramento da realidade .....	164
3.2. A ligação pelos argumentos analógicos .....	167
3.3. Aplicação da grelha de análise argumentativa .....	168
3.3.1. Análise comparativa dos dois textos .....	179
3.3.2. Do “regime regulamentar” – sudoeste alentejano .....	183
3.3.3. À “gestão patrimonial” – o espaço rural .....	186
Cap. V – O rural e a agricultura na imprensa .....	189
1. Agricultura e sociedade .....	189
1.1. Cenários de uma crise recente .....	189
1.1.2. Dramas humanos: o rosto da “fome” .....	191
1.1.3. “Ditos” sobre a crise .....	192
1.1.4. Acontecimentos “disruptivos” .....	194
1.1.5. Desordens da natureza – a seca .....	195
1.2. Balanço da crise: visões de um território ameaçado e responsabilidades colectivas .....	196
2. Crises e mutações .....	199
2.1. Crises e mutação: perspectivas dos agricultores face à PAC .....	203
2.2. A reforma da PAC de 92 no discurso dos agricultores .....	208
2.3. A reforma da PAC vista pelo óculo da imprensa .....	215
3. Identidade dos agricultores – aspectos de mudança recente .....	223
3.1. Imagens dos agricultores na imprensa – – sentimentos de uma identidade ameaçada .....	227
4. Agricultura e sociedade: funções plurais .....	242
4.1. O novo enquadramento da relação agricultura/sociedade – – o exemplo das medidas Agro-ambientais .....	247

CAP. VI – Representações do Rural – os campos do sul por referência.....	252
1 O Alentejo rural no universo das representações: nota histórica.....	252
2 Património e simbólica da paisagem – – aspectos da construção social dos sítios de “interesse”.....	262
3 A noção patrimonial na (re)invenção do rural alentejano – – a sua inscrição numa vaga de fundo.....	271
4. Os campos do Sul- objecto de novas (e velhas) projecções simbólicas.....	277
4.1. O rural visto pela imprensa.....	281
4.2. Noções do rural, segundo os actores do discurso.....	285
5. A atractividade do Alentejo – os “montes” como exemplo.....	296
5. 1. A casa e a motivação dos novos residentes – breves “estórias”.....	300
6. Utilização dos recursos e do património : algumas conflitualidades.....	304
7. Problemas ambientais no Alentejo – notas de saliência.....	313
8. Perspectivas de desenvolvimento rural.....	318
8.1. Os sectores do desenvolvimento rural para o Alentejo.....	320
8.2.Os actores dos discursos do desenvolvimento rural.....	323
Conclusão.....	328
Bibliografia.....	340

## Vol. II

Anexo I – Textos da Imprensa – <i>Diário de Notícias</i> .....	1
Anexo II – Textos da Imprensa – <i>Público</i> .....	189
Anexo III – Textos da Imprensa – <i>Expresso</i> .....	441
Anexo II – Textos da Imprensa – <i>Diário do Alentejo</i> .....	528

## Índice de figuras e quadros

<b>Fig.1.</b>	Tipologia dos géneros mediáticos.....	116
<b>Fig. 2.</b>	Tipologia simplificada dos géneros mediáticos. Representatividade no “corpus” de análise.....	121
<b>Fig. 3.</b>	Tipologia da citação.....	149
<b>Gráfico 1.</b>	Fontes citadas nos jornais .....	154
<b>Quadro 1.</b>	Protagonismo social nas nos textos na imprensa, ano a ano e no total do período.....	158
<b>Quadro 2.</b>	Agricultura e Sociedade: funções da agricultura.....	242
<b>Quadro 3.</b>	Funções da agricultura, segundo os actores do discurso.....	243
<b>Quadro 4.</b>	Dimensões do rural na imprensa .....	282
<b>Quadro 5.</b>	Dimensões do rural na imprensa, segundo os actores do discurso .....	286
<b>Quadro 6.</b>	Problemas de uso dos recursos e do património.....	305
<b>Quadro 7.</b>	Problemas de uso dos recursos e do património segundo os actores do discurso.....	306
<b>Quadro. 8.</b>	Problemas ambientais.....	314
<b>Quadro 9.</b>	Problemas ambientais segundo os actores do discurso.....	315
<b>Quadro 10.</b>	Sectores prioritários do desenvolvimento rural do Alentejo.....	321
<b>Quadro 11.</b>	Sectores prioritários do desenvolvimento rural do Alentejo.....	324

## Lista das abreviaturas

<b>AACB</b>	– Associação dos Agricultores do Campo Branco
<b>ACOS</b>	– Associação de criadores de Ovinos do Sul.
<b>ADIM</b>	– Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz.
<b>ADPM</b>	– Associação de Defesa do Património de Mértola.
<b>AIDIA</b>	– Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo.
<b>AJAP</b>	– Associação dos Jovens Agricultores de Portugal.
<b>APPSACV</b>	– Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
<b>ATD</b>	– Associação Terras Dentro.
<b>CAMB</b>	– Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos.
<b>CAP</b>	– Confederação dos Agricultores de Portugal
<b>CCRA</b>	– Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
<b>CNA</b>	– Confederação Nacional da Agricultura
<b>COPA</b>	– Comité das Organizações Profissionais Agrícolas
<b>CVP</b>	– Cruz Vermelha Portuguesa.
<b>DGDR</b>	– Direcção Geral do Desenvolvimento Rural
<b>DGF</b>	– Direcção Geral das Florestas.
<b>DGQA</b>	– Direcção Geral da Qualidade Ambiental.
<b>DRARN</b>	– Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais.
<b>FENCA</b>	– Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas.
<b>ICN</b>	– Instituto de Conservação da Natureza.
<b>INAG</b>	– Instituto Nacional da Água
<b>INGA</b>	– Instituto Nacional de Garantia Agrária
<b>LPN</b>	– Liga de Conservação da Natureza.
<b>MAA</b>	– Medidas Agro-Ambientais.
<b>MARD</b>	– Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento.
<b>MPAT</b>	– Ministério do Planeamento e Administração do Território.
<b>NEABIDE</b>	– Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja.
<b>PAC</b>	– Política Agrícola Comunitária.
<b>PAMAF</b>	– Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal.
<b>PDM</b>	– Plano Director Municipal.
<b>PDR</b>	– Programa de Desenvolvimento Regional.
<b>PNSACV</b>	– Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
<b>POC</b>	– Planos Ocupacionais para emprego de Curta duração.
<b>PROTALI</b>	– Plano Regional de Ordenamento do Alentejo Litoral.
<b>QCA</b>	– Quadro Comunitário de Apoio.
<b>RAN</b>	– Reserva Agrícola Nacional.
<b>REN</b>	– Reserva Ecológica Nacional
<b>RTE</b>	– Região de Turismo de Évora.
<b>SNPRCN</b>	– Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

## INTRODUÇÃO

Apesar da sua reduzida dimensão, o território português possui geografias regionais diversificadas. Diferenças de relevo, fortes irregularidades climáticas, condições hidrográficas não uniformes, solos de diferentes tipos, combinados com modalidades de intervenção humana também diversas conjugaram-se na criação de espaços rurais bastante contrastados.

Tal diversidade manifesta-se sobretudo através das clivagens entre o Norte e o Sul do país. As estruturas agrárias, consolidadas ao longo de séculos constituem um dos elementos mais expressivos desse contraste.

O Sul caracteriza-se pela preponderância das grandes explorações agrícolas e pela correspondente instituição, sensivelmente até aos anos 60, de relações sociais típicas do sistema latifundiário, “povoado” sobretudo pelos assalariados agrícolas. Ao Norte e ao Centro predominam as pequenas explorações de tipo familiar, sociologicamente organizadas segundo os modelos sociais camponeses.

A estes contrastes tradicionais entre o Norte e o Sul juntaram-se, mais recentemente, as clivagens Litoral/Regiões do Interior. O Litoral foi palco de uma forte concentração demográfica, com notáveis consequências do ponto de vista do desordenamento urbanístico. Em contraste com as dinâmicas do litoral, as regiões do interior, confrontadas com as tendências de despovoamento e de envelhecimento demográfico, entraram numa espiral de depressão.

Em algumas zonas rurais tem sido possível criar novos dinamismos, noutras avançam as tendências regressivas. A proximidade aos centros urbanos e as tradições de maior ou menor industrialização das regiões em que se inserem constituem importantes factores na diversificação das realidades rurais.

Os espaços mais afastados da influência urbana são pois aqueles que melhor se caracterizam pelo despovoamento, envelhecimento, desarticulação do tecido social e produtivo, equipamentos colectivos e infra-estruturas extremamente precárias. Se estas imagens se aplicam a boa parte do *hinterland* português, é no entanto a propósito do Alentejo que mais se invoca a metáfora do “deserto” para descrever a mais vasta região do país.

Excepção feita para o discurso folclorista do Estado Novo, “o atraso”, o “subdesenvolvimento”, todo um conjunto de desvantagens, alimentaram duradouramente as imagens do mundo rural. A beleza dos campos e a sua qualidade ambiental não serviam para contrabalançar as imagens negativas, até porque o ambiente só recentemente se começou a averbar como preocupação social.

Para as populações que protagonizaram o êxodo rural, os campos e as aldeias eram sítios da memória, que se revisitavam ocasionalmente, mas cujo modo de vida não se valorizava, a não ser pelo sentimento nostálgico da ligação aos lugares e dos tempos da juventude. As férias na “terra”, que serviam à reactivação das memórias e da convivialidade, não seriam sequer uma verdadeira opção. Eram, plausivelmente, o recurso possível para as famílias cujos rendimentos não lhes permitiam partir para os destinos turísticos do litoral, esses sim socialmente valorizados.

O projecto que nos propomos desenvolver parte da hipótese de que a relação da sociedade portuguesa com os seus campos está a entrar numa nova fase, cujos contornos estão ainda pouco definidos, mas que, globalmente, parecem indiciar uma vontade colectiva de redescobrir e se apropriar do espaço rural.

A procura crescente de paisagens “naturais”, residências secundárias em meio rural, turismo rural, produtos e gastronomias regionais, a par de uma maior consciencialização face à preservação da qualidade ambiental e dos valores patrimoniais, ilustram tendências que parecem reveladoras da emergência de novos olhares sobre a realidade dos campos.

Para além de se inscreverem num certo desencantamento quanto às condições de vida urbana e na emergência das já referidas sensibilidades ambientais, estas mudanças encontram suporte num novo discurso político, fortemente induzido pela evolução recente da Política Agrícola Comum (PAC).

A par da redefinição do papel e das funções da agricultura, surge uma nova concepção do rural que enfatiza a preocupação com a qualidade ambiental e se transpõe, para o plano da acção, através de decisões políticas de que são exemplo as medidas agro-ambientais implementadas a partir da reforma da PAC de 1992.

Esta breve exposição pretende sugerir que o rural é alvo de novas significações, em larga medida relacionadas com transformações sociais globais, pelo que a sua compreensão não se esgota nas mudanças em curso no meio rural. Deste modo, entendemos que pensar o rural será também reflectir sobre a forma como ele é percebido e socialmente construído.

O Cap. I representa o esforço de enquadramento teórico propiciador dessa abordagem. Recorre-se aí à revisão bibliográfica dos estudos sobre o rural, na tentativa de sistematizar os principais ênfases na construção do rural como objecto de análise. Nesta sequência se apresentará o quadro problematizante em que nos baseamos.

O capítulo seguinte prossegue dois objectivos. Primeiro, passa em revista alguns aspectos da simbologia rural na sociedade portuguesa. Em segundo lugar justifica a opção de centrar a análise no Alentejo. Por hora, limitamo-nos a recordar que se trata de uma das regiões portuguesas mais marginalizadas. Actualmente, à luz das novas sensibilidades sociais, a região parece estar a suscitar um novo interesse, senão mesmo uma (re)valorização.

Como se expressa então essa revalorização do rural, e em que medida se articula com as novas sensibilidades face ao ambiente? Indiciará o interesse pelo Alentejo a existência de um debate sócio-político com capacidade de intervenção criativa nos destinos do seu espaço rural? Quem participa e quem activa esse debate?

Os *media*, para além da conversação quotidiana são muito provavelmente os meios de comunicação mais importantes das sociedades modernas. Enquanto

componente do processo social pelo qual se atribui sentido às coisas e como espaço aberto à participação pública, os *media* constituem, do nosso ponto de vista, um suporte analítico adequado aos objectivos desta pesquisa.

Como se procurará fundamentar detalhadamente no Cap. III, as mensagens que circulam nos *media* são discursos estruturados que exprimem visões do mundo. Este capítulo terá pois a preocupação de fundamentar teoricamente o papel dos *media* na construção da realidade social.

Justificar a opção metodológica pela observação da imprensa, entre outras escolhas possíveis (como a televisão), consta dos objectivos do Cap. IV. De certa forma, este prolonga o capítulo anterior, na medida em que apresenta um modelo de análise da imprensa baseado nas premissas teóricas previamente estabelecidas. O modelo de análise vai sendo ilustrado pela aplicação ao *corpus*, cujo processo de construção se explica também neste capítulo.

Com o Cap. V exploramos as modalidades de equacionar a relação entre agricultura e sociedade. Dar-se-á um ênfase especial ao debate acerca da reforma da PAC de 1992, procurando identificar os critérios de noticiabilidade utilizados na cobertura do assunto. Uma vez que aquela mudança de orientação política afecta directamente o estatuto social dos agricultores, procurar-se-á alguma tipificação das imagens que se constróem desse grupo profissional. Trabalho que será precedido por uma incursão pelas representações das organizações agrícolas face à integração europeia.

O Cap. VI busca, em textos de diversa origem, situar o rural alentejano no universo das representações da mundo rural português. Trata-se de uma abordagem essencialmente histórica, a que se seguem alguns elementos relativos à simbólica da paisagem e à construção social de sítios de interesse. A análise das representações do espaço rural alentejano na actualidade será precedida de uma breve síntese das noções de património, por forma a enquadrar a (re)invenção cultural do Alentejo nesta vaga de sensibilidade pelos valores patrimoniais.

Este capítulo procurará também colocar em evidência algumas conflitualidades em torno do uso e apropriação dos recursos da região. Bem

como procura perceber quais os factores a que se atribui maior importância, quando se trata do desenvolvimento rural da região.

A conclusão divide-se por seis partes, correspondentes aos capítulos aqui apresentados muito sumariamente.

## Cap. I – Elementos para a (re)conceptualização do rural

### 1. O rural em questão - alguns testemunhos do novo interesse pela temática

Numa espécie de balanço sobre vinte anos dedicados à investigação do rural, Cloke (1997) confessa que nunca o seu “fascínio” por essa área de estudos foi tão grande como agora. Considera não estar só nessa redescoberta e em abono da ideia menciona o acréscimo significativo de *papers* que vão chegando ao *Journal of rural studies*, revista em que o autor tem responsabilidades de coordenação científica.

Na sua apreciação, a popularidade do rural na área das ciências sociais resulta da emergência de outras problemáticas, à medida que se repensam os tradicionais dualismos como sociedade/natureza; estrutura/acção; global/local e cidade/campo<sup>1</sup>. Fruto dessa reflexão, a investigação do rural aventura-se por domínios que até há pouco tempo lhe eram relativamente estranhos e vence um certo isolamento teórico e territorial (Cloke, *idem*: 368).

Mesmo em países onde aparentemente seria pouco pertinente falar em sociedade rural, dado o carácter precoce e intenso do processo de urbanização e industrialização, como é o caso da Bélgica, verifica-se que a sociedade “tem

---

<sup>1</sup> Para Latour (1997: 166, 167) um dos “exotismos modernos” consiste precisamente em tomar os dois pares de oposições natureza/sociedade e global/local como quatro regiões que se definem mutuamente, sem se encontrarem, deixando entre elas um vazio, que empurra as recursos conceptuais para os pólos em oposição. “No meio, onde é suposto nada se passar, acontece quase tudo”, nas “extremidades” “não há senão as instâncias purificadas que servem de garantias constitucionais ao conjunto” (*idem*, 167-168).

reactivado continuamente a noção” do rural, “investindo-a de representações e valores”, numa só palavra, investindo-a de “sentido” (Mormont, 1997:19). Na actualidade, a renovação “ruralista” exprime-se pela valorização do património, da paisagem e do ambiente. O rural – de onde emergem reivindicações para defender a qualidade de vida – torna-se “fonte de inspiração para a argumentação crítica a respeito do crescimento económico” (Mormont, *idem*: 27).

Marsden *et al.* (1993), mencionam outros factores que em seu entender impulsionam as ciências sociais a dedicar maior atenção às áreas rurais, particularmente, para estudarem fenómenos de mudança.

As crises de acumulação das sociedades capitalistas necessitam periodicamente de reestruturar modos de produção, em ordem à criação de novas oportunidades de investimento rentável.

Uma das consequências desse processo consiste na reavaliação dos recursos e espaços antes considerados improdutivos ou marginais. Esta dinâmica faz-se da interacção entre os domínios do político, do social e do económico, sem que um deles prevaleça sobre o outro.

A malha espacial de onde emana a mudança abrange tanto os espaços locais, quanto os espaços nacionais e internacionais. Quanto aos actores, caracterizam-se também pela heterogeneidade assim como pelo facto de agirem a partir de diferentes escalas geográficas, que em certa medida são outros tantos lugares de poder (Marsden *et al.*, 1993).

Este tipo de abordagem sugere assim que o espaço rural, ou pelo menos algumas zonas do espaço rural, se tornam atractivas para o capital, por terem sido ultrapassados problemas de acessibilidades e, fundamentalmente, por conservarem quadros de vida mais atractivos do que aqueles a que se tem acesso nas cidades ou nos seus subúrbios (Marsden *et al.*, *idem*).

Tese próxima desta, no que concerne, a integração do rural no quadro de uma nova atractividade, exprime-se em torno de noções como a de “renascimento rural” que em França encontra expressão mais acentuada nos trabalhos de Kayser (1990) e Kayser *et al.* (1994).

Um dos indicadores desta mudança encontra-se na inversão dos padrões de crescimento populacional que passam a beneficiar os campos, enquanto as cidades mantêm os seus níveis de crescimento, ou nalguns casos perdem população.

Boa parte destes sinais de inversão de tendências começaram a ser sublinhados na literatura de origem anglo-americana, desenvolvendo-se em torno das noções de *turnaround* e de *conter-urbanization*, que exprimem os fluxos cidade-campo iniciados nos países mais desenvolvidos por volta dos anos 70.

Em França, a investigação do “renascimento rural” constitui um contraponto a uma longa série de trabalhos que, baseados fundamentalmente em categorias estatísticas, prolongam uma representação dual do espaço, associando à ruralidade um conjunto de propriedades geralmente negativas e regressivas. Os trabalhos de Béteille (1981) sobre *La France du vide* constituem um bom exemplo.

Como nota Mathieu (1996: 117), a literatura mais recente abandona a terminologia do “deserto” e da “desertificação”, para falar preferencialmente em “rural profundo”. A variação terminológica não altera o ênfase nos problemas, que continuam a ser os do declínio da agricultura, persistência do despovoamento e outros tantos sinais de crise.

Larrère (1978), como a já referida autora Nicole Mathieu figuram entre os críticos destas noções demasiado “normativas” (Larrère, *idem*), que levam a pensar que a “identidade rural se limita aos camponeses”, que o “rural não pode senão estar em crise” e que “fraca densidade rima sistematicamente com sub-desenvolvimento” (Mathieu, *idem*: 120).

Pela pequena amostra dos autores que citámos se vê que não é fácil condensar, com a necessária brevidade, os desenvolvimentos recentes da investigação do rural.

Quanto ao que podemos considerar o património teórico-metodológico acumulado, as dificuldades de intentar uma síntese não são menores. Não só pelas diferentes orientações segundo as sedes disciplinares e as escolas de pensamento. Também porque as definições do objecto, designadamente no

âmbito da sociologia rural, têm oscilado de acordo com as urgências sociais e preocupações políticas do momento (Grignon e Weber, 1993; Bodiguel, 1986)<sup>2</sup>.

### **1.1. Tendências dominantes na investigação do rural**

Apesar da diversidade acima aludida, parece-nos possível discernir nas tendências que dominaram a investigação rural, duas grandes orientações temáticas que se encontram intimamente ligadas. Uma focando os actores, outra incidente sobre o espaço.

A primeira temática levou a orientar as atenções para o campesinato. O paradigma dominante na Europa dos anos 70 elegeu, como preocupações centrais, o tipo de transformações induzidas na agricultura pela modernização tecnológica, e pela crescente integração no mercado (Reis e Lima, 1998).

O campesinato, que a teoria neo-clássica considerava estar condenado ao desaparecimento (Cordovil, 1993) mobilizou a atenção dos investigadores para as estratégias de reprodução daquele grupo social, num clima de mudanças económicas e de difusão de inovações tecnológicas na agricultura. Outras

---

<sup>2</sup> Grignon e Weber fazem uma leitura extremamente crítica da especialização disciplinar a que conduziu a sociologia rural. Embora reconheçam o esforço de sustentação teórica, consideram mais sobressaliente o facto da disciplina, tal como foi desenvolvida em França, se caracterizar mais por uma dupla importação: importação da sociologia americana e importação de “questões” formuladas por preocupações políticas e administrativas. Mencionam como exemplo mais recente dessa “valsa de temáticas”, a passagem das questões “rurais” às questões “ambientais” (Grignon e Weber, 1993:73).

Bodiguel, numa reflexão também sobre a experiência francesa, percorre a construção do rural como objecto científico desde os anos 50, relacionado a constituição da sociologia rural, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de relançar o crescimento económico e repensar as suas instituições. O “rural” torna-se problema para a investigação na sequência de uma série de questões institucionais e económicas, entre as quais “a regionalização e o ordenamento do território” (Bodiguel, 1986: 9,10).

categorias de actores (assalariados agrícolas, pluriactivos, etc.) mereceram, comparativamente, menor atenção (Prod’homme, 1997), visto que a adaptação do mundo camponês ao mundo moderno se tornou quase uma “obsessão” (Grignon e Weber, 1993: 70).

Quanto à temática incidente sobre o espaço, a dualidade rural/urbano prevaleceu longamente como grelha de análise para aferir a diferenciação espacial, que implicava, quase automaticamente, a diferenciação social, de acordo com o paradigma clássico de explicação das origens da sociedade capitalista industrial (Mingione e Pugliese, 1987; Reis, 1993; Bodiguel, 1986).

Ambas as orientações temáticas vieram a proporcionar o melhor conhecimento de algumas realidades, enquanto outras foram mais negligenciadas.

Por privilegiar o estudo das comunidades camponesas, a investigação concentrou as suas atenções nas zonas que melhor representavam o modelo da agricultura familiar. Na investigação sobre o espaço rural português, onde prevaleceu a aproximação aos paradigmas de análise acima referidos, a consequência foi a acumulação de um património de conhecimentos mais expressivo das realidades do Norte do país, enquanto os espaços de dominância latifundista, com preponderância das relações de trabalho assalariadas, foram, comparativamente menos atraentes para a investigação.

Uma segunda consequência da atenção dedicada aos agricultores, foi o negligenciar de outras categorias sociais e de outras formas de identidade não ancoradas na agricultura.

Por sua vez, as relações rural-urbano ao serem teorizadas numa lógica dicotómica em que o urbano-industrial exerce determinação sobre o rural, impulsionaram leituras exógenas das transformações no espaço social rural. Na literatura marxista dos anos 60/70, a população e o espaço rural foram tendencialmente colocados na posição de “receptores meramente passivos dos caprichos das forças nacionais e internacionais” (Marseden *et. al.* 1993: 3).

Os estudos e as monografias das comunidades rurais, em boa parte inspiradas no funcionalismo norte-americano, em particular no esquema de

análise da folk-society de Redfield, suportaram a construção de “arquétipos das sociedades camponesas tradicionais”, utilizados como “esquemas explicativos para perceber a lógica e o funcionamento das colectividades rurais” confrontadas a transformações profundas (Mendras, 1967; 1976).

Na interpretação de Bodiguel (1986: 72,73) esse arquétipo representou pelo menos duas funções: de certa forma, constituiu-se como testemunho, na medida em que se procuram traços da sua permanência nas colectividades rurais; associado a este princípio, o arquétipo permitia também revelar a mudança, posto que estabelecia o “afastamento entre um modelo teórico e a situação actual”. Um dos elementos centrais na construção do modelo de Mendras reside na “autonomia relativa” das sociedades camponesas e na focagem da interacção entre os membros de uma comunidade, em detrimento das relações com o exterior, papel que seria assegurado pela acção dos notáveis locais.

Parte das críticas dirigidas aos estudos monográficos consiste nessa tendência para o fechamento analítico, ou seja na não colocação das comunidades em horizontes de reflexão integradoras das interacções com espaços mais vastos (Almeida, 1977).

## **1.2. Novas temáticas de pesquisa – (re)invenção do objecto rural?**

A tentativa de definir o rural e a ruralidade constitui um esforço a que se dedicaram muitos investigadores. O propósito, resumido muito grosseiramente, consiste em definir os parâmetros na base dos quais um determinado espaço pode ser rural, urbano, ou situar-se em zonas de transição entre ambos. As variáveis retidas nesta vertente descritiva focam fundamentalmente a densidade populacional, o emprego (agrícola ou extra-agrícola), os usos do solo, o apetrechamento em equipamentos colectivos, a proximidade ou afastamento em

relação a zonas urbanizadas e as condições de habitação (individual ou colectiva). Usar a definição do rural neste sentido equivale a supor algo de absoluto e pré-definido, em relação ao qual se mede a proximidade ou afastamento.

A intensidade e o carácter multidimensional das mudanças em meio rural, comportando a redução generalizada da população agrícola, a par da emergência de novos grupos sociais, de novas actividades e da integração do espaço rural em redes espaciais (e sociais) mais vastos, dificultam sobremaneira a possibilidade de chegar a definições consensuais do que se entende por rural.

A perda de primazia da agricultura faz-se entretanto acompanhar pela expansão de outras actividades, com destaque para aquelas que extraem maior dividendos de ambientes comparativamente bem conservados, como sejam as actividades de lazer e de recreação. A crescente procura social de espaços e produtos rurais propicia estes desenvolvimentos. Mas o estímulo de origem institucional encontramos-lo no caminho percorrido pela Política Agrícola Comunitária (PAC) que se desloca dos objectivos produtivistas instaurados nos anos 60 para lógicas mais atentas à conservação e gestão ecológica do espaço rural.

Na justa medida em que as actuais modalidades de uso do espaço configuram “novas e localmente específicas oportunidades para a acumulação” (Marsden *et. al.*, 1993:9) as áreas rurais tornam-se palco de novos conflitos políticos e sociais, com destaque para os que são motivados pelo turismo, além de outros, como a poluição agrícola, susceptíveis de comprometer tipos de desenvolvimento que se querem mais respeitosos do ambiente e em cuja defesa se envolvem actores rurais e extra-rurais (Mormont, 1997).

Os fenómenos de mudança têm reforçado o carácter diverso dessas zonas, fazendo com que, na verdade, quando nos referimos ao espaço rural estamos afinal a falar de “uma multiplicidade de espaços” (Cloke e Milbourne, 1992: 360), onde podemos encontrar diferenças intra-rurais, bem como similaridades urbano-rurais.

Ao rever algumas das abordagens que visam definir o rural, Halfacree (1993: 34) conclui que “a procura de uma única e completa definição não é nem desejável nem concretizável”.

A polissemia da noção – pode referir-se a um espaço, população, modo de vida, maneira de ver as coisas, etc. - levou autores como Urry a considerarem que estamos sobretudo perante uma “concepção caótica” (1995: 79).

De facto, o rural remete-nos inequivocamente para vários níveis da realidade social. Jollivet (1996: 24) distingue três dimensões da noção: um espaço físico espacialmente identificável; uma realidade sociológica particular, que adquire forma e sentido relativamente às transformações sociológicas globais; pelo que o rural se torna também uma categoria do imaginário colectivo e do debate ideológico político.

Este terceiro nível remete, portanto, ao campo das representações sociais. Um ângulo de abordagem que, com algumas variantes, vem ganhando visibilidade na literatura sobre o rural.

Mormont (1989, 1990) foi um dos primeiros autores a incluir o estudo das representações na abordagem da mudança rural. Sublinha que as representações da natureza e da ruralidade são convocadas para a luta social e que as representações de grupos em competição surtem efeitos no entendimento do espaço. Referindo-se à ruralidade, defende a tese segundo a qual “deveríamos começar pela hipótese de que a oposição rural/urbano é socialmente construída e que o rural existe primeiramente como representação servindo para analisar [...] o social enquanto definidor do espaço” (Mormont, 1990:32).

No mesmo sentido, Dobson (1993: 19) entende a cidade e o campo como duas noções ou dois “modos de classificação que constróem e simultaneamente conferem sentido ao universo espacial (e não apenas espacial) no qual nos movemos”. A utilização dos termos campo ou rural pode então ser colocada no âmbito das categorias que nos permitem “recortar o mundo” (idem: 21).

Para o Mormont (1990), o facto da sociologia do rural lidar com uma representação construída em nada diminui o seu objecto, que bem se pode definir como a atenção ao conjunto de processos através dos quais os actores constróem

visões do rural adequadas às suas circunstâncias, definem-se a si próprios em relação às clivagens sociais e por essa via encontram a identidade, ao mesmo tempo que estabelecem o senso comum .

A teoria de Lefebvre sobre a produção do espaço confere relevo às noções representacionais do espaço. Na conceptualização proposta destacam-se três elementos da construção social do espaço: as ‘práticas espaciais’ que se concretizam através do tempo em criações edificadas e em paisagens; as ‘representações do espaço’, ou seja as formas de conhecimento e práticas que organizam e representam o espaço, especialmente através das técnicas de planeamento do Estado; e em terceiro lugar, os ‘espaços de representação’, ou as experiências colectivas do espaço, que incluem as “diferenciações simbólicas e as fantasias colectivas em torno do espaço, a resistência a práticas dominantes e formas resultantes de transgressão individual e colectiva” (citado por Urry, 1995: 25).

No actual contexto em que o rural constitui tanto um espaço de produção quanto um espaço de consumo (Ilbery, 1998), ganham importância os processos de “mercadorização” (*commoditization*) que Marsden *et al.* (1993); e Marsden, (1998) descrevem como a extensão dos mercados a novas esferas de actividade. As diferentes combinações de valor de uso e de valor de troca no que respeita a terra constituem, para os autores, um exemplo do processo de “mercadorização”.

A fruição dos prazeres do campo experimentados pelos proprietários das residências secundárias, inscreve-se nas novas modalidades de “consumir” o rural. Ao mesmo tempo que a terra muda de mãos – dos agricultores para os cidadãos – a terra coloca-se noutra escala de valor, construído social e politicamente, tanto ao nível macro quanto ao nível local.

As políticas estatais, seguindo de perto as orientações europeias para conter a produção (através da prática do set-aside) contribuíram para o desenvolvimento de novas formas de “mercadorização da terra” (Marsden *et al.* 1993: 28).

Em sentido análogo, as políticas de protecção ambiental (originando a classificação de áreas sensíveis do ponto de vista ambiental) fazem “incidir sobre certas zonas um valor de mercadoria construído politicamente para compensar os

agricultores das perdas ocasionadas no valor de troca das mercadorias, na sequência das negociações da PAC” (idem, 29).

A “mercadorização” representa enfim uma variedade de processos políticos e sociais pelos quais os valores de mercadoria são construídos e atribuídos, no caso em apreço, a objectos rurais e agrícolas, artefactos e até pessoas - os habitantes “genuínos” do rural (Marsden, 1998).

A análise das representações constitui, para os autores que temos estado a citar, um importante mecanismo na compreensão daqueles processos: “ a recriação da raridade e da autenticidade da vida rural depende da manutenção social da exclusividade, a qual por seu turno depende das representações sociais nas redes de poder locais e nacionais” (Marsden *et. al.*, idem: 30).

## **2. Representações sociais e repertórios interpretativos**

No seguimento de Moscovici, Jorge Vala define as representações sociais como “ um conjunto de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção e da elaboração das respostas, e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade” (Vala, 1986: 5).

Forjado no âmbito da psicologia social, este conceito de representação social não se inscreve no prolongamento teórico clássico daquela disciplina. Muito sumariamente, poder-se-á dizer que enquanto nesta os processos cognitivos são analisados com recurso a modelos explicativos de natureza intra-individual, na teoria das representações sociais são considerados “produtos da actividade concreta dos grupos sociais, da interacção e da comunicação social” (Vala, 1986: 8).

Embora sejam em parte uma descrição do mundo físico material, as representações sociais não são um simples reflexo do real<sup>3</sup>. Na medida em que constróem uma organização do real através de imagens mentais, que se inscrevem nos discursos ou noutras manifestações comportamentais, as representações sociais são “produtoras de sentido” (Mannoni, 1998:59), são constitutivas do próprio real (Bourdieu, 1982).

Isto é, as representações sociais não são apenas uma reacção ao mundo, elas são simultaneamente criadoras e transformadoras. Pela “eficácia da evocação”, as representações sociais podem trazer à realidade “aquilo que representam” (Bourdieu, 1982: 143).

Mas, reconhecer este papel transformador das representações sociais e a intervenção activa dos actores sociais, não dispensa que se tenham presentes as limitações de ordem estrutural<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Na terminologia de Duncan e Ley (1993: 3) a reflexão epistemológica conduziu à rejeição das teorias da representação que sub-entendem a possibilidade do “mimetismo entre realidade e representação”, mesmo quando se trata de trabalhos científicos. As práticas interpretativas baseadas na hermenêutica são, para os autores, as que mais se afastam do mimetismo, visto postularem que a interpretação constitui sempre um “diálogo entre os dados da realidade e o investigador, inserido em certos contextos intelectuais e institucionais específicos”. Assim, os textos académicos (ou outros) não podem ser consideradas “espelhos do extra-textual”, mas antes “*re-representação*, a produção de algo que não existia antes fora do texto”. Mais do que espelhar a realidade, o texto fragmenta, sublinha alguns elementos, oculta outros. O mundo que o texto expressa é assim “uma verdade parcial, uma transformação do mundo extra-textual, mais do que algo totalmente diferente deste” (idem: 9)

<sup>4</sup> Berger e Luckmann, em *The social construct of reality*, consideram que as principais limitações teóricas nos trabalhos de Mead e dos seus sucessores resultam de não desenvolverem “um conceito adequado de estrutura social”, o que limitou a possibilidade de “relacionar as suas perspectivas com a teoria macrosociológica”. Esta seria, a “principal fraqueza do interaccionismo simbólico”, enquanto “a total ignorância sobre Mead constitui um severo defeito teórico do pensamento social neomarxista na Europa de hoje” (Berger e Luckmann, 1991/1966: 218). Em consonância com esta observação, o programa sociológico que propõem compreende uma integração teórica alargada. Assume uma forte inspiração shulteziana, em especial no que se refere à “fundamentação do conhecimento na vida quotidiana”, mas as “pressuposições antropológicas são fortemente influenciadas por Marx”; a concepção da “natureza da realidade social é devedora a Durkheim e à escola francesa”, embora a teoria social durkheimiana seja retrabalhada à luz da dialéctica marxiana, conciliada com o enfatizar da “constituição da realidade social

Como diria Bourdieu, nada nos obriga a fazer opções drásticas entre “objectivismo” e “subjectivismo”<sup>5</sup>. A perspectiva pode ser outra: captar por um lado, “o que está instituído sem esquecer que se trata apenas do resultado, num dado momento do tempo, da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe, e por outro lado as *representações*, enunciados performativos que pretendem tornar real aquilo que enunciam” (Bourdieu, 1982: 142).

Nesta mesma linha, para Charaudeau (1997:47), as representações sociais apoiam-se na experiência prática das relações sociais e “fabricam um discurso de justificação [...] Que acciona um sistema de valores, tornado norma de referência”. Nesta medida, produz-se uma “categorização do real que testemunha simultaneamente da relação de ‘*désirabilité*’<sup>6</sup> que o grupo social mantém com a sua experiência da quotidianidade, e do tipo de inteligibilidade do real que ele produz, uma espécie de metadiscurso revelador do seu posicionamento”.

---

através do sentido subjectivo” derivado da sociologia weberiana. No que se refere aos processos de “internalização da realidade social”, a sua análise é inspirada nos trabalhos de G. H. Mead e nos desenvolvimentos deste autor retomados pelo interaccionismo simbólico (Berger e Luckmann, 1991/1966: 28 –29).

<sup>5</sup> Recorde-se que uma das características da sociologia de Bourdieu reside precisamente na tentativa de ultrapassar as oposições tradicionais no pensamento sociológico entre subjectivismo/objectivismo, simbólico/material, teoria/empíria, holismo/individualismo, pela adopção de uma perspectiva que designa por *estruturalismo genético* ou *estruturalismo construtivista*. Sobre o *estruturalismo genético* escreve: “a análise das estruturas objectivas (...) é inseparável da análise da génese (...) das estruturas mentais que são por um lado o produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da génese das estruturas sociais elas próprias”. Quanto ao *estruturalismo construtivista*, apresenta a seguinte definição: “por ‘estruturalismo’ quero dizer que existem no mundo social ele próprio, e não apenas nos sistemas simbólicos, linguagem, mitos, etc., estruturas objectivas, independentes da consciência e vontade dos agentes, que são capazes de orientar e constrangir as suas práticas ou representações. Por ‘construtivismo’, quero dizer que há uma génese social por um lado dos esquemas de percepção, de pensamento e de acção [...] e por outro lado das estruturas sociais”. (Bourdieu, 1987 : 24 e 147).

<sup>6</sup> Mantemos a expressão original da língua francesa pela dificuldade em encontrar terminologia equivalente para a língua portuguesa.

Se atendermos ao exposto, forçoso será questionarmo-nos quanto à diversidade das representações e à relação entre “representações rivais” (Mormont, 1989).

A teoria de Moscovici conceptualiza diferentes tipos de representação, que a seguir resumimos, com base na síntese elaborada por Jorge Vala (1997: 8,9). São três os tipos de representação a que o autor faz referência: a *hegemónica* ou *colectiva*, a *emancipada* e a *polémica*.

No primeiro caso, trata-se de representações largamente partilhadas por um colectivo, não dependentes de um grupo, e que tiram o seu carácter hegemónico do facto de se apresentarem como coercivas, estando implicitamente presentes nas práticas afectivas ou simbólicas.

Por sua vez, as representações *emancipadas* decorrem das ideias e conhecimentos postos a circular pela acção e comunicação que se estabelece entre sub-grupos<sup>7</sup>. Ao contrário das representações *hegemónicas*, as representações *emancipadas* não assumem carácter coercivo.

Por fim, as representações *polémicas* são constituídas em torno de tensões ou conflitos sociais e, como tal, não reúnem consensos colectivos

Ao considerarem a relação entre grupos sociais e representações, Potter e Wetherel (citados por Halfacree, 1993:30) salientam a dificuldade de relacionar representações sociais específicas com grupos específicos, e de definir um grau de consenso satisfatório no interior desses grupos<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Berger e Luckman consideram igualmente a existência de “sub-universos de sentido” mantidos por “colectividades particulares” no interior das quais podem ocorrer conflitos e concorrência. Embora relacionem as perspectivas emergentes nesses grupos com os “interesses” que lhes são próprios, não as consideram um “reflexo mecânico do interesse social”. Sustentam então que, sobretudo no que se refere ao “conhecimento” é possível equacionar um afastamento relativamente à biografia e interesse social dos sujeitos. Isto é, consideram a relação entre conhecimento e base social no plano “dialéctico”, em que “o conhecimento é um produto social” sendo também “um factor da mudança social” (Berger e Luckmann, 1991/1966: 102 - 104).

<sup>8</sup> Mesmo no âmbito dos estudos sobre representações sociais, alguns autores questionam as visões consensuais da realidade. Doise *et al.* (1992) tomam o partido das “representações sociais sem consensos”, propondo, designadamente, o recurso a métodos de análise automática para extrair “os

Ao mesmo tempo, entendem que o papel da linguagem não é suficientemente valorizado no conceito de representação social. Para ultrapassar essa limitação, propõem, como “conceito rival” (Halfacree, *idem*) das representações sociais, a noção de *repertórios interpretativos*.

Os repertórios interpretativos constituem “o léxico ou registo de termos e metáforas accionados para caracterizar e avaliar acções e acontecimentos”. (Potter e Wetherell, citados por Halfacree, *idem*).

Próxima da noção shultziana de *stock de conhecimentos disponíveis*, a noção de *repertórios* ( ou noções vizinhas<sup>9</sup>) implica um ponto de vista menos homegeneizante e mais compósito dos indivíduos e grupos (Corcuff, 1995: 105-106).

Isto é, a noção de *repertórios* sugere que indivíduos e grupos dispõem de recursos variados, até contraditórios, que mobilizam e compõem de forma a justificar e a dar conta das acções em que estão envolvidos. Pretende-se pois questionar o carácter estável e unitário dos discursos, enfatizando antes as contradições e a variabilidade das práticas discursivas.

Assim, ao contrário das representações sociais, os repertórios interpretativos “não estão intrinsecamente ligados a grupos sociais”, nem supõem princípios organizadores das *diferenças* entre respostas individuais” e “ilustrar empiricamente as diferentes dinâmicas das representações sociais” (Doise *et al.*, 1992: 11).

<sup>9</sup> Corcuff dá alguns exemplos das concepções que recorrem à noção de repertórios, ou a noções próximas. Menciona a proposta de Ann Swidler para considerar a noção de cultura como “*tool kit*”, que designa um conjunto cultural podendo conter “símbolos antagónicos”, no interior do qual os actores poderão “seleccionar diferentes elementos para elaborar linhas de acção”. Conjunto cultural que fornece igualmente um “repertório de competências”, que ao mesmo tempo “limita o espaço das estratégias disponíveis”. Na mesma linha, refere a noção de “reservatório de práticas”, introduzida por Jean-Loup Amselle, para frisar que, em função de tal ou tal conjuntura política, os actores mobilizam certas “componentes desse reservatório” para renegociar a sua identidade. Um terceiro exemplo, diz respeito ao trabalho do historiador Geoffrey Lloyd, que se opõe à noção tradicional de “mentalidade”, dado pressupor uma certa estabilidade e coerência das “ideias, crenças e comportamentos”. Contra essa coerência, alega que a investigação histórica mostra antes uma grande diversidade de crenças e de actividades, o que não permite atribuir aos indivíduos ou grupos uma “mentalidade única e determinada”, pelo que chama a atenção para a “pluralidade dos contextos de comunicação” (Corcuff, 1995: 106-107).

a existência de consensos, antes enfatizam a mobilidade entre repertórios variados e o “uso de diferentes aspectos de um repertório de acordo com as circunstâncias” (Halfacree, 1993: 30).

Nos estudos da comunicação, a noção tem angariado algum apoio, na medida em que “implica considerar as audiências não como grupos formais, mas como agentes contextualmente definidos que empregam esses repertórios para estabelecerem o sentido” (Jensen, 1991:42).

A ideia implícita é a de que os grupos que constituem a audiência dos *media* não são apenas definidos pelos seus papéis sociais e características demográficas, mas também pelos enquadramentos (*frames*) interpretativos, ou repertórios através dos quais apreciam o conteúdo dos *media* e outras manifestações culturais (Jensen, *idem*).

Analogamente, os actores que se exprimem através dos *media* mobilizam diferentes aspectos dos seus repertórios interpretativos de acordo com as circunstâncias e os contextos específicos da situação comunicacional.

A relevância da noção de *repertório interpretativo* parece-nos porém depender da articulação que se possa operar entre os planos discursivos e os extra-discursivos.

Se, fazendo fé na análise de Halfacree (1993:30), a noção postula “o poder da linguagem como força criadora, negligenciando o seu papel como comunicador de informação *acerca* do mundo”, o seu alcance pode considerar-se limitado.

Criticando as visões unitárias do sujeito, Potter e Wetherel sustentam que a “identidade é uma intersecção de uma variedade de discursos” (citado por Pratt, 1996: 75). Ora, dificilmente poderemos imaginar que as identidades criadas pela linguagem não tenham algum “referente material, seja de pessoas ou coisas” (Halfacree, 1993:30).

Da análise de Halfacree, se pode então concluir que o conceito de *repertório interpretativo* não rivaliza com o de *representações sociais*, posto que “existe uma diferença ontológica entre ambos”. As representações sociais são “construções mentais – estruturas desincorporadas - que informam o discurso e a

acção”. Os *repertórios interpretativos* são “as modalidades das representações sociais em instâncias discursivas específicas” (Halfacree, 1993: 30-31).

Do ponto de vista do nosso objecto de estudo, a noção de repertório, tal como foi apresentada, poderá constituir um apoio interessante para questionar as definições unitárias e consensuais do rural.

Não se trata apenas de salientar que podem existir mais do que uma versão do rural, mas também de procurar a variabilidade dessas versões, quer no discurso dos actores, quer entre os discursos de actores. Ou seja, a tentativa de captar a variabilidade das versões do rural deverá ser ensaiada nos planos inter-discursivos e intra-discursivos: no primeiro caso, tratar-se-á de focar as versões do rural que emergem na discursividade de diferentes actores ( decisores políticos, especialistas, representantes associativos, profissionais dos media); no segundo caso, procurar-se-á analisar em que medida os mesmos actores tendem a mobilizar diferentes aspectos do rural, em circunstâncias específicas.

Mas, como se referiu, o propósito de levar em conta as construções discursivas dos actores deverá ser articulado com o plano extra-discursivo.

Não o fazer seria esquecer que as classificações – de pessoas, coisas, etc. – objectivadas nos discursos estão enraizadas na vida social. Como tal, relevam também do terreno das “lutas simbólicas” (Bourdieu, 1987: 159) pelas quais os diversos agentes sociais procuram impor visões do mundo conformes aos seus interesses.

Essas lutas podem assumir formas objectivas, designadamente quando se trata de firmar certas posições no “espaço social<sup>10</sup>”, ou formas subjectivas, quando o objectivo é agir sobre as representações do mundo social: “as palavras,

<sup>10</sup> Recorde-se que a noção de “espaço social” é utilizada por Bourdieu para acentuar o carácter relacional das posições sociais (Bourdieu, 1997). Os agentes ou grupos distribuem-se ao longo do espaço social segundo “dois princípios de diferenciação”, o “capital económico” e o “capital cultural”, sendo que “os agentes têm mais em comum quanto mais próximos estão nestas duas dimensões, e tanto menos quanto mais afastados”. Mais especificamente, considera que, quanto à primeira dimensão, os agentes se distribuem segundo o “volume global do capital que possuem”, enquanto na segunda dimensão se distinguem pela “estrutura do seu capital”, isto é, pelo “o peso relativo das diferentes espécies de capital, económico e cultural, no volume total do seu capital” (idem, 7).

os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, são “enjeu” por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio legítimo de visão e de divisão legítima” (Bourdieu, *ibidem*).

Em diversas ocasiões, e a diferentes propósitos, Bourdieu tem sublinhado a ligação entre a realidade e as palavras que a nomeiam: “em qualquer uso de conceitos classificatórios como o de família implicamos ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição que não se revela como tal porque é (em termos aproximativos) universalmente aceite, e admitida como óbvia” (Bourdieu, 1997:95).

Noutro contexto, e a outro propósito, designa por “acto de magia social” a tentativa de “trazer para a existência a coisa nomeada”. Feito que pode ser alcançado se aquele que o pratica for capaz de “fazer reconhecer à sua palavra o poder de que ela se arroja”. A eficácia do “discurso performativo” – que no acto de enunciar procura fazer existir aquilo que enuncia – “é proporcional à autoridade de quem o enuncia”. Isto é, só alcança a sua eficácia se ao enunciador for reconhecida a “autoridade para autorizar” (Bourdieu, 1982: 140, 141).

Mas, não se trata apenas do reconhecimento da autoridade do enunciador. Bourdieu faz ainda depender a eficácia do facto de “o discurso que anuncia ao grupo a sua identidade” estar “fundado na objectividade do grupo a que se dirige, isto é no reconhecimento [...] que lhe acordam os membros desse grupo, tanto quanto nas propriedades económicas e culturais que têm em comum” (Bourdieu, 1982:141).

Mannoni<sup>11</sup> (1988: 73-75) refere-se, mais globalmente, à “congruência externa” das representações, ou seja a “ressonância” entre as representações

---

<sup>11</sup> Mannoni considera a existência de dois processos envolvidos na regulação do conteúdo das representações sociais: a *coerência interna* e a *congruência externa*. A primeira diz respeito à articulação das diferentes partes constitutivas da representação, confere-lhe portanto uma unidade formal, semântica ou simbólica, a partir da qual se torna possível construir enunciados susceptíveis de serem operatórios num dado campo sociocultural. A segunda, refere-se à articulação entre a representação e o meio social. A relação entre os dois processos é equacionada em termos de complementaridade dialéctica. A avaliação desses processos incidiria sobre os seguintes aspectos: quanto à *coerência interna*, tratar-se-ia de elaborar um *índice de centralidade*, ou seja de avaliar o grau de convergência dos vários elementos da

circulantes e o meio social em que elas circulam. Em seu entender, o que explica que algumas representações sejam datadas e ligadas a uma época, é justamente o facto de elas serem “congruentes” com o saber do momento, de elas manterem relações estreitas com os universos ideológicos e os imaginários de uma sociedade, com o seu nível de conhecimentos, medos, angústias, esperanças e desejos. Com o princípio da “congruência externa”, Mannoni pretende frisar que “uma época [tem] os objectos representacionais que pode ter, e apenas esses” (idem: 74).

Em suma, a teorização de Bourdieu integra uma dimensão simbólica da ordem social, considerando que as representações sociais e a linguagem participam na construção da realidade social. Porém, faz depender a possibilidade de os discursos e as representações adquirirem eficácia sobre a realidade da existência de condições sociais externas propícias, quer no que respeita os agentes visados, quer no que respeita as instituições.

Aquela concepção surge explicitamente quando disserta sobre aquilo a que chama o “efeito de teoria” (Bourdieu, 1982: 156-161), que exemplifica com a teoria marxista da luta de classes. Por um lado, a eficácia da teoria revela-se na medida em que foi objecto de apropriação por parte dos agentes; mas, o efeito de teoria “deve parte da sua eficácia simbólica ao facto de a teoria da luta de classes ter sido fundada objectivamente, em propriedades objectivas e incorporadas, encontrando por isso a cumplicidade do sentido político” (Bourdieu, 1982:158).

Naturalmente, o “efeito de teoria” não se manifesta apenas na apropriação positiva, pode, pelo contrário, incentivar a mobilização contra aquilo que a teoria pretende fazer existir (Bourdieu, idem: 160).

A nosso ver, o actual discurso ambientalista, a forma como ele passou a ser inclusivo na consideração das questões rurais – e noutras, mas são estas que nos ocupam – parece gerar este “efeito de teoria”.

---

representação; a *congruência externa* seria avaliada pelo *índice de adequação* entre a representação emergente e os sistemas ideológicos prevaletentes num dado momento histórica e culturalmente determinado. (Mannoni: 71-75).

Note-se que, embora a demonstração do “efeito de teoria” seja baseado na produção científica, o autor não exclui que ele possa ser exercido por agentes e organizações capazes de “produzir ou de reforçar simbolicamente a propensão sistemática para privilegiar certos aspectos do real e a ignorar outros” (idem: 160).

Determinados actores estão particularmente bem posicionados para difundir o seu sistema de representação, não só em virtude dos recursos que acumularam para si próprios, mas também pelo facto de a sua acção se processar no interior de instituições, elas próprias dotadas de recursos de poder capazes de impor visões da realidade. As instituições políticas, as instituições religiosas, o sistema de ensino, e cada vez mais o sistema dos *media* constituem poderosos exemplos.

Sendo os *media* o campo de observação privilegiado nesta pesquisa, justifica-se que o trabalho de representação por eles exercido seja objecto de maiores considerações teórico-metodológicas, a que se procederá no capítulo III.

Quer nos refiramos aos *repertórios interpretativos*, quer às *representações sociais*, parece-nos indispensável levar em conta os processos socio-políticos envolvidos na sua configuração, reprodução e a mediação. A análise dos textos dos *media*, como se procurará fundamentar mais adiante, parecem-nos um recurso metodológico adequado a esse propósito.

Do mesmo modo, atender às representações que competem entre si (Mormont, 1989) e considerar o uso de repertórios interpretativos em circunstâncias específicas (Halfacree, 1993), constituem orientações teórico-metodológicas para o estudo das visões da ruralidade, tal como se nos apresentam nos textos da imprensa.

### 3. Discursos da ruralidade – aspectos teórico - metodológicos

*“Falar é sempre situar-se”* (Dobson, 1993: 13).

*“As palavras constroem, mais do que reflectem o mundo”* (Cosgrove e Domosh, 1993: 28).

*“As representações operam sempre num campo discursivo”* (Duncan, 1993: 233)

As três citações foram seleccionadas entre a multiplicidade do *corpus* teórico que informa esta pesquisa para ilustrar dimensões do discurso: pela palavra ou através de outros signos e símbolos, comunicamos com o outro, fornecendo informações acerca de nós próprios e acerca do mundo; construímos estruturas semânticas que atribuem sentido ao mundo; finalmente, as visões do mundo que operam em determinados campos discursivos (ciência, política, jornalismo, etc.) partilham algumas propriedades do campo em que se inscrevem. Nesta medida poder-se-á falar, como Duncan (1993: 233) de discursos que competem entre si, veiculando narrativas, conceitos e ideologias relevantes para a prática social.

A noção de discurso remete pois a qualquer uso da linguagem, ou outros sistemas semióticos, que mantêm e promovem a própria interacção quotidiana no contexto social.

Na acepção de Berger e Luckmann (1991/1966: 55)<sup>12</sup> a linguagem é um constituinte da realidade quotidiana e da construção da realidade social”

---

<sup>12</sup> Para melhor enquadramento sócio - histórico das obras referenciadas neste trabalho, quando recorremos a reedições indicamos em primeiro lugar a data de publicação da obra consultada seguida da data relativa à primeira edição.

O discurso pode então ser entendido como um meio de acção significativa, sendo também mediador de vários tipos de interacção, desde a conversação diária até à actividade política e cultural (Jensen, 1991: 15).

Para Jones (1991) é justamente o reconhecimento deste poder constitutivo dos discursos que os tornou uma preocupação central nos desenvolvimentos recentes da teoria social.

A abordagem da ruralidade do ponto de vista dos discursos que sobre ela se produzem não constitui um campo de investigação totalmente inexplorado, embora ilustre, de facto, uma tendência muito recente.

Mormont (1989;1990), como antes já se sublinhou, figura entre os precursores deste tipo de abordagem, ao sugerir que os sociólogos devem conferir maior centralidade às construções sociais dos actores. Ao exprimir formas de pensar a relação com o espaço e com o tempo, o “ruralismo como representação e como prática é, de facto, uma maneira de pensar a mudança social no conjunto da sociedade e não apenas as mudanças que se operam nos campos” (Mormont, 1996: 168). Extrapolando, quase poderia dizer-se que, pensando o rural, a sociedade se pensa a ela própria.

Reagindo a interpretações que questionam a pertinência do objecto rural, baseando-se na crescente indiferenciação entre o rural e o urbano, Halfacree (1993: 29) entende que em vez de remetermos o “rural para a prateleira da investigação histórica”, mais útil seria questionarmo-nos sobre a longa permanência (sempre reactualizada) do rural na agenda das preocupações sociais, políticas e científicas, o que leva a deslocar a atenção para o domínio do discurso e da teoria das representações.

A proposta de Halfacree (1993) consiste assim em atender às definições alternativas do rural, que, no plano metodológico, consistem na investigação do estatuto do rural nos discursos e, no plano teórico se fundamenta na teoria das representações sociais.

Também Jones (1995) se interessa pela análise discursiva, mais especificamente pela interacção e concorrência entre os diferentes discursos

sobre o rural (discursos práticos, discursos profissionais e discursos académicos)<sup>13</sup>.

Os processos de interacção entre esses discursos constituem, nesta proposta metodológica, um elemento indispensável para compreender os “fluxos de sentido e de poder que se combinam para criar construções sociais de coisas como o rural” (1995: 39). Na aldeia que estudou (Pristol), Jones observa que as leituras dos habitantes face ao local onde vivem se relacionam com o conhecimento que têm de outros lugares, quer os que conhecem pela experiência directa quer pela comparação com os “lugares de que tomam conhecimento através dos *media*”. A leitura do lugar, em termos das características rurais ou urbanas, faz-se pois no contexto de discursos mais gerais sobre o urbano e o rural (Jones, *idem*: 43).

O objectivo de investigar a variabilidade dos sentidos da ruralidade está igualmente presente nos trabalhos de Cloke e Milbourne (1992), mas no pressuposto de que a escala geográfica, aliada a diferentes experiências e vivências, deve ser considerada na exploração da forma como se produzem, circulam e recebem os discursos da ruralidade, ao nível nacional, regional e local.

A variabilidade dos discursos tem sido também estudada na base da hipótese da sua relação com identidades sociais particulares, sejam elas de classe ou baseadas no género (Cloke e Trift, 1987; Little e Austin, 1996; Dobson, 1993; Mouchtouris, 1994)

Outros trabalhos procuram facetas específicas da ruralidade em articulação com os discursos sobre a natureza e a paisagem , (Cadiou e Luginbuhl, 1995; Ythier, 1995) ou sobre a cidade e o campo ( Shorter, 1991).

---

<sup>13</sup> Por discursos práticos a autora entende a interpretação que as pessoas no dia a dia fazem do conceito de ruralidade e do lugares que consideram como rurais. O discurso profissional é o daqueles cujo trabalho se relaciona com o objecto do discurso. No caso do rural, o exemplo seriam os políticos e os decisores burocráticos, planificadores, ou em especial os jornalistas. O discurso académico pratica-se entre os que estudam o rural, na tentativa de o compreenderem e explicarem (Jones, 1995: 38).

Nesta breve incursão sobre alguns trabalhos dedicados aos discursos do rural, salientam-se ainda os contributos de Murdoch e Pratt (1993), que inspirados em Foucault, fazem a “arqueologia” do discurso científico sobre o rural.

A abordagem destes autores centra-se na forma como os discursos académicos situaram o seu enfoque numa distintividade do rural que levou a separá-lo do resto do mundo. Como participantes activos na construção do rural, e dado o poder simbólico de que são socialmente investidos, os discursos académicos estão aptos a reforçar ou minimizar discursos provenientes de outros campos (Murdoch e Pratt, *idem*: 415-416).

Baseando-se mais uma vez em Foucault, consideram que a construção dos discursos académicos pode ser conceptualizada como “prática de poder”. Assim, os “académicos, como os decisores políticos, grupos de pressão, etc., devem ser vistos como actores que, através da sua prática discursiva, procuram tornar-se poderosos”(ibidem).

No trabalho citado, Murdoch e Pratt reconhecem pertinência ao desafio lançado por Philo (1992), convidando as abordagens do rural a “dar voz aos outros rurais negligenciados”. A proposta deste último autor vai no sentido dos inquéritos académicos prestarem mais atenção a formas de identidade que habitualmente aparecem diluídas, quando o enfoque se situa nas médias sociais (homens, brancos, classe média, heterossexuais).

Mas, para Murdoch e Pratt a possibilidade de os estudos rurais cumprirem esse objectivo requer “abertura epistemológica” (*idem*: 425) ao que designam por uma “sociologia da pós-modernidade”, que caracterizam pela natureza reflexiva, pela consciência de que “o conhecimento é uma produção localizada”(idem: 424).

Os estudos do “pós-rural” não querem dizer a entrada num novo período histórico, mas sim “uma sensibilidade para a produção do sentido que torna possível ‘experiências rurais’ particulares” (*idem*: 425).

Um aspecto teórico fundamental do tipo de estudos que preconizam reside na análise do poder, considerado central a qualquer tentativa de compreensão da

vida social. As versões do rural são “resultado de práticas, e como tal, a selecção (ou imposição) de uma versão particular num lugar particular é uma demonstração de poder: um efeito” (Murdoch e Pratt, 1993: 425). O poder não é conceptualizado como “causa”, como algo imposto pelas estruturas sociais, mas sim como um “efeito”, como resultado de certas relações sociais e de certas práticas (idem: 423), sem que se possa identificar um “núcleo ou uma fonte centralizada de poder” (idem: 425).

Os estudos que temos vindo a mencionar parecem-nos sugerir perspectivas inovadoras para a abordagem do rural.

Por um lado, indiciam o “alargamento da imaginação sociológica”<sup>14</sup> (Phillips, 1998:140) na medida em que não só vêm incluir novas temáticas de análise, como o fazem a partir de enfoques teórico - metodológicos diferentes daqueles que tradicionalmente constituíam a orientação nuclear.

Explicitamente trazem a esta área de estudos a questão do sentido, parecendo existir entre estes autores um consenso teórico em considerar a *linguagem como acção*.

Isto é, as categorias conceptuais da linguagem quotidiana conferem orientação a múltiplas formas de acção social e interacção, o que representa em termos de agregação, a construção da realidade social. A linguagem é um meio de acção significativa, como sugere a teoria do discurso, sendo também mediador de vários tipos de interacção, desde a conversação diária até à actividade política e cultural.

---

<sup>14</sup> Phillips toma de empréstimo a conhecida expressão de Whright Milles, que deu título ao livro *Sociological Imagination* (1957), e lhe confirmou o papel de “sociólogo dissidente”, entre outras razões, pela sua oposição à “burocratização do estudo social” e às pesquisas fragmentadas e limitadas a “usos administrativos” servindo essencialmente como “legitimadoras do regime” (Milles, 1982: 128). A imaginação sociológica que pretendeu reabilitar, foi a de uma sociologia que permitisse ao homem comum perceber as causas de se sentirem “encurralados” (1982: 9). “O primeiro fruto dessa imaginação – e a primeira lição da ciência social que a incorpora – é a ideia de que o indivíduo só pode compreender a sua própria experiência e avaliar o seu próprio destino localizando-se dentro do seu período; só pode conhecer as suas possibilidades na vida tornando-se cónscio das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias [que as suas]” (1989:12).

Por outro lado e, em consonância com esses objectivos, os estudos mencionados revelam a intencionalidade de ultrapassar fronteiras disciplinares, abrindo pontes entre a sociologia, a geografia, a antropologia, a história e mais recentemente os estudos da comunicação.

De facto, como nota Cloke (1997) vem-se assistindo a um novo “fascínio” pela análise do caleidoscópio de textos susceptíveis de permitir a aproximação aos imaginários da ruralidade. Textos escritos (novelas, jornais, revistas) ou imagens visuais (arte, fotografia, publicidade, postais, etc.), proporcionam à investigação um vasto manancial de produções culturais capazes de ajudar a compreender quer os aspectos tradicionais, quer os aspectos contemporâneos ligados à construção social do rural.

A investigação da ruralidade centrada nos discursos comunicados pelos *media* adquire pertinência pelo facto de estes fazerem parte do complexo processo cultural pelo qual o sentido é produzido e consumido (Burgess, citado por Jones, 1995).

Mas, no prolongamento da apreciação de Cloke (1997: 371), este ângulo de abordagem requer reflexão quanto à “construção de textos qualitativos e sua interpretação”. No que toca aos objectivos desta pesquisa, entendemos como requisito prévio a esse trabalho a incursão teórico-metodológica pelo universo dos *media*, que se inicia no III Capítulo e sustenta o modelo de análise da imprensa em que nos baseamos.

## **CAP. II. Perspectiva adoptada e incidência geográfica da observação**

### **1. Noções do rural na sociedade portuguesa**

As raízes rurais de uma boa parte da população portuguesa são bem conhecidas. Não é preciso ir muito longe na história das famílias urbanas para encontrar experiências e vivências recentes da vida rural.

Afinal, o movimento de êxodo com maior impacto na actual repartição da população pelo território continental, iniciou-se apenas há quatro décadas. As gerações adultas que nos anos 60 se fixaram nas cidades – ou nas suas periferias – guardam ainda combinações de “uma vivência tipicamente urbana, com uma memória e laços vivos de carácter rural (apego aos sítios, vínculos pessoais, hábitos e gostos, visão dos problemas, etc.)” (Cordovil, 1995:3).

Em muitos casos, a memória da ruralidade - ligada aos espaços abertos, aos valores, hábitos e costumes campestres - foi sendo reactivada com as frequentes “idas à terra”, em ocasiões especiais como o Natal, as festas da aldeia ou as férias, que às vezes se faziam coincidir com a época das colheitas (prática mais comum nas zonas da pequena agricultura familiar).

As simbólicas e ideologias rurais na sociedade portuguesa foram objecto de uma sistematização no trabalho de Mansinho e Schmitt (1997: 276 - 278). Tomando por referência o período que vai do regime autoritário até à actualidade, as autoras identificam cinco noções do rural, as quais podemos resumir do seguinte modo:

### Estado Novo (visões coexistentes)

- a agricultura, definida como a “arte de empobrecer alegremente” traduz o *modus vivendi* rural. Desvantagens de todo o tipo presidem à construção simbólica do rural como subdesenvolvimento;
- paralelamente, os sectores ruralistas do Estado Novo positivam o rural, pela prevalência dos valores tradicionais, a harmonia comunitária e familiar, enfim todo um conjunto de virtudes celebradas pelo “folclorismo ruralista”;
- próximo do final do regime, realça-se o discurso da modernização agrícola (incidindo sobre mudanças técnicas nas práticas agrícolas, maior articulação com os sectores a jusante e a montante, racionalização da gestão), que, grosso modo, sustenta a paridade entre agricultura e outros sectores. Discurso semelhante retoma-se no início da integração europeia, quanto vigorava ainda o modelo produtivista da PAC.

### Pós- revolução de 1974 (instala uma espécie ausência de modelo)

- Como reacção ao modelo ruralista do Estado Novo, o rural perde força simbólica, cedendo lugar à valorização da vida urbana e industrial; paralelamente, as primeiras gerações de imigrantes urbanos conservam (e reactivam) memórias dos campos próximas da “ideia de uma natureza preservada”.

### Actualidade (modelo do rural ao ambiental)

- A associação rural e ambiente emerge no debate político, pela tomada de consciência da importância do rural para a qualidade do ambiente, “noção que certos *mass media* se esforçam por difundir” e que é tributário das orientações comunitárias.

Retomámos, simplifcadamente, a grelha interpretativa de Inês Mansinho e Luísa Shmidt (1997) para, através dela, focar alguns aspectos que nos parecem essenciais:

- 1) Em consonância com a abordagem teórica a que procedemos no Cap- I, em Portugal, o rural tem adquirido uma variedade de sentidos;
- 2) Essa variação (e a sua maior ou menor eficácia simbólica) ocorre não apenas em conformidade com as circunstâncias históricas, mas também

de acordo com os recursos que as diferentes forças sociais são capazes de mobilizar para imporem os seus significados do rural;<sup>1</sup>

- 3) Assim, o rural adquire atributos e conotações (positivas ou negativas), não apenas por características que lhe sejam inerentes, mas também pelo tipo de projecções simbólicas que se fazem sobre o rural conceptualizando-o como espaço (natural e social) de diferenças e veiculando identidades nas quais os actores “rurais” eles próprios se podem ou não reconhecer.

Deste modo, os propósitos do nosso trabalho não visam investigar particularidades do rural, menos ainda aspiram a encontrar “a verdadeira faceta” da ruralidade. Antes de mais, tentam perceber como se constrói o rural nas práticas discursivas. Mas de acordo com o *corpus* teórico que nos informa, a linguagem não é algo que paire acima da superfície social, pelo que a tentativa de problematização e de inserção das noções do rural no quadro social mais vasto será uma preocupação.

### 1.1. Oscilações na prioridade do debate rural

Numa primeira aproximação a essa problematização, seguindo sensivelmente a tipologia de Mansinho e Schmidt (1997), recorreremos a alguns complementos para melhor compreender as oscilações de interesse pelo rural.

Depois de uma fase em que foi relativamente subalternizado, o rural ressurgiu de novo, e de forma bem diferente, nas preocupações políticas e sociais

---

<sup>1</sup> Por exemplo, não deixa de ser curioso que, segundo Mansinho e Schmidt (1997: 278) as primeiras gerações de imigrantes urbanos tivessem transportado consigo uma concepção do rural que “não atingindo ainda uma dimensão ecológica”, cultivava “uma ideia de natureza preservada”. No entanto, só recentemente, no quadro das novas orientações da União Europeia a noção ecológica do rural parece adquirir visibilidade social.

urbanidade entretanto adquiridos. A afectividade pela terra de origem não impediam o sentimento de que, como escreveram Marx e Engels, a urbanização permitira subtrair “uma parte significativa da população à idiotia (*idiotismus*) da vida rural” (1989/1848: 65).

Os primeiros anos que se sucederam à revolução de 1974, correspondem na interpretação de Mansinho e de Shmidt (1997: 277) a uma perda do “valor simbólico do rural”, tornando-se a industrialização e a urbanização as principais referências do modelo de desenvolvimento económico português.

Não obstante a clara opção tomada em matéria de desenvolvimento, não deixa de ser pertinente observarmos que também se manifestaram certos sinais de revalorização do campo<sup>6</sup>.

Quanto ao Alentejo, com as expectativas criadas em torno da reforma agrária, esboçaram-se leves sinais de nova atracção, com o regresso de algumas famílias, enquanto outras terão eventualmente permanecido na região, ou adiado a sua partida<sup>7</sup>.

Além disso, certos sectores mais politizados e familiarizados com os movimentos de contestação ideológica ao capitalismo industrial que se expandiam na Europa e Estados Unidos desde o final dos anos 60, encontraram (episodicamente) na experiência que se vivia no Alentejo a possibilidade da utopia. O Alentejo foi laboratório para intelectuais que acreditaram, e ajudaram outros a acreditar, que um novo futuro se poderia construir, e com a participação de todos<sup>8</sup>. Foi, como se sabe, uma esperança efémera. Em poucos anos, as terras

---

<sup>6</sup> Pensamos em concreto no trabalho de Roque Amaro (1985) que analisando os fluxos migratórios do pós 25 de Abril encontra expressões daquilo que designa por um regresso à província.

<sup>7</sup> Baseamo-nos na observação de uma freguesia alentejana, cuja inquirição abrangeu os trajectos migratórios das famílias residentes (Romão, 1995).

<sup>8</sup> A ligação mais ou menos directa à experiência da reforma agrária no Alentejo constitui um dado que sobressai nas biografias da imprensa a propósito de alguns dos actores que mais se têm destacado pelo envolvimento em projectos de desenvolvimento local no Alentejo. Quando não existe referência explícita ao contexto da reforma agrária, há pelo menos elementos da trajectória desses autores que nos permite

Nos anos 50, se ainda se extremavam posições entre opção agrícola ou industrial, “Eram no entanto divergências já ultrapassadas pela dinâmica que percorria a economia e a que o domínio do Portugal agrícola não podia resistir” (Baptista, 1996: 49). Dinâmica que gerou possibilidades de assalariamento fora da agricultura. Uma possibilidade acrescida, nos anos 60, em virtude do recrutamento de mão-de - obra para a Europa e para a guerra colonial.

O êxodo agrícola e rural dos anos 60 significava justamente que as populações rurais escolhiam outra existência. À terra voltava-se frequentemente, mas o campo ou a aldeia não constituíam alternativa ao modo de vida que entretanto se adquirira, a custo.

O campo continuava estigmatizado pelo seu atraso; na ida à terra revisitavam -se as memórias, ao mesmo tempo que se ostentavam os sinais de

---

originadas pela guerra e pelo bloqueio económico do que por clara opção industrialista por parte de Salazar” (Rosas, 2000: 94). Mesmo assim, os “circunstancialismos” em que se desenvolveu a industria haveria de limitar o verdadeiro *take-off* da economia portuguesa. A industrialização “sem reforma agrária” (idem: 106) foi coarctada nas possibilidades de expansão, pela inexistência de uma “classe média rural capaz de funcionar como principal pilar da procura sustentadora de bens intermédios ou de equipamento, ou por uma população rural com poder de compra para viabilizar as indústrias de bens e consumos gerais”. A estes acrescem factores de ordem cultural pouco propiciadores a articular agricultura e indústria. Enquanto outros autores realçam a debilidade da economia portuguesa pela sua vulnerabilidade ao exterior, Fernando Rosas entende ser nas circunstâncias estruturais da sociedade portuguesa que reside a explicação: “Em fundo, silenciosa e imutável, a terra. Mãe mítica da riqueza e da perenidade das coisas, mas também factor real de perpetuação de bloqueios decisivos à industrialização e à modernização do país” (idem: 110).

Amaral (1994: 889) coloca a questão noutros termos. Considera que no pós guerra a modernização agrícola, “apesar de truncada” foi real. Além disso entende que o “país não esperou [pela reforma agrária] para se desenvolver. Sugere ainda que o debate que tem atribuído à agricultura o papel de bloqueio estrutural ao desenvolvimento se poderia colocar ao contrário, isto é, questiona se as características do desenvolvimento industrial prosseguido no pós-guerra não teriam sido “as principais responsáveis pela persistência do atraso da agricultura portuguesa” (idem: 890).

Em contracorrente às análises que mais têm marcado o conhecimento que temos das realidades sociais e agrícolas do Sul do país, Fonseca (1996), relendo o Alentejo do século XIX, procura contrariar as leituras mais frequentes que têm atribuído à grande agricultura forte propensão para o imobilismo. A essa visão opõe o que considera ser a “capacidade de diversificar e a forte sensibilidade e versatilidade face aos mercados internos e externos” da grande agricultura alentejana (idem: 14).

(Mansinho e Shmidt, idem). Vários factores terão contribuído para essa transformação. Ainda que brevemente, vale a pena enunciá-los.

Para as gerações protagonistas do êxodo dos anos 60, a memória dos campos era feita da ligação afectiva aos sítios da infância e da juventude. Mas era também recordação de uma vida dura, moldada pelo penoso trabalho na terra e limitada pela inexistência de alternativas: “A gente só tem saudades porque sabe que aqueles tempos não vão voltar”, são palavras de um “emigrante que também fora agricultor na sua terra e ratinho no Alentejo”<sup>2</sup>.

No imaginário colectivo, o rural suscitava as reminiscências da ideologia ruralista do Estado Novo. Esta, em contraponto à vida de miséria dos campos, exaltava as virtudes do mundo rural, onde se vivia ordeira e honestamente, se ceifava, mondava, cavava a terra, vindimava, num clima de alegria permanente<sup>3</sup>. Um mundo rural que representava a estabilidade e a tradição, face à ameaça de desagregação e de insurreição que o mundo urbano-industrial potenciava<sup>4</sup>.

O rural confundia-se com o agrícola. A agricultura aspirava ser a grande base económica da nação, e nesse sentido movia as suas influências, a que de qualquer forma eram sensíveis os sectores mais tradicionais do regime. Tal visão sempre mereceu a crítica dos partidários da industrialização, se bem que a sua posição só viesse a ser mais decisivamente consolidada no pós-guerra<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Entrevista citada por Fernando Baptista (1996: 44).

<sup>3</sup> Esta imagem da vida rural é proposta, por exemplo, no livro de leitura da 3ª classe : « “O trabalho ao ar livre dá saúde e alegria” (As Mondas), “Alegria no trabalho e paz na consciência” (As Regas), “O trabalho é alegre e a faina é leve” (As vindimas)», citado por Vale de Almeida (1991: 255).

<sup>4</sup> Quanto à simbologia negativa da cidade, como sinal de “patologias” e “disfuncionamentos” sociais vários, deparou-se-nos um exemplo curioso numa rubrica que o *Diário de Notícias* editava ainda nos anos 70. Sob o título “Cidade” noticiavam-se invariavelmente *fait divers* de tipo diferente - todos passados na cidade - que iam deste o assassinato ao roubo, a actos de má fé, ausência de solidariedade familiar (mães abandonadas pelos filhos e vice-versa), “estórias” de solidão, de abandono, etc.

<sup>5</sup> Na interpretação de Fernando Rosas, o período que se seguiu à depressão de 1929 e o imediato pós guerra testemunharam elevada consciência das oportunidades para o desenvolvimento industrial da sociedade portuguesa. Mas, só o cerco económico resultante do segundo conflito mundial proporcionou a chegada ao poder dos “industrialistas”, mais “sob a pressão imediata das terríveis contingências

regressaram à posse dos antigos proprietários (ou descendentes); instalou-se de novo um clima de desânimo<sup>9</sup>, de incapacidade e até de fortes tensões entre aqueles que estiveram unidos por uma causa comum.

O facto de o rural quase ter desaparecido da agenda política não poderá desligar-se das contradições que no período pós-revolução atravessaram o país. As esferas com maior influência no debate social e político estabeleceram outras prioridades: tratava-se de consolidar o regime democrático; de preparar a crescente abertura ao exterior; enfim conduzir uma dinâmica modernizadora, sob o signo da urbanização e da industrialização. De algum modo, urbanização e industrialização ainda constituíam promessa de futuro; o rural e o agrícola representavam o passado, um passado de que a sociedade se procurava libertar.

Não cessaram porém as preocupações em torno do despovoamento e do agudizar das assimetrias regionais do desenvolvimento. Nem deixou de se afirmar o imperativo de fazer chegar ao campo os benefícios do desenvolvimento, mas esperava-se que eles fossem induzidos pela modernização agrícola e pelos fenómenos de industrialização difusão. Estes últimos produziram efeitos assinaláveis em algumas regiões do norte e centro. Designadamente, permitiram ampliar estratégias de pluriactividade no seio das famílias agrícolas, que paradoxalmente se revelaram favoráveis à manutenção das explorações agrícolas familiares e à retenção das populações nos meios onde existia acesso ao complemento salarial extra-agrícola (Almeida, 1986).

No Alentejo, a economia permaneceu muito centrada na Agricultura e a aposta na modernização do sector continuou, ainda na década de 80, a alimentar o discurso político sobre o desenvolvimento rural e regional. Discurso aliás com consequências práticas: traduziu-se em incentivos e apoios ao investimento,

---

constatar a “semente” da ideologia dos anos 60 (a ideia de “semente” toma-se de empréstimo ao trabalho de Jamison e Eyrman (1994), *Seeds of the sisties*).

<sup>9</sup> Não será por acaso que num recente trabalho da responsabilidade da Comissão Coordenadora da Região Alentejo se insiste repetidamente no défice de “vontade empreendedora” e de “ambição” da população alentejana; Cf. In *Estudo para a definição de uma base económica para o Alentejo*, Lisboa, CEDRU, 1996

nomeadamente para aquisição de equipamentos economizadores de mão-de-obra. No plano social, os efeitos foram fracos. Podem até associar-se à redução do emprego agrícola, estimulando assim a continuação dos fluxos migratórios.

O incentivo à modernização agrícola decorreu ainda no período de vigência do modelo produtivista da PAC, cuja reformulação veio a ocorrer em 1992.

A Nova PAC representou uma inflexão face às suas directivas anteriores, com destaque para: 1) harmonização parcial dos preços agrícolas comunitários aos preços internacionais; 2) implementação de um sistema de ajudas compensatórias (indexadas aos sectores e níveis históricos de produção) associadas a medidas de contenção da produção, designadamente por via do “set-aside” e do estabelecimento de quotas; 3) implementação das chamadas medidas de acompanhamento, versando essencialmente três âmbitos de actuação: a reconversão produtiva (suportada pelas medidas florestais); adequação dos sistemas agrícolas às especificidades ecológicas (medidas agro-ambientais); e o ajustamento das estruturas de produção agrícola (medidas de apoio à cessação da actividade agrícola para agricultores com mais de 55 anos) (DGDR, 1997 a e b).

Com as orientações de 1992, a PAC revela-se mais favorável a uma noção de agricultura multifuncional, com o reconhecimento de que as funções produtivas da agricultura se deverão conciliar com os equilíbrios ambientais e territoriais. Em áreas geográficas, e em sectores mais vulneráveis, admite-se a inevitabilidade do menor protagonismo produtivo da agricultura, contrabalançado, do ponto de vista do desenvolvimento regional, pelo desempenho de outras funções susceptíveis de contribuir para a conservação dos campos (Cordovil, 1995; Lima, 2000)

Parece ser neste contexto, em que se afirma mais uma lógica de território do que uma lógica sectorial centrada na agricultura, que o rural regressa à agenda social e política .

Este regresso é marcado pela emergência no debate político de uma nova concepção do rural animada pela “tomada de consciência da importância do rural para a qualidade ambiental” (Mansinho e Shmidt, 1997: 279), ao mesmo tempo que diversos sectores da sociedade se mostram sensíveis a uma noção

patrimonial do rural, recobrando quer as paisagens naturais, quer as edificações e outras manifestações culturais (Reis, 1999).

Nas palavras do então titular do Ministério da Agricultura, referindo-se ao programa do governo socialista eleito em 1995, “Trata-se de [...] redescobrir novos motivos de atracção territorial sendo certo que se acentuará a procura e o consumo de ‘território rural’ à medida que aumenta o tempo livre disponível e sobe o nível de rendimento” (Gomes da Silva, 1997: 7)

Esta nova concepção sugere que o rural se disfuncionaliza enquanto produtor exclusivo de alimentos, passando a conciliar essa tradicional função com a produção de bens e serviços imateriais: conservação das culturas locais, das gastronomias, dos sítios, das paisagens, assegurar os equilíbrios territoriais, manter a biodiversidade etc. Enfim, uma concepção que mais globalmente parece remeter para uma outra forma de pensar a relação com o meio e a natureza: esta deixa de ser essencialmente um recurso a explorar, para se transformar num património cuja riqueza deve ser mantida, em ordem a transmitir-se às novas gerações.

Insinua-se, simultaneamente, uma tendência para a “mercadorização” (*commodification*) do rural, nos termos em que, de acordo com Marsden *et al.* 1993 e Marsden , 1998, definimos este conceito no capítulo I. Criar valores de mercadoria em torno de bens materiais e imateriais supõe, como sustentam aqueles autores, alimentar representações de “exclusividade” dos bens em questão. Tarefa que envolve diferentes actores e diferentes interesses, logo implicando poderes desiguais.

## 2. O Ambiente como nova noção do rural?

Pelo que foi sendo dito, verifica-se uma certa convergência em considerar que a actual concepção do rural é, em larga medida, estruturada e dinamizada pela referência ambiental, pelo que esta contém de projecto social e pelo sentido que veicula, mesmo que essa referência implique – e frequentemente implica – tensões e conflitos.

Quer se trate de novas formas de habitar, de lazeres, do usufruto estético das paisagens e da avaliação dos riscos que estas correm, ou ainda da agricultura “sustentável” e do desenvolvimento rural, encontramos-nos com a referência ao ambiente, com a proximidade e o respeito pela natureza.

Mas se estas tendências se têm manifestado com algum paralelismo ao nível europeu – sobretudo entre os mais velhos países industrializados – o seu desenvolvimento e as formas concretas de manifestação não são naturalmente uniformes. Se há consensos, eles radicam também no reconhecimento de que as mudanças do rural são extremamente multifacetadas e diversificadas.

No que respeita ao nosso projecto, interessa-nos particularmente **problematizar a reconceptualização do rural**, mais especificamente explorando as **visões da ruralidade** presentes na imprensa, procurando perceber a **sua relação com as sensibilizações ao ambiente**.

A primeira questão que se nos coloca é em que medida estamos perante noções do rural socialmente partilhadas? Tratar-se à de uma noção exclusivamente política? Poderá ela gerar a mobilização dos actores rurais, e em particular dos agricultores? Que tipo de interacção podemos encontrar na variabilidade dos discursos sobre o rural?

A esta (re)invenção do rural e dos seus usos, poderão de facto opor-se resistências decorrentes de factores vários, designadamente:

- do facto de representar uma imposição feita de cima, que pode ser sentida como uma maior subordinação do rural e do agrícola a expectativas e dinâmicas de origem externa ao meio rural;

- sentimento que se pode agravar por as preocupações ecológicas não adquirirem igual centralidade, nem nas actividades económicas externas à agricultura, nem nos sectores mais competitivos desta;
- a resistência mais forte poderá no entanto jogar-se nos aspectos em que as novas orientações afrontam situações adquiridas, ao mesmo tempo que no plano simbólico desafiam o imaginário de suporte à identidade dos agricultores. Isto é, a estreita associação entre o rural e o seu uso agrícola e florestal serve de fundamento à identidade dos agricultores, ao mesmo tempo que legitima que as suas associações representativas mais poderosas sejam os principais interlocutores no debate com as instâncias da decisão política.
- por outro lado, se a orientação política para o desenvolvimento rural se concretizar pela articulação do “triângulo sector-ambiente-território” (como indicam as actuais tendências),(Covas, 1997: 23) os agricultores e respectivas organizações, ao centrarem o seu protagonismo e movimento reivindicativo em lógicas estritamente sectoriais, correm o risco de ser ultrapassados por “movimentos fundamentalistas, quer da área do ambiente, quer da área do desenvolvimento local, quer da área de recuperação do património, que confundem, muitas vezes, o objecto da sua curiosidade com os interesses das populações de quem se dizem representantes autorizados” (idem, 24-25).

Se a reconceptualização do rural – subordinada à dimensão ambiental- se confronta com certas resistências, não deixará de angariar importantes bases de apoio social, sobretudo por parte de alguns sectores das populações urbanas: aqueles mais atentos às mudanças e que dispõem de recursos materiais e simbólicos que lhes permitem criar novos modelos, e propor novas leituras da realidade.

Os profissionais dos *media*, assim como outros actores exteriores ao campo mediático que, pelas suas competências profissionais, ou outras, acedem

facilmente ao espaço público, estão particularmente bem posicionados para desempenhar esse papel.

Para uma sociedade cada vez mais inquieta com os efeitos perversos das suas conquistas civilizacionais, as novas concepções do rural veiculam mensagens inegavelmente sedutoras: remetem-nos às noções de “equilíbrio natural”; de património a conservar, que se deixará em herança às futuras gerações. Mas, ao mesmo tempo parecem ideias demasiado simples para problemas tão complexos. Talvez resulte daí a sua atracção. Como que ajuda a pensar que a resposta aos problemas e ansiedades dos cidadãos se encontra fora da cidade, nessas extensões de território a que o progresso voltou as costas. Comparativamente com a “selva” urbana, o rural quase parece intacto.

De facto, num recente trabalho sobre as representações que os “urbanitas” se fazem do “ambiente urbano”, as conotações revelam-se essencialmente “negativas”, enquanto as conotações face ao “ambiente” *tout court* são “positivas” e remetem a um referencial biofísico, com incidência mais “local”. Os investigadores encontraram nesta “polarização representacional” a expressão de um êxodo agrícola e rural “vivido a contra-gosto” e que ainda expressa o sentimento das “perdas associadas à vida rural” (Ferreira *et al.* 2000: 20, 21).

Os efeitos do modo de vida que diariamente se experimentam nas grandes concentrações urbanas – tempos de deslocação cada vez mais longos; luta pelo espaço ( no espaço público e na exiguidade do espaço doméstico); poluição; insegurança; *fast food*; ritmos alucinantes – provocam reacções simbólicas e emocionais favoráveis à revalorização dos espaços que permaneceram marginais à dinâmica urbano-industrial.

O espaço rural entra no circuito da criação de valor, não tanto enquanto suporte da produção de bens alimentares, mas mais como um espaço onde é possível usufruir de uma relação de proximidade com o território e com as amenidades que este proporciona.

As contradições da vida nas grandes cidades, reveladas, por exemplo no estudo que acima se referiu, (Ferreira *et al.*: 2000) afiguram-se solucionáveis através das novas transumâncias entre a cidade e o campo, de que são exemplo as

residências secundárias, a procura do turismo rural ou o regresso ao “campo”, mantendo ou não na cidade a residência que se torna secundária.

Os *media*, sempre atentos ao sinal dos tempos e à emergência das novas aspirações sociais, não deixam de participar desta redescoberta do rural. O semanário *Expresso*, por exemplo, publicou, com notável sucesso, a rubrica *Percursos*, que inclui temáticas diversificadas, contemplando quer o património natural, quer o património construído das diversas regiões do país. A divulgação de feiras gastronómicas e de outros eventos culturais integram um vasto leque de iniciativas reveladoras das vontades emergentes no sentido de valorizar as regiões do interior.

Ainda mais exemplificativo do interesse que a imprensa está a dedicar ao rural – e que naturalmente sugere a existência de um mercado – é o surgimento recente de publicações especializadas, de que são exemplo as revistas: *Casas Portuguesas* dirigida para a oferta imobiliária em meio rural; ou *Evasões*, onde os “refúgios” rurais concorrem com as propostas de exotismos mais longínquos, no Brasil, em África ou nas ilhas da Polinésia<sup>10</sup>.

Por parte das estratégias do *marketing* imobiliário e das indústrias agro-alimentares não é raro o apelo ao “rural” como equivalente de qualidade e autenticidade. Assim se propõe a qualidade de vida em condomínios construídos em “meio rural”, e se leva a “autenticidade” dos produtos da “terra” para as grandes superfícies comerciais.

Neste âmbito, os discursos que circulam na imprensa podem ser reveladores das actuais olhares sobre a ruralidade.

---

<sup>10</sup> Outras publicações surgiram por volta da altura em que iniciámos este projecto: por exemplo, a revista *Viver no Campo*, no estilo da *Country Style* britânica, dirigida a um público elitista e conservador, construiu os seus eixos temáticos em torno de palavras-chave, como tradições, família, caça, pesca, jardins e natureza. Em continuidade face a um projecto primeiro iniciado em televisão, surgiu ainda a revista *Portugal Português*, virada para a divulgação do património e tradições culturais das regiões. Na imprensa regional, a revista *Imenso Sul*, com um projecto editorial muito diferente dos precedentes, foca preferencialmente os problemas do Alentejo, assim como promove a valorização da região e exprime as suas vantagens comparativas.

### **3. Justificação teórico metodológica dos níveis de incidência geográfica da observação**

As razões que nos levaram a situar a observação da imprensa privilegiando uma região – no caso o Alentejo – são de várias ordens. Começando pela justificação teórico-metodológica resultam fundamentalmente dos seguintes aspectos:

1) No processo de construção social da ruralidade, segundo Cloke e Milbourne (1992: 359-371) justifica-se a consideração da escala de observação, já que será à escala nacional que as áreas rurais tendem a surgir como o contraponto da modernidade. Não significa, porém, que actores e processos à escala nacional definam imagens da ruralidade às quais as populações locais se vão identificar e aderir.

Julgamos por isso pertinente levar em conta a eventual diferença entre os discursos de actores exteriores à região e aqueles que “falam em nome da região”. A comparação entre a imprensa regional e a imprensa de referência nacional por um lado, e o lugar institucional (nacional ou regional/local) a partir do qual os actores se pronunciam sobre a região parecem-nos servir esses propósitos.

2) Mormont (1989) menciona dois processos sociais intervenientes na significação do rural: por um lado, a capacidade que alguns actores podem ter para impor como pertinente uma leitura do social, decorrendo essa capacidade da autoridade de que esses actores podem dispor. Mas por outro lado, a percepção do rural que é proposta deverá também a sua eficácia ao facto de certas categorias populacionais se reconhecerem nas propriedades que lhes são atribuídas pelo conteúdo dado ao rural. “É a conjugação desses dois processos que fará com que a categoria ‘rural’ se possa tornar o

suporte de uma identidade” (Mormont, idem: 340). No mesmo sentido, Little e Austin (1996: 101- 111) referem que é à escala local que os significados dominantes do rural são negociados.

Neste prolongamento, além dos conteúdos que se atribuem ao rural, importará situar os discursos numa espécie de quadro relacional, procurando perceber a adesão ou a resistência aos conteúdos do rural propostos pelas “vozes autorizadas” (Bourdieu, 1982).

3) Na linha dos autores supracitados, em especial na argumentação de Mormont, a categoria do *rural* pode ser considerada como uma categoria de leitura do social, que é também uma maneira de pensar o espaço e o tempo (Mormont, 1996). Uma leitura que vai sendo alvo de reinterpretações, as quais podem não decorrer em primeira instância da acção de actores “rurais”, eles próprios.

Procuramos por isso situar os discursos nos respectivos campos de produção. Enquanto campo discursivo dotado de grande especificidade, os *media* colocam em cena os “ditos” e as “acções” de actores de outros campos discursivos. Fazem-no segundo modalidades próprias do sistema mediático, que abordaremos mais adiante.

Em suma, a análise das mensagens que circulam nos *media* – na imprensa em particular - parece-nos poder constituir uma via possível para captar as actuais leituras do rural e a sua origem.

Por um lado, porque os *media* emprestam preferencialmente a sua voz a decisores políticos e económicos, associações (como as ambientalistas), intelectuais, cientistas, enfim a grupos e organizações que assumem papel especial ao nível do planeamento, tomada de decisão e activação do processo de poder.

Por outro lado, os profissionais da comunicação social – jornalistas, comentadores, mas também publicitários e outros – são eles próprios importantes “intermediários culturais”, especialmente bem posicionados para acompanhar e

dar visibilidade a fenómenos de mudança, a modas, a novos estilos de vida, a novas sensibilidades e a protagonismos sociais.

Como terreno privilegiado da expressão de elites, aqui entendidas do ponto de vista do seu poder simbólico (Bourdieu, 1982) nomeadamente em termos dos recursos discursivos e comunicativos, os *media* possuem capacidade acrescida para propor leituras do social.

Neste âmbito se pode considerar a hipótese de os *media* serem também importantes interlocutores na construção social de novos tipos de ruralidade mediatizadas pela referência ao ambiente, e na encenação do rural como “território alternativo”.

Esta hipótese suscita porém uma outra: mesmo que a nossa análise consiga identificar elementos plausíveis de revalorização do rural, até de expressão de novos tipos de ruralidade, as imagens do rural propostas pela imprensa não estarão isentas de ambiguidades e não é seguro que essa revalorização indicie que se esteja a afirmar na sociedade portuguesa um verdadeiro debate social em torno da “questão rural”, que seja revelador de projectos de sociedade, e que envolva não só o âmbito da decisão política, mas também o protagonismo de grupos e associações representativas dos interesses e legítimas aspirações das populações rurais.

A reconceptualização do espaço rural e as medidas políticas e práticas que lhes possam estar associadas terão um futuro ameaçado se não envolverem um forte protagonismo por parte das pessoas que vivem e trabalham nesses espaços. Isto é, e regressando à argumentação de Mormont mencionada acima, as novas significações do rural, por mais conteúdos positivos que incorporem, deverão a sua eficácia ao facto de as categorias sociais mais directamente envolvidas se reconhecerem nos novos conteúdos do rural.

Por isso nos interessará também analisar que protagonismo confere a imprensa aos interesses e acções das populações que vivem e trabalham no meio rural. Em particular, interessar-nos-á saber que protagonismo confere a imprensa aos agricultores e que imagens reproduz do seu papel. Referimo-nos especificamente aos agricultores por considerarmos que a revalorização do

espaço rural, em especial no que respeita a conservação dos campos, encontra a sua “primeira condição” na “manutenção do seu uso agrícola e ou florestal, sensato e esclarecido, mas também economicamente viável” (Cordovil, 1995:14).

Neste sentido, procuraremos apreender as imagens que os agricultores têm de si próprios e em que medida as novas orientações da política agrícola e rural afectam ou não o seu sentimento identitário.

Mais precisamente, procurar-se-á aferir se os agricultores incorporam nos seus repertórios interpretativos e nos seus discursos de representação as novas funções da agricultura e dos agricultores. Embora nos estejamos a referir aos agricultores em geral, estamos cientes do carácter redutor desta designação, dada a heterogeneidade que atravessa este grupo profissional. Tentar perceber eventuais clivagens nos repertórios interpretativos e diferentes protagonismos da representação dos agricultores será assim uma preocupação presente neste trabalho.

A viabilização de tais objectivos implica naturalmente que os discursos possam ser analisados sem perder de vista o quadro do real a que se referem. Um real que embora possa ser reiventado socialmente, possui uma espessura histórica de que a seguir faremos um breve resumo.

### **3.1. A opção pelo Alentejo**

Se a justificação para fazer incidir a pesquisa numa dada região decorre da conformidade a princípios teórico-metodológicos, a escolha da região em concreto, embora naturalmente subordinada a critérios de pertinência, não deixa de incluir maior subjectividade por parte do investigador.

A reflexão epistemológica mais duradoura na sociologia, com destaque para a que mais se inspira na herança positivista, preconiza a distância do investigador relativamente ao seu objecto de estudo, coisa que outras tradições teóricas consideram impossível de alcançar, já que todo o acto de interpretação prolonga a constante relação do investigador com o seu objecto.

Tratando-se da investigação rural, tema particularmente sensível a derrapagens ideológicas, quase parece haver “um consenso de silêncio: sabemos que as relações com o nosso objecto de pesquisa não são de pura indiferença, mas a coisa deve ficar pelo implícito” (Dobson, 1993: 14). Em vez desta, preferimos outra postura. Seguindo ainda Dobson (idem: 13) admitimos que quando construímos o nosso objecto, qualquer que seja o tipo de relação que tenhamos com ele (nostalgia, ambivalência, afastamento) há sempre um interesse pessoal, visto que de algum modo somos conduzidos, directa ou indirectamente, a falar das nossas aldeias ou das aldeias que conhecemos.

O assumir da subjectividade na escolha do Alentejo não dispensa uma breve caracterização da região, por forma a tornar perceptível as razões que nos levam a considerar que o Alentejo constitui uma realidade sócio-espacial que ilustra exemplarmente a emergência dos novos olhares sobre o rural.

#### **4. Caracterização do Alentejo**

Historicamente, o Alentejo tem sido uma das regiões portuguesas mais conotadas com toda uma série de desvantagens. Tantas que a dificuldade em fixar população na região constitui um dado permanente. Muito embora se tenha substancialmente agravado pós anos 60, com o êxodo em massa e com a descida

da fecundidade, a escassez dos recursos demográficos no Alentejo releva de uma tendência inscrita no tempo longo<sup>11</sup>.

A débil ocupação demográfica do território – reflectindo o deficitário poder de atracção - não pode desligar-se da estrutura fundiária. Já no século XVII se entendia que “A razão [do fraco povoamento] é estar todo o Alentejo dividido em herdades, das quais os lavradores não são senhores mas somente arrendadores (leia-se rendeiros)” (Serafim Faria, Bispo de Beja, citado por Carlos Silva: 1980, 93).

Para as elites alentejanas, e para o poder instituído, a escassez de braços representava grandes dificuldades para a agricultura “pois favorecia a reivindicação e a manutenção de um elevado nível salarial” (Fonseca, 1988: 91). Se tal acontecia em períodos de maior intensidade da vida agrícola – quando inclusivamente a grande lavoura recorria a força de trabalho externa à região, especialmente aos conhecidos “ratinhos”, vindos das zonas da agricultura familiar -, nos outros períodos, a situação era a de um “desemprego crónico” “que só a emigração e a industrialização dos recentes anos 60 reduziram” (Cabral, 1974: 100).

O sistema agrário tradicional do Alentejo individualizou-se pelo predomínio das grandes propriedades e pela especificidade do sistema agro-silvo-pastoril (montado). Segundo os especialistas, o montado corresponde a um sistema de uso do solo capaz de otimizar as flutuações anuais da produtividade sem causar degradação ecológica (Carvalho, 1993; Correia, 1993: 103).

---

<sup>11</sup> O resultado dessa evolução exprime-se pelas taxas de crescimento natural e de crescimento migratório negativas, obviamente reflectidas em tendências de crescimento efectivo também negativas. De 1985 para 1995, enquanto o Continente registou ligeiro acréscimo populacional (com as taxas de crescimento efectivo a passarem de 0,06% a 0,07%), o Alentejo prolongou a tendência regressiva, com taxas negativas de 0,56% e 0,89%, respectivamente para os duas datas mencionados. Para o mesmo período, os contraste da repartição da população pelo território resultam bem evidentes quando comparamos a densidade populacional no Continente, 107 hab./km<sup>2</sup>, com a verificada no Alentejo, 19,5 hab./km<sup>2</sup> (todos os dados mencionados constam do Portugal Social, INE: 1995). Quanto aos contrastes internos à região, retém-se fundamentalmente a imagem de que “o grande e tradicional *deserto* português é o Baixo Alentejo”, onde alguns concelhos ostentam níveis de densidade populacional da ordem dos 10 hab./km<sup>2</sup> (Daveau, 1995: 83).

Caracteriza-se por ser um vasto espaço aberto, povoado de sobreiros ou azinheiras, cujo solo se cultiva com cereais, alternando a fase do cultivo com longos pousios. Para além da lenha e da cortiça, o coberto florestal fornece alimento (bolota e folhas) ao gado em pastoreio extensivo, enquanto este por sua vez contribui para a fertilização natural do solo (Correia, *idem*; Daveau, 1995).

A intensificação da cultura do trigo - iniciada no final do século XIX sob um regime fortemente proteccionista, e sobretudo o novo impulso que lhe foi dado durante o regime de Salazar, com a campanha do trigo implantada em 1929 - foi progressivamente rompendo o equilíbrio dos montados, à medida que o cultivo do cereal, fortemente incentivado, se expandiu a solos menos adequados e se reduziram os períodos de pousio. De igual modo, logrando o alcance de maiores lucros, encurtou-se o tempo entre descortiçamentos, factor também apontado como causa da degradação do montado (Correia, *idem*).

No plano sócio-económico, as características próprias do sistema de latifúndio, informaram, pelo menos até aos anos 60, uma sociedade fortemente estratificada (Barros, 1986), uma sociedade de “ricos e pobres” como a definiu Cutileiro (1977).

A reforma agrária que se seguiu à revolução de 1974 constitui uma espécie de período de excepção. A ocupação das terras e a organização de Unidades Colectivas de Produção, para além de reminiscências simbólicas, continuam a ser recordadas como o tempo em que “não faltava trabalho, a quem se quisesse governar” (Romão, 1995, entrevista a um assalariado agrícola).

As alternâncias no regime de propriedade da terra não foram acompanhadas de mudanças no sistema de produção, nem beneficiaram de “qualquer estratégia de incentivo ao desenvolvimento” (Correia, 1993: 107). E de qualquer forma, por volta do final dos anos 80, a estrutura da propriedade foi reposta, com a devolução das terras aos antigos proprietários.

A base sócio-económica do Alentejo pós-latifundista continuou a permanecer muito dependente da agricultura (Reis, 1993)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Segundo dados do Inquérito ao Emprego, em 1995 o peso do emprego agrícola no emprego total representava ainda cerca de 17%.

A relação com o uso do solo foi sofrendo transformações importantes. Depois de uma progressiva expansão da área cultivada que durou até aos anos 50, a década seguinte inicia uma tendência contrária: de 1960/64 para 1985/1988, a área cultivada decresce cerca de 36% (Baptista, 1996).

Diversos factores concorreram para a retirada das terras de cultivo. O êxodo rural surtiu efeitos na diminuição da mão-de-obra disponível, levando a aumentos salariais. Ao mesmo tempo, impulsionou mudanças técnicas que colocaram a agricultura numa maior dependência da aquisição de meios de produção à indústria (Baptista, *idem*). Paralelamente, o facto de muitos dos solos submetidos ao cultivo no âmbito da campanha do trigo serem de reduzida capacidade agrícola levou à sua rápida exaustão. A conjugação de todos estes factores impôs aos agricultores a adesão às transformações tecnológicas, como “uma necessidade para se manterem no contexto sócio-económico” (Bapista, *idem*: 40).

Os impactos subsequentes surtiram efeitos diferenciados. As explorações que dispunham de condições mais favoráveis ( capacidade de investimento, solos de melhor qualidade) para competir no mercado, “foram-se transformando em grandes empresas capitalistas” (Baptista, 1994: 912). As terras mais pobres evoluíram para o abandono, a florestação<sup>13</sup> ou para aproveitamentos cinegéticos. Esta tendência não deixou de se acentuar no quadro da integração de Portugal na Comunidade (Baptista, *idem*).

Com a evolução diferenciada dos usos da terra e das respectivas práticas de gestão, eles próprios associados a recursos desiguais, acentuou-se a heterogeneidade. A variabilidade dos recursos joga essencialmente na vertente terra de regadio ou terra de sequeiro e tipo de solo de cada uma delas, a que se associam “produtividades diferentes” (Marques, 1999a: 179).

---

<sup>13</sup> A plantação de eucaliptos, espécie atraente pelos reduzidos cuidados que requer e por gerar rendimentos mais rapidamente, contribuiu profundamente para alterar os tradicionais usos da terra. Grande consumidor de água, o eucalipto pouco contribui para a qualidade dos solos e representa acrescidos riscos de incêndio, para além de não gerar emprego directo. Constitui por isso uma opção florestal largamente contestada.

Dadas as dificuldades da agricultura do Sul se adaptar a um contexto de competitividade sucessivamente acrescida – particularmente no que respeita o sector dos cereais<sup>14</sup> – considera-se que nas estratégias de desenvolvimento da região, “O sector agrícola deverá tendencialmente perder importância relativa, mantendo no entanto um protagonismo relevante na região” (CCRA, 1996: 3). Outra passagem do mesmo documento parece mais substancial no apoio à agricultura. Define-a como o “núcleo da base económica alentejana” e estima que se “deverá manter essa qualificação” (idem: 10).

Tanto para os decisores sediados na região, quanto para os decisores nacionais não restam grandes dúvidas de que “a paisagem e a natureza” constituem “os recursos estratégicos do desenvolvimento alentejano” (CCRA, 1996: 34).

As paisagens são assim percepcionadas como “um património muito valioso, tanto no plano material como simbólico”, possuem um “valor de identidade”, “um valor de uso” e também um “valor de mercado” (ibidem), vertentes que bem ilustram as tendências de “mercadorização” a que nos referimos em diversas ocasiões.

De facto, o Alentejo dispõe de recursos que o tornam particularmente atractivo às actuais sensibilidades sociais: espaço, biodiversidade, beleza paisagística natural e construída, silêncio, gastronomia, produtos regionais reputados, acessibilidades fáceis a partir da Área Metropolitana de Lisboa, são alguns dos seus trunfos. O “monte alentejano”, que antes figurava em cenários de desolação, é hoje parte de uma paisagem esteticamente valorizada e ambientalmente conservada. Cada vez mais cobiçado pelas populações urbanas, a posse de um ‘monte’ constitui sinal de uma certa “exclusividade social”.

Este novo interesse pelo Alentejo inscreve-se num movimento de (re)valorização dos campos que parece emergente na sociedade portuguesa, como têm revelado os inquéritos do *Observa*.

---

<sup>14</sup> Somadas todas as ajudas de que beneficiam os cereais de sequeiro, a CCRA estima valores que têm oscilado entre 20 e 25 milhões de contos ao ano, sem os quais “a agricultura alentejana de sequeiro verá completamente comprometida a sua viabilidade económica” (CCRA, 1996: 14).

No “campo” vive-se melhor, assim o pensam 42% dos portugueses; enquanto as “pequenas cidades e vilas” merecem a preferência de 24% e as “aldeias” são a eleição de 21%. O melhor ambiente também se encontra no “campo”. Mas, quando os inquiridos concretizam os locais onde consideram existir melhor ambiente, “o coração verde dos portugueses pende mais para o Alentejo e, em seguida, para Trás-os-Montes, vindo depois o Minho e o Gerês” (*Observa*, 1997/98: 6)<sup>15</sup>.

O carácter aparentemente apelativo do Alentejo não é concomitante com a inversão das dinâmicas negativas, tanto económicas, como sócio-demográficas. O posicionamento relativo da região face a regiões mais ricas conheceu, pelo contrário, um agravamento<sup>16</sup>.

Diferentes vicissitudes conjugaram-se para que os primeiros anos da década de 90 fossem vividos no Alentejo sob o signo da “crise”. Se apesar do decréscimo do rendimento dos agricultores - em parte derivada da descida dos preços ocasionada pela PAC, em parte derivada da sobrevalorização do escudo - estes ainda retiraram compensações das subvenções públicas, “verdadeiras rendas” tratando-se de grandes explorações (Baptista, 1996: 52), para os assalariados agrícolas, os novos mecanismos da PAC, sentidos a partir de 1993, representaram o desemprego, a continuidade dos fluxos migratórios de saída, ou

---

<sup>15</sup> O inquérito referido elegeu como população alvo os portugueses maiores de 15 anos, abrangendo um total de 2450 indivíduos, repartidos pelas sete regiões constitutivas das NUTS II, por forma a assegurar a representatividade estatística (*Observa*, 1997/98).

<sup>16</sup> De acordo com o relatório preliminar sobre a coesão, elaborado pela Comissão Europeia, “O exemplo mais espectacular de uma cidade em expansão com um prolongamento territorial em declínio surge em Portugal”: Em Lisboa, o rendimento por habitante passou de 81% da média europeia (1983) a 96% (1993), enquanto no Alentejo se deu um declínio de 48% dessa média para 42% (relatório citado no documento da CCRA, 1996: 4).

a alternância entre programas temporários de emprego, seguidos de novo desemprego<sup>17</sup>.

Por outro lado, os critérios da atribuição de ajudas à agricultura, baseadas na dimensão física da exploração, parecem criar, na opinião pública, a ideia de que eles servem fundamentalmente para proporcionar, a quem os recebe, sinais exteriores de riqueza: “a nossa produção agrícola não é mais do que um extenso parque de *BMW*s e *Range Rovers*”, lia-se num editorial que se referia ao Alentejo (*Grande Reportagem*, Março de 1997: 7).

Por se prestarem ao estereótipo, e na ausência de contra-modelo de igual eficácia, estas imagens poderão afectar a visão da sociedade face aos agricultores e até comprometer eventuais solidariedades sociais relativamente à agricultura.

Os factores que fomos enumerando são para nós razões cumulativas que justificam a escolha do Alentejo para a análise dos novos olhares sobre o espaço rural.

---

<sup>17</sup> Tomando por referência o início e o meado da década de 90, as taxas de desemprego foram de 11,6% (1990) e de 11,7% (1995), enquanto, para esta última data, o desemprego médio do país foi 7,1% , (INE, 1995).

## CAP. III. Os *media* e a construção da realidade social

### 1. Modelos de comunicação: breve alusão

As tendências actuais da pesquisa sobre os *media* noticiosos revelam um notável alargamento face às preocupações a que a *Communication Research* conferiu centralidade. Não se trata apenas de enfoques teóricos renovados, de novas problemáticas e de outros métodos de análise, mas também de mudanças heurísticas que remetem a um outro entendimento da própria noção de comunicação e do papel social dos *media*.

As nossas circunstâncias históricas são, obviamente, diversas do contexto em que se formou a *Communication Research* (anos quarenta) e, o estudo dos *media* parece estar particularmente relacionado com o clima social de determinado período histórico (Wolf 1987; J. M. Paquete de Oliveira, 1989, Tuchman, 1991). Mas, as mudanças que referimos são também o resultado daquilo que J. M. Paquete de Oliveira (1989:5,9) designa por “[...] esforço integrador dos repertórios teóricos, dos instrumentos analíticos e dos dados já relevados no estudo e na explicação dos fenómenos de comunicação”.

Na tradição da pesquisa norte-americana que se afirmou por volta dos anos 40 e ficou conhecida pela designação de *Comunicacion Research*, a comunicação podia ser abordada a partir da célebre fórmula de Lasswell: *Quem diz o quê, por que canal, a quem, com que efeito?* Estavam assim formulados os eixos da investigação do processo de comunicação. Cada um daqueles elementos constituía outros tantos sectores de investigação: a análise dos emissores que controlam a informação (*quem*); a análise do conteúdo das mensagens (*o quê*); a análise dos *media* (*canal*); a análise das audiências (*a*

quem) e a análise dos efeitos (*efeito*). Nesta perspectiva, o processo de comunicação podia, portanto, ser decomposto em áreas de investigação autónomas.

O interesse de Lasswell pelos mecanismos da persuasão e da propaganda levou-o a orientar a pesquisa sobretudo para o estudo dos efeitos que as mensagens dos *media* exerciam sobre as audiências. A influência dos *media* sobre a opinião pública, que Lasswell considerava ser uma “relação directa e indiferenciada” (Mattelart, 1997: 39), veio a ser matizada, na sequência de evidências empíricas que mostraram tratar-se afinal de “efeitos limitados”. Em vez de uma relação directa entre os *media* e o público, descobre-se o papel dos intermediários. Formula-se então a teoria dos dois patamares da comunicação (*two-step flow of communication*). No segundo patamar, estão as pessoas menos expostas aos *media*; no primeiro estão os líderes de opinião, que servem de mediadores entre os *media* e o público. As principais referências neste tipo de abordagem são o trabalho de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, *The People's Choice* (1944) e o de Lazarsfeld e Katz, *Personal Influence: The Part Played by People in Flow of Mass Communication* (1955). Para Wolf (1987), as conclusões dos estudos mencionados, destacando o papel dos líderes de opinião, antecipam em 30 anos a hipótese do “agenda setting”.

No mesmo ano em que o politólogo Lasswell formula o seu modelo (1948), dois matemáticos, Shannon e Weaver, elaboram o esquema geral da comunicação, que designaram por Teoria Matemática da Comunicação. Com esta teoria, o modelo elementar de comunicação, como ligação entre um emissor activo que envia uma mensagem a um destinatário passivo, irá integrar diversas componentes relativas ao processo de transmissão da informação. Sucintamente, a comunicação processa-se entre dois pólos de uma cadeia constituída pelos seguintes elementos: a *fonte* (que produz a mensagem); o *transmissor* ou *emissor* (que transforma a mensagem em sinais, através da codificação técnica); o *canal* (meio que transporta os sinais); o *receptor* (que reconstitui a mensagem a partir da descodificação do sinal) ; por fim, o *destinatário* (pessoa ou coisa a quem mensagem se dirige). A comunicação

entre os dois pólos da cadeia pode ser afectada pela interferência de factores que provocam “ruídos” e que, como tal, perturbam a transmissão da mensagem.

A noção de comunicação em presença, tanto em Lasswell, como em Shannon e Weaver, é a de um processo de transmissão linear e mecânico. O modelo de Lasswell, concebe a comunicação como uma linha direita entre emissor e destinatário. O modelo de Shannon e Weaver descreve, sobretudo, a lógica do funcionamento da comunicação, sendo a comunicação entendida como a transferência da informação de um pólo A (fonte) a um pólo B (destinatário) (Wolf, 1987).

As críticas a esta concepção linear da comunicação iniciaram-se ainda nos anos quarenta, nomeadamente com os autores da chamada “Escola de Palo Alto”. Entre outros aspectos, sublinham que a comunicação não pode ser abordada independentemente dos contextos da interacção (Mattelart, 1997: 56).

Apesar dessas críticas Mattelart (1997: 51, 76) nota que a “concepção do processo de comunicação enquanto linha direita entre um ponto de partida e um ponto de chegada, impregnará escolas e correntes de investigação sobre os meios de comunicação muito diversas, mesmo radicalmente opostas”. Cita como exemplos a análise funcional dos efeitos e a linguística estrutural, designadamente no que se refere ao modelo de comunicação formulado pelo linguista russo Roman Jakobson. O próprio Jakobson assume claramente essa proximidade, quando escreve: “No estudo da linguagem como acto, a linguística encontra-se solidamente protegida pelo desenvolvimento impressionante de duas disciplinas da mesma família – a teoria matemática da comunicação e a teoria da informação”, para mais adiante concluir que “a linguística e as pesquisas dos engenheiros convergem quanto aos seus objectivos” (citado por Cádima, 1996: 117).

Para Wolf (idem), o êxito da teoria matemática da comunicação decorre da sua funcionalidade em relação ao tema predilecto da *Communication research*: os efeitos. Como se referiu, os efeitos eram entendidos como resultantes de uma relação directa entre estímulo e resposta. A descoberta de que as audiências podem adoptar uma percepção selectiva das mensagens,

chegando ao ponto de as deturpar, continua a ter enquadramento neste esquema geral da comunicação, pois a selectividade pode ser equiparada ao “ruído” que perturba a comunicação (Wolf, 1987).

Uma das mais poderosas críticas a esta teoria reside na não contemplação da atribuição de “significado aos sinais”<sup>1</sup> (Mattelart, 1995:51). Porém, além da explicitação dos mecanismos físicos da comunicação, a teoria teve um papel orientador a partir do qual se formularam teorias comunicativas mais complexas que passam a incorporar variáveis relativas ao contexto social e à atribuição do sentido (Wolf, *idem*).

A metáfora do “ruído”, por exemplo, sugeriu aos investigadores a consideração de variáveis externas ao processo de transmissão da informação, mas ainda assim “susceptíveis de lhes modificar o sentido” (Francis Balle, citado por Rebelo, 1997: 95). A este propósito, J. M. Paquete de Oliveira (1989: 55) considera que a teoria de Shannon e Weaver permite fundar o princípio de que “a capacidade informativa diverge da capacidade comunicativa, ou seja, em regra a informação produzida/emitida nunca é igual à informação recebida/percepcionada”.

Quanto ao modelo de comunicação de Jakobson, consiste num sistema composto de seis factores, a que se associam outras tantas funções da linguagem. José Rebelo (1997: 98-99) sistematiza-o do seguinte modo: “a função dita referencial, denotativa ou cognitiva, estabelecendo a ligação entre mensagem e o respectivo contexto; a função expressiva ou emotiva indicando a atitude do destinador a respeito do objecto do seu discurso; a função apelativa, visando a obtenção de determinados efeitos junto do destinatário; a função poética, procurando, pela modulação da linguagem, conferir à mensagem a melhor configuração possível; a função fática, mantendo ou reforçando o elo de ligação, o contacto, entre destinador e destinatário; a função metalinguística,

---

<sup>1</sup> Recorde-se que o trabalho de Shannon e Weaver surgiu na sequência de um primeiro artigo, elaborado exclusivamente por Shannon, no âmbito das publicações dos laboratórios Bell System, onde Shannon trabalhava como engenheiro. Segundo Dion, nesse “artigo fundador”, Shannon “insiste claramente no facto de a sua teoria não ter em caso algum vocação para tratar problemas semânticos”. Shannon antecipava assim as críticas que posteriormente lhe seriam dirigidas (Dion, 1997: 26)

fixando as regras, o código, em que a mensagem deveria ser produzida” .

Na leitura de Paul Ricoeur (1996: 27) o modelo de Jakobson é interessante porque “descreve uma estrutura do discurso” e “subordina a função do código à operação conectora da comunicação”, mas requer reflexão em torno da “dialéctica evento e significação”. Ricoeur (1996:28) postula que a experiência que é a nossa não pode tornar-se directamente a experiência de outro: “Um acontecimento que pertence a uma corrente de consciência não pode transferir-se como tal para outra corrente de consciência”. O que se pode transferir não é a “experiência enquanto experienciada, mas a sua significação”, isto é só o sentido da experiência se pode tornar público .

Neste âmbito, “o evento não é apenas a experiência enquanto expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjectiva, o acontecer do diálogo”. Trata-se assim de um “evento dialógico” (Ricoeur, *idem*: 28).

Ricoeur retoma uma argumentação próxima do dialogismo em Bakhtine. Nas palavras deste autor, que citamos a partir de José Rebelo (1997: 100 – 101:

“não existe nenhuma mensagem completa X. A mensagem forma-se no processo de comunicação entre A e B.

Em seguida, ela não é transmitida por um ao outro, mas construída entre eles, como uma ponte ideológica, no processo da respectiva interacção”.

A concepção dialógica de Bakhtine acentua o “carácter polifónico do discurso e a sua heterogeneidade enunciativa” (Dosse, 1997: 14) e esclarece que esse fenómeno não se restringe ao diálogo: “o fenómeno dialógico ultrapassa de longe as relações entre as réplicas de um diálogo formalmente produzido; ele é quasi universal e atravessa todo o discurso humano” (Bakhtine, citado a partir de Dosse, *idem*: 219-220).

Esta concepção, segundo a qual não existe “mensagem completa”, sugere um grau de indeterminação no processo comunicativo, que permite a emergência de significações potenciais cujos efeitos não estão pré-determinados.

A indeterminação está presente na forma como Charaudeau (1997: 40-42) conceptualiza a construção do sentido do discurso. Fá-lo a partir de três

proposições: 1) o sentido não existe à priori, é construído pela acção da linguagem em situação de interacção social; 2) o sentido só é apreensível através das formas. Entre as formas e o sentido existe uma relação de “solidariedade recíproca”; 3) o sentido constroi-se no termo de um “duplo processo de semiotização”: o processo de transformação e o processo de transacção.

O primeiro processo refere-se à transformação do “mundo a significar” em “mundo significado” estruturando-o segundo categorias que se expressam através de formas. Categorias que identificam os seres e as coisas “nomeando-as”, que lhes atribuem certas propriedades ao “qualificarem”, que descrevem acções ao “narrarem”, que explicitam os motivos das acções ao “argumentarem”, enfim, que avaliam os seres e as coisas, as suas propriedades, acções e motivações “modalizando”.

Para Charaudeau (1997: 41) o processo de transacção “comanda o processo de transformação e não o inverso”. Com isto quer dizer que os participantes de uma situação de comunicação não falam, em primeiro lugar, para descrever ou recortar o mundo. Falam, antes de mais, para se colocarem em relação com o outro.

O processo de transacção está pois ancorado no princípio de que, para o acto de comunicação ser válido, é necessário que os participantes reconheçam o “quadro da intencionalidade” subjacente ao acto de comunicar<sup>2</sup>.

Assim, o processo de transacção refere-se ao quadro que coloca em jogo os sujeitos do acto de comunicação (locutor e interlocutor) e compreende certos parâmetros, como hipóteses sobre a identidade do outro; a influência que se quer produzir; o tipo de relação que se quer instaurar.

A nosso ver, é quando aplicado explicitamente à comunicação mediática (mais exactamente ao discurso de informação mediática) que o esquema de

---

<sup>2</sup> A intencionalidade não é para todos os autores critério indispensável para que exista comunicação. Para Paul Watzlawick, por exemplo, “qualquer comportamento na presença de outra pessoa é comunicação”, citado por Mattelart (1997: 59).

Charaudeau se revela mais interessante. O “mundo a descrever” é aqui o espaço do “acontecimento”. O processo de transformação consiste na passagem do “acontecimento” de um estado “bruto”, ao estado de “mundo mediático construído”, isto é a “notícia” (Charaudeau, 1997: 72). Este processo encontra-se, porém, subordinado ao processo de transacção, que, por sua vez, “consiste em construir a notícia em função da forma como a instância mediática imagina a instância da recepção (o público), a qual reinterpreta a notícia à sua maneira” (ibidem).

Nos estudos actuais sobre a produção de informação noticiosa – e a sua comunicabilidade - encontramos um denominador comum que destaca a complexidade dos elementos em jogo e entende que “fazer notícias é o acto de construir a própria realidade e não a sua pura reprodução”(Tuchman, 1978:12).

A reflexão sobre o *news making* problematiza, entre outros aspectos, o próprio conceito de acontecimento e os critérios de noticiabilidade ( por exemplo, Galtung e Ruge 1993/1965; Molotch e Lester 1993/1974; Tuchman1993/1971; Rodrigues, 1993/1988). Algumas destas investigações conduzidas numa perspectiva interpretativa, revelam os múltiplos níveis da construção dos textos jornalísticos, destacando que a noticiabilidade se negocia quotidianamente nas salas de redacção e apela à integração na análise das culturas profissionais e organizacionais. Fazer noticiais é, nesta linha de abordagem, um processo que envolve um pouco de tudo (rotinas, distorções, hierarquias, convenções, conjecturas) (Tuchman, 1978; Dijk, 1996)

Estas abordagens justificam um desenvolvimento mais alargado, que será feito mais adiante. Se as mencionamos nesta fase é para frisar que a construção das noticiais envolve uma heterogeneidade de aspectos que não apenas a forma como a instância mediática conceptualiza o seu público alvo. O testemunho de Tuchman (1993a/1972: 77), baseado em trabalhos que envolveram observação participante é elucidativo a este propósito: “Como os jornalistas esclarecem prontamente, o processamento de uma notícia envolve ‘conjecturas’. O repórter faz ‘conjecturas’ sobre as preferências do editor da secção local e os seus assistentes fazem o mesmo género de conjecturas em relação aos editores da

secção política, e estes em relação aos editores principais, que, por sua vez, fazem conjecturas sobre as preferências do editor, e todos eles ‘conjecturam’ a vontade do proprietário”

Voltando ao esquema de Charaudeau (1997), vale a pena frisar que, ao subordinar a informação ao processo de transacção, está, no fundo, a subordiná-la ao tipo de tratamento que recebe durante todo processo. Onde, o que interessa à investigação não será tanto averiguar da fidelidade da notícia perante os factos, mas sim compreender como, construindo a notícia, se constróem significações da realidade: “Ao relatar o acontecimento, os *media*, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo” (Rodrigues, 1993/ 1988: 31).

Perante a heterogeneidade de elementos que as recentes teorias dos *media* convocam e as sinergias que entre eles se estabelecem, estamos em face de outro entendimento do processo comunicacional, com notáveis distâncias face ao modelo da teoria da informação a que aludimos no início deste capítulo. A abordagem da comunicação em termos de interpretação, tal como evidenciada, por exemplo, nos trabalhos de Tuchman (1978) distingue-se da comunicação enquanto simples transmissão. Conceptualizada como processo, a comunicação reencontra a contextualidade da construção das mensagens, torna-se um momento essencial da “inteligibilidade do agir social” (Dosse, 1997: 138).

## **2. Do acontecimento à “estória” jornalística**

### **2. 1. A objectividade e neutralidade como norma jornalística**

Boaventura de Sousa Santos (1988), qualifica de “ideologia espontânea” o pressuposto da neutralidade da produção científica, cuja ancoragem radica no ideal positivista de uma ciência livre de valores, que postula a objectividade na análise dos factos como norma do trabalho científico. Essa “ideologia espontânea” serviria como legitimadora da ideia de uma ciência “desinteressada” e livre de compromissos.

Algo de similar se pode dizer quanto ao “mito” do jornalista no papel de “comunicador desinteressado”, movido exclusivamente pelo objectivo de registar os factos (Traquina, 1993/1988: 167). O poder desta mitologia leva Tuchman (1993 a/ 1972: 75) a escrever que, quando “Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘factos’, os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Na acepção desta autora, a objectividade assume contornos de um “ritual estratégico” utilizado pelos jornalistas (e outros profissionais) para se defenderem das críticas e das pressões a que o seu trabalho está sujeito. “Ritual estratégico” porque se trata de um conjunto de “procedimentos de rotina”, que assumem carácter obrigatório, e que são também “estratégias”, “destinadas a prevenir o ataque ou a deflectir, do ponto de vista defensivo, as críticas” (Tuchman, *ibidem*).

Esses procedimentos de rotina exemplificam os atributos formais da notícia: 1) Apresentação das possibilidades conflituais; 2) Apresentação de

provas auxiliares ; 3) O uso judicioso das aspas ; 4) Estruturação da informação numa sequência apropriada (a pirâmide invertida) (Tuchman, 1993a/1972: 79-83).

Nota ainda a mesma autora, que este último aspecto (estruturação da notícia e escolha do *lead*) é o mais problemático, aquele em que o jornalista pode ser mais vulnerável à crítica. Se nos outros procedimentos o jornalista pode sempre argumentar que seguiu as normas, na escolha do *lead* não se pode isentar de responsabilidade; em sua defesa só pode invocar o *news judgment* (perspicácia profissional) (Tuchman, 1993a/1972: 83). Ora o que parece ser uma “capacidade secreta” (idem: 85) para “escolher objectivamente de entre factos concorrentes”, para decidir quais os “importantes” ou “interessantes” (idem: 83), é algo que os próprios jornalistas não conseguem definir.

O *news judgment* advém da “experiência organizacional do jornalista” e do seu “senso comum”, sendo este aquilo que os jornalistas tomam por dado adquirido. É assim que certos “factos” podem ser aceites sem verificação, enquanto outros, que contradigam o senso comum, serão rejeitados (Tuchman, 1993a/1972: 87).

A noção de objectividade como estratégia está também presente na análise de Adriano Rodrigues (1993/1988: 32), quando escreve: “a pretensão objectivante serve de estratégia para inculcar a credibilidade dos corpos sociais que fazem do discurso a sua profissão, numa sociedade ideologicamente marcada pelos valores de verdade”.

É ainda de objectividade como estratégia, neste caso estratégia ofensiva, que trata a análise de Chalaby (1996). Para este autor, a objectividade enquanto norma discursiva do jornalismo surgiu, precisamente na segunda metade do século XIX,<sup>3</sup> quando um número crescente de jornais se autoproclamam “objectivos” e “politicamente neutros”. A seu ver, umas das principais razões

---

<sup>3</sup> Na análise de Schudson, a emergência da “ideologia da objectividade”, situa-se no contexto das primeiras décadas do século XX e por razões diversas das sugeridas por Chalaby. Trata-se, para o primeiro autor, da “substituição de uma fé simples nos factos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os factos eram postos em dúvida” (Schudson, analisado por Traquina (1993b/1988: 168).

da emergência dessa norma discursiva terá sido a concorrência entre os jornais pelo alargamento do número de leitores e de anunciantes (Chalaby, 1996: 691-692). Cultivar a objectividade e a independência política era então uma forma de chegar a um público lato e heterogêneo, subvertendo fronteiras de classe e político-partidárias.

Vale a pena recordar que o período referido é consensualmente caracterizado pela transição de um “jornalismo de opinião” a um “jornalismo de informação” (Traquina, 1993a: 23; Rebelo, 1997: 171-172).

No primeiro caso, “os jornais pouco mais eram do que simples instrumentos de debate político e religioso, ou suportes de ideias aprofundadas no âmbito de pequenos grupos” (Rebelo, 1997: 170). Não eram sequer verdadeiras empresas comerciais: “por vezes as figuras de proprietário, de editor e de redactor, convergiam numa só e mesma pessoas, ‘o intelectual orgânico’, de Gramsci, auto-vestido da missão de interpretar, condensar, explicitar e defender os anseios da classe com que se identificava”(idem 170-171).

Trata-se aqui de um espaço público “ainda restrito, ligado à existência de uma elite iluminada, pequena em número, homogênea no plano social e cultural, que debatia entre si, em pequenos círculos, informada pelos contactos pessoais e por uma imprensa escrita e uma edição livreira ainda confidenciais nas suas tiragens”( Wolton, 1995: 167). Como nota Sorlin (1997) comprar um jornal radical na Inglaterra do século XIX não podia deixar de ser um acto político, pois os jornais sem selo oficial eram proibidos. Lê-los ou distribuí-los eram actos subversivos.

O “jornalismo de informação” desenvolve-se a partir da segunda metade do século XIX. Está por sua vez, ligado à emergência de grandes órgãos de informação destinados a públicos vastos e heterogêneos e visando explicitamente objectivos comerciais.

A expansão da imprensa neste período relaciona-se com uma multiplicidade de factores, entre os quais, novos dispositivos tecnológicos que

permitem acelerar a produção e o transporte da informação<sup>4</sup>; a expansão do alfabetismo, com consequência no alargamento dos potenciais leitores; a disponibilidade financeira para investir numa actividade que prometia constituir oportunidade de negócio. Como nota Sorlin (1997), os empresários facilmente se aperceberam que os jornais “cheios de pequenas notícias”, vendidos a baixo custo (*penny press*), ganhariam novas audiências e, correlativamente, tornar-se-iam mais atractivos para os anunciantes.

Neste processo, há ainda a mencionar que a abolição das “taxas sobre o conhecimento”, entre 1855 e 1863, significaram o termo dos “obstáculos institucionais” à expansão da imprensa britânica (Mattelart, 1996: 356-357) e o início do processo de autonomização do campo jornalístico (Chalaby, 1996: 690).

A conseqüente redução do preço dos jornais, tornou-os acessíveis a uma vasta maioria, com reflexos óbvios no alargamento do mercado de leitores. De igual modo, o aumento das tiragens tornou a imprensa mais atractiva para os anunciantes: “O mecanismo publicitário passa a ser um ingrediente no funcionamento e na sobrevivência da imprensa” (Mattelart, 1996: 354).

A competição pelas quotas de mercado torna-se um imperativo para esta nova imprensa. Na concepção de Chalaby (*idem*, 691) o que caracteriza a emergência do campo jornalístico é, precisamente, a “natureza conflitual das relações de produção (*competitive struggle*) que prevalecem entre os agentes que operam dentro do campo”. As lutas no interior do campo ocorrem a “três níveis”. Em primeiro lugar, a luta por uma posição no âmbito da mesma instituição; em segundo lugar a luta entre os agentes pelo mesmo mercado (competição entre a imprensa de “qualidade”, por exemplo); e em terceiro lugar a luta entre diferentes tipos de produtores (*ibidem*). Para Chalaby são sobretudo a segunda e terceira forma de luta que se tornaram factores determinantes nas mudanças ocorridas. Neste óptica, o que distingue o jornalismo de outras formas discursivas anteriormente divulgadas na imprensa é o facto de o

---

<sup>4</sup> Schudson (1993/1988) e Sorlin (1997) sugerem que o carácter lacónico da transmissão telegráfica pode ter influenciado o próprio estilo de redigir a notícia.

discurso jornalístico ser “produto de relações de produção conflituais”. Isto é a “competição económica” entre os agentes colectivos que operam no campo, seria determinante das “práticas discursivas” do jornalismo (Chalaby, *ibidem*).

Deste modo, o processo que conduz da passagem da “imprensa de opinião” à “imprensa de informação”, significou a “subordinação da lógica político-ideológica à lógica económica, nomeadamente na procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões [...]” (Traquina, 1993 a: 23).

O âmbito deste novo jornalismo pode ser aferido pelas palavras do correspondente em Washington da *Associated Press*, pronunciadas em 1856: “O meu trabalho é comunicar factos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre factos, sejam eles quais forem” (Citado a partir de Traquina, 1993 b) /1988: 167).

O *Diário de Notícias*, criado em 1864, representa, para Portugal, o modelo da “Imprensa- negócio” (Tengarrinha, citado em Cádima, 1996: 90). O projecto jornalístico, apresentado no número zero daquele jornal, professa, como no caso anterior, a isenção política em nome do registo fiel dos factos: “Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-las ao seu sabor” (Tengarrinha, citado em Rebelo, 1997: 172).

Na última publicação do seu estatuto editorial (19 de Outubro de 1992), o *Diário de Notícias* mantém uma certa continuidade de linha editorial: “O D.N estabelece, rigorosamente, a distinção entre noticiais e comentários, na base de que os ‘factos são sagrados, os comentários são livres’ [...]. hierarquiza o seu noticiário segundo critérios de natureza jornalística, procurando avaliar a sua importância relativa com a objectividade pessoal, e não consoante apriorismos ideológicos”.

A imprensa regional, segundo Vilhena Mesquita (1988) tem manifestado semelhante desafecção ideológica, revelando tendências caracterizáveis pela

“relativa isenção” e por um “forte regionalismo”, factores que constituem uma forma de “assegurar a sobrevivência” deste tipo de imprensa (Mesquita, idem: 25).

As concepções do trabalho jornalístico tributárias da “imprensa de informação”, relevam, na acepção de Nelson Traquina (1993b/1988: 167- 168), de uma poderosa “mitologia” cujo principal fundamento é a noção do “comunicador desinteressado”, assumindo o jornalista o papel de observador neutro, e sendo a notícia o registo fiel do que acontece no mundo real. Os *media* não seriam mais do que simples mediadores entre o acontecimento e o público, o que sugere a metáfora do jornalismo como “espelho da realidade”<sup>5</sup>.

Em ordem a “desconstruir” este ideal de escrita neutra, isenta de qualquer dimensão interpretativa, Adriano Rodrigues contrapõe (1993/1988: 30) que o discurso jornalístico (como aliás todo o discurso) não é “uma mera representação das coisas”, que possa ser “apreciado pela sua adequação ou não às coisas representadas”. Por um lado, a adequação aos factos pressupõe já um ponto de vista particular, o do enunciador. Por outro lado, a pretensão de confinar o discurso a uma dimensão “meramente constatativa”, é em si uma dimensão “valorativa”, dado tratar-se de “uma ordem ditada à prática discursiva”, que tem subjacente a crença na verdade indiscutível dos factos (Rodrigues, idem 30-31).

Ainda que esse “grau zero da escrita” fosse possível (Barthes, 1970), os jornalistas continuariam a estar presos a um “paradoxo”: “quanto mais ‘objectivos’ forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto mais contadores de ‘éstórias’ forem melhor resposta terão dos seus leitores, embora aqui os jornalista tenham receio de trair os seus ideais” (Bird e Dardenne, 1993/1988: 273).

Este paradoxo é, de algum modo, assumido no *Livro de Estilo* do jornal

---

<sup>5</sup> José Rebelo (1997: 173-174) salienta que os próprios títulos dos jornais, como a *Voz*, o *Correio da Manhã*, *Le Nouvel Observateur*, *Les Echos* ilustram “a noção de jornal ou jornalista convertido numa espécie de satélite, pairando sobre o mundo, capaz de tudo captar com o seu olhar panóptico, e de tudo transmitir sem reelaboração nem constrangimentos”.

*Público* (1998: 26, 28) do seguinte modo: “Em nenhum caso o rigor da informação deverá ser sacrificado a outros critérios [...]. Mas rigor de informação não significa informação cinzenta, baça, meramente narrativa”. Mais adiante (idem: 28) lê-se que “A capacidade de retractar [...] actores [...] faz parte da arte que deve inspirar todo o trabalho jornalístico: a de saber contar histórias”.

## 2. 2. Construir notícias, construir visões do mundo

Nas actuais tendências de pesquisa, a tradicional “dicotomia simplificadora e maniqueia entre objectividade e subjectividade” (Rodrigues, 1993/1988: 32) parece estar ultrapassada. “Ser um repórter que lida com factos e ser um contador de ‘estórias’ que produz contos não são actividades antitéticas” (Tuchman, 1993b/1976: 261). O que os jornalistas fazem é algo de ambas as coisas (Bird e Dardenne, 1993/1988: 273).

Sob este ponto de vista, “Dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (Tuchman, 1993b/1976:261).

Em sentido análogo, Shudson (1993/ 1982: 280) sustenta que “as notícias não são ficcionais, mas sim convencionais”. As convenções do jornalismo (como a pirâmide invertida, os critérios de noticiabilidade, a credibilidade das fontes) têm menos por função aumentar ou diminuir a verdade das mensagens, do que delimitar o “campo das verdades que podem ser ditas” e “reforçar certas hipóteses acerca do mundo político”. As notícias informam sobre a política, ao mesmo tempo que subtilmente dão “instruções” acerca daquilo a que se “deve

atender” e “como atender” (Shudson, idem: 292). É assim que, para este sociólogo, “O poder dos *media* está não apenas (e nem sequer principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (Shudson, idem: 279).

Analisando as notícias televisivas nos Estados Unidos e em Itália, Hallin e Mancini (1993/1984: 308) concluem que os noticiários televisivos “reflectem as diferenças entre os dois sistemas políticos, dando ênfase a diversas instituições e actores”. Mas, sobretudo, apresentam “às suas respectivas audiências diferentes concepções daquilo que é a política: mesmo como espelhos da vida política, os *media* são activos construtores de significado”. Escrevem ainda os autores que, a estrutura das notícias é “incorporada em certos modos de falar acerca da política”, tornando-se “convenções de comunicação”, com incidência nas “possibilidades do discurso político na sociedade”.

Entender a notícia como realidade construída significa, pois, que o fazer jornalismo não é apenas seleccionar e reportar “coisas” que aconteceram no mundo. O “acontecimento” que justifica a notícia não é algo que existe em estado puro: “as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1993b/1988: 168).

Ou seja, relatando um acontecimento, os *media* produzem simultaneamente um novo acontecimento, este situando-se na convergência entre o que aconteceu e o respectivo tratamento jornalístico. Nesta linha, mas de forma mais radical, Adriano Rodrigues (1993/1988:30) introduz o conceito de “meta-acontecimento”, frisando que este “É regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer”.

Estas dimensões do querer, saber e poder dizer, remetem-nos, certamente para um papel activo do jornalista, mas que está longe de corresponder a uma liberdade total<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Se o clássico trabalho de White (1993/1950: 151) sobre o *gattekepering* viu nas notícias o produto

Com efeito, vários autores têm sublinhado a importância dos processos de socialização através dos quais os jornalistas adquirem o “léxico e os valores” (Rebelo, 1997: 174-175) dos jornais onde trabalham e aprendem a lidar com os respectivos constrangimentos organizacionais (Bred, 1993/1955: fala de uma aprendizagem por osmose). Essa aprendizagem é normalmente considerada um processo cumulativo, feito de experiências, de interações entre os colegas da mesma e de outras instituições, de relações com as fontes e com os superiores hierárquicos e da própria leitura dos textos jornalísticos.

Utilizando a terminologia de Ericson, Baranek e Chan (referida por Traquina, 1995: 201) trata-se da aprendizagem de um “vocabulário de precedentes” constituído pelos saberes profissionais de “reconhecimento”, de “procedimento” e de “narração”.

Na interpretação de Nelson Traquina (1995: 201-202), o “saber de reconhecimento” refere-se à capacidade para distinguir quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia.

O valor- notícia, de um modo geral, orienta-se para itens que são “fora do comum” (Hall *et al.*, 1993/1973: 224); o “registo do excesso”, da “falha” e da “inversão” (a célebre fórmula do homem que morde o cão) são os registos de noticiabilidade dos acontecimentos mais frequentes (Rodrigues, 1993/1988: 28).

Mas, o valor- notícia não se esgota nesses exemplos. Tuchman (1991: 84, 87) passando em revista alguns trabalhos conduzidos numa base etnográfica, salienta que tanto nas suas pesquisas como noutras, as notícias são sobretudo acerca de “pessoas que são conhecidas” (pessoas de elite, na expressão de Hall

---

final de decisões subjectivas e arbitrárias dos jornalistas, decorrentes do “conjunto de experiências, atitudes e expectativas” daqueles, outros estudos vieram mostrar que as notícias são também produto dos constrangimentos organizacionais. Breed (1993/1955), por exemplo, numa linha funcionalista, considera que o conformismo com a política editorial da organização em que o jornalista trabalha tende a ser mais forte do que as crenças ou ideias pessoais. Esse conformismo “cristaliza-se” através de mecanismos de controle social, que associam sanções e recompensas, mas decorre de processos mais subtis, como a aprendizagem “por osmose” (idem: 155).

*et al.* 1993/1973 e de Galtung e Ruge, 1993/1965) e as “declarações das fontes oficiais” são elas próprias “acontecimentos” que possuem valor de notícia.

As várias dimensões dos valores – notícia tendem a “funcionar em conjunto” (Hall *et al.*, 1993/1973: 225), de acordo com a “hipótese de aditividade” (Galtung e Ruge, 1993/1965: 72): “Quanto maior for a pontuação total de um acontecimento, maior será a probabilidade de ser tornar notícia, e de ser tornar manchete”. O assassinato de Kennedy (que contempla o inesperado e o dramático, consequências negativas, tragédia humana, pessoas de elite, uma nação poderosa) constitui exemplo de acontecimentos que pontuam no topo de todas as dimensões da noticiabilidade (Hall *et al.*, *idem*: 225).

Como salientam Hall *et al.* ( 1993/1973: 225) os valores-notícia “fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as ‘estórias’ que são noticiáveis” e dentro destas, quais as que “merecem destaque”.

É assim que o trabalho jornalístico se parece situar entre dois pólos que só aparentemente são contraditórios: de um lado, o imprevisto, a incerteza, a luta contra o tempo; do outro lado a ordem, as rotinas instaladas, a autoridade, fazem das instituições dos *media* verdadeiras organizações burocráticas.

Os elementos rotineiros estão igualmente presentes no “saber de procedimento”, que Traquina (1995: 202) define como a mobilização dos conhecimentos que orientam os passos na recolha de dados para elaborar a notícia, designadamente na escolha das fontes.

Por fim, o “saber de narração” reside na capacidade de traduzir as informações em “narrativa noticiosa” (Traquina, *idem*), atendendo ao estilo e ao formato da escrita jornalística.

Na terminologia de Phillips (1993/1976: 327), a escrita jornalística (o jornalês como lhe chama) caracteriza-se por uma “sintaxe directa e económica”, com “frases curtas”, “exprimindo-se na voz activa”, “utilizando palavras concretas” e “descrição detalhada”. Do ponto de vista da forma, a

pirâmide invertida estrutura a informação por ordem “decrecente da sua presumível importância” e conseqüentemente, “impõe uma estrutura nos acontecimentos que lhe é extrínseca” (Phillips, *idem*).

A imposição de uma estrutura aos acontecimentos está bem evidenciada na análise de Gurvith e Blumler (1993/1982) sobre a cobertura da BBC às eleições legislativas de 1979. Diariamente, os editores procuram construir um “pacote coerente”, para o qual buscam uma “unidade temática”, definida a partir do “centro” ou “oficina” (redacção da BBC) (*idem*: 204).

Se o material que chega à redacção tem origem em fontes partidárias, os jornalistas não deixam de lhes “impor uma estrutura [...], a qual reflecte a sua percepção de como os elementos mais proeminentes podem ser encaixados no quebra-cabeças eleitoral do dia” (*idem*: 207). Para os autores não se trata aqui de convicções políticas pessoais, mas sim da necessidade dos jornalistas encontrarem um “gancho” (*hook*), ou “cabide” (*peg*) de modo a estabelecer denominadores comuns entre os acontecimentos e vencer a irrupção caótica dos materiais que chegam à redacção.

Para se tornarem inteligíveis ao público, os acontecimentos não podem permanecer no “limbo da desordem”, têm que ser colocados em “mapas de significado” que integram a cultura e constituem “quadros de referência de fundo” que os jornalistas mobilizam para identificar, classificar e contextualizar os acontecimentos noticiosos (Hall *et al.*, 1993/1973: 226).

Este processo, por meio do qual se colocam os acontecimentos em “horizontes do significativo” compreende “suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona”, muito embora estas permaneçam em grande parte dos casos apenas ao nível do implícito (Hall *et al.*, *idem*).

As palavras de Darnton (citado por Bird e Dardenne 1993/1965: 268) sobre a sua experiência de repórter de crime não poderão certamente generalizar-se, mas constituem um testemunho elucidativo: “Quando necessitava de tais citações, costumava inventá-las, como faziam alguns dos outros jornalistas ... porque nós sabíamos o que ‘a mãe em dor’ ou o ‘pai em luto’ teriam dito e possivelmente mesmo teríamos-los ouvido dizer o que ia na

nossa mente mais do que na deles”.

As narrativas noticiosas são, pois, culturalmente enraizadas e, frequentemente, novos acontecimentos são noticiados com base no “cenário de outras estórias”, já conhecidas do público, de tal forma que se produzem efeitos de “ressonância – a sensação de termos escrito ou lido as mesmas ‘estórias’ repetidas vezes” (Bird e Dardenne, 1993/1965: 267, 268). Assim, as formas das antigas ‘estórias’ são também utilizadas como “ferramentas” profissionais dos jornalistas, “dando-lhes um esqueleto sobre o qual colocam a carne da nova ‘estória’ ” (Bird e Dardenne, idem: 269).

Gaye Tuchman (1993b/1976) sugere que o processo de construção das notícias pode ser clarificado recorrendo ao conceito de *frame* (enquadramento), introduzido por Goffman, para designar aos princípios de organização que regem os acontecimentos da vida quotidiana e o nosso envolvimento subjectivo neles. No jornalismo, os processos que estão na base da definição e selecção dos acontecimentos noticiosos, as convenções acerca da *news story* (‘estória’ noticiosa), funcionam como enquadramento da produção noticiosa.

Na definição de Gitlin (citado por Traquina, 1995: 260): “os enquadramentos mediáticos são padrões pré-existent de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual”.

Assim, “é muito provável que alguns acontecimentos nunca cheguem a ‘ser notícia’ porque o catálogo de antigos *frames* de ‘estórias’ não incluem um *frame* particular que se lhes possa aplicar” (Tuchman, 1993b/1976: 261). A autora sugere que tal pode ter acontecido em algumas fases da reportagem acerca do movimento feminista.

A mesma observação se pode fazer em relação à cobertura mediática das questões ambientais. Só recentemente o ambiente se transformou numa espécie de “chapéu” classificatório que funciona como enquadramento para capturar e

reportar aspectos particulares muito diversos<sup>7</sup> (Chapman *et al.* 1997: 24).

### 3. Organizar a irrupção de notícias

O trabalho jornalístico assume uma natureza bifacetada. De um lado, o imprevisto, a incerteza, a luta contra o tempo; do outro lado a ordem, as rotinas instaladas, a autoridade, sendo estes segundos aspectos formas essenciais de lidar com os primeiros.

A cultura profissional dos jornalistas tende, no entanto, a auto-definir a actividade com base nos primeiros elementos: “a retórica empregada pelos jornalistas na descrição das suas actividades diverge da realidade observada. De um modo geral, a situação de produção está longe de ser caótica, senão a um nível superficial. A sua base racional aponta para o controlo e a previsão, enquanto os que nela trabalham louvam a contingência”. (Schlesinger, 1993/1977: 189).

Até aqui referimo-nos, essencialmente, aos saberes profissionais e às rotinas associadas estreitamente à construção das notícias. Mas, outros aspectos, atinentes mais globalmente às organizações dos *media*, são igualmente relevantes na abordagem do processo noticioso

Nos sub-capítulos que se seguem fornecem-se referências quanto aos procedimentos utilizados no campo jornalístico para lidar com a imprevisibilidade da irrupção de notícias.

---

<sup>7</sup>Na nossa análise empírica da imprensa, encontramos frequentes exemplos a este propósito: o abate de azinheiras (ou outras espécies florestais protegidas), as queimadas tradicionalmente efectuadas pelos agricultores, o regresso das cegonhas ao Alentejo, tornam-se ‘estórias’ jornalísticas, justamente porque são enquadradas pela questão ambiental.

### 3. 1. Estruturar o espaço

Os acontecimentos que constituem a matéria-prima dos *media* são de uma natureza especial, porque são, em princípio, imprevisíveis (Rodrigues, 1993/1988). Irrompem em qualquer sítio, a qualquer momento e, num mercado extremamente concorrencial, marcado pelo “valor do imediatismo”, “o seu valor de utilização baixa rapidamente” (Schlesinger, 1993/1977:177, 179).

A necessidade de lidar com a imprevisibilidade implica, por parte das empresas jornalísticas, especiais estratégias para “impor ordem no espaço e no tempo” criando-se assim uma espécie de “rotina do inesperado” (Tuchman, 1978: 41; Traquina, 1993b/1988: 170).

Sucintamente, a imposição de ordem no espaço consiste na extensão de uma rede (*news net*) contemplando três vertentes estratégicas: a “territorialidade geográfica” (divisão em áreas territoriais às quais se afectam diferentes e hierarquizados recursos jornalísticos); “a especialização organizacional”, (colocação de “sentinelas” em organizações susceptíveis de produzirem acontecimentos noticiáveis); “a especialização em termos de temas” (divisão em secções encarregadas de cobrir certas temáticas) (Tuchman, 1978: 23-31; Traquina, 1993b: 170-171).

Aplicando esta grelha à realidade portuguesa, Nelson Traquina (*idem*: 170) considera ser “inegável a existência de ‘buracos na ‘rede’”, dada a grande concentração dos recursos jornalísticos em Lisboa.

A deficiente cobertura do país leva o autor a notar que as críticas habitualmente provenientes dos Países do Terceiro Mundo aos produtos jornalísticos das agências mundiais se podem aplicar ao “nível interno”. “O ‘resto do país’ é notícia, como os Países do Terceiro Mundo, quando há desordem natural (cheias, por exemplo), desordem tecnológica (acidentes), desordem social (distúrbios ou corte das estradas), desordem moral (crime)”

(ibidem).

Com efeito, como se detalhará mais adiante, as notícias sobre o Alentejo relacionadas com o nosso objecto de pesquisa, assumem “picos” de noticiabilidade em momentos especialmente “críticos”, enquanto em períodos de “normalidade” a cobertura do Alentejo passa a ser muito mais residual.

A imprensa regional assume ela própria a crítica do que considera ser o desinteresse dos grandes meios de comunicação social pelo Alentejo, embora a própria imprensa regional tenda a adoptar a mesma lógica quanto à definição dos tópicos de noticiabilidade.

Como salienta de novo Nelson Traquina (idem: 170-171), o “resto do país” também é notícia por ocasião de deslocações de figuras institucionais (Presidente da República, Primeiro-Ministro e ministros). Embora, neste caso, o factor da noticiabilidade seja a “notoriedade” do actor, essas deslocações têm funcionado como *news peg* (cabide para pendurar outros acontecimentos ou assuntos vários relativos à região).

A “Presidência Aberta do Ambiente” inaugurada por Mário Soares, em Abril de 1994, foi particularmente exemplar. Algumas jornadas da presidência aberta deslocaram-se da observação de áreas sensíveis do ponto de vista ambiental para a discussão de questões territoriais mais abrangentes, com destaque para os problemas específicos dos espaços rurais e a sua importância no equilíbrio das paisagens e do território.

No que respeita à especialização organizacional que, como se disse, leva as empresas jornalísticas a colocarem sob vigília as instituições de onde se espera a emergência de acontecimentos, no jornalismo português, só a Polícia, a Assembleia da República e a sede da Comunidade Europeia “merecem uma cobertura sistemática” (Traquina 1993b/1988:171). Alguns jornais, como o *Diário de Notícias* e do *Público*, mantiveram durante a Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia (1992) uma secção especial para as questões da Política Europeia, seguindo de perto a agenda política e utilizaram o mesmo procedimento para a Presidência Aberta atrás referida.

Por fim, a especialização temática pauta-se, genericamente, pela divisão

nas tradicionais secções: nacional, internacional, informação geral, cultura, economia e desporto, conferindo assim um carácter relativamente homogéneo aos diferentes produtos jornalísticos (Traquina, *idem*). Nos últimos anos, embora se mantenha esta concepção genérica, tornou-se frequente a presença de páginas de “destaque” sobre assuntos vários incluídos no corpo do jornal. Ou ainda a criação de suplementos autónomos, como o *Vidas*, no semanário *Expresso*, ou o *Estilos* no *Diário de Notícias*.

Em suma, na sequência da análise de Tuchman, a *news net* (rede noticiosa) configura-se num sistema hierárquico que comporta os três níveis de especialização mencionados: a especialização territorial, a especialização organizacional e a especialização temática. Mas, estes três níveis de especialização são atravessados, no sentido em que podem ser subvertidos, por um outro elemento que faz parte da lógica da rede: o prestígio do jornalista. Nas palavras da autora, “a *news net* é um sistema hierárquico de colectores de informação, e assim o *status* dos repórteres na *news net* pode determinar que informação de que repórter será identificada como notícia” Tuchman (1978: 24).

De facto, não só o *status* dos repórteres pode influenciar se a notícia é ou identificada como total, como ainda influencia o tipo de tratamento dado à notícia. Como verificámos no nosso trabalho, os temas da seca no Alentejo e dos problemas da agricultura, correntemente tratados na secções País/Local/Regiões dos jornais diários ganham destaques de primeira página e desenvolvimentos na secção Sociedade (ou até na Política) quando assinados por repórteres mais prestigiados.

### 3. 2. Estruturar o tempo

Na análise de Philip Schlesinger (1993/1977), o factor tempo tem uma importância fundamental na produção das notícias. A “estrutura da competição que define a notícia como uma mercadoria precível exige uma estrutura de produção baseada no valor do imediatismo (*immediacy*) e nos horizontes temporais de um ciclo diário” (idem: 177). O conceito temporal de imediatismo remete ao lapso (mínimo) de tempo entre a ocorrência do acontecimento e a sua transmissão ao público. Reportar em directo é pois o ideal do imediatismo, ao qual só a rádio e a televisão podem aspirar. Mas, na medida em que o “imediatismo age como medida para a deteriorabilidade” - as notícias são “quentes”, “frias” ou “velhas” - , os próprios jornais tendem a adaptar esse ideal jornalístico aos seus ciclos de produção (idem:181).

Dada a centralidade do factor tempo, as empresas jornalísticas precisam de “impor uma estrutura sobre o tempo”, de forma a gerir o seu trabalho diário (Traquina, 1993b/1988: 171). Por um lado, grande parte da cobertura do dia é na verdade planeada, com antecedência, através dos serviços de agenda, que identificam os acontecimentos futuros (Traquina, idem; Schlesinger, 1993/1977). Por outro lado, as organizações jornalísticas tendem a cultivar contactos com agentes cuja inserção em instituições particulares lhes permite captar informações valiosas.

Deste modo, estabelecem-se certos “canais de rotina” (Traquina, idem: 172), a que os *media* acedem regularmente. As inter-relações e interdependências que daqui resultam não deixam de ser problemáticas a vários níveis. Para as equacionar, impõem-se algumas considerações acerca da problemática relação entre os jornalistas e as respectivas fontes.

### 3.3. Relação com as fontes

Como observa Tuchman (1991: 86), os trabalhos sobre as organizações jornalísticas conduzidos numa base de observação participante convergem na conclusão de que essas organizações “desenvolvem necessariamente ligações especiais com fontes de informação legitimadas e centralizadas”. A mesma conclusão se pode extrair da investigação de Rogério Santos (1998: 39 realizada na revista *Fortuna*: “Uma fonte oficial tem maior acesso que uma fonte anónima”.

A selecção das fontes obedece a algumas convenções, derivadas das noções de “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objectividade”, que constituídas em normas de trabalho jornalístico se traduzem em assegurar que as afirmações produzidas nos *media* são afirmações “objectivas” e “autorizadas” de fontes “dignas de crédito” (Hall *et al.*, *idem*: 229).

A assunção, por parte dos jornalistas, de que os indivíduos, enquanto fontes de informação, têm interesses pessoais a defender, conduz a que, para o serem, as fontes tenham que dar mostras de credibilidade.

Como se lê no *Livro de Estilo* do jornal *Público* (1998:64, 71) “Uma fonte não é qualquer pessoa ou qualquer entidade livremente constituída como tal: só é fonte aquele (a) a quem (que) o Público reconhece ter competência e seriedade na informação que presta”. Noutra passagem lê-se ainda que as fontes “devem estar bem colocadas para falar no assunto”.

Os agentes “bem colocados” são, normalmente, os que ocupam lugares de topo em instituições importantes: parlamento, governo, administração pública, partidos políticos, grandes empresas, sindicatos, ou outras organizações representativas de pessoas ou grupos de interesse constituídos. A credibilidade destas fontes decorre do seu poder institucional, mas também do estatuto de “representante”, que as autoriza a falar em nome de outros (Hall *et al.*, 1993/1973: 229).

Na prática, os *media* procedem com base naquilo a que Becker (citado por

Hall *et al.* 1993/1973: 229) chamou “a hierarquia da credibilidade” - as posições de poder jogam a favor da credibilidade, porque se supõe que os indivíduos que as ocupam têm acesso mais detalhado aos “factos”, estando por isso na posse de informação considerada mais “fiável” (Tuchman, 1993a/1972: 85).

Na análise de Hall *et al.* (idem: 229) os objectivos declarados do jornalismo manifestam aqui uma nítida contradição: “Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media*, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os *media* nas ‘definições de realidade’ que as suas ‘fontes acreditadas’ – os ‘porta-vozes’ institucionais – fornecem”.

É no mesmo sentido que apontam as conclusões de Ericson *et al.* (citado por Tuchman, 1991: 87): “A notícia é um produto de transacções entre jornalistas e as suas fontes. A fonte primária da realidade para as notícias não é o que acontece no mundo real. A realidade das notícias está incorporada (*embedded*) na natureza e no tipo de relações sociais e culturais entre jornalistas e as suas fontes”.

A teorização de Molotch e Lester (1993/1974) ajuda a esclarecer essas relações. Na análise de Nelson Traquina (1995), o contributo destes autores permite, inclusivamente, potencializar aspectos, já relevados pela literatura do *agenda-setting*, quanto às relações entre agenda pública, agenda governamental e agenda mediática, ou agenda jornalística, terminologia que Nelson Traquina considera mais adequada<sup>8</sup>.

O quadro conceptual de Molotch e Lester (idem: 38) destaca três “agências principais” com intervenção, embora desigual, na forma como as ocorrências se tornam públicas: 1) os promotores de notícia (*news promoters* notícia) que identificam uma ocorrência como especial; 2) os *news assemblers*

<sup>8</sup> Nelson Traquina (1995: 194) justifica esta precisão terminológica do seguinte modo: “a agenda mediática dos estudos do agenda-setting é, de facto, a agenda dos *media* noticiosos, ou seja, a agenda do campo jornalístico (ou, como preferimos, a agenda jornalística), concebido o termo campo jornalístico como o conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como informação”.

entre *media* e definidores primários, cuja principal relevância reside na possibilidade dos últimos poderem influenciar todo o processo subsequente do tratamento da notícia.

Assim, o primeiro quadro deixa antever uma maior complexidade na relação entre promotores e jornalistas, podendo-se inclusivamente depreender que a imposição de certas ocorrências e respectivos enquadramentos na agenda jornalística supõe “uma conquista que tem que ser ganha nas negociações com os profissionais do campo jornalístico” (Traquina, 1993: 141).

De qualquer modo – numa óptica de maior ou menor negociação - o que sobressai das análises da relação entre as organizações jornalísticas e as fontes institucionais é que os produtos jornalísticos não são o resultado exclusivo da acção dos profissionais do jornalismo.

Não se pretende, com esta observação, questionar a autonomia do campo jornalístico e, muito menos nublar o papel activo na forma como os jornalistas transformam o acontecimento em “estórias” jornalísticas, o que aliás estaria em contradição com o entendimento das notícias enquanto processo de construção. O que se pretende é salientar que, embora autónomos, o campo do político e o campo dos *media* estão imbricados: a mobilização de ocorrências constitui um recurso fundamental da acção política para impor as suas significações, ao mesmo tempo que os *media* “constróem um mundo no qual o reino político é preeminente” (Schudson, 1993/1982: 289).

#### **4. Teoria do Agenda Setting: o ambiente como exemplo**

Ainda que brevemente, importa, pois, equacionar alguns aspectos da relação entre a agenda jornalística, a agenda política e a agenda pública.

Este tipo de questões tem sido abordado no âmbito da teoria do *agenda-*

(jornalistas e editores) que transformam ocorrências promovidas em acontecimentos públicos, podendo eles próprios ser promotores, por exemplo no jornalismo de investigação; 3) os consumidores de notícias (*news consumers*), que “assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação do tempo público”.

O trabalho de promoção decorre das “necessidades de acontecimento daqueles que fazem a promoção” (Molotch e Lester, *idem*: 37). Associa-se portanto a “interesses”- na conversão de certas ocorrências em acontecimentos públicos, ou em sentido inverso na “prevenção” para que esse estatuto não seja alcançado – e à “intencionalidade” dos actores (*idem*: 39).

Dado existirem “necessidades de acontecimento opostas” (*idem*: 37) relativas à mesma ocorrência, outra característica do trabalho de promoção é a competição por diferentes definições e versões das ocorrências. Nesta medida, os meios de comunicação de massa constituem o palco privilegiado da vida política, que para os autores “é feita de uma desenfreada competição especializada entre pessoas que têm acesso aos *media*, e como tal tentam mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção da experiência” (Molotch e Lester, 1993/1974: 40).

Alguns promotores, os mais “poderosos”, têm “acesso habitual” aos *media*: os altos funcionários do governo, figuras políticas, ou outros que beneficiam de recursos institucionais de poder. Aliás, para os autores, existe uma circularidade nesse processo: se, por um lado, o poder é a chave de acesso aos *media*, por outro, o próprio “acesso de rotina é uma das importantes fontes e sustentáculos das relações existentes de poder” (*idem*: 44).

Outros indivíduos, ou grupos, não têm acesso regular aos *media*: “Eles têm de ‘fazer notícias’, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de agitação. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção dos acontecimentos” (*idem*: 45).

No que respeita a realidade portuguesa, de um modo geral, têm sido

assinalados défices na capacidade dos cidadãos influenciarem e participarem nas decisões colectivas, ao mesmo tempo que se reforça “a tendência para o autofechamento elitista do funcionamento do sistema político” (Mozzicafredo, 1998: 278). Talvez por isso, a experiência dos últimos anos contemple numerosos exemplos de acontecimentos “disruptivos”. Como se, de facto, a perturbação da normalidade, fosse a única forma de os menos poderosos participarem na definição pública de questões e acontecimentos. O bloqueio na Ponte 25 de Abril em Junho de 1994, a manifestação de agricultores em Ourique, com a ameaça de corte ao IP1, ou a mobilização das populações contra a co-insineração são apenas alguns exemplos que adquiriram maior expressão mediática.

Um aspecto suplementar da teorização de Molotch e Lester reside na sugestão de que os “promotores poderosos” têm igualmente capacidade para intervir no tempo de vida do acontecimento (idem: 44-45). Assim, a “deteriorabilidade” de que fala Schlesinger (1993/1977) pode não ser medida exclusivamente pelo factor tempo, mas também por um valor de uso que dura enquanto durar a necessidade de acontecimento.

Mesmo os acontecimentos “disruptivos” não desencadeados por “necessidades de acontecimento” dos poderosos, podem ser apropriados por indivíduos ou grupos, diferentes dos que protagonizaram o *happening*, de acordo com diversos interesses e, enquanto tal, mantidos na agenda dos *media*.

Exemplar deste ponto de vista, durante o período coberto pela análise da imprensa (1992-1996) foi bloqueio da Ponte 25 de Abril, planeado por cidadãos anónimos em Junho de 1994, amplamente destacado na ocasião e mantido ainda na agenda dos *media* na *rentrée* política do Setembro, com o anúncio da eventual solução política da demissão do então ministro do Território e Obras Públicas.

A natureza das relação entre os *media* e as fontes têm outras implicações para além do acesso “estratificado socialmente” (Traquina, 1993/1988:173). A interacção entre jornalistas e fontes envolve reciprocidades e relações de confiança, mas também descoincidências/conflitos entre o que a fonte quer

tornar conhecido (ou ocultado) e o julgamento que o próprio jornalista faz do valor da informação que a fonte lhe disponibiliza. Neste sentido, “A relação entre fonte informativa e jornalista é uma luta e um negócio permanente: aquela coloca as informações de acordo com os seus objectivos; este adapta a informação a quadros de noticiabilidade da sua organização” (Santos, 1997:163).

As fontes institucionais dotam-se porém de recursos estratégicos que em certa medida lhes permitem gerir a “correspondência entre as suas necessidades de acontecimento e as dos *news assemblers*” (Molotch e Lester, 1993/1974: 39).

Uma dessas estratégias é a acreditação de jornalistas. A fonte “confere crédito a um jornalista, reconhecendo-lhe capacidade para tratar informações relativas a actividades por si desenvolvidas” (Rebelo, 2000: 30).

Outra é a organização de um sistema eficaz capaz de gerar fluxos de informação sobre o âmbito de acção da fonte. Pessoal especializado e familiarizado com o trabalho jornalístico organizam as suas próprias rotinas de divulgação. Estruturam a informação (*press releases*) segundo o próprio formato jornalístico, cuidam dos *timings* da sua divulgação, bem como da marcação de conferências de imprensa ou entrevistas em momentos cruciais das suas actividades.

Esta “postura pró-activa” das fontes, como a designa Rogério Santos (1997: 111), passando inclusivamente pela “escolha” dos jornalistas (Rebelo, 2000: 30) pode “influenciar não só a cobertura mas também o conteúdo da notícia publicada” (Traquina, 1993/1988: 173).

Na análise de Hall *et al.* (1993/1973: 229) a influência das fontes é, de facto, decisiva na produção de notícias. A “preferência estruturada” que os *media* concedem às fontes institucionais, transforma esses “porta-vozes” em “definidores primários” (*primary definers*) de tópicos.

A noção de “equilíbrio” informa o trabalho jornalístico no sentido apresentar as “possibilidades conflituais” (Tuchman, 1993a/1973; Gurvitch e Blumer, 1993/1982) garantindo que as “partes” interessadas sejam ouvidas, até

porque “a construção de um tópico em termos de debate” reforça a noticiabilidade (Hall *et al.*, *idem*: 230).

Mas, “o importante da relação estruturada entre *media* e definidores primários” é que a definição ou interpretação primária de tópicos “comanda a acção em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as coberturas ou debates”. Deste modo, mesmo os argumentos contrários à interpretação primária são chamados à intervenção com base nesse “enquadramento interpretativo inicial” (Hall *et al.*, *idem*: 230).

O papel dos “promotores” das ocorrências, na terminologia de Molotch e Lester (1993/1974) ou dos “definidores primários” de tópicos, na terminologia de Hall *et al.* (1993/1973) sugerem prudência quanto à consideração dos *media* como contrapoder.

Molotch e Lester (*idem*:50 - 51) sustentam que “aqueles que têm acesso [contínuo] aos *media* acabam por determinar a experiência pública” e que o exame dos registos produzidos ajudam a encontrar os métodos pelos quais se realiza a “hegemonia ideológica”. Acrescentam que só o “acidente”, ou o “escândalo” perturbam o “trabalho político de rotina”, permitindo “o acesso a informação que é directamente hostil a esses grupos”.

Hall *et al.*, (1993/1973: 226) sem ocultarem também a possibilidade de conflito de interesses entre jornalistas e definidores primários, levando os primeiros a investigar o que os segundos prefeririam silenciar, consideram que “a tendência prevalecte nos *media* se verifica na direcção da reprodução, entre todas as suas contradições, das definições dos poderosos, da ideologia dominante”.

Parece-nos, porém, que a natureza das relações entre *media* e fontes institucionais é equacionada em moldes algo diferentes. Molotch e Lester (1993/1974) falam de estratégias utilizadas pelos promotores para fazer convergir as suas necessidades de acontecimento com as dos *news assemblers*, e sublinham que o trabalho de promover ocorrências a acontecimentos públicos envolve a competição entre promotores.

Por sua vez, Hall *et al.*, (1993/1973) referem-se à relação estruturada

*setting*, cuja emergência se situa nos anos 70, embora tenha sido Cohen (1963, citado por Traquina, 1995: 193), a sugerir uma primeira conceptualização: a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem”.

O termo *agenda – setting* surge, uma década depois, no trabalho de McCombs e Shaw que, de um modo geral, comprova empiricamente a consonância entre as questões a que os *media* dão realce e aquelas que o público tende igualmente a assumir como mais relevantes. Rogers, Dearing e Bregman (citados por Traquina:1995) conceptualizam as três componentes do processo de agenda- setting: agenda mediática, agenda pública e agenda da política governamental.

Apreciando os desenvolvimentos deste campo de pesquisa, ” (McCombs e Shaw, citado por Traquina: 1995:204) escrevem que: “O agenda-setting é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a selecção de objectos que despertam a atenção como a selecção de enquadramentos para pensar esses objectos são poderosos papéis de *agenda-setting*”.

Convém porém recordar, na sequência do que antes foi dito, que a selecção de “objectos” e de “enquadramentos” operada no campo jornalístico transporta, frequentemente, as marcas da intencionalidade dos actores empenhados em determinar a “experiência pública” (Molotch e Lester, 1993/1974), mormente os actores da vida política, os decisores em geral, mas também os cientistas ou especialistas, que como *expert* de determinados assuntos, constituem igualmente vozes autorizadas nos *media*.

O público, por sua vez, não é mero espectador passivo desta “luta simbólica em torno da construção de acontecimentos e questões” (Traquina, 1995:203): “O resíduo de biografia, materiais anteriores disponibilizados pelos

*media* e o presente contexto, tudo isso molda o trabalho do consumidor de construção de acontecimentos” (Molotch e Lester, 1993/1974: 42).

Ao contrário dos *news assemblers* e dos *promotores* oficiais, os consumidores de notícias não têm, no entanto, “nenhuma base institucional donde possam difundir o seu trabalho” (Molotch e Lester, *idem*). Mas, nem por isso o conhecimento das suas opiniões, expectativas ou ansiedades deixa de constituir um importante recurso para os profissionais da política e do jornalismo, como aliás se verifica facilmente pela frequência com que o mecanismo das sondagens é utilizado a propósito dos mais diversos assuntos da vida social, e até para reformular os próprios projectos jornalísticos, de que é exemplo mais recente o semanário *Independente*.

Atendendo “às influências mútuas mas certamente desiguais entre as agendas”, Nelson Traquina (1995: 197-198) propõe uma reconfiguração do esquema de Roger, Daring e Bregman, incorporando elementos de uma teoria da notícia.

As componentes do processo de *agenda-setting* são, neste caso, a agenda das agendas políticas (cuja definição constitui o principal alvo da luta política) que “influencia a agenda jornalística” - ao mesmo tempo que é influenciada pela agenda jornalística, visto os jornalistas serem eles próprios *news promoters* - e, que por sua vez, influencia a agenda pública.

Outros aspectos, como a experiência directa e as conversas interpessoais são igualmente relevantes na agenda dos consumidores de notícias. A agenda pública também pode influenciar a agenda das agendas políticas e a agenda do jornalismo, como atestam as sondagens de opinião. Por fim, os próprios acontecimentos intervêm no processo de *agenda-setting*.

Esta conceptualização é consonante com as conclusões a que chegam Chapman et al. (1997: 43) no seu estudo sobre a cobertura mediática das questões ambientais na imprensa britânica: “a principal razão do ambiente surgir ou desaparecer como questão (issue) nos *media* é a predominância da [...] agenda política”.

Na experiência de Amanda Brown, a primeira (e última) correspondente

para as questões ambientais da agência britânica *Press Association*, o que realmente colocou o tema ambiental na agenda política foi a posição pública de Margaret Thatcher – assumida no discurso à *Royal Society*, em Setembro de 1988, e um mês depois na conferência anual do Partido Conservador – que outra jornalista descreveu como a transformação da “*dama de ferro em deusa verde*” (citado por Chapman *et al.*, *idem*: 43, sublinhado nosso).

O pico de interesse pelo ambiente atenuar-se-ia depois das eleições para o Parlamento Europeu (Junho de 1989) que deram ao Partido dos Verdes 15% dos resultados eleitorais. Nesta altura, os grandes partidos “talvez assustados pelo génio que ajudaram a tirar da garrafa” retiraram as questões ambientais da sua agenda política (Chapman *et al.* *idem*: 44). As próprias palavras de Thatcher, no seu livro de memórias, indicam de algum modo que o tema ambiente perdeu centralidade nas “necessidades de acontecimento” do seu partido, pois a legítima preocupação com o ambiente passou a ser usada para “atacar o capitalismo, o crescimento e a indústria” (citado por Chapman *et al.*, *idem*: 43).

Expressivo do desinvestimento dos *media* em matéria ambiental é também o facto de os correspondentes especialistas nessa área terem praticamente desaparecido de cena.

Os autores não deixam de assinalar a complexidade deste processo, referindo, designadamente, a recessão económica do final da década de 80 e início da década seguinte, que teria contribuído para fazer da economia o centro de todas as atenções. De facto, vários jornalistas entrevistados neste estudo sugerem que o ambiente como “questão” tende a oscilar, consoante o estado da economia.

Em geral, a literatura que se tem dedicado à abordagem da construção social das problemáticas ambientais tende a associar a valorização do ambiente e a sua integração nas práticas sociais a valores “pós-materialistas” próprios das sociedades ricas<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Martínez Alier (1992: 13-14) reconhecendo a tendência geral para considerar as questões ecológicas como manifestação próprias das sociedades mais ricas, entende que o ecologismo não é “um fenómeno social de pessoas com estômagos cheios”. Ou melhor se existem essas formas de sensibilidade à

Em Portugal, a agenda política não terá motivado com tanta expressão a colocação do tema ambiental na agenda jornalística, pelo menos numa primeira fase.

As análises ao discurso político – ao nível governamental e partidário – parecem indicar, pelo menos até ao início da década de 90, “uma ausência de lógica” e de “estratégia” na abordagem do tema ambiental (Figueiredo e Martins, 1996: 429).

Deste modo, parece plausível que os actores políticos não sejam os principais *news promoters* do ambiente. A não ser, mais recentemente, com a Presidência Aberta do Ambiente (Abril de 1994), acontecimento que veio “consolidar, promover e estimular a presença ‘verde’ no discurso e preocupações políticas” (Schmidt, 1996: 452).

A evolução acidentada e muito influenciada por “movimentos políticos exteriores” (Schmidt *idem*:448) da agenda política do ambiente não afastou o tema das preocupações públicas portuguesas.

Segundo dados do Inquérito do Instituto Gallup, realizado em 1992, (analisados por Schmidt, *idem*), os problemas ambientais fazem parte das preocupações dos portugueses. Mas tendem a ser percebidos numa escala de agravamento à medida que o questionamento se alarga das comunidades de inserção até ao nível planetário.

O mesmo inquérito aplicado na Grã-Bretanha converge com os resultados portugueses no plano seguinte: os problemas ambientais agravar-se-ão nas próximas décadas e dizem mais respeito aos “outros” do mundo (Schmidt, *idem*; Chapman *et al.* *idem*). Na análise de Luisa Schmidt (*idem*: 455) “não pode deixar de haver uma grande implicação mediática nesta forma de construção da opinião pública” que tende a perceber o “mal ambiental” como problema dos “outros” e a “prazo”. Noutros países onde o inquérito foi aplicado, os resultados assemelham-se a estes (Chapman, *et al.* *idem*; Dickens,

---

ecologia, também existem outras, as dos países “pobres”, tal como se manifestam na Índia, no Brasil, no Kenia ou na Malásia, onde se assiste a movimentos populares pela defesa dos direitos comunitários sobre os recursos naturais.

1996).

Refira-se que, em Portugal, a sondagem a que nos temos referido decorreu cerca de dois meses antes do início da ECO 92, portanto, quando este mega acontecimento mediático, que mereceu a acreditação de 2000 jornalistas, estava já a ser “ventilado junto da opinião pública” (Schmidt, *idem*: 455).

No seguimento da conceptualização de Nelson Traquina (1995), o “acontecimento” pode ter, ele próprio, um importante papel de *agenda-setting*. Por maioria de razão quando se trata de perigos ambientais.

As catástrofes ambientais (como Chernoby, ou as contaminações em geral) prestam-se facilmente à dramatização e a dicotomias simplificadores do tipo “os maus” e as “vítimas”. Além disso, e de forma mais importante ainda, os acontecimentos relacionados com problemas ambientais são expressão de riscos, de ameaças, inevitavelmente geradoras de inquietação<sup>10</sup>.

Mesmo que esses riscos tendam a ser vistos como problemas dos “outros” e não colocados em relação com a nossa experiência imediata, persiste a ideia do seu agravamento futuro.

Aquilo a que Hans Jonas (citado por Ferry: 1993) chama a “heurística do medo” – para designar a tomada de consciência de que as nossas capacidades de criação estão desfasadas face ao manancial de destruição ao nosso dispor – pode enraizar-se subtilmente, quando, por exemplo, nos damos conta da prevaricação suprema contra os interditos biológicos, que foi o introduzir a carne na alimentação dos herbívoros.

A propósito, justamente, da percepção social dos perigos alimentares, a nutricionista Marian Apfelbaum (1998: 277) assinala a dissociação entre a “realidade tal como é descrita pela ciência” e os “fantasmas colectivos”

---

<sup>10</sup> Para Ulrich Beck (1994: 17-18) a emergência da “sociedade de risco” constitui uma nova fase da modernidade, “em que os riscos sociais, políticos económicos e individuais tendem a escapar cada vez mais ao controle e protecção da sociedade industrial”. Parte importante da reflexão do autor incide sobre os riscos associados às novas tecnologias (nuclear, químicos sintéticos, engenharia genética) que colocam os problemas ambientais numa dimensão radicalmente distinta daqueles que precedentemente resultaram da poluição industrial. O recente problema em torno da incapacidade (científica e política) para controlar a BSE constitui para Beck (1997) a expressão acabada da “sociedade de risco”

criadores de uma outra realidade que se torna social e política. Cita como exemplo paradigmático o problema dos nitratos surgido em França: “Está [hoje] perfeitamente demonstrado que o consumo de água com doses superiores aos limites de potabilidade legalmente definidos seria inofensivo para a saúde pública”. Mas, continua, “nenhuma comissão de especialistas, nenhuma instância nacional [no caso francesa] o pode dizer porque a opinião pública não o admitiria”.

A concluir, e obviamente sem pretensões de resumir toda a complexidade do processo de *agenda-setting*, entendemos a produção do conhecimento e das imagens que circulam na opinião pública como um ciclo comunicante de ideias e de experiências, onde intervêm os actores do mundo político ( e outros, como os especialistas, cientistas, técnicos, agentes económicos), os jornalistas e o público.

Embora a estas três instâncias assistam poderes de influência muito diferentes – na selecção que do é ou não importante e na definição de como pensar esses temas ou assuntos – elas não deixam de projectar *feedbacks*, de intensidade desigual, umas sobre as outras.

Neste ciclo, sem ponto de partida nem ponto de chegada, a agenda dos *media* não é mera inscrição dos acontecimentos, das visões do mundo, ou dos projectos de sociedade: seleccionar questões é sempre uma forma de recortar a realidade. Enunciá-las, contar a “estória”, é propor ao público uma leitura dessa realidade construída.

Convocando a teorização exposta ao longo deste capítulo para os nossos objectivos de pesquisa, trata-se de analisar as leituras que se propõem na imprensa acerca do Alentejo rural. Ao mesmo tempo que procuramos identificar a origem dos discursos que colocam as suas significações no espaço mediático, bem como a interacção entre diferentes ordens discursivas.

Pelo que releva do *corpus* teórico-metodológico a que nos fomos referindo, parece plausível que os acontecimentos relativos ao espaço rural a

que os *media* dão realce tenderão a coincidir com as necessidades de acontecimento das fontes institucionais.

Mas, a confirmar-se a hipótese que colocámos no início deste trabalho – de na sociedade portuguesa estar a emergir uma nova relação e um novo tipo de interesse pelo território rural – será de esperar que os temas do rural e do agrícola sejam também mobilizadores para outros grupos que não apenas os representantes institucionais e os grupos que tradicionalmente falam em nome do rural, ou seja, os agricultores.

Do que se disse acerca do processo de *agenda-setting* parece decorrer que outros intervenientes, designadamente os especialistas - que os *media* tendem a convocar como vozes autorizadas, – terão a sua contribuição na definição das questões da agenda pública e na forma de as apreciar, posto que a sua autoridade reside precisamente na competência do saber.

Os profissionais dos *media*, quer na forma mais directa dos conteúdos que produzem, quer enquanto membros do *star system* (Sorlin: 1997) estão, tal como os profissionais das artes, escritores, etc. na posição de “intermediários culturais” cujo papel na definição de *estilos* e na apreciação dos espaços tem sido destacado por vários autores (por exemplo, Urry 1996).

Enfim, os actores sociais melhor posicionados quanto ao acesso contínuo aos *media*, serão pois os que mais adequadamente podem defender a “importância e [...] o status factual das ‘suas’ ocorrências”, por essa via contribuindo mais notoriamente para gerar a “experiência pública” (Molotch e Lester, 1993/1974: 44).

Em contrapartida, outros indivíduos ou grupos, que não possuem recursos propícios a gerir os *inuputs* de acontecimentos com a mesma regularidade, desencadeiam acções pontuais criando tópicos de noticiabilidade, que incentivam a cobertura mediática, pela sua natureza “disruptiva” (Molotch e Lester, idem: 45).

As manifestações de agricultores ou as diversas acções de resistência protagonizadas pelas colectividades territoriais tenderão, muito provavelmente, a integrar esta última forma de promoção pública de acontecimentos.

Por se prestar à dramatização e à “espetacularização” – característica que tende a informar a comunicação política – este registo de noticiabilidade pareceria o mais eficaz. Mas, dadas as características da produção jornalística, prevalece o risco de as razões que desencadearam a acção serem subalternizadas em favor do tópico de noticiabilidade que justifica a cobertura jornalística (o desacato à ordem).

Como observa Barbara Phillips (1993/1976: 331) os hábitos mentais relacionados com o ofício jornalístico (lógica do concreto, orientação para o actual, ênfase no contingente), e os constrangimentos organizacionais (com as suas rotinas estabelecidas e as pressões decorrentes da luta contra o tempo) conjugam-se entre si, fazendo com que os factos surjam como “discretos” e “desconexos”. Por estas razões, “as notícias dão a sensação que existe novidade sem mudança” (ibidem). E, não raramente, na “resposta aos seis servidores do *lead* noticioso, os dois (como? e porquê?) que mais carecem de explicação são precisamente aqueles que o leitor quer da notícia e menos encontra (Traquina, 1993/1988: 176).

Deste modo, os grupos cujo protagonismo irrompe na cena mediática pelo carácter disruptivo (e quase sempre efémero) dos acontecimentos em que estão envolvidos terão maiores dificuldades em fazer passar para a opinião pública uma imagem coerente dos propósitos e das razões subjacentes às suas acções. Uma dificuldade que tenderá a crescer, à medida que as questões em discussão mobilizam o investimento de actores melhor posicionados para aceder mais regularmente à visibilidade pública. Por exemplo, as novas políticas para a agricultura e para o espaço rural parecem orientar-se para modalidades que de certa forma vão de encontro às expectativas dos sectores urbanos mais influentes, implicando necessárias adaptações por parte das colectividades territoriais e suscitando entre elas maiores ou menores resistências.

## Cap. IV. Análise da imprensa: método e aplicação

### 1. Justificação da observação da imprensa

Ainda que não se leve ao extremo o determinismo de Marshal McLuhan para quem a “mensagem é o *medium*” (1967), importa reconhecer que os suportes físicos da comunicação não são simples veículos, servindo meramente de transporte das mensagens e permanecendo estas como totalmente imunes às características daqueles.

Não cabe aqui entrar em detalhes acerca das características dos três grandes suportes da comunicação mediática – rádio, televisão, imprensa escrita –, a não ser para justificar a nossa opção pela análise da imprensa.

Razão acrescida para essa justificação é o facto de a televisão e a rádio (a materialidade do *visual* e da *voz*) conquistarem maior espaço na economia dos tempos livres e possuírem, conseqüentemente, audiências mais alargadas e heterogêneas do que a imprensa escrita (materialidade da *escrita*)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Baseamo-nos em particular no trabalho de Freitas et al. (1997) sobre hábitos de leitura da população portuguesa, mas de um modo geral os inquéritos sobre práticas de leitura revelam tendências convergentes: “os leitores aumentam, mas consagram menos tempo à leitura”. Paralelamente, entre as gerações mais jovens, (15-25 anos) “a leitura já não é considerada como um ponto de passagem obrigatório para o acesso ao conhecimento”. Os jovens lêem, mas não necessariamente texto impresso. “O suporte material da escrita está, assim, ameaçado não só pela diversificação das práticas de lazer, mas sobretudo pela *diversificação dos meios de conhecimento*” (Furtado, 1995: 87,88).

Esta realidade não significa, porém, que a imprensa escrita seja subalternizada no que se refere à capacidade para definir quais são os assuntos publicamente importantes e os vectores pelos quais serão apreciados pela opinião pública.

Com efeito, na análise de Wolf (1987), relatando pesquisas empíricas de outros autores, o carácter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturada pelos jornais, enquanto a televisão reordena, (re)sistematiza e enfatiza os temas principais da agenda.

Também Saperas (1993: 76, 77e 78) considera que “à vista dos resultados obtidos em numerosas investigações, podemos afirmar que há uma tendência para se avaliar a imprensa como o *media* mais influente no estabelecimento da agenda temática”. No entanto essas pesquisas apresentam, do ponto de vista de Saperas, numerosas fragilidades; quer por se confinarem ao “âmbito da comunicação política”; quer por ostentarem resultados dispare, consoante os temas contemplados e os atributos das audiências; ou ainda pela dificuldade em ajustar o quadro temporal na determinação da capacidade de implantação de uma agenda mediática.

Donde, e esta é uma crítica que Saperas (1993: 84) generaliza às investigações da *agenda-setting* “encontramo-nos com uma evidente situação de instabilidade metodológica que impede a possibilidade de qualquer generalização teórica ao abrigo de uma fácil refutação dos seus conteúdos sistemáticos”.

Retomando a especificidade dos três *media* (rádio, televisão e imprensa escrita) não se poderá negligenciar que os audiovisuais possuem condições para criar efeitos particulares de *agenda-setting*, como interromper uma emissão

---

A prática da leitura não reflecte, por outro lado, atitudes meramente voluntaristas por parte dos indivíduos, antes se inscreve nos diferentes contextos de inserção social que habilitam os indivíduos para a leitura e criam os “dispositivos” para o aprofundamento dessa prática. Estes dependem, fundamentalmente, do “ grau de presença dessas práticas nas famílias de origem”, das socializações primárias, com destaque para a experiência escolar, mais ou menos promotoras da leitura, das inserções socioprofissionais e dos graus de escolarização (Freitas *et al.* 1997: 263).

para reportar, em tempo real, de viva voz, com o dramatismo da imagem, acontecimentos extraordinários.

À imprensa escrita está naturalmente vedada essa possibilidade. A “televisão (com a cadeia de satélites) introduziu, pela sua própria natureza, uma nova relação temporal entre o evento e o público, regulada sobretudo pela rapidez da reconversão mediática do acontecimento e pela dimensão imagética que este assume” (Santos, 1995: 259).

Em compensação, a imprensa escrita desenvolve outras estratégias de abordagem dos assuntos. Fornece informação mais detalhada, com um nível de descrição mais pormenorizado, que se pode fazer acompanhar de análises e comentários, de editoriais, de tribunas de opinião e que globalmente aprofundam a informação e alargam as suas dimensões. Esse “nível de descrição ou de reflexão analítica” é bem diferente do permitido na comunicação televisiva, onde “é impraticável o longo discurso analítico”, até porque a “própria linguagem oral tem necessidade, para ser eficaz e atractiva de acompanhar em velocidade a linguagem das imagens” (Santos, 1995: 259).

Por sua vez, no plano da audiência, estar perante os *écrans* da televisão, como telespectador, ou estar perante os jornais (ou outros suportes escritos) como leitor supõe atitudes diferentes: à atenção fragmentada no primeiro caso, opõe-se a exigência de concentração requerida pela leitura. Leitura a que alguns autores associam uma atitude menos passiva (Alduan, 1985). Almeida Santos (1995: 262) leva mais longe esse argumento, considerando que “o simples acto de ler é já, mesmo no pior dos casos, uma forma de pensar, quando, pelo contrário, uma imagem ou sequência de imagens, no pior dos casos, é tão só um acto passivo de ver”.

Referindo-se globalmente às formas literárias, Giddens (1993: 169) assinala que delas decorrem “retratos da vida humana” intimamente “ligados à capacidade reflexiva dos seres humanos para se reconstruírem imaginativamente experiências que não são as suas e para desenvolverem uma relação emocional e, deste modo melhorarem o conhecimento de si próprios”.

Na sequência das imagens televisivas não há lugar para pausas, a imagem “alimenta-se da sua perda”, no sentido em que incessantemente uma imagem “mata” a imagem anterior, não deixando grande espaço para a reflexividade (Candau, 1998: 110) de que fala Giddens (1993).

No suporte da escrita, a leitura pode ser interrompida e retomada, sem perdas de conteúdo, e de acordo com as escolhas do leitor, que se pode mover entre a leitura sinóptica dos títulos, e a leitura parcelar ou integral dos artigos de sua preferência.

Para alguns autores, embora os *media* audiovisuais venham adquirido uma valorização social crescente, o suporte escrito conserva um forte simbolismo, associando-se-lhe, designadamente, o valor da veracidade e da profundidade (Alduan, 1985).

Noutras interpretações, a relação com o suporte escrito “dessacralizou-se” (Furtado, 1995: 80). A maior diversidade das práticas de lazer e a concorrência dos suportes informáticos face aos tradicionais, mais adaptados aos valores do imediatismo e do efémero favorecidos nas sociedades modernas, contribuem para essa “percepção deslegitimadora do livro enquanto objecto condensador e carregado do saber, da erudição”. A confirmar-se esta tendência, é de admitir “um hipotético refreamento para a sobrestimação das práticas de leitura” (Freitas *et al.* 1997: 269-270).

Um aspecto suplementar em abono da importância da imprensa na definição das questões públicas reside no recurso frequente, por parte da televisão e da rádio, a jornalistas da imprensa, convidados a comentar certos tópicos, por vezes a título de “especialistas”, ou a participar em debates.

Adicionalmente, refira-se ainda que algumas rádios, designadamente a TSF, incluem nas suas grelhas diárias a chamada “revista da imprensa”. Outros programas radiofónicos, contam com a participação de *opinion makers*, que debatem entre si os temas de actualidade política e onde se observa frequentemente o regresso aos temas agendados pela imprensa. O “Flash back”, transmitido por aquela mesma rádio, constitui exemplo desse modelo, cuja longevidade se pode também considerar a medida do seu sucesso entre as

audiências. Para encerrar estes exemplos, refira-se ainda o conhecido “Fórum TSF”, um programa que abre o seu tempo de antena à participação pública, colocando em discussão temas que por vezes são previamente destacados pela imprensa.

No primeiro exemplo, relativo aos casos em que os profissionais da imprensa são convidados a pronunciar-se como “especialistas” de assuntos vários, o jornalista, experimenta a oportunidade de se deslocar entre repertórios; ou seja, mobiliza diferentes aspectos dos seus recursos discursivos em adequação às circunstâncias do papel de “especialista”, que lhe permitem, inclusivamente, fazer cenários de antecipação da realidade. Prever cenários ou antecipar possíveis reacções pode não levar à sua real materialização, mas é sempre inscrevê-los em campos do possível, logo em mapas de significação.

O meio do jornalismo é no entanto suficientemente diferenciado ( e hierarquizado) para que as observações precedentes se possam generalizar como estando ao alcance de todos os profissionais. Ainda que seja uma meta no prestígio profissional que alguns jornalistas procuram alcançar, na prática, trata-se de um apanágio tendencialmente restrito a um pequeno grupo deste meio, que, através da mobilidade entre repertórios adquire um permanente acesso à visibilidade pública<sup>2</sup>.

Algo semelhante, talvez até mais expressivo deste monopólio da palavra acontece com outros actores exteriores aos *media*. Entre eles, destacam-se os

---

<sup>2</sup> Os aspectos mais notórios da estratificação profissional do jornalismo português remetem precisamente para a consolidação de uma “elite” que “postula para si o direito quase exclusivo à fala pública” (Garcia, 1995: 377, 378). Inseridos no chamado “*star system*”, os membros deste pequeno grupo angariam uma visibilidade social que os torna “principais responsáveis pela imagem da profissão junto da opinião pública”. Ao nível interno, o desempenho da elite do jornalismo transforma-se no padrão de referência, especialmente para os jovens recém chegados à profissão. Frequentemente motivados para a “ascensão hierárquica”, os membros deste grupo “desenvolvem atitudes miméticas relativamente ao grupo de topo”. Um terceiro grupo, digamos que “intermédio”, abrange jornalistas com mais tempo de carreira, em geral com poucas expectativas de promoção, e revelando atitudes de conformação face às tarefas de rotina que a organização jornalística lhes destina (Rebello, 2000: 26,27, baseado num estudo de José Manuel Paquete de Oliveira e José Luís Garcia).

“ideólogos e publicistas oficiais ou oficiosos dos principais partidos políticos” (Garcia, 1995: 378) que mobilizando os seus repertórios de colunistas, comentadores ou especialistas acedem às páginas mais destacadas da imprensa de referência, quer de forma regular quer mais episodicamente, normalmente em momentos cruciais. Acresce que, por vezes, esses fazedores de opinião têm ainda a possibilidade de acumular espaços de expressão das suas opiniões em diferentes *media*. Os protagonistas de alguns programas de rádio, como o já mencionado, “Flash back” fazem parte deste grupo restrito, que em certas ocasiões tem oportunidade de colocar os seus acontecimentos nas páginas dos jornais e, ao mesmo tempo fazê-los regressar à visibilidade pública, através do “dispositivo cénico”<sup>3</sup> da rádio.

A capacidade para se movimentarem entre repertórios permite aos *opinion makers* capitalizar os seus recursos simbólicos. Jogando nos dois tabuleiros, o mediático e o político partidário, “valem politicamente enquanto sujeitos mediáticos e valem mediaticamente enquanto sujeitos políticos” (Rebelo, 2000: 26). Têm assim a oportunidade de aceder à palavra na sede própria do debate político e, com igual legitimidade, mobilizam os seus repertórios interpretativos para comentar os acontecimentos da política, ou outros.

---

<sup>3</sup> Por dispositivo cénico, entendemos, na sequência da definição de Charaudeau (1997: 200) o quadro constituído pelo conjunto de circunstâncias materiais que presidem à realização de todo o acto de comunicação. Na comunicação mediática, esse quadro compreende materiais, um tipo de suporte e um tipo de tecnologia que agem como constrangimentos situacionais para cada um dos *media*. Os materiais são aqui a matéria na qual se “informa”, toma corpo e se manifesta “de forma codificada, o sistema significante” (oralidade, escrita, gestualidade, iconicidade, etc.). O suporte refere-se ao elemento material que serve de transmissão à mensagem (papel, ondas sonoras, écran de televisão, etc.). À tecnologia cabe regular a relação entre os elementos do material e do suporte. Combina os diferentes elementos e chega mesmo a organizar a “topologia” do quadro da comunicação. Isto é, a tecnologia impõem-se mesmo na forma como se ordena a relação entre os participantes num acto de comunicação. Num debate de televisão, por exemplo, os participantes podem ser estrategicamente colocados de forma a facilitar polémicas ou consensos (Charaudeau, 1997: 118).

Como “promotores de notícias” (Molotch e Lester, 1993/1974) enquanto “sujeitos políticos” e enquanto “sujeitos mediáticos” (Rebelo, 2000: 26), este tipo de actores, está naturalmente bem posicionado para poder enquadrar as ocorrências de acordo com as suas “necessidades de acontecimento”. Dito de outra forma, o acesso regular aos *media* habilita-os a “mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção da experiência” (Molotch e Lester 1993/1974: 40). De acordo com as “necessidades de acontecimento”, uma ocorrência pode então ser promovida ao estatuto de acontecimento público; ou pelo contrário a “necessidade de acontecimento” pode estar em prevenir que a ocorrência se transforme em acontecimento público (Moloch e Lester, 1993/1974: 39).

Vejamus um exemplo, relacionado com o nosso objecto, de como uma ocorrência pode ser enquadrada não para a promover a acontecimento público, mas antes para a desqualificar como acontecimento de interesse para o debate público. A ocorrência diz respeito ao debate parlamentar sobre o estado da agricultura portuguesa, promovido pela oposição socialista ao governo de Cavaco Silva, em 1994. O debate seria posteriormente tema de um artigo de opinião, publicado no semanário *Expresso*. O autor do artigo, simultaneamente deputado pelo partido do Governo e comentador com presença habitual nos *media*, exprimia assim a sua interpretação do debate parlamentar:

*“É normal que um país antigo sinta a sua identidade ligada à agricultura: no fundo, a agricultura foi a actividade dominante da esmagadora maioria dos portugueses durante o quase milénio da sua história. E é natural este sobressalto, porque todo este mundo está a desaparecer e, como sempre acontece, isso presta-se a todas as demagogias” (Expresso, 29/1/94).*

O deputado, que eventualmente terá participado no debate parlamentar, utiliza agora o espaço de expressão da opinião para desvalorizar esse mesmo acontecimento da vida política. A importância da declaração adquire contornos mais interessantes se acrescentarmos que ela se produz num contexto em que

vários sectores da sociedade mostram de facto preocupação sobre os destinos da agricultura e do espaço rural. Títulos de artigos como “Portugal e a ruptura do mundo rural” (*Expresso*, 29/1/94), “Agricultura em estado de coma” (*Expresso*, 28/5/94), “Rumos do Portugal europeu marginalizaram país rural” (*Público* 10/4/94) são demonstrativos da colocação em agenda dessas questões. A relação da sociedade portuguesa com os seus territórios rurais chegou a ser integrada numa problematização com contornos ainda mais contundentes. “Crime colectivo”<sup>4</sup>, assim se intitulou um artigo de opinião que responsabiliza as opções políticas para o espaço rural, nos termos seguintes:

*“[...] se os outros governos ainda podem invocar uma certa ignorância vigente à época, já os Governos de Cavaco Silva nada fizeram por ignorância, antes por deliberada e fria ponderação. Não foi por ignorância que Álvaro Barreto e Arlindo Cunha liquidaram a agricultura portuguesa para sempre, com isso assassinando a sentença de morte do mundo rural e de qualquer veleidade de ordenamento territorial equilibrado ou de domesticação do cancro das megapólis do litoral, rodeadas de subúrbios desumanizados”* (*Público*, 10/4/94).

Na perspectiva de Charaudeau (1997), a abertura dos *media* a actores exteriores reveste características particulares que importa ponderar. Antes de mais, significa a construção de um espaço para a troca de dizeres entre os participantes na vida social. Funda-se pois na simbólica da democracia; pretende ser a sua própria expressão, ao permitir a confrontação de opiniões, quanto mais não seja criando uma “ilusão de pluralidade” (Rebelo, 2000: 26) na forma de tratar as questões.

Mas, essa abertura ao exterior significa mais do que a interactividade entre o jornal e a sociedade. Os *media* de informação não se limitam a

---

<sup>4</sup> Este artigo que figura na tribuna de opinião faz parte de um leque de artigos que tomam como referencia a presidência aberta do ambiente, para inserirem na problemática ambiental as questões do rural e da agricultura. São exemplo de uma presidência aberta a funcionar como *news peg* – um cabide para “pendurar” outras questões.

disponibilizar o espaço para a confrontação da palavra, como se ela surgisse espontaneamente nos vários sectores da sociedade. Fazem muito mais do que isso. Cabe-lhes toda uma “mise en scène”, organizada de tal modo que “o confronto de palavras se torna ele próprio um acontecimento” (Charaudeau, 1997: 195). O Acontecimento é assim “provocado”, resulta de um dizer, uma construção que revela uma qualquer verdade sobre o mundo, que os *media* materializam, colocam em cena, através de dispositivos e formatos específicos, que serão abordados mais adiante.

Claro que a materialidade física dos diferentes *media*, os dispositivos cénicos próprios de cada um deles, introduzem especificações e limites à possibilidade de provocar o acontecimento pelo confronto da palavra. Mais precisamente, na televisão, o *media* com maiores possibilidades de explorar o confronto directo da palavra, a materialidade dos suportes e dos formatos associa-se a uma gramática das mensagens fortemente constringida pelo que o espaço-tempo representa em televisão.

Nos debates, nas entrevistas, ou nos “talk shows” os profissionais da televisão (apresentadores, jornalistas ou “entretainers”) assumem o papel de uma espécie de guardiões do espaço-tempo televisivo, cabendo-lhes gerir a cena e o espaço do que é dado ver e ouvir. Seleccionam os convidados. Guiam a troca de palavra de forma a satisfazer as condições “óptimas da espectacularização” de que “asseguram o domínio” (Charaudeau, 1997: 197). Assumem enfim o que Bourdieu (1997) tão criticamente entende ser um papel de dominação, de imposição de uma ordem, de um formato ao discurso. São de facto várias as possibilidades de actuação mobilizáveis pelo apresentador de televisão para exercer esse papel.

Começam pela sua liberdade de organizar a ordem e o tempo de uso da palavra. Continuam com ele a fazer a vez de diferentes personagens: o de “tradutor/simplificador” de um discurso que lhe parece menos claro; o de “provocador” que procura desarmar, apanhar em contradição o seu interlocutor ou instalar a polémica entre os participantes; o apresentador pode ainda

participar da troca comunicativa introduzindo as suas próprias reflexões, assumindo o papel de “comentador/interprete” (Charaudeau, 1997: 197).

Quanto à imprensa, os seus dispositivos não permitem naturalmente o confronto directo da palavra, o que não impede a existência de um confronto diferido no tempo. Os lugares privilegiados a partir dos quais a imprensa gere esse confronto são os espaços de abertura ao exterior, designadamente as páginas de opinião e as cartas ao director.

## **2. Método de análise da imprensa**

### **2.1. Síntese do método e constituição do *corpus***

Quando se trata da análise empírica de textos, uma das primeiras e maiores dificuldades que se colocam à investigação começa nas opções quanto à operação de redução do material. Isto é, os problemas começam assim que se inicia a definição dos procedimentos que nos permitirão passar do texto original a um novo texto que reproduza as dimensões significantes para os nossos objectivos de pesquisa e ao mesmo tempo elimine redundâncias e referências a questões não pertinentes.

Estamos assim perante um processo de selecção e de transformação do material recolhido sem contudo perder a possibilidade de aceder aos quadros de referência que presidiram à construção do texto.

Tratando-se de textos da imprensa, pelas razões que explicitaremos melhor nos sub-capítulos seguintes, não basta restringir-nos às funções referenciais dos discursos veiculados. O jornal como “sujeito semiótico” (Rebello: 2000), cultiva um estilo, uma linha, que são uma espécie de carteira

de identidade para o interior da organização jornalística e para a sua relação com o leitor: “ao ler o jornal, construo e actualizo constantemente um modelo do jornal (e das suas características)” (Djik, 1997: 118).

A comunicação dos jornais, como outros tipos de comunicação supõem “modelos contextuais” que importa ter presente na compreensão das propriedades discursivas (Djik: *ibidem*). Dito de outra forma, importa atender às condições de funcionamento dos textos, procurando relacionar o discurso com as suas condições de produção.

Seguindo em particular a metodologia de Charaudeau (1997) e de Rebelo (2000) sobre o discurso de informação mediática, iniciamos a exploração dos textos com a aplicação de uma grelha de análise aferidora dos géneros e tipos discursivos. Preceito de análise que entendemos justificar-se pela “heterogeneidade dos textos dos *media*” e pelo facto das suas particularidades introduzirem especificações na forma de reportar a realidade, além de que , presumivelmente os diferentes géneros se dirigem também a públicos diferentes (Larsen, 1991).

Em segundo lugar, dar-se-á atenção às operações de rubricagem, visando salientar critérios da produção jornalística quando à distribuição dos textos pelo espaço cénico, distribuição essa que podemos entender como formas de ordenar o mundo dos acontecimentos, colocando-os em espaços de visibilidade e mobilizando critérios de saliência consoantes com os preceitos de “*mise en page*” escolhidos pela instância mediática (Rebelo: 2000, Charaudeau, 1997; Tuchman: 1978)

Seguidamente, abordam-se as estratégias de enunciação no discurso jornalístico, detalhando-se especificidades acerca das diferentes modalidades de reportar o discurso de terceiros e as implicações inerentes. No entendimento de que a enunciação “situa” – o locutor em relação a outros discursos e em relação ao público - , podemos considerar que a enunciação desempenha um papel fundamental na estrutura da mensagem e na forma como esta será compreendida (Larsen, 1991; Charaudeau, 1997).

Em terceiro lugar, a análise incidirá sobre a dinâmica argumentativa, ou seja, sobre os elementos a que um locutor pode recorrer para propor às audiências certos “enquadramentos do real” (Breton, 1998; 2000).

O tipo de análise textual que temos estado a descrever vem sendo defendida pelos autores que citámos como alternativa às modalidades da análise de conteúdo “clássica”. A base da reflexão crítica sobre a análise de conteúdo radica na teoria da linguagem subjacente, que as várias escolas da análise do discurso consideram débil. Designadamente, por entenderem que a análise de conteúdo clássica conceptualiza o texto como uma manifestação directa das atitudes, valores e representações sociais.

A análise de conteúdo tem no entanto a vantagem de corresponder a uma técnica bem sistematizada do ponto de vista dos procedimentos, o que a torna mais operacional quando se trata de analisar um *corpus* vasto, como é o caso.

O *corpus* foi constituído pela recolha sistemática dos artigos da imprensa que se referiram às nossas palavras “núcleo”: Alentejo /rural/ agricultura / ambiente, bem como ainda aos textos em que se tratava de questões da agricultura ou do rural em geral. Estas referências gerais foram utilizadas como elementos de contextualização, nalguns casos até de comparação, e não foram obviamente consideradas quando nos reportamos à realidade do Alentejo. Os jornais sobre os quais incidiu a observação foram o *Diário de Notícias*, o *Diário do Alentejo*, o *Público* e o *Expresso*, durante o período de 1992/1996<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A opção por esta demarcação temporal prende-se com o objectivo de cobrir a fase da discussão, aprovação e posterior impacto da reforma da Política Agrícola Comum, que tende a ser vista pelos analistas da matéria como a expressão de uma nova fase nas concepções do papel da agricultura, associada a concepções de desenvolvimento rural que se deslocam da atenção privilegiada às questões agrárias e passando a abarcar mais globalmente o território ( Covas, 1997; e Lima, 2000; Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997 a e b).

Outras fontes da imprensa serão também utilizadas nesta pesquisa, designadamente as revistas especializadas no sector agrícola e ainda o *Diário de Notícias* e o *Diário do Alentejo* ao longo do ano de 1970. A escolha desta data decorre de dois motivos associados. Primeiro, pretendíamos ter algum recuo no tempo que nos permitisse uma base comparativa, designadamente quanto à visibilidade do Alentejo na imprensa e quanto à consideração dos valores ambientais que hoje parecem intimamente

Com as operações de registo (ou transcrição) dos textos começa já uma fase de interpretação. Registrar o texto significa interrogar-se sobre o seu sentido e implicações, avaliar a sua coerência global, ou seja a ligação entre temas ou tópicos (Djik: 1991). Esse conjunto hierarquizado de tópicos (ou de macro-proposições semânticas) forma a estrutura temática do texto.

Orientados pelos preceitos que temos estado a descrever criámos a nossa principal base empírica. Procurámos reproduzir os textos dos jornais, segundo uma grelha que identifica: o enunciador principal do discurso e autonomiza, através de marcadores, os enunciados pertencentes a terceiros; localiza o texto na rubrica e na página em que figura no jornal. Finalmente “resume” o texto procurando reconstituir a sua estrutura temática e as especificações dos temas (Djik (1991), eliminando temas que não se referem ao objecto de análise ou constituem redundâncias dos mesmos<sup>6</sup>.

Posteriormente, procedemos à codificação do material, de acordo com as categorias deduzidas das hipóteses de trabalho e de outras induzidas pela exploração dos textos. Esta fase da análise incide pois sobre as funções referenciais do discurso, visando perceber as “significações” e as “representações” veiculadas. Tenta ainda encontrar diversidade nos repertórios interpretativos, de acordo com os diferentes contextos da produção discursiva.

Resta elucidar quanto às opções tomadas na definição das unidades de registo, de contexto e de numeração, segundo os requisitos definidos para a análise de conteúdo (Giglione e Matalon: 1992; Ghiglione *et. al.*, 1980; Bardin, 1979).

A unidade de registo corresponde ao segmento de conteúdo mínimo que a análise leva em consideração. Por se tratar de textos da imprensa, que

---

ligados ao rural. Por ter sido o Ano Europeu da Conservação da Natureza, 1970 pareceu-nos adequado aos propósitos. As fontes que acabámos de mencionar, embora tivessem obedecido aos mesmos critérios de recolha, não foram no entanto tratadas com a mesma sistematização aplicada aos jornais supra mencionados.

<sup>6</sup> Os textos resultantes destas operações apresentam-se nos anexos a este trabalho.

geralmente obedecem a uma escrita organizada em parágrafos curtos, optámos por reter o parágrafo como unidade de registo.

A unidade de contexto, habitualmente definida como “o mais estreito segmento de conteúdo necessário para se compreender a unidade de registo” (Giglione e Matalon, 1992: 194) será, no nosso caso, o texto jornalístico.

Por fim, a unidade de numeração, que pode ou não ser “concomitante” com a unidade de registo coloca-nos fundamentalmente perante duas opções: quantificar aritmeticamente o número de vezes que surge determinado conteúdo; ou medir o espaço consagrado a dado assunto (idem: 195). Aos estudos da imprensa recomenda-se frequentemente a adopção da segunda modalidade (Bardin, 1979; Grawitz, 1979), por se entender que o espaço dedicado ao assunto constitui um indicador da relevância atribuída ao mesmo. A nossa escolha pautou-se antes pela contagem dos conteúdos. Não porque estabeleçamos uma relação directa entre frequência e efeitos de sentido, mas por entendermos que a frequência pode ser tida como indicador de maior ou menor permanência, de maior ou menor continuidade, de um certo tema na agenda mediática. Bem entendido, a frequência de certo conteúdo nada nos diz sobre o sentido e sobre o tipo de aproximação ao tema. Um limite que procurámos ultrapassar pela via interpretativa, certamente questionável, do tipo de avaliação mobilizado para o discurso.

O problema da redução dos textos - com que iniciámos esta síntese - assemelha-se a um trabalho artesanal, que fomos fazendo continuamente, desde o momento em se definiu o campo de observação até chegar aos resultados. A ordem que adoptámos nesta exposição do método não corresponde, de forma alguma, a um conjunto de etapas sucessivas sem ligação entre elas. O facto de termos utilizado um programa informático de análise qualitativa (*Nud.ist*), permitiu-nos elaborar sucessivas reduções de texto, sem nunca perder o contacto com os discursos originais. Tornou enfim possível trabalhar ao nível da codificação e regressar ao contexto sempre que se justificasse.

## 2. 2. Géneros e tipos discursivos

À maneira de Durkheim, Chalaby (1996) considera que a definição sociológica de discurso remete a aspectos exteriores ao próprio discurso. Isto é, os critérios que permitem distinguir entre textos e classificá-los sob a categoria de um tipo de discurso, devem ser encontrados nas relações externas e nas condições sociais que lhe asseguram a coerência.

Noutros termos, para Chalaby (1996: 690), uma “classe de textos” partilha certas propriedades filológicas porque é produto de *campos de produção discursivos específicos*. O exemplo em que fundamenta a definição é, justamente, o discurso jornalístico, enquanto classe de textos produzidos pelos agentes que operam no campo jornalístico, sendo a principal característica do campo a natureza conflitual das relações de produção. A norma discursiva da objectividade, surgida em plena expansão da imprensa, é, para o autor, o produto da competição entre empresas jornalísticas.

Para Véron, as condições sociais de produção, ou mais exactamente, “as estruturas institucionais complexas que lhe servem de suporte organizacional” são igualmente pertinentes na definição de tipos de discurso. Mas, acrescenta-lhe ainda as “relações sociais cristalizadas de oferta e de expectativa correspondentes a essas estruturas institucionais” (citado por Rebelo, 1997: 154-155). Aplicando ao discurso de informação, este supõe, por um lado os dispositivos tecnológicos dos *media* e as normas do trabalho jornalístico; por outro, a construção de um destinatário genérico (Rebelo, *idem*).

Charaudeau (1997) propõe uma tipologia dos géneros mediáticos, no âmbito da problemática da co-intencionalidade. Um texto é aqui entendido como o resultado dum acto de comunicação produzido por um sujeito, numa situação contratual de troca social<sup>7</sup>. Nesta acepção, a significação relaciona-se

---

<sup>7</sup> A noção de contrato de comunicação definida por Charaudeau (1997: 67-71) baseia-se na noção de co-intencionalidade e envolve uma dimensão externa e outra interna. A primeira refere-se às regularidades comportamentais no âmbito de uma dada prática social, as quais são reforçadas pelos discursos de representação que atribuem valores e “determinam o quadro convencional no qual os actos

com o que caracteriza uma dada situação: isto é, uma *finalidade* enunciativa, uma *identidade* dos parceiros da troca, um *propósito* enquanto conteúdo temático da troca, um *dispositivo* particular que materializa a troca. O texto inscreve simultaneamente as propriedades da situação, que sobredetermina em parte o sujeito, e as propriedades singulares que advêm da intervenção deste enquanto indivíduo.

Nesta base, as componentes do texto mediático que, à *priori*, podem constituir parâmetros de uma taxionomia, são as seguintes:

- o *tipo de modo discursivo*, que se relaciona com os procedimentos para construir um acontecimento em notícia e se organiza em torno de três grandes finalidades, por sua vez correspondentes ao tratamento da informação: reportar, comentar ou provocar o acontecimento.
- O *tipo de instância enunciativa*, situando-se a distinção na origem (externa ou interna aos *media*) e no grau de comprometimento (*engagement*) dessa instância.
- O *tipo de conteúdo*, isto é o tema, entendido como macro-domínio sobre o qual incide o discurso.
- Características do *dispositivo cénico*, ou seja, o suporte material do discurso, sendo este relevante na medida em que, como se referiu mais atrás, a materialidade discursiva introduz especificações no texto, contribuindo para diferenciar os géneros segundo o tipo de suporte.

---

de comunicação adquirem sentido” ou seja, em conjunto, definem os “constrangimentos situacionais do acto de comunicação”. Estes, podem agrupar-se em quatro categorias: a *finalidade* (objectivo da troca); a *identidade* (parceiros da troca); o propos *propósito* (domínio do saber, ou macro-tema sob o qual incide a troca); e *dispositivo* (circunstâncias materiais de realização da troca). A dimensão interna refere-se aos *constrangimentos discursivos*, aqui definidos segundo três espaços de linguagem: espaço da locução (o sujeito que se impõe como sujeito falante, identificando simultaneamente o seu interlocutor); espaço de relação (o sujeito falante estabelece relações de força, de aliança, etc. com o seu interlocutor); e o espaço da tematização (o sujeito falante trata, ordena, questiona os temas objecto da troca, segundo um modo de organização discursiva particular, descritivo, narrativo ou argumentativo).

Assim, na tipologia proposta, os *modos discursivos* e os *géneros* (ou *tipos textuais*) são realidades distintas. Os primeiros são procedimentos da realização da configuração discursiva; os segundos são o resultado materializado da utilização de um ou vários desses procedimentos e dos constrangimentos materiais do suporte (Charaudeau, 1997: 199).

Por exemplo, no que respeita à imprensa, as regras da hierarquização na apresentação da notícia impõem-se na construção dos títulos, criando uma “forma textual particular”. Do mesmo modo, o editorial constitui um género textual próprio daquele *media*.

Em suma, a tipologia dos géneros mediáticos de Charaudeau (1997) relaciona os *modos discursivos* do tratamento da informação, o tipo de *instância enunciativa* do discurso e os *dispositivos* a que os *media* recorrem para tornar públicos os acontecimentos.

Os *modos discursivos* organizam-se de acordo com três tipos de finalidades – correspondendo a diferentes tipos de tratamento da informação - visadas pela instância mediática : “reportar o acontecimento” (reportagem, breves, filet, títulos, etc.); “comentar o acontecimento” (editorial, crónica, comentário, análise) e “provocar o acontecimento” (entrevista, tribuna de opinião).

### **Acontecimento reportado**

Na categorização de Charaudeau (1997: 169) o espaço do “acontecimento reportado” compreende “factos” e “ditos”. Factos que transportam a ocorrências derivadas de acções, de comportamentos de indivíduos ou grupos; ou factos que decorrem das imprevisíveis forças da natureza. Ditos porque aquilo que se produz no espaço público depende também das declarações dos actores, declarações que tanto podem ser de testemunho, como de decisão ou de reacção.

Num ou noutro caso, o acontecimento é construído mediaticamente através de um tratamento discursivo que poderá assumir, principalmente, as

formas textuais de anúncio (título), de notificação (breves) e de narrativa (artigo, reportagem).

Dados os constrangimentos discursivos próprios dos *media*, quer o acontecimento seja da ordem dos factos ou dos ditos, o seu tratamento jornalístico implica necessariamente algum grau de descrição, de explicação e de reacção dos participantes directos ou indirectos. A reacção pode assumir a forma de acto ou de declaração. Dependendo das circunstâncias e dos protagonistas, uma reacção-declaração envolvendo forte carga opinativa, uma denúncia ou uma confissão pode converter-se em “mini-acontecimento”, autonomizando-se do acontecimento original, podendo inclusivamente suplantar este. Os actores do mundo da política são especialistas desta arte de conversão. Com declarações estrategicamente condensadas em frases curtas e sonantes conseguem sobrepo-las aos factos que as motivaram (Charaudeau, 1997: 172).

### **Acontecimento comentado**

O espaço do acontecimento comentado responde mais exemplarmente à finalidade de ir de encontro ao como e ao porquê do acontecimento. A componente interpretativa que integra o comentário supõe, necessariamente, maior liberdade discursiva. Permite inclusivamente uma certa distanciação em relação aos detalhes do acontecimento, para o problematizar num âmbito mais alargado, carreando novos elementos para a análise e ensaiando hipóteses sobre os motivos que desencadearam, ou que estão por detrás dos factos ou dos ditos que motivam o comentários.

Os editoriais e as crónicas, são exemplares dessas formas textuais. Sendo ambos “eminente opinativos”, distinguem-se no entanto pela sua “estrutura” e “estatuto” (Rebelo, 2000: 120).

Na interpretação de José Rebelo (*idem*), a estrutura que informa a crónica é a do triângulo invertido: começa-se por reunir informações abundantes e comentários sobre a ocorrência. À medida que a narrativa avança, retêm-se

apenas os aspectos mais relevantes. O vértice do triângulo invertido encerra a narrativa com a conclusão.

A estrutura do editorial é, na análise do mesmo autor, (Rebello, 2000: 120-121) mais complexa e processa-se em duas fases. A primeira apresenta características semelhantes às da crónica, com a diferença de que, no editorial, o vértice do triângulo invertido não funciona como a conclusão, mas como início da segunda fase. Esta segunda fase, em termos figurativos, pode ser representada como “losango”, cujo vértice superior coincide com o vértice inferior do triângulo. Concretizando melhor, no editorial temos uma primeira conclusão parcial relativamente à ocorrência que justifica o editorial, que por sua vez “é pretexto para abordagem de um tema de incidência mais alargada”. As informações e os comentários agora incorporados na narrativa já não se referem à ocorrência que motivou o editorial, mas sim ao tema para o qual se transportou o editorial. Finalmente, afunilam-se de novo os elementos convocados, até se chegar à conclusão definitiva.

Do ponto de vista estatutário, a principal diferença entre o editorial e a crónica é que o primeiro “espelha [...] a posição da empresa jornalística” (Rebello, 2000: 122). Entre a panóplia de acontecimentos que fazem a actualidade, a direcção do jornal elege um assunto, suficientemente relevante para justificar que o jornal se comprometa com um ponto de vista. O editorial tem normalmente um lugar cativo na paginação do jornal e é assinado pelo director ou por outro jornalista a quem o jornal reconhece competência para o substituir (normalmente outro membro da direcção). A crónica pode-se “passear pelo espaço jornalístico” e a sua autoria é menos padronizada (Rebello, 2000: 123).

### **Acontecimento provocado**

O acontecimento provocado na perspectiva de Charaudeau (1997: 194 - 197), emerge da construção de um espaço de debate público inspirado na “simbólica da democracia”. Destina-se pois a dar voz às forças sociais habilitadas a participar no debate social.

Nesta lógica, a palavra-tipo convocada pelos *media* para aceder à fala pública, é a de actores exteriores ao *media*<sup>8</sup>, a quem a instância mediática reconhece competências (de notoriedade, de saber, ou de testemunhas) para participar no debate público de questões.

A forma como os *media* colocam em cena a palavra exterior não se faz sem algumas ambiguidades. Por um lado, os actores são solicitados a participar enquanto representantes do debate social, dando a ideia de que os *media* não se arrogam a exclusividade de retratar e comentar o que acontece no mundo.

Por outro lado, os *media* integram essa participação exterior numa estratégia de credibilidade, utilizando-a como “alibi para se legitimarem” (Charaudeau, 1997: 196). A palavra de fora vem confirmar o que os *media* definem como constitutivo da actualidade e socialmente relevante para o debate social. Quer dizer, ao decidirem o que deve ser discutido e apelando à participação exterior em torno dessa temática, os *media* instituem o debate e ao mesmo tempo legitimam a sua selecção.

A instância mediática pode também mobilizar a palavra exterior numa outra perspectiva: a de se ocultar perante a responsabilidade das asserções, fazendo-a transitar para o seu exterior.

A gestão estratégica do espaço reservado à palavra de fora não se confina aos casos em que a colaboração exterior de actores particulares é solicitada pelos *media* (como acontece, por exemplo, com as entrevistas, os debates ou as páginas de opinião na imprensa). O correio de leitores, em princípio aberto a todo o público, quando submetido a uma “gestão habilidosa”, pode trabalhar para encenar graus de convergência entre os interesses e expectativas do público e os do jornal (Rebelo, 2000: 118).

O jornal pode então gerir as cartas dos leitores que lhe tecem elogios; utilizá-las para chamar a atenção para qualquer rubrica que pretende valorizar; ou recorrer a formas mais subtis de fazer sentir a ressonância entre os interesses

---

<sup>8</sup> Sal guarde-se que, como se referiu atrás, os próprios jornalistas – em particular os jornalistas da imprensa – são frequente convidados a comentar assuntos da actualidade política ou social.

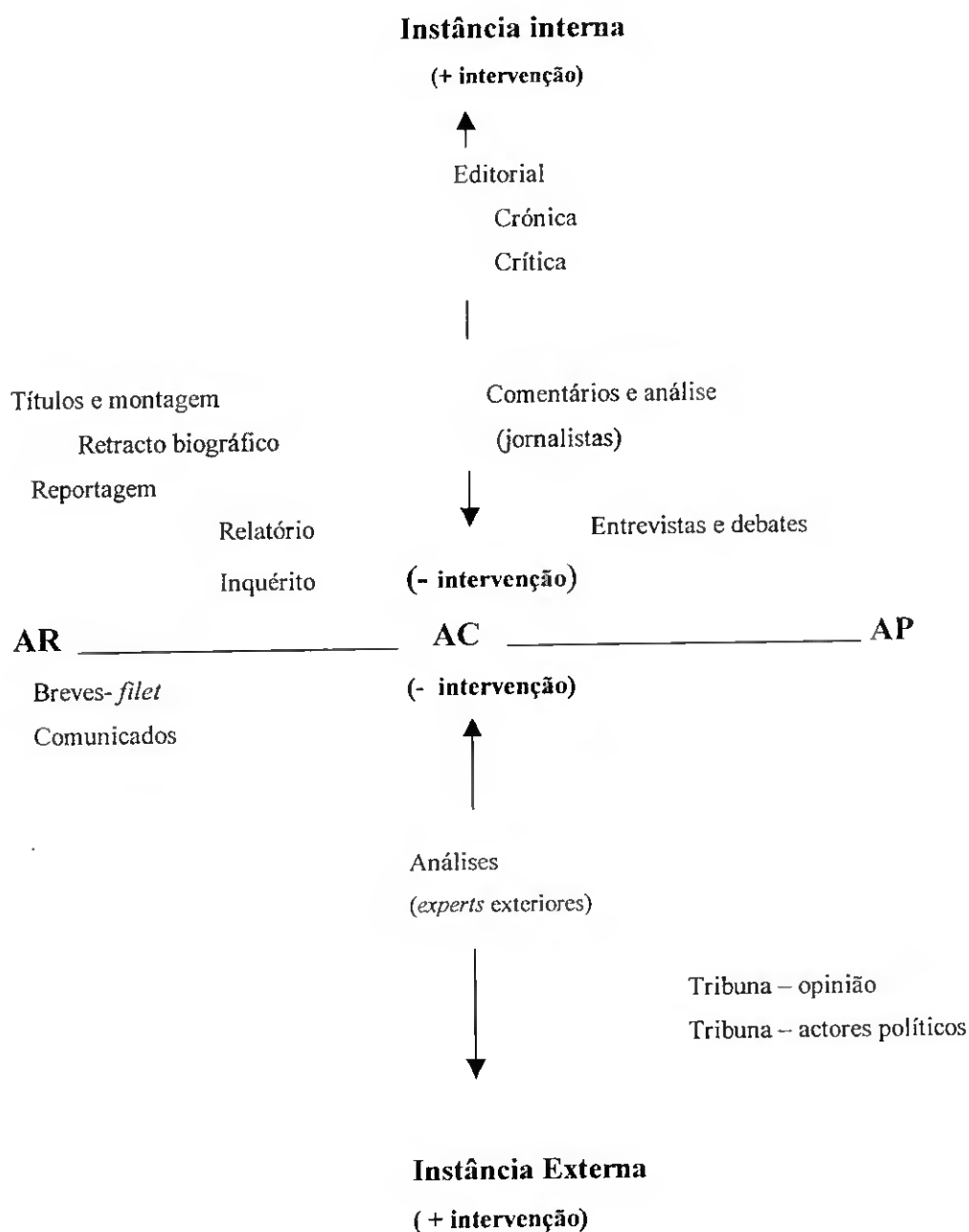
do jornal e os do público. Num exemplo que toma por referência o correio de leitores do *Expresso*, José Rebelo nota que as cartas publicadas identificam os seus autores pelo nome e respectiva profissão (médico, advogado, dirigente sindical, etc.), estratégia que, para o jornal funciona como “mostra do seu público”. Reciprocamente, o leitor reconhece na nomeação feita pelo jornal “a classe social com a qual se identifica, com a qual quer que o identifiquem ou com a qual quer vir a identificar-se” (Rebelo, 2000: 118-119).

Depois desta incursão que teve por objectivo esclarecer alguns parâmetros da taxionomia de Charaudeau (1997), vejamos agora (fig.1) como se pode representar graficamente a tipologia dos géneros mediáticos proposta por aquele autor. Nela se cruzam os principais *modos discursivos* do tratamento da informação (eixo horizontal) com os principais tipos de *instância enunciativa* (eixo vertical).

O eixo horizontal situa os *modos discursivos* em três zonas, cada uma delas correspondendo às três categorias de acontecimentos acima descritos: numa das extremidades, o “acontecimento reportado” (AR) zona dos acontecimentos exteriores; no extremo oposto, situa-se o “acontecimento provocado”(AP), zona em que mais se impõe o “mundo mediático”; o “acontecimento comentado” (AC) surge entre as duas extremidades, dado poder incidir sobre uma ou outra zona.

No que respeita à *instância enunciativa*, distingue-se, por um lado, a sua *origem* (interna ou externa ao *media*); por outro lado, o *grau de intervenção* (*engagement*) (+/-). O grau de intervenção (*degré d' engagement*), significa, para Charaudeau (1997), a possibilidade de o enunciador manifestar mais ou menos a sua opinião e as suas apreciações.

Fig. 1. Tipologia dos géneros mediáticos



Fonte: Adaptado de Charaudeau, 1997

O eixo vertical distingue pois as duas zonas de instanciação do discurso mediático: no pólo superior, a *instância interna*; no plano inferior a *instância externa*; a ambas se associa um *grau de intervenção (+/-)*.

Assim, o género *editorial* e a *crónica*, relevam, por um lado, do acontecimento comentado, o que os coloca a meio do eixo horizontal, e por outro lado, dado envolverem maior liberdade para exprimirem posições e pontos de vista, situam-se no vértice do eixo vertical. Os *comentários e análises de jornalistas especialistas* estão próximos dos géneros anteriores, ao ponto de quase se confundirem, se bem que, como se salientou, o seu estatuto seja diferenciado.

Os *títulos* são, para Charaudeau (1997), um género em si, na medida em que são objecto de regularidades textuais. Situam-se no plano do acontecimento reportado - ainda que impliquem, por vezes, algum tipo de comentário - e relevam de um grau de intervenção médio. Neste mesmo plano se situam as *reportagens*, reconhecendo o autor ser difícil estabelecer à priori o grau de intervenção implicado.

O *retrato biográfico* pode apresentar características diferentes segundo a própria personalidade da pessoa biografada (personalidade da política, das artes, do desporto etc.) e a natureza do acontecimento, mas, em qualquer caso, permite uma certa subjectividade do enunciador, pelo que se situa num nível de intervenção médio.

Os *relatórios e inquéritos*, destinam-se, em princípio a esclarecer sobre questões, quer do ponto de vista dos factos, quer das opiniões, daí que Charaudeau (1997) os coloque sensivelmente a meio do eixo horizontal e a meio do eixo vertical. Na imprensa, as *entrevistas* podem estar integradas noutros géneros ( no retrato biográfico, por exemplo), pelo que em rigor, podem situar-se noutras zonas que não apenas a do acontecimento provocado.

Quanto ao pólo da enunciação externa, o autor situa as *análises de especialistas* (AC) como ilustradoras de um médio grau de intervenção; as *tribunas de opinião*, envolvem um grau de intervenção mais elevado, podendo até provocar os acontecimentos, pelo que no, eixo horizontal, se situam na zona do acontecimento provocado.

### 2.3. Permeabilidade entre os géneros

Os géneros não são imutáveis. As configurações discursivas que servem à materialização dos textos são, elas próprias, derivadas de “convenções” (Schudson:1993) assumidas, mas não necessariamente explicitadas, que regulam quer a forma de relatar o acontecimento, quer os aspectos que merecem ser relatados, ou ainda a sua ‘mise en page’. Por exemplo, a invenção do *lead* (por volta de 1900) como “convenção jornalística”, revela o abandono do relato cronológico e uma nova atitude dos jornalistas, que “deixaram de ser estenógrafos ou gravadores para passarem a ser intérpretes” (Schudson, 1993: 284).

Na prática, os géneros aqui considerados nunca se encontram “em estado puro” (Rebelo, 1997), dado que, de um modo geral, todos os textos são “compósitos do ponto de vista discursivo” (Charaudeau, 1997: 142). A tipologia apresentada mais não faz do que se determinar “formas textuais dominantes”, com o auxílio de “um certo número de traços” (Charaudeau, 1998: 221).

Com efeito, na comunicação mediática, a descrição dos factos (acontecimento reportado) e o comentário dos factos (acontecimento comentado) assumem uma relação de complementaridade. “A finalidade informativa de *fazer saber* precisa de ‘credibilidade’ para se realizar”, isto é, a veracidade das informações precisam de ser reconhecidas (interpretadas) como verdadeiras pelo público a que se dirigem. Donde, “*fazer saber* se acompanha necessariamente de um *fazer crer*” (Charaudeau, 1997) e este não se obtém unicamente pela apresentação de factos complementares, mas também pelas próprias estratégias de visibilidade e de enunciação discursiva.

A actividade discursiva e semiológica da imprensa organiza-se de acordo com um suporte espacial a que correspondem exigências específicas de visibilidade, de lesibilidade e de inteligibilidade (Charaudeau, 1997: 220).

A exigência de visibilidade prende-se com as formas adoptadas para compor as páginas do jornal, anunciar e apresentar as notícias. Ou seja, as exigências de visibilidade fazem apelo em particular ao trabalho de ‘mise en page’ (desenho gráfico e destaque da primeira página, rubricas, ilustrações, quadros, tipo de colunas, enquadramentos, etc.) e de titragem ( títulos, subtítulos, etc.).

A exigência de lesibilidade vai de encontro à anterior, no que respeita as escolhas operadas ao nível da ‘mise en page’ e da titragem, mas revela-se mais incisivamente na escrita dos artigos, no modo de reportar os acontecimentos, por forma a que o leitor tenha acesso fácil ao quem e ao quê da ocorrência.

Por fim, a exigência de inteligibilidade, se bem que ligada às duas precedentes, diz respeito particularmente às formas textuais que comentam o acontecimento e ajudam a esclarecer o como e o porquê da ocorrência. Os editoriais e as crónicas são exemplares, como já se disse, desses modos discursivos.

### **2.3.1. Aplicação da tipologia dos géneros mediáticos: dificuldades e limites**

Tratando-se da operacionalização empírica para fins analíticos, a distinção entre géneros torna-se de difícil concretização, dado que, como se salientou, grande parte dos textos jornalísticos tende a combinar aspectos particulares de diferentes géneros.

Os próprios jornalistas reconhecem e assumem essa tendência. Como se lê no *Livro de Estilo* do jornal *Público* (1998: 77), “não existem nos textos jornalísticos fronteiras absolutas entre informação, interpretação e opinião”. Mais adiante, frisa-se ainda que “Na notícia predomina a apresentação dos factos”. Mas “a notícia não dispensa o enquadramento básico dos factos no

contexto em que eles ocorrem [...]. E esse enquadramento pressupõe, naturalmente, a capacidade para interpretar aquilo que é mais relevante e significativo para uma apresentação rigorosa e sugestiva dos factos”.

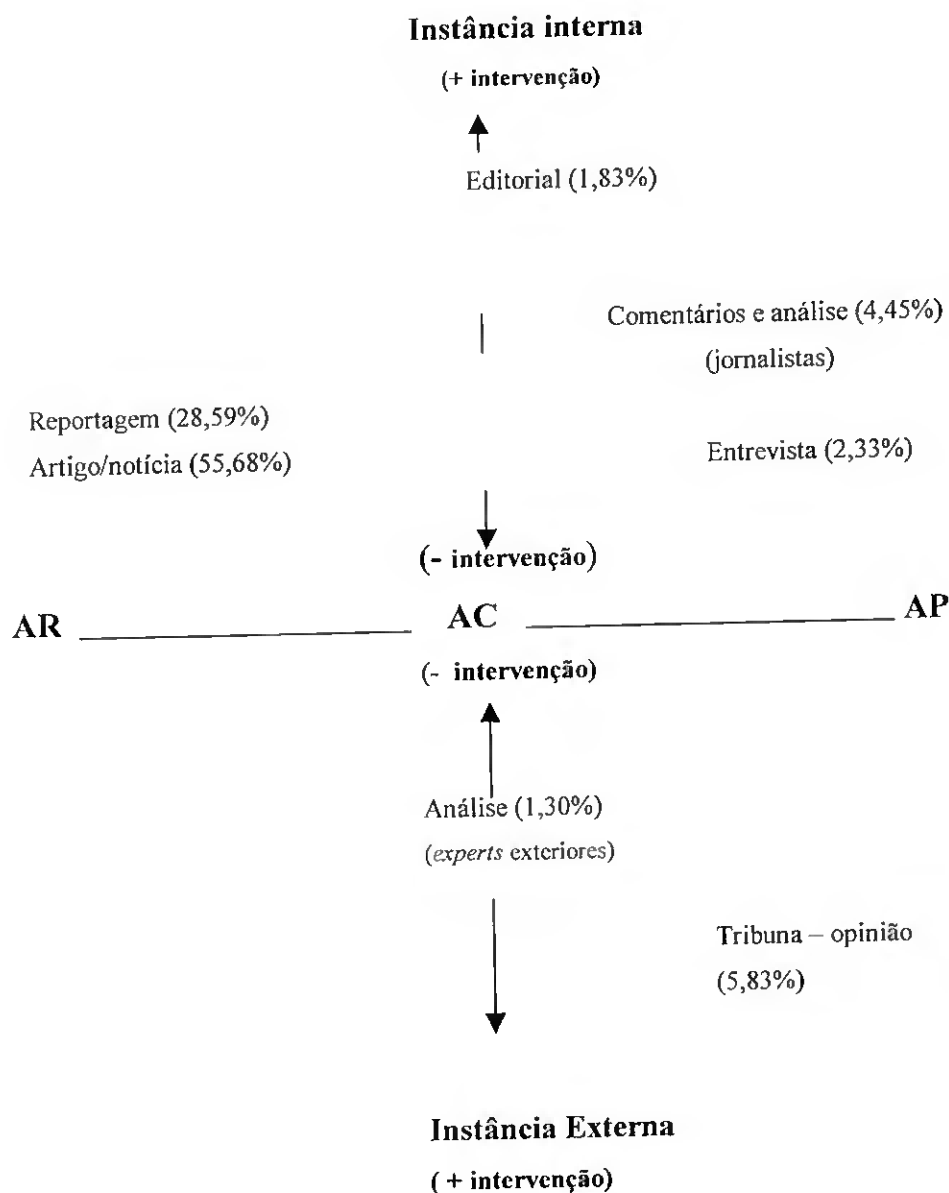
É assumidamente no espaço da reportagem que, para o jornal supracitado, “a interpretação dos factos encontra a sua expressão mais desenvolvida”. A particularidade da reportagem, o “retratar pessoas e ambientes, analisar e interpretar personagens e situações”, consiste precisamente nessa “liberdade narrativa” que faz com que a abertura de uma reportagem se distinga do *lead* noticioso. Enquanto a apresentação dos factos estrutura o *lead* da notícia, a abertura da reportagem privilegia “os ambientes, as emoções, o inesperado ou o insólito, significativos de uma determinada situação, que criam o clima propício para mergulhar o leitor na viagem [...] que toda a reportagem deve ser” (*Livro de Estilo* do jornal *Público*, 1998: 78, 86, 96, 97).

Convocando o exposto neste sub-capítulo para a classificação dos géneros jornalísticos que constituem a nossa base empírica, adoptamos um esquema simplificado da tipologia de Charaudeau (1997) que, recorde-se, propõe como parâmetros de uma possível taxionomia dos géneros mediáticos: o tipo de modo discursivo, o tipo de instância enunciativa, o tipo de conteúdo e as características do dispositivo cénico.

Confrontados empiricamente com a miscigenação de géneros a que aludimos precedentemente, avaliámos, caso a caso, o género que nos pareceu salientar-se como dominante (fig. 2).

O pragmatismo assumido traduziu-se ainda em algumas agregações, certamente comprometedoras do ponto de vista de uma teoria da notícia, mas que, não sendo esse o objectivo, nos pareceram suficientemente pacíficas.

Fig. 2. Tipologia simplificada dos géneros mediáticos. Representatividade no “corpus” de análise<sup>9</sup>.



Nos textos que constituem o nosso material de análise, os retratos biográficos, por exemplo, surgem por vezes incorporados na entrevista ou diluídos na reportagem, pelo que, para os nossos objectivos, não pareceu pertinente a sua autonomização. Citando, mais uma vez o *Livro de Estilo* do

<sup>9</sup> O esquema constitui uma adaptação, simplificada, da tipologia de Charaudeau (1997). Aplica-se aos textos dos jornais (*Diário de Notícias*, *Diário do Alentejo*, *Público* e *Expresso*) relativamente aos quais fizemos uma recolha sistemática dos temas atinentes ao objecto de pesquisa, durante o período de 1992 a 1996.

*Público*, (1998: 86, 91) “a descrição dos personagens e o retrato dos protagonistas são indispensáveis numa reportagem”, assim como “a entrevista abrirá sempre com um pequeno texto introdutório contendo pormenores de reportagem – um pequeno perfil do entrevistado, condições e local da entrevista, etc.”.

O esquema precedente visa assim representar a preponderância dos géneros jornalísticos no *corpus* que constitui o nosso material de análise<sup>10</sup>. Apesar deste percorrer a generalidade dos textos jornalísticos, são sobretudo os modos discursivos relativos ao acontecimento reportado (factos e ditos) que caracterizam cerca de 80 por cento do *corpus*. Mais explicitamente, o principal género jornalístico representado no *corpus* é o artigo/ notícia. E os géneros menos frequentes são, por esta ordem, o editorial, a análise e a entrevista.

Dadas as dificuldades já esgrimidas, convém reconhecer e explicitar alguns limites desta classificação. A maior vulnerabilidade desta taxionomia prende-se com a eventual sobreavaliação do “artigo-notícia” relativamente ao “comentário-análise”. A fronteira, por vezes ténue, entre um e outro género jornalístico advém, como se referiu, da tendência para que a notícia incorpore, em maior ou menor grau, alguma interpretação da ocorrência. Do mesmo modo que o “comentário e a análise” não dispensam uma “abertura” próxima do *lead* noticioso.

As palavras do director do *Público*, sustentam precisamente a proeminência da notícia na estruturação de todo o trabalho jornalístico: “é fundamental ter em conta que a notícia é a origem e o objectivo básico do nosso trabalho quotidiano”. “É a partir da matéria das notícias que se estruturam e desenvolvem os outros géneros – e nenhum deles pode dispensar a componente noticiosa que lhes confere pertinência e acuidade informativa”(Livro de Estilo, 1998: 26-27).

---

<sup>10</sup> A classificação não abrange todo o material empírico, mas apenas os jornais referidos na nota anterior.

### 2.3.2. O género editorial: breve aproximação aos temas problematizados na imprensa

O que noutra fase se disse acerca do género editorial – designadamente o facto de reflectir uma tomada de posição do jornal relativamente aos acontecimentos que se destacam na cena pública – justifica que agora façamos alguns comentários a seu propósito. Não porque o género seja estatisticamente relevante entre o material empírico recolhido, mas porque compromete o jornal relativamente aos temas e acontecimentos que decide comentar.

Se entendermos o editorial nesta perspectiva, ou seja, enquanto indicador da importância que um jornal dá a determinada ordem de acontecimentos, de tal forma que os problematiza e se mobiliza para tomar posição face a eles, teremos de concluir que as questões que nos ocupam (Alentejo/agricultura/rural/ambiente) adquiriram prioridades algo diferenciadas nos vários jornais analisados. Diferenciadas no tempo, na frequência e diferenciadas também na selecção de tópicos.

Entre os jornais de implantação nacional, o *Diário de Notícias* é o que ao longo de período em análise (1992/1996) dedica mais editoriais (nove) a comentar as questões da agricultura e do rural, concentrando-se o interesse por elas no ano de 1992, quando, em plena vigência da presidência portuguesa da Comunidade Europeia, se preparava a reforma da Política Agrícola Comum.

Esta coincidência de tempos sugere pois que, no período em análise, o debate das questões agrícolas e rurais entra na agenda do *Diário de Notícias* por via da agenda política comunitária.

Quatro dos nove editoriais daquele jornal são de facto dedicados a escarpelizar os “Desacertos da Agricultura”(9/3/92), que tornam necessária a reorientação da política agrícola comunitária; a acentuar as dificuldades da negociação que o jornal substantiva como “O duelo agrícola” (3/5/92); o

acordo final da reforma da PAC é anunciado como a “Verdade Verde” (23/5/92), nos termos seguintes:

*“Justamente designado de histórico, o acordo aponta para a verdade verde, reinsere a agricultura e a pecuária nas normas de mercado, reabre-as à competitividade.”*

Por fim, na sequência dos editoriais dedicados à temática, o jornal comenta algumas dificuldades de “Gestão da PAC” (16/6/92), onde destaca a resistência dos agricultores face a uma “excessiva dependência”, para concluir que, de qualquer modo, as dificuldades de adequação à nova política não afectam unicamente os agricultores, mas também “os trabalhadores rurais e as empresas fornecedoras de factores de produção e não apenas, há o comércio afim e um vasto conjunto de prestação de serviços.”

Os restantes editoriais do *Diário de Notícias* são desencadeados por acontecimentos que podemos agrupar genericamente como manifestações de crise: destaca-se a “Situação de Seca” (7/5/92), as medidas que visam o “Combate à Seca” (21/3/92), e generaliza-se a abordagem para as “Dificuldades nos Campos”(15/5/92); os editoriais discutem também o que consideram ser as oportunidades para “Mudar a face da Planície” (19/5/92), associando-as à viabilização do projecto de Alqueva.

“Preservar o Litoral Alentejano”, constitui outro tema de editorial naquele jornal (20/9/92), assunto chamado a cena na sequência da discussão do Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que merece a apologia do jornal pelo potencial que revela no acautelar da expansão de empreendimentos turísticos, restringindo-os aos “núcleos urbanizados”. A concluir, o jornal defende ainda que “ Mesmo assim, tais empreendimentos só deverão ser autorizados dentro de regras muito rígidas e que de todo impeçam a destruição da paisagem”.

Os editoriais do jornal *Público*, em menor número (quatro), não são tão concentrados no tempo e recobrem também outras temáticas. Num desses editoriais, sob o título “CAP, PAC, o mesmo combate?”, o director do jornal parte do comentário a uma manifestação de agricultores (realizada em

Santarém - 14/6/92) para questionar a legitimidade dos protestos das organizações de agricultores em relação à reforma da política agrícola. Fá-lo nos termos seguintes:

*“Em Portugal, os discursos inflamados de alguns líderes agrários disfarçam apenas um objectivo estratégico: o de preservarem, através dos seus protestos, um estatuto privilegiado, que lhes permita administrarem a distribuição dos subsídios provenientes da PAC. Trata-se, para eles, de um negócio que pouco ou nada tem a ver com o amor à terra ou a defesa de um modo de vida enraizado em sucessivas gerações. É, antes, um jogo de poder, de dinheiro, de adaptação aos novos tempos, uma nova divisão do bolo das benesses que lhe permitirá continuar a reinar no feudo rural”* ( *Público*, 15/6/92).

O tom claramente crítico do editorial retoma o tema da hegemonia agrária que ao longo dos tempos se tem firmado principalmente no Alentejo. Constitui simultaneamente um sinal de que as estratégias do sector agrícola para “promover os seus acontecimentos” (Molotch e Lester (1993/1974) não colhem, por parte da imprensa o acolhimento que as organizações do sector desejariam.

De facto, para as organizações de agricultores, mais exactamente para a CAP - a organização visada no editorial- os argumentos utilizados pelo *Público*, constituem a expressão do que entendem ser “uma campanha de desacreditação do sector” orquestrada precisamente pelos *media* e algumas facções do poder político (*Revista do Agricultor*, Junho/1992). Em tempo oportuno, quando analisarmos os repertórios utilizados pelas organizações de agricultores para gerir a sua visibilidade, voltaremos a esta questão. Por agora deixamos em aberto a ideia de que argumentos como os precedentes (além de outros) são integrados no repertório das organizações de agricultores para sustentar um discurso que tende a apresentar os agricultores como uma categoria social incompreendida e vitimizada.

Ainda no *Público*, dois editoriais publicados em 1994, suscitados por acontecimentos diferentes, convergem na avaliação opinativa que fazem da actuação do poder local. O primeiro, sob o título “Verso e Reservo de uma

Presidência Aberta” (12/1/94), constitui uma antecipação da presidência aberta do ambiente, realizada por Mário Soares<sup>11</sup>. A este propósito, lê-se no editorial:

*“Será igualmente interessante verificar se o programa da visita incluirá uma passagem por uma das mais delicadas áreas naturais do país, a Costa Vicentina. Nessa zona está em discussão um plano de salvaguarda proposto pela administração central e violentamente contestado pelas populações - cobardemente secundadas pelas autarquias que antes o tinham apoiado -, uma vez que coloca severas restrições aos desenvolvimentos urbanos e a certas actividades económicas”.*

O segundo editorial é especificamente sobre o poder local. Anuncia que “Os autarcas já não estão em estado de graça” e explica porquê:

*“A imagem geral, no essencial justa, que se foi criando dos autarcas é que, no momento de desenvolver os seus concelhos, eles se tornaram em verdadeiros assassinos das paisagens e do ambiente. O caos urbanístico do litoral, a destruição do património das velhas aldeias, a proliferação de horrendas moradias e ainda piores urbanizações, a absoluta desordem territorial têm como primeiros responsáveis muitos autarcas deste país. Há dez anos poucos ligavam a estes 'pormenores' (para além de uns pioneiros) e, hoje, já ninguém fica indiferente ao conspurco das paisagens”.*

A problematização dos usos do espaço litoral alentejano, equacionada no contraponto entre as ameaças que sobre ele impendem e a sua conservação paisagística e ambiental, é assumida, em momentos e a propósitos diferentes, nos editoriais quer do *Diário de Notícias*, quer do *Público*.

Os sinais de que o Alentejo, particularmente a sua zona de costa, nasce para as preocupações públicas, como um território a vigiar, a proteger, está

---

<sup>11</sup> A análise dos artigos sobre a Presidência Aberta do Ambiente parecem-nos constituir um interessante exemplo para explorar a (inter)permeabilidade entre as agendas política, mediática e pública. Como se referiu, este acontecimento político significou que daí em diante as questões ambientais teriam lugar cativo no discurso político nas suas múltiplas instâncias. Porém, antes mesmo da deslocação do presidente - acompanhada passo a passo pelos *media* noticiosos - jornalistas, *opinion makers*, especialistas e também ambientalistas procuraram marcar a agenda do presidente, utilizando o evento que se anunciava como “cabide” para chamar à coacção os temas que entenderam trazer para a discussão pública.

longe se confinar aos editoriais mencionados. Pelo contrário, é um tema recorrente, um “acontecimento em desenvolvimento”, na acepção de Tuchman (1978: 48, 49), objecto de diversos tratamentos jornalísticos materializados em diferentes géneros.

Na sequência da categorização de Charaudeau (1997) podemos concluir que o Alentejo, e muito particularmente o sua zona litoral, emerge para a cena pública enquanto espaço de acontecimentos reportados, comentados e provocados. De facto, notícias e reportagens de todos os jornais analisados tematizam em termos de polémica as apropriações e intervenções numa “costa que durante décadas permaneceu adormecida” (*Diário de Notícias*, 20/9/92). Constrói - se também enquanto espaço de acontecimento comentado, à medida que os jornais problematizam opções políticas e gestionárias, usos sociais, ou até valores estéticos.

Por fim, refira-se que os acontecimentos relacionados com a costa alentejana e com o Alentejo em geral, abrem um debate social mais alargado, onde intervêm – nas páginas de opinião – actores exteriores ao jornal. Este debate, conheceu momentos particularmente intensos, sempre que esteve em causa o Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral (Protali), instrumento que a imprensa considerou como a “Magna carta” do planeamento.

Embora o debate na imprensa só possa ser um debate diferido no tempo, casos houve em que as páginas de opinião do *Público* foram animadas por uma intensa confrontação de pontos de vista, especialmente protagonizada, em posições divergentes, por *opinion makers* e autarcas. Expressivo pelo que traduz da luta entre actores para imporem no espaço público as suas significações, o conteúdo destes debates será examinado noutro capítulo.

Continuando a explorar os tópicos que constituem objecto de problematização em editoriais, salienta-se o realce atribuído à construção do empreendimento de Alqueva, questão ressurgida a propósito das interrogações e de eventuais soluções para o desenvolvimento do Alentejo. Em momentos

diferentes<sup>12</sup>, o *Diário de Notícias* (1992) e o *Expresso* (1995) tomam posição a favor da concretização da barragem. Ambos os editoriais começam por evocar o longo historial de impasses na construção da barragem, já prevista em 1957, no Plano de Rega do Alentejo. Impasses e indefinições que associam à estagnação da região. Os dois editoriais convergem também nas conclusões: “Mas no ponto de desespero em que se encontra o Alentejo já não se pode esperar mais. Pior do que cometer talvez um erro por se decidir a favor do Alqueva seria não decidir nada, enquanto se assiste à morte lenta de uma região inteira”(*Expresso*, 22/4/95); “O Alentejo precisa - tem urgência de um Alqueva reactivado. Um Alqueva à medida das reais exigências da planície. Já se perdeu muito tempo” (*Diário de Notícias*, 19/5/92).

Também o *Público*, num editorial de 1995, toma posição em relação a Alqueva, mas numa perspectiva diferente. O tema é introduzido numa problematização mais ampla sobre “Os Destinos das Terras do Sul”. Surge na sequência de um amplo destaque que o jornal dedica ao balanço da situação do Alentejo, nos vinte anos que se sucederam ao 25 de Abril. Neste editorial se conclui que “Saber gerir os recursos hídricos é, com efeito, o mais importante dos desafios que se colocam ao Alentejo. Quem tiver água poderá, no futuro, impor o seu modelo e as suas condições, a gestão da água pode ser a gazuza para mudar o Alentejo. E é essa também uma das razões porque duvidamos da opção de construir o Alqueva, um empreendimento sonhado e desenvolvido à imagem e semelhança do latifúndio” (*Público*, 30/7/95).

---

<sup>12</sup> Os momentos referidos relacionam-se naturalmente com acontecimentos relativos à evolução do empreendimento de Alqueva. O editorial do *Diário de Notícias*, em Maio de 1992, coincide com a deslocação a Alqueva do comissário europeu responsável pela gestão dos fundos estruturais; o editorial do *Expresso* (Abril de 1995) ocorre quando se reiniciam as obras de escavação para a construção da barragem. Mas, a apologia da construção de Alqueva inscreve-se num ciclo de acontecimentos dramáticos para a vida da região, marcados, entre outras coisas, pelos sucessivos anos de seca. Nesta conjuntura, a metáfora da “morte lenta” que o *Expresso* utiliza para caracterizar a situação do Alentejo torna-se recorrente no discurso quer dos jornalistas quer dos próprios actores região.

O tema Alqueva entra frequentemente nos editoriais publicados pelo *Diário do Alentejo*. A construção da barragem é aqui interpretada num quadro de intemporalidade, como uma “velha/nova luta do povo alentejano” (1/1/93).

Um aspecto sobressaliente nos editoriais deste jornal reside no trabalho de construção da ideia de que na região há consensos e consensos suficientemente sólidos para que sirvam de base à mobilização colectiva.

Num editorial de 1992, intitulado a “A Lógica que o Momento Consente” (6/11/92) aquela ideia veicula-se assim:

*“O consenso gerado em torno dos problemas da agricultura e pecuária, da saúde e do ensino, da exploração mineira e do desemprego, da cultura e do desporto, do comércio e da indústria, das reformas deficientes, do divórcio entre o governo e a região pode vir a dar frutos. Acreditamos que chegou a hora de o Alentejo se unir. A indiferença e o medo têm que ser banidos das nossas mentalidades. Atitudes enérgicas têm que substituir o tradicional ‘gentes de brandos costumes’” (Diário do Alentejo, 6/11/92).*

O jornal “fala” em nome de todo o Alentejo: “Ouçam-nos! O Alentejo está vivo. Quer a todo o custo e com elevado espírito de justiça, a inversão das políticas que até agora nos têm imposto” (*Diário do Alentejo*, 27/1/95).

A insistência nos consensos entre as forças da região e na vontade de agir dos seus actores, deixa antever, em nosso entender, uma dupla estratégia do jornal.

Por um lado, visa reforçar a sua credibilidade. Para tal, o jornal exprime a voz dos consensos; fala portanto em nome de todos, legitima-se como porta-voz da região. No mesmo acto, protege-se das críticas de parcialidade que lhe são atribuídas pela conhecida proximidade ao Partido Comunista, que conseqüentemente o torna vulnerável à acusação de favorecer acções e acontecimentos conformes aos interesses de actores que se movem nessa esfera político-partidária.

Por outro lado, é em nome dessa condição de insuspeito representante do todo (Alentejo) que o jornal faz apelo à acção e mobilização colectivas. Recorda-nos Philippe Breton (1997: 121, 122) que inspirado em Clyde Miller,

sublinha a eficácia de certas palavras, símbolos ou acções em provocar “decliques” para despertar modelos do nosso psiquismo. Certas palavras ou associação de palavras actuam como “*together device*”, fazem apelo à solidariedade, à emoção ou a acções colectivas.

São disso exemplo palavras como “a união faz a força”, que bem poderia substituir a expressão utilizada no *Diário do Alentejo* (6/11/92) “chegou a ora de o Alentejo se unir”.

Outro grupo de palavras visa a aceitação de ideias, de pessoas ou de acções, associando-as a alguma noção de virtude. Entre essas palavras que os autores definem como “*virtue device*”, figura a palavra “justiça”, a que o *Diário do Alentejo* (27/11/95) recorre em abono da reivindicação de novas políticas para o Alentejo.

Correndo riscos de excessiva simplificação, dir-se-ia que os editoriais analisados problematizam o Alentejo (em particular o litoral) enquanto espaço com características ambientais particulares que o tornam alvo de apropriações que a acção política deverá vigiar e disciplinar, em ordem a garantir a sua preservação, que não deixa de ser também uma forma de apropriação daquele território.

A região surge também referenciada como espaço de manifestação de crises, um território cuja sobrevivência se encontra ameaçada, e para o qual sociedade, leia-se especialmente o poder político, não tem encontrado alternativas de desenvolvimento. As soluções discutidas nos editoriais, retomam inevitavelmente o projecto de Alqueva, quer em abono da sua viabilização, quer em manifesto cepticismo quando à oportunidade de um tal projecto, cujas linhas de força foram efectivamente arquitectadas para um contexto social, económico e político radicalmente diferente do que hoje se apresenta.

Nos editoriais do *Diário do Alentejo*, como se disse, a região representa-se como espaço de constituição de consensos (internos) na base dos quais o jornal pretende apelar à acção colectiva.

Quanto à eficácia das palavras utilizadas pelo jornal, que considerámos susceptíveis de provocar os tais “decliques” favoráveis à solidariedade e à mobilização colectiva, convém descontar-lhes um certo cariz pavloviano que subentenderia reacções imediatas, quase mecânicas ao estímulo introduzido pelos termos mobilizados no discurso.

Naquelas condições, o impacto da palavra seria muito provavelmente efémero, e como tal de reduzida eficácia social. Acontece porém que o poder simbólico da palavra adquire eficácia social redobrada se as significações que quer impor reencontram eco na experiência de vida dos sujeitos envolvidos (Bourdieu, 1982).

Ora, no que ao Alentejo diz respeito, o que encontramos nos textos jornalísticos – não só nos regionais – e o que nos é dado conhecer por outros meios, pode condensar-se numa imagem partilhada em que a região tem tendência para ser representada como uma região esquecida, um espaço preterido, um espaço de espera, coarctado dos ganhos de modernização de que conseguiram beneficiar outras regiões do país.<sup>13</sup>

O acumular de *handicaps* que, sem exagero, diríamos ser reconhecido por todos os que se arriscam em análises sobre o Alentejo, não impede que, nos anos em análise, se evidenciem, de facto, alguns indícios de mobilização colectiva visando valorizar o Alentejo como um território que é possível (re)inventar.

Oportunamente se explanarão esses indícios. Mas desde já se reitera a hipótese de que os protagonistas deste processo de (re)invenção não são necessariamente, ou pelo menos não o são em exclusivo, os actores que falam e agem a partir de lugares de poder e de representação institucional tradicionais.

---

<sup>13</sup> Podemos considerar paradigmático do alheamento político relativamente ao Alentejo, o facto de Duarte Silva, enquanto ministro da Agricultura, ter admitido, durante uma visita ao Alentejo, “estar pouco informado sobre a ‘realidade’ vivida pelos campos desta província” segundo relata o *Diário de Notícias*, 23/7/94.

Dito de forma abreviada, esses proponentes situam-se em lugares de intervenção social não segmentáveis no nível político em sentido estrito, no nível administrativo, ou na representação profissional corporativa.

Pensamos concretamente, mas não apenas, na intervenção desencadeada a partir das agências de desenvolvimento local cuja acção, como procuraremos fundamentar, nos parece inscrever-se numa tendência societal mais alargada, globalmente favorável à (re) conceptualização dos territórios rurais.

#### 2.4. Rubricas e construção temática

Na análise de Tuchman (1978) as notícias como construtoras da realidade social têm origem numa ampla *news net* (rede noticiosa) que funciona como um “sistema hierárquico de colectores de informação”.

A rede noticiosa desdobra-se em três tipos de especialização: a especialização territorial, a especialização organizacional e a especialização temática. Ou seja, três tipos de recorte do mundo que permitem às empresas jornalísticas captar fluxos contínuos de acontecimentos e organizar as rotinas e os procedimentos que transformam essas ocorrências em acontecimentos noticiáveis.

Noutro ponto deste trabalho, referimos algumas consequências dessa segmentação do mundo em áreas do noticiável para as quais se mobilizam diferentes e hierarquizados recursos jornalísticos.

Em síntese, assinalou-se que o efeito da concentração territorial dos recursos jornalísticos tende a criar manchas de invisibilidade nas zonas não cobertas pela rede, designadamente o interior do país.

A presença regular de correspondentes (regionais) na maior parte dos jornais diários tem vindo certamente a contribuir para a melhor cobertura do país. Mas, recordando a interpretação de Tuchman (1978), para além da

cobertura estar ou não assegurada, há que considerar o *status* dos repórteres, pois de acordo com o prestígio que adquirem na rede, as informações a que acedem podem ou não tornar-se notícia.

A nossa observação da imprensa permite-nos acrescentar que o *status* do repórter pode influenciar não só se a informação é ou não identificada como notícia, como ainda todo o tratamento subsequente da mesma. Em particular, o destaque que ela assumirá nas páginas do jornal, bem como a sua inclusão (ou não) em “secções” ou “rubricas” de maior visibilidade.

Nos jornais diários, a maior parte dos textos jornalísticos sobre o Alentejo surgem na rubrica “País” (em particular no *Diário de Notícias*), ou no “Local” (*Público*), sendo frequentemente assinados por repórteres correspondentes, alguns dos quais acumulam funções na imprensa regional<sup>14</sup>.

Mas, nos momentos de maior instabilidade social, em ocasiões especialmente dramáticas, ou por ocasião da deslocação ao Alentejo de figuras cimeiras do Estado, como o Presidente da República ou o primeiro ministro, os temas da região motivam a deslocação de repórteres mais prestigiados, cujas narrativas são geralmente transportadas para as páginas da “Sociedade” ou da “Política”, se o que motiva a notícia é a cobertura de visitas institucionais a que se atribui significado político.

Outra das consequências da *news net*, como vimos, é a vigilância prioritária de certas organizações, em especial de âmbito político, susceptíveis de produzir acontecimentos (factos e ditos) dignos de nota. Os contactos regulares que se estabelecem entre jornalistas e os actores autorizados a falar em nome dessas organizações tendem a assegurar a estes últimos um acesso contínuo aos *media*. E é em boa medida beneficiando desse estatuto que esses

---

<sup>14</sup> Esta acumulação faz com que os mesmos artigos ou as mesmas reportagens cheguem a ser duplicados na imprensa regional e na imprensa nacional, por vezes com ligeiras alterações na construção do *lead* e da *titragem*, em adequação às normas redactoriais do jornal em questão. Por isso foi frequente, ao longo desta pesquisa, a sensação de que falam Bird e Dardenne (1993/1965): termos lido as mesmas “estórias” repetidas vezes.

actores podem assumir o papel de “promotores de noticiais” (Molotch e Lester (1993/1974) ou “definidores primários” de questões (Hall *et al.*, 1993/1973).

Os diferentes domínios da vida, os actores cuja experiência e palavra são consideradas dignas de interesse para surgir na imprensa são assim capturados e filtrados através da rede, para depois serem recompostos e tornados visíveis num novo recorte do mundo, que é a repartição dos acontecimentos por “secções” e “rubricas”, correspondendo à especialização temática, na acepção de Tuchman (1978).

A organização espacial das rubricas, juntamente com o volume médio dos títulos, a proporção das áreas ilustradas, a distribuição da cor, são elementos do que José Rebelo designa por “revelo da página jornal”. Um relevo que, para o autor, “gera efeitos de real: ao estratificar e hierarquizar as leituras, ao normalizá-las através da imposição de categorias abstractas” (Rebelo: 2000: 45).

A distribuição dos ocorrências pelas diferentes “secções” e “rubricas” assemelha-se a uma espécie de padrão hierarquizado de observação do mundo. Começa normalmente com as páginas da informação ‘Política’ (também designada por “Nacional”), o espaço reservado às questões que imanam da luta política e do exercício do poder.

O espaço da informação social, sob a “rubrica” “Sociedade” constitui-se como lugar de heterogeneidades, onde se trata um pouco de tudo: eventos de todo o tipo, comemorações, dramas colectivos ou pequenos dramas humanos, “faits-divers” que suscitam curiosidade e “suspense” pela ruptura que introduzem na ordem do quotidiano (Barthes, 1957).

A secção da “Cultura” constitui o espaço reservado aos eventos e aos actores do mundo artístico, na mesma medida em que a secção “Desporto” se dedica às performances desportivas e aos seus heróis.

Na secção da “Economia” tratam-se as decisões políticas em matéria económica, o mundo dos negócios e, em menor escala, a concertação e conflito laboral, uma vez que estes temas podem igualmente ser tratados na secção “Política”.

Sem pretender prolongar esta descrição, inevitavelmente fastidiosa, das “secções” e “rubricas” da imprensa não deixa de ser curioso notar uma certa analogia entre a especialização temática que tende a ser adoptada pela generalidade da imprensa – com algumas variantes – e a própria divisão temática da política e gestão pública instituída pela orgânica do Governo. Mais concretamente, a especialização temática que se objectiva nas páginas dos jornais faz lembrar a divisão do Governo em tutelas ministeriais.

As operações de rubricagem da imprensa possuem suficiente versatilidade para se adaptarem a outro tipo de recortes do mundo, como acontece, por exemplo, com a publicação de “Temas de Destaque” ou com os “Suplementos”. Outra das estratégias utilizadas pode ser a de edição de “rubricas” temporárias destinadas à cobertura sistemática de eventos que à partida se sabe possuírem durabilidade limitada.

Os títulos que identificam as rubricas do jornal – aqueles com que o leitor se depara na “primeira leitura” – designam-se, na terminologia de José Rebelo, (2000: 46) títulos “referenciais”. Títulos que “não significam mas designam”. Os títulos ou enunciados referenciais representam o “tema”, são “sintagmas nominais”. Para significarem, precisam de ser complementados com outro enunciado, um “sintagma verbal” que “forma uma frase e estabelece ligação com o real”. Este último enunciado é, na acepção do autor, informacional. Corresponde-lhe um título que informa, que diz algo sobre o mundo, enquanto o primeiro apenas designa (Rebelo, 2000: 47).

Títulos referenciais e títulos informacionais formam “um micro-sistema” que na sua relação recíproca asseguram a reprodução da estrutura do jornal, inscrevendo-a na continuidade, e ao mesmo tempo garantem que o jornal se renova, através da produção de diferenças, gerada pelo enunciado informacional (Rebelo, 2000: 47).

Conceptualizando este “micro-sistema” numa perspectiva dinâmica, José Rebelo (2000: 47) acrescenta que a adaptação à actualidade, ou na sequência de estratégias informativas particulares, um mesmo assunto que, numa dada fase, apenas merecia um título informacional, pode, num outro momento, vir a

merecer um título referencial. Dinâmica que pode também dar-se no sentido inverso: um assunto autonomizado sob um título referencial, passa a ser tratado com um título informacional.<sup>15</sup>

Tal estratégia foi utilizada por alguns jornais portugueses, durante a primeira presidência portuguesa da Comunidade Europeia (1992). O *Público* editou, no primeiro caderno do jornal, uma nova “rubrica” com o título referencial “Comunidade Europeia- Presidência Portuguesa”. O *Expresso* seguiu a mesma lógica, adoptando a designação “Europa 92 – Presidência Portuguesa”.

O *Diário de Notícias*, por sua vez, tratou os eventos relacionados com a presidência portuguesa sob o título referencial “Europa”, designação de uma “rubrica” que o jornal já editava regularmente.

Recorde-se que a reforma da Política Agrícola Comum – negociada e aprovada em 1992 – foi sem dúvida dos temas mais sensíveis da agenda política europeia enquanto Portugal assumiu a presidência da Comunidade.

Através das “rubricas” supra-mencionadas, as negociações para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) surgiram na imprensa como um “acontecimento de rotina”, marcando presença quotidiana nos principais jornais, pelas narrativas dos seus correspondentes em Bruxelas.

Num breve apanhado dessas notícias, a reforma da PAC começou por ser classificada “um espinhoso desafio” (*Expresso*, 25/1/92) que em Maio se transformaria num “acordo histórico” (*Diário de Notícias*, 22/5/92), “[...] acordo histórico [...] que ainda recentemente parecia impossível” (*Público*,

<sup>15</sup> O exemplo dado pelo autor enriquece a compreensão desta dinâmica. Trata-se da cobertura de temas relacionados com Portugal no jornal *Le Monde*. Resume-se assim: Até à revolução de Abril de 1974, Portugal era raramente notícia nas páginas do *Le Monde*. Quando o era, surgia num título informacional articulado com o título referencial “Europa”. Depois do 25 de Abril, em particular nos momentos de maior instabilidade política, o *Le Monde* publica “Diariamente, dezenas de títulos informacionais submetidos a um título referencial: Portugal”. Após a normalização da vida política e uma vez alterada a “relação de forças em prejuízo da esquerda radical”, decresce o interesse jornalístico pelo país: “o título referencial “Portugal” eclipsa-se do *Le Monde* e dos restantes jornais mundiais” (Rebelo, 2000: 48).

22/5/92) e que para o jornalista do *Expresso* (30/5/92) “É uma viagem histórica na mais antiga e importante política comum da Comunidade Europeia, que marca o princípio do fim de uma população agrícola numerosa e envelhecida e de um sistema que custa mais de metade do orçamento da comunidade e enche os armazéns da Europa de produtos agrícolas excedentários”.

Os critérios que presidem à “rubricagem” não estão isentos de ambiguidades. O tratamento da reforma da PAC na área reservada às questões europeias parece lógico. Não se concebe facilmente outra “rubrica” adequada a abordar uma questão que, ao mesmo tempo, releva da decisão política global, possui incidências económicas e sociais e confronta diferentes políticas nacionais. No entanto, essa pertinência pode ser menos clara tratando-se de acontecimentos ocorridos em Portugal, ainda que relacionados com a política europeia. Para exemplificar, vejamos os seguintes casos:

### Exemplo 1

*Diário de Notícias* 25/3/92

Título referencial: “Europa”

Título informacional: “*Agricultores ensaiam revolta no Alentejo*”

*“Mais de três mil agricultores ensaiaram, ontem, em Évora, uma revolta contra o que consideram ser a falta de medidas governamentais para resolver os problemas resultantes da seca (...) numa manifestação que se pretendia contra a PAC e acabou por fazer vir ao de cima a questão que mais (...) afecta os agricultores nacionais: a sua própria sobrevivência.  
(...).”*

### Exemplo 2

*Público 25/3/92*

Título referencial: “Destaque”

Título informacional: “*Subsídios contra a seca só a fundo perdido*”

*“A grave situação nos campos provocada pela falta de chuva e o medo dos reflexos da reforma da Política Agrícola Comum levaram cerca de dois mil agricultores alentejanos a concentrar-se em Évora. Pediram dinheiro a fundo perdido ao Governo da CE, e acusaram os políticos de só pensarem neles próprios.  
(...).”*

### Exemplo 3

*Expresso 28/3/92*

Título referencial: “Política”

Título informacional: “*Seca e PAC em questão*”  
“*CAP lança violento ataque ao Governo*”

*“ ‘Os políticos só com medo fazem alguma coisa: metam isto na cabeça’ – afirmou Rosado Fernandes, presidente da CAP, dirigindo-se a mais de três mil agricultores reunidos em Évora na passada terça-feira para protestarem contra ‘as medidas conjunturais com que o governo pretende resolver os problemas da seca’. Na manifestação (...) foi também posta em causa a reforma da PAC, a qual dizem que irá conduzir ‘à falência e à reforma antecipada da maioria dos agricultores’.  
(...).”*

Os três exemplos a que aludimos têm em comum o facto de tratarem da mesma ocorrência: a manifestação de agricultores, em Évora, no dia 24 de Março de 1992. Para além das diferenças narrativas na construção do *lead*, os três jornais em causa, optam por diferentes estratégias de “rubricagem”. O *Diário de Notícias* (Exemplo 1) reporta o acontecimento nas páginas “Europa”, enquanto o *Público* (Exemplo 2) o elege como “Destaque” e o *Expresso* (Exemplo 3) trata-o como questão da “Política” nacional.

O exemplo extraído do *Diário de Notícias* é sem dúvida o mais ambíguo. Trata de uma manifestação, que segundo o jornalista “se pretendia contra a PAC”. Quem o pretendia não se sabe, no desenvolvimento da notícia só se depreende que seriam os organizadores do evento, ou seja a CAP. Mas, ao contrário do que se esperava (depreende-se ao contrário do que a CAP esperava), a “revolta” dos agricultores foi afinal contra a “falta de medidas governamentais para resolver os problemas da seca”. Onde, o que a notícia denota é que os protestos dos agricultores, mais do que interpelar a política comunitária para o sector – que tornaria lógica a sua articulação com o título referencial “Europa” – se orientaram para a luta política interna, mais precisamente ainda, para pressionar a decisão governamental em torno das dificuldades induzidas pelo ano agrícola de seca.

Como se viu, o título referencial, na acepção de José Rebelo, não acrescenta informação sobre as coisas, apenas as nomeia, sugere um tema, a que se liga o título informacional, esse sim “fala”, diz algo sobre as coisas. No entanto, o relevo que é dado pelo título referencial também produz “efeitos de real”, como o da normalização das leituras “através da imposição de categorias abstractas” (Rebelo, 2000: 45). No exemplo supra-mencionado, o título informacional: “Agricultores ensaiam revolta no Alentejo”, articulado com o título referencial “Europa” introduz um certo desconcerto na leitura. A não ser que interpretemos a estratégia informativa adoptada como expressiva de um

ângulo de abordagem que “desnacionaliza” as questões agrícolas, referenciando-as preferencialmente como questões europeias<sup>16</sup>.

A opção redactorial do *Público* pareceria mais conforme à inclusão da notícia nas páginas destinadas a questões europeias, na medida em que associa explicitamente a manifestação com os efeitos presentidos da reforma da PAC, além de referir que os agricultores “pedem subsídios a fundo perdido ao Governo da CE”. A abordagem não deixa, no entanto, de apresentar uma coerência global. O título referencial “Destaque” articula além do artigo mencionado, um outro, com o título informacional: “ ‘Funcionários públicos da natureza, não obrigado!’ ” / “As razões da CAP no protesto à PAC”. Este último artigo vai além dos protestos dos agricultores na manifestação de Évora para os relacionar com a reforma da PAC e, mais especificamente com o novo papel que esta destina aos agricultores.

Quanto ao artigo do *Expresso*, afasta-se dos dois enquadramentos anteriores, quer nos modos discursivos adoptados, quer na especialização temática. Utiliza o discurso directo para narrar o tom dos protestos e as reivindicações dos agricultores e insere, de forma mais clara, a manifestação no terreno da luta política. A coerência temática da narrativa é ainda realçada pelo título informacional: “ Seca e PAC em questão”/“CAP lança violento ataque ao Governo”. Para o *Expresso*, a manifestação de agricultores no Alentejo é decisivamente um tema da política nacional.

Os critérios de relevância, os modos discursivos implicados no reportar ou comentar os acontecimentos, e os procedimentos de repartição dos assuntos pelo espaço do jornal são assim elementos da forma como cada órgão de informação constrói a cobertura temática do acontecimento.

---

<sup>16</sup> A “desnacionalização” da política agrícola foi de resto assumida mais ou menos explicitamente pelos próprios membros do Governo, como se pode ler nas palavras do Ministro da Agricultura, Duarte Silva, relatadas pelo *Expresso* (20/5/95, pág.10). As declarações do ministro foram produzidas durante uma deslocação ao Alentejo e constituem uma reacção às reivindicações de uma nova reforma agrária retomadas no VII Congresso sobre o Alentejo: “Não vejo necessidade nenhuma de se fazer qualquer reforma. A grande realidade da agricultura portuguesa é a PAC, e temos de acabar de uma vez para todas com esses espantalhos”.

O acontecimento nunca é pois transmitido em estado bruto. Vai sendo transformado através de vários processos de racionalização: a racionalização decorrente dos princípios de selecção dos factos e dos actores, a racionalização operada quando se colocam estes em categorias do entendimento, por fim a racionalização no que se refere aos modos de visibilidade escolhidos (Charaudeau, 1997).

Assim, os *media* criam visões do mundo, não só pelo que dizem dele, mas também pela maneira como o ordenam, oferecendo padrões para observar o nosso universo, com segmentações aparentemente tão irrelevantes como distinguir entre assuntos políticos e pequenas notícias locais.

Certo tipo de revistas especializadas, em decoração, em viagens ou mesmo *magazines* mais genéricas, como as chamadas revistas femininas, assumem explicitamente o papel de “guias” práticos na relação com o mundo, em domínios tão diferentes como a relação com os objectos e o seu valor social, a realização e a satisfação pessoal, ou as relações familiares e interpessoais.

Particularmente exemplares da capacidade para sugerir ambientes ideais à arte de bem viver, são, além dos exemplos referidos, as publicações tipo *life style* dos jornais anglo-saxónicos (Tarquina, 1993/1988), que em Portugal tem correspondência em sessões como “Vida/Viver”, editadas pelo *Independente*, ou “Estilos” editada pelo *Diário de Notícias*.

Para Sorlin (1994: 121) a sugestão de modelos e inclusivamente de modelos de consumo alarga-se ao campo dos *media* em geral, pela importância que o *estrelato* adquire enquanto aspecto fundamental da relação entre os *media* e a sociedade. Os apresentadores “representam valores específicos”, mostram-nos como nos devemos vestir e comportar para estar na moda. Da mesma forma que nos dão indicações sobre os temas em discussão na agenda pública.

## 2.5. Estratégias da enunciação no discurso jornalístico

O discurso jornalístico trata de “factos” (coisas decorrentes de actividades humanas ou das forças da natureza) mas também de “ditos” (declarações, testemunhos, intenções, etc.) que se produzem no espaço público

Factos e ditos, dois aspectos que no contar das “estórias” jornalísticas se nos deparam inteiramente intrincados. Já que, como se observou em diversas ocasiões, as “estórias” do jornalismo são sempre formas de recortar a realidade e de a recolocar em mapas de significação, que implicam colocar a “estória” no quadro de significados culturalmente partilhados, que como tal possam ser reconhecidos pelos públicos a que se dirigem.

Neste trabalho, raramente o repórter se poderá restringir aos factos “brutos” extraídos da realidade. Até porque o acesso que tem a esses factos não é, na maioria dos casos, um acesso directo.

Apesar da rede noticiosa (Tuchman, 1978) colocar estrategicamente as suas sentinelas para capturar a irrupção dos acontecimentos, onde eles têm maior probabilidade de se produzir, o jornalista não pode, em geral, presenciar as ocorrências que reporta.

O seu trabalho baseia-se em grande medida na colecta de informação junto das fontes. “As fontes podem definir-se como os actores que os jornalistas observam e entrevistam, no sentido de fornecimento de informação e sugestão noticiosa” (Santos, 1997: 76, seguindo a definição de Gans).

As informações que lhe chegam, ou aquelas que ele próprio busca, umas e outras seleccionadas pelo óculo da pertinência jornalística, são pois informações em cujo sentido já intervieram as respectivas fontes. E ainda que fosse possível ao jornalista ler a realidade como uma espécie de matéria prima virgem e traduzível tal qual, duvidamos, enquanto leitores, do interesse que suscitariam tais enunciados desprovidos de referências capazes de nos permitir,

a nós leitores, situá-los e compará-los com outros enunciados, que já fazem parte da nossa inteligibilidade do mundo.

Melhor do que poderíamos ambicionar fazer por nós próprios, Bakhtine esclarece o quanto a produção discursiva de um autor comporta sempre, em algum grau, o pensamento de outros: *“Nenhum membro da comunidade verbal encontra, alguma vez, palavras neutras, isentas de aspirações e de avaliações feitas por outro, inabitadas pela voz de outro. Não, ele recebe sempre a palavra pela voz do outro e essa palavra está sempre preenchida pela voz do outro”* (citado por Rebelo, 2000: 62, sublinhado nosso).

Na leitura de José Rebelo, a obra de Bakhtine veio enriquecer a teoria do enunciado com a noção de “dialogismo” (2000: 61,62) que o primeiro autor traduz do seguinte modo: “No acto de produção do discurso, cada um de nós utiliza palavras já usadas por outros. O discurso assume uma perspectiva histórica. Uma espessura. Ao descrevermos este movimento para trás actualizamos, em nós, as palavras que até nós chegaram numa sequência ininterrupta”.

Mas a teoria de Bakhtine introduz ainda outra característica do enunciado: “O autor (o locutor) tem os seus direitos inalienáveis sobre o discurso, mas o auditor também os tem, tal como o têm todos aqueles cujas vozes ressoam nas palavras encontradas pelo autor (visto que não existem palavras que não sejam de ninguém)” (citado in Rebelo, 2000: 62).

Estamos pois, na interpretação de José Rebelo, (2000: 63) perante um “duplo dialogismo”: O autor, além de descrever “um movimento para trás”, em que encontra a palavra de outros, descreve também um movimento “para a frente”, de encontro ao seu interlocutor. Conclui então José Rebelo (idem) que o discurso envolve “Três papéis para três protagonistas em relação dialéctica”: “o do autor ou locutor, o do auditor e o daqueles ‘cujas vozes ressoam nas palavras encontradas pelo autor’”.

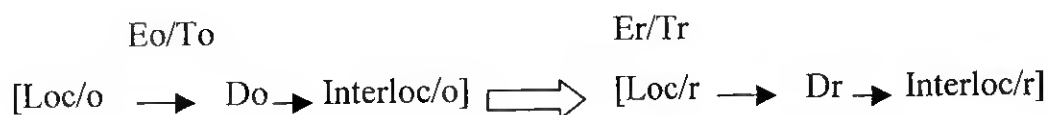
### 2.5.1. Reportar o “dito”: citação e interdiscursividade

As palavras do outro estão assim presentes em todo o acto de enunciação, instituindo o dialogismo de que fala Bakhtine.

A palavra do outro pode ser integrada no discurso de diferentes formas, mais ou menos explícitas, e visando objectivos também diferenciados. Possibilita então vários “tipos de heterogeneidade”, dos quais nos interessa reter o que Charaudeau (1997: 178) define como “discurso reportado”.

O discurso reportado corresponde ao acto de enunciação pelo qual um locutor- reportador (Loc/r) reporta o “dito reportado” (Dr) em direcção ao interlocutor do discurso reportado (Interloc/r); supõe naturalmente, um “dito de origem” (Do), que um “locutor de origem” (Loc/o) dirigiu ao seu próprio interlocutor, o “interlocutor de origem” (Interloc/o).

Podemos apresentar esta definição sob a forma do esquema seguinte, em que Eo /To se referem, respectivamente ao espaço e ao tempo do discurso original e Er/Tr se referem ao espaço e tempo do discurso reportado.



Nota: reprodução do esquema de Chareudeau (1997: 178)

As marcas que, no “discurso reportado”, permitem autonomizar a palavra de um locutor original nem sempre são explícitas. Quando assim acontece fica dificultada a tarefa de podermos distinguir entre o discurso reportado e a pura “interdiscursividade”, entendida esta como a “inserção de fragmentos de

discurso uns nos outros” sem que exista distinção clara entre eles (Charaudeau, 1997: 178-179).

Em qualquer dos casos, estamos perante um uso estratégico da palavra de outros. Uso estratégico de dizeres oriundos do mundo político, económico, social, cultural, ou até de outros *media*.

Nos textos jornalísticos, a palavra de outros pode ser integrada segundo várias modalidades e visando diferentes objectivos: credibilizar a informação, reforçar a coerência narrativa, polemizar uma questão, ou até exprimir a opinião do próprio jornalista. Os procedimentos em relação a esses objectivos são também vários.

Por um lado, o locutor- reportador (jornalista) pode recorrer à citação, usando explicitamente essa mesma palavra, nomeando quem a produziu, com o intuito de reforçar a credibilidade da informação, designadamente pela autoridade de que goza a sua fonte, por estar bem posicionada para falar no assunto, ou pelo seu papel de testemunha.

O recurso à citação pode também cumprir outro objectivo: o de permitir ao jornalista exprimir os seus próprios pontos de vista. Seleccionando criteriosamente a palavra de outro, exime-se da responsabilidade da asserção, por mais polémica que ela seja. Este “uso judicioso das aspas” de que fala Tuchmam (1993<sup>a</sup>/1972) permite ao reportador manter-se fiel ao ideal da objectividade, porque afinal se limitou a citar.

Por outro lado, o jornalista pode apropriar-se do conteúdo da palavra original, sem explicitar a sua origem, ou mantendo uma certa ambiguidade acerca dela. Identificações vagas, como a “população”, os “habitantes” “fonte próxima de”, “diz-se”, “admite-se em certos círculos” etc. são as modalidades mais comuns de manter a ambiguidade acerca da identificação do dito de origem. Apesar desta prática ser condenada nos códigos de deontologia do jornalismo<sup>17</sup>, não deixa de ser exercitada em muitos textos jornalísticos.

<sup>17</sup>O capítulo dedicado à ética e deontologia do Livro de Estilo do jornal *Público* (1998: 69) recomenda que “Regra geral, uma informação deve ser sempre atribuída à fonte de origem, identificada com a maior precisão possível – nome, idade e profissão, cargo ou função. [...]. A identificação e a

Aliás, segundo Rebelo (1997: 106), “ocultar o enunciador de origem, transferindo para o jornal ou mesmo para a opinião pública, a responsabilidade da asserção”, é uma prática frequentemente encorajada pelas instituições políticas, pois este tipo de enunciado, sem identificação da respectiva fonte, tende a apresentar-se como sendo do domínio do real, embora “veicule, automaticamente, os interesses que a fonte investiu no discurso ao produzi-lo” (Rebelo, 1997: 107).

Dir-se-ia, naquelas situações, que o enunciado se torna particularmente eficaz pelo facto de instituir uma espécie de naturalização das coisas: o jornal limita-se a reproduzir algo que é dado como sendo do domínio público.

Nesta lógica enunciativa podemos incluir aquilo a que Andreas Freund (in Breton, 2000: 114) chama o uso de “termos desresponsabilizantes”, que caracteriza justamente por instituírem a “naturalização do real” e por serem um recurso frequente do discurso político.

As notícias sobre o Alentejo são ricas nesses exemplos. Na numerosa família de “termos desresponsabilizantes” encontrados destacam-se os de “fatalidade”, “calamidade”, “região fustigada pela seca”, “flagelizada pelo desemprego”.

Tomando de empréstimo a expressão de Breton (2000: 114), o desemprego é alvo frequente de descrições tipo “meteorológico”. Apresentado como “catástrofe”, como “flagelo” transforma-se numa espécie de “anticiclone dos Açores, que vai e vem”, mas que num dado momento exerce influência incontornável sobre uma área geográfica, provocando um período de “seca de

---

individualização da fonte favorece a autoridade e a credibilidade da informação”. A não identificação da fonte apenas se admite a título de “circunstâncias especiais”, sob a fórmula: “uma fonte do organismo X que solicitou o anonimato” (idem: 71). Também o “Livro de estilo e prontuário da Lusa” determina que a fonte deve ser explicitada logo nos primeiros parágrafos da notícia. As fontes, segundo a Lusa, subdividem-se em “seguras (com designação de nome ou função, caso do Presidente da República), autorizadas (competentes numa dada área, como o Ministro da Defesa), oficiais (competência limitada à actividade), específicas (com acesso a uma área designada, como os diplomatas ou participantes numa conferência)” (in Santos, 1997: 78, 79).

emprego”. Com a mesma naturalidade com que surgiu, esta poderosa força da natureza logo se dissipará.

A noção de “calamidade”, e outras afins, que se utiliza frequentemente a propósito das dificuldades vividas no Alentejo e que assumiu especial relevância quando pronunciada durante uma deslocação de Mário Soares<sup>18</sup> à região, sugere-nos o mesmo efeito de “naturalização” da realidade.

Qualquer que seja o objectivo visado, o discurso reportado testemunha de uma “dupla operação de reconstrução/desconstrução”: toma o dito de outro, para o reintegrar num novo acto de enunciação, o que não se faz sem que ocorra alguma “transformação enunciativa”, de acordo com a forma como se processa a assimilação ou o distanciamento face à palavra original (Charaudeau, 1997: 179-180).

### 2.5.2. Reportar o dito: selecção da palavra

Os procedimentos quanto à forma de reportar o “dito” assumem assim várias formas e implicam as operações de *selecção*, *identificação* e *reprodução*, que resumimos na Fig.3, construída a partir da concepção de Charaudeau (1997).

---

<sup>18</sup> Embora Mário Soares não esgote a autoria do termo “calamidade”, é sem dúvida quando pronunciado pelo então Presidente da República que ele ganha interesse jornalístico. Entre 23 e 28 de Março de 1992, na pesquisa limitada aos títulos, encontramos seis registos da palavra (quatro dos quais a atribuem a Mário Soares). Alguns desses exemplos servirão mais adiante para ilustrar diferentes modalidades de citação.

Além de uma certa naturalização da realidade que pretendíamos ilustrar, os exemplos são também elucidativos de “ditos” que se transformam eles próprios no acontecimento central. De facto, o termo já havia sido usado antes, mas dito por Mário Soares ganhou outro realce, inclusivamente nas aberturas de primeira página.

Na operação de selecção das declarações que integram o discurso da informação mediática, intervêm os critérios da pertinência jornalística a que, aludimos noutra parte deste trabalho. Basicamente, a selecção leva em conta a identidade do declarante e o valor da declaração, aspectos que, como também se sublinhou, tendem a ser apreciados em conjunto, dado os *media* procederem com base na “hierarquia da credibilidade”.

De acordo com a metodologia de pesquisa nestas matérias, as fontes são agrupáveis em quatro grandes categorias: os jornalistas, os porta-vozes de instituições e organizações governamentais, os porta-vozes de organizações e instituições não governamentais e os cidadãos individualizados (Santos, 1997: 76, seguindo a classificação de Ericson *et al.*).

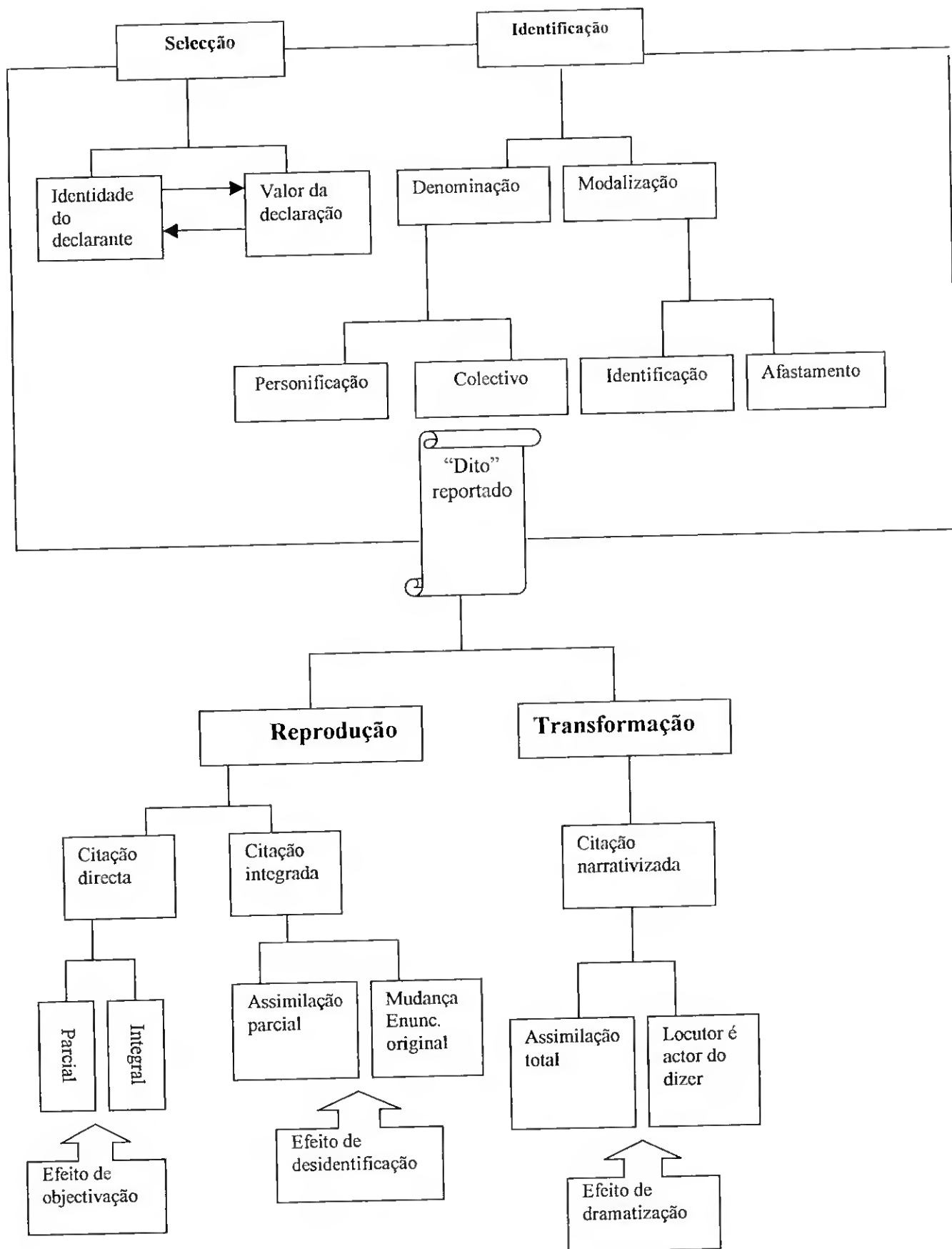
### 2.5.3. Identificação do locutor original e reprodução da palavra

A identificação de quem disse e em que circunstâncias o fez pode ser mais ou menos detalhada. Essa identificação compreende, em particular, as duas categorias linguísticas de “denominação”, e “modalização” (fig.3).

A primeira consiste na forma de designar o locutor original, que pode ser precisa (nome, título, função), ou muito ambígua, como são as fórmulas de “fonte próxima”, “fonte autorizada”, “fonte digna de crédito” e as que se referem a um colectivo, como os “habitantes”, a “população”, “como nos disseram no local”, etc.

A segunda é o meio pelo qual o locutor-reportador exprime uma atitude de apropriação ou afastamento face à veracidade da declaração do locutor original. Por exemplo, no título “Alentejo enfrenta calamidade – disse Mário Soares no encerramento da Ovibeja” (*Diário de Notícias*, 23/3/92), o jornalista não se distancia do enunciado original, ao contrário do que acontece com outro título sobre o mesmo acontecimento: “Comunistas querem declaração de estado de calamidade” (*Diário de Notícias*, 28/3/92).

Fig. 3. Tipologia da citação



A reprodução do “dito” original pode recobrir modalidades de citação distintas. Desde o ponto em que o enunciado de origem mantém a sua autonomia (citação directa): « ‘Isto é uma verdadeira calamidade’ – afirma o Presidente da República »; até ao ponto em que é completamente assimilado pelo enunciado reportador (citação narrativizada): “Soares solidário com regiões atingidas pela seca” (*Público*, 28/3/92).

O recuso à “citação directa” corresponde assim a um tipo de construção enunciativa em que o dito de origem é transportado (integral ou parcialmente) para o novo enunciado conservando neste a sua autonomia.

A “citação integrada” reporta o dito original na terceira pessoa, tendendo para a “desidentificação” do locutor de origem, na medida em que a sua palavra já não é autónoma, mas sim assimilada pelo locutor - reportador, através de modificações no enunciado de origem, designadamente pela utilização de pronomes, de adjectivos e de alteração de tempos verbais

A “citação narrativizada”, corresponde a um tipo de construção em que o dito é totalmente integrado no enunciado que reporta. O locutor original já não é apresentado como “locutor” de um dizer, mas sim como “actor do acto de dizer”, ou seja, a saliência vai não tanto para o “dito”, mas para o acto de dizer.

Finalmente, o dito de origem pode ser apenas “invocado”, a fórmula mais comum é a utilização de uma expressão ou de uma palavra (normalmente entre aspas) sem referência ao enunciado original, porque tacitamente se julga ser reconhecido pelo público. É o que acontece, por exemplo, quando se fala do “Celeiro de Portugal”, que invoca o Alentejo do Estado Novo, ou se fala das “Terras do pão”, para trazer à mente as searas de trigo.

Na perspectiva de Charaudeau (1997:187), os modos de citação mencionados associam-se a efeitos sobre o sentido diversos, de que se distingue o efeito de *objectivação* (citação directa), efeito *ambíguo* (flou) (citação integrada) e efeito de *dramatização* (citação narrativizada).

## 2. 6. Análise empírica das fontes

Na interpretação do autor que temos vindo a citar, o trabalho de selecção das fontes associa-se ao tipo de efeitos visados pela instância mediática. Enquanto os efeitos de “decisão”, de “saber” e de “opinião” tendem a ser procurados nas palavras de actores com recursos e competências específicas, (de poder, de *expertise* ou de notoriedade), o efeito de “testemunha” pode buscar-se nos cidadãos individualizados, no cidadão comum, representante das vozes populares (Charaudeau, 1997).

As condições mais frequentes para que a fala do cidadão comum seja citada nos *media* resumem-se a três: a reacção pública a acontecimentos; a crítica a políticas ou práticas com consequências para a vida da pessoa citada; expressão de emoções face a acontecimentos, ou de críticas e opiniões sobre decisões (ou ausência delas) iminentes de actores institucionais ou privados investidos de poder decisório (Santos, 1997: 77, apoiado na tipologia de Ericson *et al.*).

Uma vez que as fontes institucionais (no sentido amplo) têm a capacidade e os meios de exercer maior controlo sobre o conteúdo das informações que aceitam divulgar, a possibilidade de que falávamos antes, de o jornalista utilizar a citação para exprimir os seus próprios pontos de vista, adquire maior espaço de manobra quando a fonte citada o é enquanto simples representante da voz popular.

Note-se que não se trata de sugerir menor fidelidade do jornalista aos factos e aos ambientes que reporta. Mas antes de frisar que, qualquer que seja o assunto não é difícil encontrar um “cidadão omega” capaz de incarnar um personagem ou de colorir com a sua linguagem o enquadramento que o jornalista escolhe para a sua “estória”.

Entre o nosso material de análise, a demonstração do que pretendemos sublinhar pode ser a forma como se reporta a palavra das mulheres. Em primeiro lugar. As mulheres (tal como os jovens), no contexto das “estórias” que analisámos, são remetidas a um quadro de relativa invisibilidade. Observação que não se aplica quando se trata do desemprego. Sendo este o tema, as mulheres são quase sempre nomeadas e apresentadas como o grupo social mais vulnerável. Se bem que, mesmo assim, enquanto problema, o desemprego feminino seja secundarizado face ao desemprego masculino<sup>19</sup>.

Veja-se este exemplo, que reproduz o *lead* de uma reportagem do *Diário de Notícias* (12/6/94): “Em terras alentejanas, os longos dias de Verão costumam mais a passar. Sem trabalho e sem dinheiro, 'gasta-se' o tempo a dormir ou a ver televisão. As mulheres não reivindicam emprego. E porque haveriam de fazê-lo, se não há nem para o cabeça de casal? E a fome aperta.”

Alguns dias depois (27/6/94), o mesmo diário, numa reportagem assinada por outro jornalista, repete a ideia: “As mulheres nem tentam arranjar trabalho: 'se não há emprego para os homens, muito menos haverá para nós', afirma Joana Lopes, de 32 anos.”

Simple coincidência, ou resultado das “tipificações” do trabalho jornalístico de que fala Tuchman (1978), as palavras do primeiro exemplo “ressoam”<sup>20</sup> nas do segundo. Só que, este último jornalista, adopta outra lógica enunciativa. Transfere para a mulher citada a responsabilidade do raciocínio.

<sup>19</sup> O facto de, nas preocupações sociais, o desemprego feminino ser secundarizado face ao desemprego masculino envolve toda a espessura história da divisão sexual do trabalho que seria descabido convocar. A matriz dessa realidade sociológica no que ao se refere Alentejo radica, segundo a análise de Fernando Oliveira Baptista, na “persistência de traços tradicionais da divisão do trabalho”, que constitui, simultaneamente, “uma defesa da posição dos homens no mercado de trabalho”. Esta alicerça-se nas redes de “sociabilidade locais”, no “peso dos padrões ideológicos dominantes e ainda nos laços familiares muitas vezes existentes entre homens e mulheres do grupo dos assalariados”. A conjugação desses factores “conduzem a que estas últimas não entrem em competição com os homens em certos tipos de trabalho que tradicionalmente lhe estão reservados” (Fernando Baptista, 1983: 58,59).

<sup>20</sup> Voltamos a tomar de empréstimo a expressão de Bakhtine, citada por Rebelo, 2000: 62.

Quando a “estória” jornalística se aventura pelo universo da intimidade familiar, para retratar os dramas vividos na privacidade, a palavra das mulheres torna-se então a voz autorizada. Ganha o direito a ser citada, normalmente segundo modalidades narrativizadas que acentuam o efeito de dramatização de que fala Charaudeau (1997):

“Com a tristeza invadindo-lhe o rosto melancólico, Maria de Fátima nunca pensou, com 30 anos, ter de estender as mãos à caridade. ‘É com a solidariedade dos vizinhos, através da oferta de batatas e grãos, que vou conseguir enganar o estômago do marido desempregado e dos três filhos’, referiu à nossa reportagem” (*Diário de Notícias*, 30/1/95).

Este é apenas um dos muitos casos em que a expressão de emoções e o revelar da intimidade se busca na palavra das mulheres. As mulheres que falam sobretudo no seu papel de “âncoras” da família.

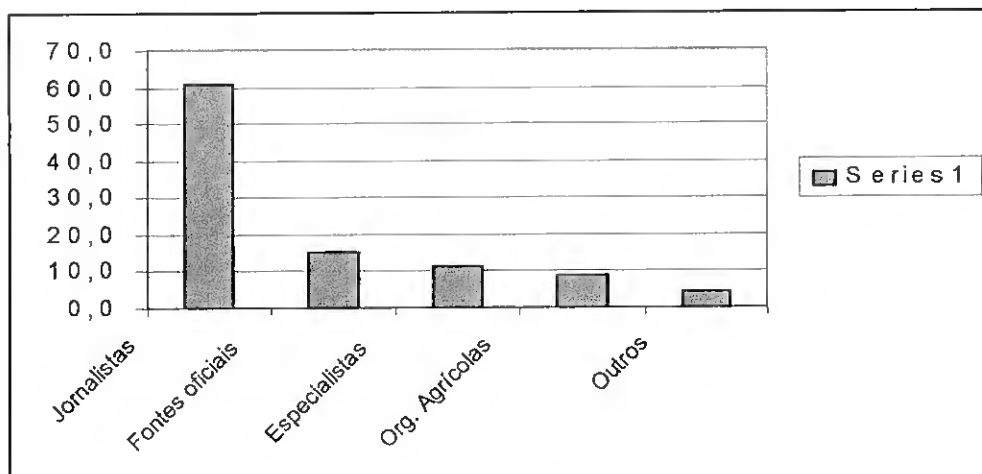
O facto destes três exemplos serem extraídos do mesmo jornal foi propositado. São referidos por representarem um padrão frequentemente utilizado no *Diário de Notícias*, não apenas nos textos mencionados, mas também noutros, que nos dispensamos de enumerar aqui, mas que poderão ser conferidos na reprodução do *corpus* (em anexo).

Aliás, fazendo abstracção dos exemplos relativos à fala das mulheres, o *Diário de Notícias* é de facto o jornal que mais recorre à citação da voz popular. Em contrapartida, no semanário *Expresso* a palavra popular reproduz-se raramente.

Comum a todos os jornais é o facto desta fonte surgir mais frequentemente nas reportagens, género jornalístico mais permeável à liberdade discursiva do jornalista, sobretudo se comparado com a notícia.

Rogério Santos (1997: 76), numa resenha dos estudos sobre as fontes, salienta que mais de 70% das fontes são de origem governamental e, no melhor dos casos, essas fontes são citadas duas vezes mais do que as fontes do sector privado.

Gráfico 1. Fontes citadas nos jornais (1992-1996)



Pela metodologia que utilizámos no registo das fontes, os nossos dados não são comparáveis a esses estudos. De facto, para o tipo de abordagem que desenvolveremos, não nos interessava apenas a “fonte”, mas a possibilidade de nos aproximarmos o mais possível do enunciado original. Por isso, quando deparámos com situações menos claras, em que a identificação da fonte é demasiado vaga, ou a interdiscursividade está de tal forma presente que inviabiliza a autonomização das “falas”, atribuímos a autoria da palavra ao próprio jornalista, daí a proeminência das fontes do jornalismo (gráfico 1).

Além das razões expostas, o agrupamento que fizemos das fontes visou a adequação aos objectivos de pesquisa. Assim, as fontes oficiais abrangem os representantes das instituições do ordenamento político. Na categoria dos especialistas incluímos cientistas e técnicos de todos os domínios. As organizações de agricultores representam a voz do sector. Enquanto a categoria genérica outros inclui quer os cidadãos individuais (a voz popular), quer outros

agentes económicos exteriores ao sector agro-florestal. Estas categorias serão no entanto apresentadas de forma mais desagregada, quando a exploração de temas particulares justificar a exploração de diferentes posições discursivas.

Note-se ainda que na tentativa de controlar oposições entre o conteúdo do discurso dos actores e a sua reportação nos jornais, consultámos as rubricas disponibilizadas pela imprensa para o exercício do direito de resposta, designadamente as cartas ao director. Trata-se, sem dúvida, de uma possibilidade operatória com alcances muito limitados, dado que nem sempre os visados exercem esse direito.

Se arriscarmos alguma comparação entre os nossos dados e os que são mencionados por Rogério Santos (1997), será no sentido de reconhecer uma menor preponderância das fontes oficiais nos nossos resultados.

Estudos mais recentes do que os referidos por aquele autor, explorando coberturas jornalísticas de temas diferentes, observam nítidas quebras de hegemonia das fontes oficiais como principais actores das notícias.

Num recente trabalho sobre “O jornalismo português e a problemática VIH/SIDA”<sup>21</sup> Nelson Traquina (2000: 276) observa que o peso das fontes oficiais<sup>22</sup> se foi atenuando gradualmente ao longo do período analisado: entre 1982-1984 são o agente principal de 70% das notícias; de 1985 a 1989 passam a ser fontes predominantes em 60% das notícias. A partir de 1989 representam 55% . Continuam a decrescer até ao último ano de análise (1991), quando as fontes oficiais reduzem o seu peso para 51%. Restringindo a análise à cobertura de acontecimentos jornalísticos que tiveram lugar em Portugal, as fontes oficiais governamentais passam a estar ainda menos representadas (Traquina, 2000: 275, 276).

---

<sup>21</sup> O estudo de Nelson Traquina incide sobre as edições do *Diário de Notícias* publicadas entre 1 de Junho de 1981 e 31 de Dezembro de 1991.

<sup>22</sup> As fontes oficiais são definidas como a soma das categorias “governo”, “agência governamental”, “outra autoridade”, “OMS” e “biomédicos” (Traquina, 2000: 276).

Globalmente, a pesquisa confirma pois que as “fontes oficiais são dominantes”. Se bem que “devido à pouca importância que funcionários do mais alto nível têm dado ao VIH/SIDA, particularmente em Portugal, as notícias sobre SIDA têm dado lugar às “vozes alternativas”” (Traquina, 2000: 275).

Numa outra perspectiva, a partir da reflexão sobre a cobertura noticiosa dos acontecimentos da política, Thomas E. Patterson (2000/1997) considera que o êxito do “jornalismo interpretativo”, especialmente nos Estados Unidos, mas já com ramificações importantes também na Europa, tem conduzido a uma alteração da proeminência das fontes oficiais, em favor da crescente notoriedade assumida pelos próprios jornalistas: “Enquanto antigamente eram a voz relativamente passiva através das notícias, são agora por vezes tão visíveis e activos como os protagonistas das notícias que cobrem” (Patterson, 2000/1997: 89).

O exemplo mais flagrante dessa tendência encontra-a o autor nos *sound bitts* (registos sonoros) das campanhas eleitorais norte-americanas. Enquanto nas eleições presidenciais de 1968 os noticiários televisivos deram aos candidatos um tempo médio de uso contínuo da palavra de 42 segundos, nas eleições de 1988 “os *sound bitts* de 42 segundos encolheram para menos de dez segundos e mantiveram-se a esse nível deste então” (Patterson, 2000/1997: 90).

A cobertura das eleições efectuada pelos jornais acompanhou o mesmo padrão: “Em 1960 a média das citações contínuas ou de frases de um candidato presidencial nas notícias de primeira página do *New York Times* era de 14 linhas. Em 1992 a média tinha caído para as seis linhas. Uma tendência que leva Petterson (2000/1997: 90) a concluir que “Na televisão e nos jornais, a visão dos políticos é agora frequentemente agrupada numa narrativa dedicada primeiramente a expor a visão do jornalista”.

O grande protagonismo que o jornalista assume na notícia não invalida que ao mesmo tempo perpetue a selecção hierarquizada das fontes que convoca. Mas dificulta sem dúvida o trabalho de classificar a autoria das palavras reportadas nos textos jornalísticos.

Perante esta complexidade, e sendo nossa pretensão salientar aspectos dos repertórios interpretativos dos diferentes actores, nas falas que classificamos como oriundas de uma certa fonte, só retivemos aquelas cuja origem não suscita dúvidas.

### **2.6.1. Protagonismo social nos textos da imprensa**

O recenseamento das citações obedeceu a uma grelha temática atinente aos nossos objectos de pesquisa, pelo que reproduz a preponderância apenas das “falas” relativas aos temas que nos interessam analisar.

Neste âmbito, os grandes itens da análise globalmente considerados (agricultura/rural/Ambiente/Alentejo) não parecem ter adquirido grande centralidade na agenda política governamental, a julgar pelo peso desse tipo de fontes que, embora mais representadas do que as outras, estão abaixo dos resultados estabelecidos na maior parte dos estudos (quadro 1).

Em contrapartida, talvez até em consequência desse relativo desinteresse, as notícias que analisámos dão a possibilidade de expressão a outros actores, que na esteira da terminologia de Traquina podemos considerar “vozes alternativas”. Embora o autor de quem retomamos a expressão não as defina, na nossa pesquisa as “vozes alternativas” cobrem sobretudo o grupo de especialistas.

A orientação da incidência temática permite também compreender a elevada saliência que no *corpus* adquirem as fontes ligadas ao sector agrícola, designadamente a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e diversas associações regionais.

Outro aspecto, em nosso entender susceptível de tornar nublosa a interpretação da preponderância das fontes, designadamente no menor peso que a nossa pesquisa revela das fontes oficiais, comparativamente com outras

investigações, prende-se com o facto de grande parte dos textos recolhidos surgir nas secções local/regional/regiões, rubricas de algum modo subalternas relativamente aos primeiros cadernos dos jornais, aqueles onde as fontes oficiais terão mais interesse em figurar como promotores de notícias.

**Quadro 1. Protagonismo social nas nos textos na imprensa, ano a ano e no total do período**  
(valores em %)

<b>Diário do Alentejo</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>Total</b>
Fontes oficiais	28,6	32,9	46,3	69,5	56,9	44,9
Especialistas	23,3	19,7	19,5	12,6	15,0	18,8
Orga.Agricultores	26,5	39,8	22,9	8,9	24,2	25,9
Outras	21,6	7,6	11,3	8,9	3,9	10,4
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Diário de Noticias</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>Total</b>
Fontes oficiais	39,4	25,4	43,6	45,6	44,7	39,4
Especialistas	26,5	28,2	29,4	19,9	16,3	24,8
Orga.Agricultores	29,6	30,9	9,2	23,4	20,3	23,1
Outras	4,4	15,5	17,8	11,1	18,7	11,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Público</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>Total</b>
Fontes oficiais	37,8	36,7	27,9	30,5	36,5	33,5
Especialistas	29,8	32,5	49,3	41,7	43,0	40,3
Orga.Agricultores	31,9	13,3	8,4	20,2	14,3	17,6
Outras	0,5	17,5	14,4	7,6	6,1	8,6
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Expresso</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>Total</b>
Fontes oficiais	15,7	46,5	18,3	37,9	28,0	28,6
Especialistas	43,8	15,8	60,6	31,0	32,0	36,4
Orga.Agricultores	32,2	7,0	14,1	10,3	12,0	17,5
Outras	8,3	30,7	7,0	20,7	28,0	17,5
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por sua vez, as características da *news net*, como sistema hierarquizado de colectores de informação, limita as possibilidades de os jornalistas menos experientes, ou com menor notoriedade, acederam ao topo hierárquico das fontes oficiais. Os correspondentes regionais, redactores de muitos dos textos analisados, estão seguramente entre o grupo de jornalistas com menor possibilidade de manter contactos regulares com essas fontes.

A preponderância das fontes conheceu algumas oscilações ao longo do período considerado. Bem como adquire expressão diferenciada segundo os jornais visados (Quadro 1).

Conjugando estes dois aspectos, o *Diário do Alentejo* e o *Diário de Notícias* seguem uma tendência próxima. São os dois jornais que mais citam as fontes oficiais e ambos o fazem com maior ênfase no ano de 1995: cerca de 70% e de 46% respectivamente para o *Diário do Alentejo* e *Diário de Notícias*.

A situação conjuntural do Alentejo, geralmente considerada como “dramática”, convergindo além do mais com o período de eleições legislativas, esteve na origem de frequentes deslocações à região de responsáveis governamentais e candidatos políticos que, nesta confluência, colocam o Alentejo nas suas agendas, que os dois jornais mencionados seguem de perto.

O repentino interesse que o Alentejo despertou entre a classe política, seria alvo dos comentários irónicos da imprensa: “Subitamente, os políticos de Lisboa descobrem o Alentejo.[...]. Nas últimas semanas, é um corrupio de membros do Governo a caminho do Alentejo [...] onde só o PCP fazia, até há poucos anos, um grande investimento político”(*Expresso*, 22/4/95).

De facto, os problemas do Alentejo serviram então como ocorrências que a luta política não deixou de utilizar.

Se esses problemas (seca, desemprego, isolamento, carências económicas, etc.) não representavam exactamente uma novidade, eles assumiam no entanto outra visibilidade. Pela sua expressão agravada, sem dúvida. Mas a vulnerabilidade da região relativamente a uma má conjuntura (cruzando maus anos agrícolas com a adaptação às novas regras introduzidas pela PAC) veio sobretudo evidenciar a ausência de uma verdadeira política, de um verdadeiro projecto de sociedade para o Alentejo<sup>23</sup>, assim como para as zonas rurais mais afectadas pelo processo de despovoamento.

---

<sup>23</sup> “Agonia”, “morte”, “desespero” são algumas das palavras escolhidas pela imprensa para realçar o dramatismo da crise económica e social alentejana e para chamar à discussão pública os destinos do Alentejo. Um artigo intitulado “Salvar o Alentejo”, colocava a questão nestes termos: “As saídas são múltiplas para a defesa de um Alentejo feito, como todas as comunidades com uma forte cultura, do heroísmo e da pulhice de milhares e milhares de homens e mulheres, ao longo de séculos. É por isso

Perante as dificuldades vividas nos campos, num contexto em que diversos sectores da opinião pública tomam posição em favor da promoção das regiões do interior o “Alentejo rende como símbolo”, diria então um destacado membro do Conselho Nacional do Partido Socialista ao comentar este investimento político de que a região foi alvo neste período (*Expresso*, 22/4/95).

Quanto ao *Público* e ao *Expresso*, são os dois jornais que, proporcionalmente, menos citam as fontes oficiais. Além disso, na evolução ano a ano, essas fontes obtiveram picos de influência em momentos diferentes: para o *Público* esse momento correspondeu ao ano de 1992, quando as fontes oficiais representaram 38% do total das citações; enquanto o *Expresso* recorreu mais frequentemente a essas fontes em 1993 (46%).

Estes dois títulos são, em contrapartida, os que maior destaque conferem à palavra dos especialistas. Em ambos os casos e na média do período, aqueles actores são citados praticamente o dobro das vezes com que os citam o *Diário do Alentejo* e *Diário de Notícias*. Um indicador que podemos tomar como sinal da relação entre a instância mediática e o seu público alvo que, no caso do *Público* e do *Expresso* se aproxima do posicionamento sócio-cultural dos actores mais citados.

Na hierarquia das citações, o *Público* e o *Expresso* convergem também no menor relevo dado às fontes oriundas do sector agrícola. Se consideramos a média do período, a possibilidade de expressão dos agricultores foi cerca de metade da conseguida pelos especialistas.

Estes dados não permitem concluir à partida pelo menor interesse quanto às questões ligadas à agricultura e ao rural. Antes indiciam uma lógica da cobertura jornalística, que privilegia competências discursivas de outros actores.

---

que se torna tão importante discutir, em público, o destino de uma província que representa um terço do território nacional”(*Público*, 4/7/94).

Recorrendo à terminologia de Charaudeau (1997) que associa a selecção das fontes aos efeitos visados pela instância mediática, dir-se-ia que ambos os jornais valorizam os efeitos de “saber”, que buscam na *expertize* dos cientistas e técnicos, mais do que os efeitos de “testemunha”, aqueles que podem ser procurados nos actores envolvidos da experiência directa das coisas.

A resenha da preponderância das fontes, feita globalmente, não permite apreender clivagens relativamente a cada uma das dimensões temáticas que nos interessam analisar. Procurar-se-á avaliar a sua expressão no momento de analisar essas mesmas temáticas, momento em que as fontes serão também mais segmentadas.

### 3. Dinâmica da argumentação

#### 3.1. Enquadramento do real

Na proposta de análise de Breton (1998), o “enquadramento do real” constitui a primeira fase essencial da dinâmica de argumentação. Através dele se constrói a condição de aceitabilidade para que o público adira à opinião proposta. Fundamentalmente, o “enquadramento do real diz a ordem do mundo e propõe que a partilhemos” (Breton, 1998: 53).

Várias são os elementos a que um orador pode recorrer para apoiar o enquadramento. Estes podem apelar à partilha de valores ou crenças pré-existentes, para as reactivar; ou então podem servir para inventar, recombina, enfim, “reenquadrar” a ordem do mundo (Breton, *ididem*).

No primeiro caso estaremos perante o reforço de paradigmas, enquanto o segundo propõe aos participantes da troca comunicacional, uma “mudança de quadro”<sup>1</sup>, ou reenquadramento. A família de argumentos mobilizável é distinta. No primeiro caso, as formas argumentativas irão de encontro aos quadros e referências culturais que o enunciador julga serem partilhados pelo seu público: “A argumentação faz-se, então, encenando uma ressonância entre o que já é conhecido e o que se propõe que seja aceite” (Breton, *ibidem*). No segundo caso, estamos perante argumentos “inovadores”, aqueles que propõem uma nova definição, uma nova representação adequadas a acolher a tese que se quer defender.

---

<sup>1</sup> Utilizamos aqui a expressão de Paul Watzlawick, referida por Breton (1998: 54).

Os “argumentos de autoridade” fazem parte da categoria de argumentos que visam enquadrar o real criando um pano de fundo favorável a encastrar a opinião. Nesta modalidade, o real descrito é aceite como verosímil porque a pessoa que o descreve tem autoridade para o fazer. A aceitabilidade associa-se pois às características da pessoa cuja palavra se invoca (Rebelo, 2000: 91). Mas, para que a palavra deste alguém seja de facto imbuída de autoridade, terá que ser reconhecida como tal pelos intervenientes da troca comunicativa. Ou seja, utilizando a expressão de Bourdieu (1982: 141), é necessário que esse alguém esteja “autorizado a autorizar”.

E em que residirá a natureza dessa autoridade a que se apela para fundar a aceitabilidade? Breton (idem: 55,56,57) associa-a a uma “delegação permanente de saber” fundada, principalmente, nos argumentos da competência (científica, técnica, moral ou profissional); da experiência (prática efectiva num dado domínio); e do testemunho (ter estado presente, no decorrer de uma manifestação ou um acontecimento).

A convocação de “pressupostos comuns” integra outra família de argumentos de enquadramento, que mobiliza “um efeito de comunhão” (Breton, idem: 58). O recurso à opinião comum, aos valores e aos “lugares” são, na conceptualização do autor, as modalidades mais frequentes. Breton não é muito elucidativo quando ao que efectivamente entende por “lugares” da argumentação, mas parece aproximar-se da definição de Reboul para quem os “lugares” tratam “de um consenso muito geral sobre o meio de estabelecer o valor de uma coisa”. Tal como este autor, considera que os grandes lugares que apoiam a argumentação são, fundamentalmente, o lugar da quantidade, o lugar da qualidade e o lugar da unidade (Breton, idem: 63).

### 3.1.1. Argumentos de reenquadramento da realidade

Enquanto os argumentos de enquadramento do real transportam à recordação de aspectos do mundo já conhecidos, o reenquadramento do real coloca-nos perante um outro olhar, que pode ser feito de novas referências ou do recombinação de aspectos já familiares ao nosso universo de referência. Visam propor uma nova ordem, mas uma novidade “apenas relativa” (Breton, 1998: 65), na medida em que, para ter êxito, o reenquadramento não pode fazer tábua rasa dos quadros conceptuais daqueles a quem se propõe a nova visão das coisas.<sup>2</sup>

As principais categorias de argumentos que apoiam as novas visões das coisas são, na aceção de Breton (ibidem) a “definição”, a “apresentação” e a “associação” ou “dissociação”.

No sentido que lhe dá o autor, o argumento de definição não se confunde com a definição enquanto instrumento de conhecimento, como é o caso da definição científica: “A definição argumentativa é muito diferente da definição normativa ou descritiva, que pressupõe uma identidade controlável entre o definido e o definidor, enquanto aqui se trata de apresentar o definido a uma luz propícia à argumentação” (Breton, 1998: 65/66). Definir, na aceção argumentativa, é então para o autor uma tentativa de impor um quadro de referência para apreciar o real. Implica “uma certa criação, pelo menos uma escolha entre possíveis fundamentais” (idem: 67).

O novo real que se pretende dar a conhecer através de uma qualquer narrativa precisa que os argumentos que o apresentam sejam “seleccionados”, “qualificados”, muitas vezes “ampliados”. Seleccionam-se os factos, que se apresentam-se qualificando-os, ou seja, “isolando algumas das suas

---

<sup>2</sup> Como escreve Bourdieu (1982: 152) a propósito do discurso herético, a eficácia do discurso não reside na “magia de uma força imanente à linguagem”, mas sim “na dialéctica entre a linguagem autorizante e autorizada e as disposições do grupo que a autoriza e [ao autorizá-la] se autoriza”.

propriedades” (Breton, idem: 68). Factos que, como outros elementos convocados para o raciocínio de apresentação podem ser “amplificados”. Trata-se então de assegurar que a atenção se vai concentrar em determinados aspectos, repetindo as menções a eles, dando novos pormenores sobre as suas características ou acentuando-lhes as dimensões.

Em certa medida, o “argumento polifónico” na terminologia de José Rebelo (2000: 88,89,91) não deixa de ser também um argumento de amplificação. Embora, neste caso, o efeito de “ampliação” se associe quer ao conteúdo, quer à diversidade das proposições, oriundas de locutores igualmente diversos.

Por fim, os argumentos de “associação” e de “dissociação” completam a família de argumentos mobilizáveis para propor uma nova leitura do real. A novidade como já se disse é apenas relativa.

Com os argumentos de associação, o reenquadramento do real faz-se pela nova “combinação de elementos pré-existentes”, de “reagrupamentos”, de “aproximações inéditas” (Breton, 1998: 70). Associa-se, portanto, o que antes as nossas categorias do entendimento separavam, sugerem-se semelhanças entre facetas da realidade. Semelhanças que podem inclusivamente ser forçadas, isto é, sem que tenham outra ligação entre si a não ser a de serem implicadas numa trama discursiva visando criar efeitos junto do auditório.

Neste último caso estamos próximos daquilo que Breton, num trabalho mais recente (2000: 120) designa por “amalgama cognitiva”. Distinta do raciocínio argumentativo, a “amalgama cognitiva” “consiste em tornar aceitável uma opinião construindo uma mensagem que é uma mistura dessa opinião, sem discussão do seu conteúdo, com um elemento exterior, *sem relação imediata com essa opinião*, mas considerado, este, como já aceite pelo auditório” (sublinhado no original)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Para Breton, a “amalgama cognitiva” faz parte das múltiplas possibilidades de manipulação pela palavra e encontra nas manifestações de xenofobia a sua expressão mais acabada. Tomando como exemplo o discurso da extrema direita francesa, Breton (2000: 127) descreve a estrutura desse tipo de mensagem. “Consiste, num primeiro tempo, em identificar um problema, ao qual a opinião ou parte dela é particularmente sensível: delinquência, desemprego, baixos salários [...], mudança de valores

Numa lógica oposta à que aproxima elementos antes separados, encontramos as técnicas de dissociação: “A dissociação das noções é um método de reenquadramento do real que, a partir de uma noção que remete habitualmente para um só universo, permite ‘parti-lo’ e gerar dois universos distintos” (Breton, 1998: 71). O que está pois em causa neste tipo de argumentação é que a dissociação fragmenta uma unidade, para a repensar de um modo mais segmentado<sup>4</sup>.

Se entendermos a argumentação “como um raciocínio em situação de comunicação”, como propõe Breton (idem: 39), os argumentos de enquadramento e reenquadramento que temos vindo a referir “são apenas a primeira etapa de um processo a dois tempos, a que permite estabelecer um ‘acordo prévio’ (idem: 75). Primeira etapa, portanto, de um “duplo escape” argumentativo (idem: 47). Com esta expressão Breton (idem:48) pretende resumir o essencial da dinâmica da comunicação: “dirigimo-nos ao outro primeiro, para que ele mude a sua visão das coisas e, depois, para lhe mostrar

---

[...], etc. Num segundo tempo, compõe-se uma mensagem associando esse problema à presença de estrangeiros [...]”.

Esta estrutura da mensagem encontramos-la também em alguns dos textos que analisámos, por exemplo no que respeita às consequências da reforma da PAC. Identificam-se os problemas na agricultura, depois associam-se esses problemas à nova PAC. Mesmo em sectores que, num primeiro momento, não foram abrangidos pela nova regulamentação comunitária (caso da fruticultura) também aí as dificuldades experimentadas pelos agricultores são associadas às consequências da reforma. Noutra versão, associa-se à reforma da PAC problemas que na verdade só são imputáveis à transposição nacional das orientações comunitárias.

<sup>4</sup> Num estudo sobre o discurso sexista em ambiente de trabalho encontramos um expressivo exemplo do recurso a argumentos de dissociação, como forma de reenquadramento. Nas primeiras reuniões de grupo analisadas pelas autoras, os temas de discussão centraram-se na competitividade no local de trabalho. Quando o moderador do debate introduziu assuntos relacionados com o estatuto da mulher no universo laboral, deu-se uma espécie de “progressão argumentativa” que terminou em dois eixos de divisão: o primeiro separa homens e mulheres; o segundo eixo de divisão processa-se no interior do grupo das mulheres, estabelecendo uma nova segmentação entre “as promovíveis” e as “não promovíveis” (Rojo *et al.*, 1997).

que a nova opinião proposta está de acordo com essa visão das coisas” (ibidem). Na primeira etapa “enquadra-se”; na segunda “liga-se”.

Na ligação entre o enquadramento e a opinião proposta intervêm duas grandes famílias de argumentos que remetem a ligações de diferentes naturezas: a ligação por dedução e a ligação por analogia.

Os argumentos “quase lógicos”, os argumentos de “reciprocidade” e o argumento “causal” estabelecem a ligação por dedução (Breton, idem: 80, 81, 82, 84).

Na acepção de Breton, (idem: 80) os argumentos “quase lógicos” seguem um raciocínio próximo do raciocínio científico, que os aproxima bastante da demonstração. A diferença reside no facto de que a demonstração lógica “vale de verificação em todos os casos”, enquanto o argumento quase lógico “suporta por natureza excepções bastante amplas” (ibidem). O exemplo com que ilustra esta distinção é pressuposição de uso comum “o amigo do meu amigo meu amigo é” (Breton, idem: 77). Ora, para o autor trata-se de um argumento “quase lógico”, porque se inscreve mais no domínio do verosímil do que do certo.

Os argumentos de “reciprocidade” representam outra modalidade da dedução. Consiste em mobilizar uma coerência do real previamente introduzida na primeira fase da argumentação (enquadramento) e, a partir dela, deduz-se, num segundo momento, a necessidade de tratamento igual para todos as manifestações da mesma realidade (Breton, idem: 81).

Por último, o argumento causal constitui uma das formas mais frequentes de estabelecer a ligação pela dedução. A opinião que se quer propor transforma-se numa causa dos elementos convocados para o enquadramento.

### **3.2. A ligação pelos argumentos analógicos**

Os argumentos analógicos prosseguem outro tipo de ligação com o enquadramento que, fundamentalmente, instaura uma relação de proximidade

entre a opinião que se quer fazer partilhar e uma realidade (ou uma opinião) supostamente familiar aos parceiros da troca comunicativa. Nos termos de Breton (1998: 86) fala-se de “tema” para designar a opinião a defender e de “fora” para designar a realidade que serve de comparação. Na expressão “Ele é forte como Hércules”, o “tema” é a força da pessoa, o “fora” é a força que todos reconhecemos em Hércules. A “comparação”, a “metáfora” e o “exemplo” são, na acepção do mesmo autor, as principais modalidades dos argumentos analógicos, embora o autor realce que a metáfora apenas se pode considerar como argumento analógico quando essa figura de estilo efectivamente serve para convencer.

A especificidade dos argumentos analógicos reside nas pontes que estabelecem com os recursos da língua, da cultura, dos quadros mentais, autorizando uma espécie de “correspondências subterrâneas” (Breton, *idem*: 85, 86).

### 3.3. Aplicação da grelha de análise argumentativa

Tornam-se necessárias algumas indicações relativas à apresentação e contextualização dos dois textos que seleccionámos para esta análise. Em primeiro lugar, refira-se que ambos pertencem ao mesmo enunciador e foram editados pelo *Público*. Inserem-se no âmbito da mesma estratégia informacional adoptada para cobrir a presidência aberta sobre o ambiente.

Tratada como “Destaque”, a cobertura do acontecimento obedeceu, em geral, à seguinte estrutura: reportagem alargada sobre o acontecimento central do dia do presidente; pequenos artigos (caixas) onde se “penduram” informações complementares ou associados ao tema central do dia e comentário sobre os acontecimentos do dia. Os textos objecto de análise pertencem a esta última categoria.

O primeiro texto que chamamos à análise partilha a página com uma reportagem do debate sobre a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste

Alentejano e Costa Vicentina, decorrido em Odemira e inserido na agenda da presidência aberta<sup>5</sup>.

O segundo aparelha com a reportagem de um debate na Universidade de Trás-os-Montes, também inserido na iniciativa presidencial, sobre o tema “Crise e renascimento do mundo rural”.

Ambos os textos pertencem pois a um género que permite ao jornalista maior liberdade discursiva, designadamente pela expressão de avaliações e de expectativas sobre os acontecimentos. A avaliação expressa opiniões sobre o acontecimento; a expectativa formula, a propósito dos acontecimentos e da situação, as respectivas consequências, sejam elas políticas ou de outro âmbito (Van Dijk, 1996: 87). Esta possibilidade de “propor uma opinião a outros dando-lhes boas razões para aderirem a ela” é, na acepção de Breton: (1998: 22), um dos elementos essenciais do campo da argumentação.

Dada a forma como são apresentados e contextualizados no “relevopágina” do jornal (Rebelo, 2000), os dois textos colocam o leitor perante um duplo argumento de autoridade implícita: os textos têm um valor, conferido pelo facto de o *Público* os articular a um “Destaque” relativo à abordagem de questões mais ou menos arbitrada pela presença do Presidente da República. Em certa medida, dir-se-ia, neste caso, que a argumentação começou mesmo antes de se iniciar a leitura dos textos.

---

<sup>5</sup> O debate sobre a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é noticiado quer pelo *Público*, quer pelo *Diário de Notícias* como “Destaque” da secção “Política”, mas os títulos informacionais de ambos os jornais privilegiam diferentes enquadramentos: O *Público* refere-se ao evento como “Debate calmo sobre a costa alentejana em Odemira”, enquanto o *Diário de Notícias* destaca que a “Paisagem protegida gera polémica”. O tratamento subsequente do tema, quer em relação aos argumentos dos protagonistas, quer em relação aos conteúdos convocados não diferem substancialmente. O facto de o mesmo debate ser considerado “polémico” pelo *Diário de Notícias*, enquanto para o *Público* “de polémico pouco teve” coloca-nos nitidamente perante diferentes avaliações que os dois jornalistas fazem do mesmo evento. A avaliação do último jornal, expressa no título e reforçada na conclusão, parece adquirir coerência não tanto pelos conteúdos que relata, mas fundamentalmente por situar o debate como um “acontecimento em desenvolvimento”. Neste novo episódio, o debate “não podia ter sido mais ameno”, comparativamente como o de “quatro meses atrás”, quando Odemira “se incendiou sobre o mesmíssimo assunto” (*Público*, 6/4/94).

Reproduzimos a seguir o essencial dos dois textos, anotando com a marca [...] o lugar das excisões que operámos no enunciado original, por referirem detalhes ou aspectos secundários. A numeração e a divisão em parágrafos é da nossa responsabilidade.

### Texto 1

*Público – 6/4/94 (Pág. 7)*

Título referencial: “Política”/ “Destaque” (Presidência Aberta do Ambiente)

Título Informacional: “Retorno ao tema do fundamentalismo”

1. “De manhã, o tom foi dado por Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira, a propósito do plano de ordenamento da costa sudoeste: disse ele: ‘Mais parece que se pretende transformar esta vasta área numa reserva de índios em que os media e os fundamentalistas passam a dispor de um espaço e visitá-lo para verem as espécies humanas que conseguiram continuar aqui a viver como espécies raras’”.
2. “De tarde, o seu colega de Aljezur, Manuel Marreiros, também da CDU, insistia: ‘Tenho ouvido muitos fundamentalismos, mas hoje já começo a ouvir falar primeiro dos homens do que das raras lontras’.”
3. “Parecia que não tinham ouvido as palavras, ditas na véspera, pelo presidente de que estavam a ser anfitriões. [...] Mário Soares [...] (lembrou) que o fundamentalismo é um conceito que surge geralmente associado ao fanatismo religioso, nada tendo por isso a ver com posições tomadas pelos ambientalistas, que derivam de estudos científicos e preocupações culturais profundas.”
4. “E acrescentou mesmo: ‘Talvez essas lontras de que se fala seja precisamente a forma de ajudar a progredir as populações desta área’.”
5. “A questão, claramente bem colocada pelo presidente da República, implica no entanto uma forma de proceder que nem sempre é fácil. A nossa cultura moderna habituou-nos ao progresso material, fez-nos crer que as gerações seguintes seriam

sempre mais ricas do que as precedentes, que o crescimento não tinha limites devido aos milagres das novas tecnologias”.

6. “Desabitou-nos por isso de olhar para a perenidade de certos recursos naturais, das espécies raras às próprias fontes de energia fóssil”.

7. “Recentemente, problemas globais como o do buraco do ozono ou o efeito de estufa fizeram-nos perceber que a questão já não era apenas de conter o crescimento, mas de inverter certas tendências de crescimento”.

8. “A uma escala naturalmente diferente é também isso que se passa neste pedaço do litoral. A aspiração, natural, das populações, a um progresso económico que associam ao desenvolvimento do turismo. A dos veraneantes é de voltarem no ano seguinte trazendo mais amigos. A dos pescadores à linha é de pescarem mais, e com mais amigos.[...]”

9. “Acontece, porém, que a fragilidade da região não comporta a concretização de tais expectativas. A sua riqueza, ambiental e paisagística, que hoje já é desfrutada por alguns milhares, nunca poderá ser desfrutada por milhões. É um bem escasso, apesar de estar ali mesmo à mão de semear.”

10. “Ordenar este território implica, pois, não só não deixar crescer desmesuradamente, como nalguns casos limitar e restringir actividades já existentes”.

11. “Mas há duas atitudes que as autarquias podem tomar. Uma é ataçarem as populações contra os ‘fundamentalistas ecológicos’, atitude simpática e populista, que rende votos e ainda tem a vantagem adicional de os ataçarem contra o Governo”.

12. “A outra atitude é a de procurarem colaborar para discutir os documentos de ordenamento, associando nessa discussão a população. É uma atitude mais difícil e politicamente mais arriscada. Mas é por não terem coragem de a assumir que falam de fundamentalismo e atacam os media. A mensagem que querem fazer passar é de que eles também são ‘verdes’, só que não são fundamentalistas”.

13. “Mas essa é uma mensagem falsa [...]. A mensagem que eles não conseguem fazer passar é a de que estão realmente empenhados em, como dizia Mário Soares, ‘assumir hoje sacrifícios, abdicar de riquezas imediatas, para poder aspirar a riquezas futuras’.”

14. “Há dez anos, quando pela primeira vez percorri esta costa, os meus guias puderam indicar-me a localização de dois ninhos das raríssimas águias pesqueiras, ambos ocupados (anos antes ainda existiria uma dúzia). Soube ontem que só um deles continua a ser utilizado, e que tal se ficou a dever a factores tão singelos como o

aumento de pescadores à linha e dos carros a passar nos trilhos junto às arribas. Nem sequer foram necessários novos empreendimentos.”

15. “Ontem, mais uma vez, aproveitei um pequeno intervalo no programa para voltar ao Cabo Sardão (‘a jóia do nosso concelho’, como me repetiu Justino Santos, o antigo presidente da câmara de Odemira) e aí revelar a quem me acompanhava essa raridade que são os ninhos de cegonha sobre escarpas, quase ao rés das ondas. Ficaram fascinados. Era bom que esse fascínio pudesse continuar a ser transmitido de geração em geração, que as cegonhas não desapareçam como antes desapareceram as águias pesqueiras. Será pedir demais?”

### Análise do Texto 1

O enunciador dispensa-se de esclarecer os leitores quanto à situação em que foram proferidas as declarações que utiliza na abertura do seu texto. Assume que o leitor leu a reportagem do debate sobre a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APPSACV). Nessa base, dirige-se a um público já conhecedor da realidade que se propõe comentar. Fornece apenas as indicações contextuais mínimas, para se certificar de que correspondência entre o seu texto e a reportagem do debate pode ser estabelecida.

O pano de fundo da argumentação, o seu núcleo duro, desenvolve-se em torno da metáfora “fundamentalismo” que no texto funciona como um espelho deflector de imagens de cuja falsidade o jornalista nos quer convencer.

Assim, começa por criar condições para estabelecer com os leitores um “acordo prévio” no sentido de desacreditar os argumentos que recorrem à metáfora do “fundamentalismo” para classificarem as preocupações ecológicas.

Num primeiro momento (parágrafo 1 e 2) recorre a argumentos de autoridade de dois responsáveis autárquicos, para exemplificar o conteúdo e os protagonistas que argumentam com base na metáfora do fundamentalismo. Mas, neste caso, o argumento de autoridade parece ser utilizado *a contrário*, isto é para desqualificar a opinião expressa no enunciado.

De facto, a estratégia enunciativa utilizada para reproduzir a fala daqueles dois locutores indicia, desde logo, que o jornalista se distancia do enunciado reproduzido. Cita os actores recorrendo ao discurso directo: em 1 fica bem claro que foi o presidente da Câmara de Odemira quem “disse”; e em 2 era ainda o “seu colega de Aljezur” quem “insistia”. A identificação do segundo autarca como “colega” do primeiro não será anódina, pois a expressão tanto se refere à sua condição de autarcas como ao serem ambos da CDU. Nesta apresentação, os argumentos de “fundamentalismo” assumem uma origem que não é a de locutores individuais, mas a de actores situados na luta político-partidária. No parágrafo 11, esta ideia torna-se explícita: o “fundamentalismo” é claramente identificado como um falso argumento utilizado para render na luta político-partidária.

Um novo e mais típico argumento de autoridade convoca-se no parágrafo 3, em objectiva desautorização dos argumentos dos autarcas. O peso da autoridade argumentativa advém agora do próprio presidente da República<sup>6</sup> que, além da competência própria, investe no enunciado a competência científica. Através desta dupla competência, a noção de “fundamentalismo” fecha-se na associação com o “fanatismo religioso”, tornando-se inadequada para a analogia com posições ambientalistas, estas associadas a “estudos científicos e preocupações culturais profundas”.

Parafraseando Breton (1998: 65) diríamos que estamos em face de um argumento de definição, que consiste em “fazer aceitar um encerramento”, doravante constituindo um quadro de referência para a apreciação do real.

A partir daqui a dinâmica argumentativa desloca-se para outro tipo de enquadramento mais amplo e também mais elucidativo do quadro de referência que o jornalista nos propõe. A difícil compatibilização entre a dinâmica civilizacional moderna e a perenidade dos recursos naturais constituem os

---

<sup>6</sup> Embora a origem do argumento seja atribuída a Mário Soares, o jornalista integra o dito de origem no seu próprio enunciado. Ao contrário do procedimento adoptado para reportar a palavra dos autarcas, o jornalista não só não se distancia como evoca a palavra do presidente da República para reforçar o seu próprio ponto de vista.

principais parâmetros deste quadro de referência, que podem resumir-se assim (parágrafos 5,6,7):

- O progresso material das sociedades modernas, suportado pelas tecnologias criou a fé na possibilidade de um crescimento imparável;
- Nessa dinâmica, o homem desligou-se da natureza, exauriu-lhe os recursos;
- A natureza riposta: problemas globais (efeito de estufa, buraco de ozono) são o sinal de que já não basta abrandar o crescimento, há que inverter tendências;

O quadro proposto questiona assim os valores materialistas, para lhe contrapor o valor da natureza. Em reforço do enquadramento, o texto faz uma aproximação às noções de “risco” para convencer acerca da urgência de inverter as tendências de crescimento.

Os elementos convocados para este quadro geral são, seguindo a argumentação do texto, reiteráveis para o caso particular do sudoeste alentejano (parágrafo 8). Também aqui se coloca a questão da (im)possibilidade de conciliar as aspirações ao crescimento económico com a fragilidade ecológica da região. Prosseguindo com base no raciocínio dedutivo, instaura-se a reciprocidade entre o quadro geral e o caso do sudoeste alentejano: numa e noutra situação há que travar o crescimento, através do ordenamento do território (parágrafos 9 e 10).

A noção de “crescimento” representa aqui um “lugar”, na acepção de Breton, que, neste caso, serve para pensar a relação entre as necessidades e expectativas humanas e as possibilidades limitadas dos recursos naturais.

Outro “lugar” relacionado com este convoca-se especialmente no parágrafo 9, na fórmula da quantidade: “A [...] riqueza, ambiental e paisagística, que hoje já é desfrutada por alguns milhares, nunca poderá ser desfrutada por milhões”.

A metáfora do “fundamentalismo”, cuja validade argumentativa o autor já desqualificou, volta a ser convocada como espelho deflector de imagens (parágrafos 11, 12) que, na opinião do jornalista, devidamente reorientado, capta o lado oculto da mensagem: a indisponibilidade dos actores (os autarcas) para abdicar da primazia dos valores materialistas, inconciliáveis com a visão ecológica (parágrafo 13).

Ao longo do texto, o autor dirige-se, sobretudo a um público esclarecido, conhecedor dos elementos evocados – vimo-lo logo no início da argumentação. Mas os dois últimos parágrafos parecem dirigir-se a um público ainda não sensibilizado, ou desconhecedor das características ambientais do sudoeste alentejano, que o jornalista passa a descrever, ao mesmo tempo que sugere tratar-se de um bem comum, um legado que interessa a todos, inclusivamente às gerações vindouras (parágrafos 14 e 15) .

Utiliza, para o efeito, um tom de dramatização (ninhos de águias pesqueiras de que só resta um ) e um nítido apelo às emoção estética ( ninhos de cegonhas sobre as escarpas, ao rés das ondas). Ambos os elementos descritos se condensam nas imagens de raridade e de beleza natural, reforçada pelo emprego da metáfora “jóia” em referência ao Cabo Sardão. Sugere-se assim uma “correspondência subterrânea”<sup>7</sup> entre uma paisagem natural e um objecto que a cultura habitualmente representa como belo, valioso, raro e fascinante. Neste caso, a metáfora, mais do que uma mera figura ornamental do discurso parece ser um verdadeiro argumento no sentido em que apoia o enquadramento do real proposto no texto.

---

<sup>7</sup> Retomamos a expressão de Breton (1998: 87): “a metáfora autoriza correspondências subterrâneas que vão beber, por vezes, no mais profundo do nosso ser e da nossa cultura”.

Texto 2

*Público* – 11/4/94 (pág. 6)

Título referencial: “Política”/ “Destaque” (“Presidência Aberta”)

Título Informacional: “Um país que já não existe”

1. “[...]. Naquele extremo norte de Portugal [...] encontrávamos, sob outra forma, o mesmo desespero que marcara os últimos dias ao percorrer a raia, de Mértola ao Rosmarinhal, da Covilhã a Lagoaça, o mesmo desespero pela ausência de esperança.”

2. “[...] este país por onde ontem passámos fugazmente já não existe, uma vez que o que vemos são vestígios de um outro tempo que dificilmente poderemos prolongar no futuro.”

3. “Mas isto não quer dizer que este país esteja igualmente condenado à desertificação. A conservação do mundo rural, de certa forma o seu renascimento, são elementos essenciais para a conservação da nossa própria identidade.”

4. “Só que não é possível olhar para este mundo rural com a mesma lógica economicista com que olhamos, por exemplo, para os férteis campos da lezíria ribatejana.”

5. O problema destas regiões, mais do que um problema de natureza agrícola *tout-court* é igualmente um problema de política social, ambiental e cultural.”

6. “João Ferreira de Almeida, sociólogo, assim como Nuno Moreira, economista, colocaram mesmo a revitalização destas regiões noutra quadro, um quadro que não encare a agricultura apenas na sua vertente economicista e virada para obter mais produções, mas igualmente como um factor de equilíbrio ecológico e social”.

7. “Nesta óptica, haveria um papel a desempenhar por estas comunidades rurais enquanto gestoras do espaço e do ambiente, óptica que inclusivamente vem consagrada num dos capítulos da PAC. [...]”.

## Análise do texto 2

O texto desenvolve uma dinâmica argumentativa que vai culminar na defesa de um (novo) papel para os espaços rurais e os seus habitantes. Para enquadrar a realidade, de modo a criar as condições de aceitabilidade da opinião começa por utilizar uma figura de estilo que prende a atenção do leitor pelo cariz de dramatização: as zonas rurais visitadas são apresentadas como “Um país que já não existe”. Através do carácter referencial desta metonímia o “país” ocupa o lugar do “rural”. Mas, o enunciado fala de um país que existiu e que agora já não existe. Estabelece assim uma analogia temporal, que introduz simultaneamente um corte com uma realidade anterior, abrindo caminho ao reenquadramento dessa realidade, que o jornalista irá propor, especialmente nos parágrafos 4, 5 e 6.

Antes disso, o texto convoca as famílias de argumentos que na acepção de Breton (1998) trabalham para fundar o acordo face à opinião que se quer propor: os argumentos de “autoridade” e apelo a “pressupostos comuns”. Em 1 e 2 o jornalista assume-se como testemunha do “desespero pela ausência de esperança”, nesse país do qual restam “vestígios de um tempo passado”. Mas, ao exprimir-se na terceira pessoa do plural, “encontrávamos”, “passávamos”, “vemos” o autor dá mais força ao seu testemunho, porque não foi só ele que encontrou e viu, foram também aqueles que o acompanhavam na iniciativa presidencial.

O apelo a pressupostos comuns ilustra-se melhor no parágrafo 3, em que a “conservação do rural” se associa à “conservação da nossa própria identidade”. Também o parágrafo anterior remete, de alguma forma, a pressupostos comuns. Associando o rural a “vestígios de um tempo passado”, deixa-se a sugestão ao leitor para que este actualize a sua memória desse tempo.

A convocação destes elementos combina-se numa dinâmica narrativa em que o jornalista propõe um outro olhar sobre o rural. O rural é apresentado como uma realidade ameaçada, vivendo em desespero e estando prestes a desaparecer. Esta forma de apresentação concilia-se com argumentos de

“amplificação”: Não se refere só ao extremo Norte de Portugal, estende-se a toda a raia (de Mértola, ao Rosmarinhal, da Covilhã a Lagoaça). Mas, nem todo o mundo rural estará “condenado”, pois da sua conservação, que é “de certa forma o seu renascimento” depende a conservação da identidade nacional.

Este enunciado que coloca em jogo conservação/renascimento/identidade é já uma forma de propor uma nova definição, neste caso a partir do reagrupamento das noções de conservação e renascimento.

Nos dois parágrafos seguintes (4 e 5), a dinâmica argumentativa progride pela dissociação. Primeiro, quebra-se a unidade do mundo rural, segmentam-se as perspectivas. De um lado o mundo rural ameaçado, aquele que importa conservar, fazendo renascer, e que para isso não pode ser submetido à lógica “economicista”; do outro um mundo rural que se apresenta mais performativo - a julgar pelo qualificativo “fértil” aplicado ao exemplo da lezíria ribatejana. Depois, a dissociação quebra a unidade entre rural e agrícola: “O problema destas regiões, mais do que um problema de natureza agrícola *tout-court* é igualmente um problema de política social, ambiental e cultural”.

Em abono desta dissociação, o enunciador convoca de novo um argumento de autoridade, que é também “polifónico” (Rebelo, 2000) e se baseia na “competência” dos saberes profissionais de um sociólogo e de um economista. O problema da conservação/renascimento do rural, cuja apreciação é agora suportada em argumentos de autoridade, reintegra a agricultura, mas uma agricultura que, mais do que uma actividade económica, é redefinida como “factor de equilíbrio ecológico e social”.

A noção de “equilíbrio” representa aqui um “lugar”, na terminologia de Breton (1998) que parece fundamental para apreciar a relação entre um rural “condenado” e um rural “renascido”.

Feito este enquadramento, o jornalista utiliza um argumento de dedução (parágrafo 7), para fundamentar a defesa de outra definição do rural e do papel social reservado aos seus habitantes: o papel de gestores do espaço e do ambiente. A referência à PAC, que consagra esta concepção, parece assumir,

no contexto, a força de um exemplo, e de um exemplo de autoridade, a que o jornalista recorre para reforçar a aceitabilidade do enunciado.

### 3.3.1. Análise comparativa dos dois textos

A análise do discurso jornalístico, designadamente na linha da metodologia de Van Dijk (1991: 114) tem insistido na importância do “não dito”, estabelecendo a hipótese segundo a qual as ausências no discurso podem ser tão reveladoras para estabelecer o sentido como aquilo que se diz. Adoptemos então esta hipótese para voltar aos textos, explorando o que se nos afigura como ausências nos textos considerados.

Os dois textos, embora tenham sido suscitados pelo mesmo acontecimento – a presidência aberta do ambiente – incidem sobre realidades geográficas e culturais diferentes: o Sul, mais exactamente a zona de paisagem protegida do sudoeste alentejano (texto 1); e o Norte, mais precisamente, o espaço rural de Trás-os-Montes (texto 2).

Em comum, têm o facto de o comentário ser suscitado por questões ambientais. E nesta problemática, ambos os textos questionam valores civilizacionais materialistas, a partir da fórmula crescimento económico no primeiro texto e economicismo no segundo.

As soluções preconizadas para uma e outra realidade declinam-se, resumidamente em: ordenamento do território como forma de travar o crescimento numa zona protegida, em especial o induzido pelo turismo ; e em conservação/renascimento rural, com a agricultura a desempenhar o papel de factor de equilíbrio ecológico e social.

Quer num texto, quer no outro, se atribuem vocações ao espaço, a que se associam usos sociais diferenciados, suportados por instrumentos gestionários também diferentes.

Para o espaço rural advoga-se a manutenção dos usos agrícolas, numa lógica menos produtivista e mais gestora da paisagem. O equilíbrio ecológico,

nesta perspectiva, não dispensa a actividade humana. Pode-se mesmo acrescentar, recorrendo ao texto (2) que cabe precisamente às comunidades rurais o papel de gestoras do espaço e do ambiente.

Para a zona de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano advoga-se a conservação dos valores naturais, garantida pelo ordenamento do território que, de acordo com o texto (1), “implica [...] não só não deixar crescer desmesuradamente, como nalguns casos limitar e restringir actividades já existentes”.

Em nenhum momento o texto alude a actividades económicas conciliáveis ou favoráveis à defesa do ambiente. Menos ainda se refere a actividades económicas portadoras de futuro para as populações. De facto, só se refere a actividades económicas como exemplo das ameaças que impedem sobre a zona: o turismo e a pesca à linha, são os exemplos mencionados.

A participação das populações autóctones na gestão dos recursos - ao contrário do que se defende no texto 2 - não só não é referida, como em certa medida se desqualifica. Pois, as populações são remetidas a um estado de ‘infantilidade’ dupla<sup>8</sup>: porque ainda se deixam seduzir pelas aspirações

---

<sup>8</sup> Quer o *Diário de Notícias*, quer o *Público* conferem destaque às questões relacionadas com a protecção e ordenamento do sudoeste alentejan. E, em geral, os dois jornais coincidem no tratamento desqualificativo da participação “popular” nas discussões públicas. Reportando o debate realizado no âmbito da presidência aberta, o primeiro jornal descreveu a participação nos seguintes termos: “ (...) um sujeito mal vestido, sujo, com roupa de quem trabalha a terra, pede o microfone. Logo um assessor de Soares o impede de se aproximar, pois a apresentação ainda não tinha terminado. Passados alguns minutos, é o próprio Soares que se dirige ao senhor: ‘Então, diga lá o que queria dizer’. O homem, simples, de fala atabalhoada, com dificuldade em expressar-se, deixa algumas frases soltas. ‘Não deixam a gente trabalhar a terra, nem sequer podemos pescar’” (6/4/94).

Quanto ao *Público*, o estatuto de “infantilidade” das populações e a desqualificação do poder autárquico expressa-se exemplarmente na seguinte passagem: “Se as restrições e proibições são os bichos papões da costa alentejana, os apoios e dinheiros poderiam ser os doces a dar às populações assustadas com o seu futuro dentro de uma área protegida. Mas, o plano de gestão da zona, onde se fala de acções concretas a desenvolver não está em consulta pública, apesar de estar em poder das autarquias” ( 8/1/94); A metáfora “bicho papão” autoriza “correspondências subterrâneas” (Breton, 1998) com os “medos” irracionais, e é ainda esta ideia que encontramos reproduzida noutro artigo: “Apavorados com as restrições à urbanização e com as tentativas de regularizar a actividade piscatória em certas áreas, as populações recusaram-se a ouvir razões” (*Público*, 5/4/94).

materiais, não estando ainda na idade maior que permite aspirar a valores pós-materialistas e, sobretudo, porque são manietadas pelos interesses de legitimação política por parte do poder local (texto 1).

Do ponto de vista metodológico, a revisão comparativa dos dois textos foi um primeiro passo para nos deslocarmos da economia interna da argumentação procurando reinseri-la no espaço social que lhe dá sentido e eficácia.

Com esse objectivo, procuramos localizar a argumentação em planos de discursividade susceptíveis de maior elucidação quanto à produção de valores, normas e regras produtoras de legitimidade nas formas de intervenção sobre os espaços.

Embora os dois textos se refiram de facto a entidades territoriais diferenciadas, podemos comparar o quadro do real que propõem fazendo a abstracção de um certo número de traços no sentido de discernir as concepções subjacentes de natureza e a definição de bem comum, articulando-as, posteriormante, à forma de intervenção sócio-política preconizada. Seguimos, com algumas adaptações, a grelha utilizada por Cadoret (1989) para analisar textos científicos que se dão por objecto as formas de gestão da natureza e do rural. À semelhança da análise conduzida por aquele autor, procuramos nos nossos dois textos o posicionamento assumido face aos planos seguintes:

- a) as representações da natureza e da sociedade;
- b) as problemáticas da acção colectiva;
- c) os instrumentos de política aos quais se apela de maneira privilegiada;
- d) as disciplinas científicas convocadas prioritariamente;
- e) as 'démarches' envolvidas;

Em traços gerais, as afinidades e as diferenças relativamente a estes planos permitem distinguir, na terminologia de Cadoret (1989: 328,329) três figuras de intervenção tipo: “o regime regulamentar”, “a gestão económica” e “a gestão patrimonial negociada”. O quadro seguinte limita-se a apresentar as

principais características do primeiro e último regime, dado que a modalidade “gestão económica” não se aplica à empiria considerada<sup>9</sup>.

Regime regulamentar	Gestão patrimonial negociada
a) o objecto existe em si e por si	a) o objecto como suporte da identidade de actores e destinado à transmissão
b) natureza como bem a proteger	b) patrimónios a revelar, preservar e gerir por actores animados de uma ética
c) autoridade do poder público	c) negociação de consensos e de valores entre actores para a gestão na forma de bem comum
d) direito articulado às ciências da natureza	d) ciências sociais, abordagens pluridisciplinares e multicritérios
e) positivismo e abordagem analítica; responsabilidades definidas pelo conhecimento das causas	e) reconhecimento da complexidade

Na acepção de Cadoret (1989: 328) os três regimes podem ser tomados como uma estrutura generativa, isto é encadeiam-se num sentido evolutivo do “regime regulamentar” à “gestão patrimonial negociada”. Mas, essa evolução não implica que as propriedades dos três regimes sejam incompatíveis. Pelo contrário, a sua coexistência, seria antes o sinal de que a evolução se pode compreender como uma “instabilidade significativa”, sinal de que há ainda um caminho a percorrer no sentido da formulação dos conceitos e da tradução em acção das “boas questões” que dizem respeito à relação entre o homem e aquilo que, “à falta de melhor” chamamos “natureza” (idem: 340, 341).

Com esta interpretação, o autor regressa à sua hipótese inicial: “a legitimidade dos interesses associados à protecção da natureza está ainda

<sup>9</sup> Em linhas gerais, a argumentação em defesa da “gestão económica” caracteriza-se por visar ultrapassar alguns défices e efeitos perversos dos instrumentos regulamentares, sobretudo no que diz respeito aos custos. São duas as vias habitualmente preconizadas: a submissão à regulação pelo mercado, com a adopção de impostos, subvenções, contractos, etc. normalmente associados ao jogo dos mecanismos de preço; e a determinação das decisões a tomar, sobretudo no campo das acções públicas, em função de um cálculo económico aproximado ao óptimo colectivo. Nesta visão, a natureza torna-se um “recurso raro”, comparável a outros valores mercantis. Necessidades, desejos, preferências, consumos e fruição estética, podem então ser avaliados em termos de um tipo de procura, consentânea com a disponibilidade para pagar o custo da natureza (Cadoret, 1989: 332-334).

fracamente assegurada” (idem: 305). Por um lado, a acção pública nesse domínio permanece incerta e por vezes bastante controversa; o que se prende, a um nível mais profundo, com o próprio questionamento da existência de interesses legítimos associados à natureza e a legitimação dos domínios de actuação, isto é o tipo de situações em que é legítimo fazer valer a protecção da natureza.

Por outro lado, esses interesses confrontam-se com outros cuja legitimidade pode estar inclusivamente mais ancorada no tecido social (ibidem). O intenso debate social sobre as questões do ordenamento na costa alentejana, e mais geralmente sobre a protecção da natureza, exemplificado no texto 1, enquadra-se sobremaneira nestas questões.

### **3.3.2. Do “regime regulamentar” – sudoeste alentejano**

Vale a pena regressar às propriedades dos “regimes”, para um melhor registo das afinidades entre eles e os textos que temos vindo a analisar.

No primeiro regime, as leis e as regulamentações assumem forte potencial na estruturação e na regulamentação das práticas sociais, eficácia que se estende à protecção da natureza e à gestão dos equilíbrios ambientais. Aspecto bem evidenciado no texto sobre a paisagem protegida do sudoeste alentejano (especialmente nos parágrafos 9 e 10).

O objecto da protecção impõe-se por si, e em si mesmo, ou seja, a sua existência não está associada a uma produção humana. Ele produz-se e auto-reproduz-se, a não ser que pressões ou agressões excessivas ameacem o processo. A forma como o texto 1 se refere à presença humana - como fonte de ameaça, ou no plano positivo como contempladora - permite situá-lo neste perspectiva. Paraphrasing Cadoret (1989: 331) este regime subscreve um tipo

de intervenção apropriada a situações onde “basta organizar a abstenção e deixar trabalhar a natureza”.

A legitimidade procurada pelo “regime regulamentar”, e as suas condições de aceitabilidade, dependem da possibilidade de estabelecer a correspondência entre uma situação particular e o interesse geral. Os argumentos de apoio podem ir no sentido de “fazer beneficiar os princípios da acção e os objectivos prosseguidos da imagem de evidência sólida ligada aos factos e às relações científicas estabelecidas” (Cadoret, 1989: 331). Dito de outra forma, os factos estabelecidos no enunciado, como a realidade que existe, transportam-se, noutra momento, para a realidade que deve existir, sendo o transporte normalmente apoiado pela invocação de relações estabelecidas cientificamente (ibidem).

Assim acontece no texto 1 que invoca conhecimentos e terminologia científica para justificar as restrições a implementar pelas acções de planeamento.

As ciências jurídicas, actuando no domínio da construção e do estabelecimento da ordem, são pela sua natureza, fortes auxiliares da operacionalidade deste regime. No plano prático, a eficácia do regime depende da autoridade do poder público, agindo em nome do interesse geral.

No entanto, como já antes se sugeriu, a aplicação de regras colectivas relativas à protecção da natureza remete a problemáticas e a resistências sociais que não são automaticamente ultrapassáveis pelos argumentos de autoridade, ainda que estes se façam em nome do bem comum.

As preocupações com a protecção da natureza assumem especial relevância em certos territórios - aqueles que se concebem como parques, reservas ou áreas protegidas - mas a legitimidade dessas preocupações não é necessariamente reconhecida ao nível local. Em muitos casos, dá-se precisamente o contrário. E o afrontamento entre as diversas perspectivas da protecção da natureza, convocando lugares de legitimidade também diferentes ganha contornos mais ou menos conflituais.

Numa feliz terminologia recorrendo à figura do “cavalo de Tróia”, Cadoret (1989: 323) condensa alguns aspectos do trabalho de denúncia mobilizado em certos argumentos. A sua característica principal reside na tentativa de convencer que uma dada legitimidade de intervenção, esconde na realidade uma outra.

Mas, seguindo ainda o autor (1989: 324), este tipo de denúncia ocupa um lugar ambíguo do ponto de vista da legitimidade a que aspiram os seus protagonistas. Por um lado, a denúncia faz-se em nome de uma verdadeira legitimidade. Como é o caso dos autarcas alentejanos que denunciam o “fundamentalismo” ecológico e fazem valer a sua legitimidade pelo facto de a situação que hoje se quer conservar ser em boa medida o resultado do seu papel de gestores.

Por outro lado, o argumento estabelece uma aproximação entre situações relevando efectivamente de ordens diferentes: o fundamentalismo que remete ao religioso, à aceitação de verdades derivadas da fé; e a ecologia que nos transporta para o domínio da ciência, do comprovável pela verdade dos factos. O debate da legitimidade fica fragilizado, pois não se trata de uma crítica destinada a evidenciar incongruências, nem da contestação da pertinência de uma qualquer medida aplicada a uma situação concreta.

Este tipo de denúncia faz apelo a um mecanismo próximo daquele que visa denunciar. Torna-se por isso vulnerável a que novas denúncias recaiam sobre quem denuncia.

Como se procurou evidenciar na análise argumentativa, o texto I constitui disso um exemplo. Por isso falámos da figura do “fundamentalismo” como um jogo de espelhos cujas imagens podem ser deflectidas, desqualificando a legitimidade dos argumentos e denunciando-os como um novo “cavalo de Tróia”: autarcas denunciam o fundamentalismo ecológico; jornalistas, visados na denúncia, denunciam as atitudes dos autarcas que consideram servir para ocultar outras lutas.

### 3.3.3. À “gestão patrimonial” – o espaço rural

Nos textos analisados por Cadoret (1989) a “gestão patrimonial negociada” constitui uma via conceptual alternativa aos outros regimes. Designadamente pelo facto de introduzir uma “ética” da gestão centrada na renovação e transmissão de um “património” às gerações futuras (idem: 335).

Este plano, encontra alguma ressonância no texto 1, embora limitada ao último parágrafo que de facto alude ao “fascínio” da natureza e ao bom que seria podê-lo transmitir de geração em geração. Mas, considerando globalmente as propriedades deste regime, encontramos-las mais exemplarmente reproduzidas no texto 2.

Ao contrário do “regime regulamentar” – que como vimos encontra fortes correspondências no texto 1 – a “gestão patrimonial negociada” não concebe o objecto a preservar como algo que vale por si, mas enquanto suporte de identidade destinado à transmissão. Esta concepção está presente no texto 2 (parágrafo 3), quando o autor se refere à “conservação do mundo rural”, e ao seu “renascimento” como elementos essenciais da “conservação da nossa própria identidade”.

A este título, os meios naturais são abordados, para além do uso que deles se faz no presente, como o suporte global da vida e das actividades humanas, aspectos realçados no texto 2 e ausentes no texto 1.

A insistência na “negociação” constitui outra marca de distância em relação ao regime anterior. Em vez do apelo à autoridade do poder público é da negociação da responsabilidade com “actores identificados” (Cadoret, 1989: 335) que se trata. Embora o texto 2 não se refira exactamente à figura da negociação, nem por isso deixa de ser relevante a nomeação das “comunidades rurais” como os actores da gestão do espaço rural.

Nos termos da “gestão patrimonial”, a negociação, precise-se, não equipara os recursos ambientais a valores mercantis para os quais se encontraria um preço de mercado, como em certa medida propõe a “gestão

económica” (c.f. nota sobre a questão). O âmbito da negociação envolve fundamentalmente a “definição de comportamentos e atitudes” em relação aos interesses patrimoniais e à preservação das fontes identitárias (Cadoret, 1989: 335, 336).

É bem o que nos propõe o texto 2, quando se refere, ao novo papel da agricultura e das “comunidades rurais” (parágrafos 6 e 7), sem contudo situar esses objectivos numa dinâmica negocial.

Não excluindo o recurso a um ou outro instrumento regulamentar, a “gestão patrimonial negociada” distingue-se essencialmente do “regime regulamentar” pela procura prévia de adesão por parte dos diferentes actores implicados nas questões patrimoniais e de uma harmonização concreta desses interesses pela via da negociação. A negociação assume assim uma dupla função: a de revelação de interesses patrimoniais e de formação de compromissos sobre a sua gestão (Cadoret, 1989: 336).

Nas referências ao conhecimento científico, a “gestão patrimonial” reconhece a complexidade e a impossibilidade de reduzir os problemas a relações de tipo causal. Como se argumenta no texto 2, o problema das regiões rurais, “mais do que um problema de natureza agrícola *tout-court* é igualmente um problema de política social, ambiental e cultural” (parágrafo 5).

Daí a atenção que a perspectiva em análise dedica, entre outros aspectos, à subjectividade dos actores, com correspondência na valorização de disciplinas das ciências sociais. Reconhece-se igualmente a pluralidade legítima dos pontos de vista, dos interesses e dos valores, o que conduz a uma abordagem multicritérios, admitindo, como no caso do texto 2, que “não é possível olhar para o mundo rural com a mesma lógica economicista com que olhamos, por exemplo, para os férteis campos da lezíria ribatejana”.

Na acepção de Cadoret (1989) , podemos então compreender a “gestão patrimonial negociada” como um meio de travar o reducionismo mercantil e economista vulgar que ameaçam nos tempos que correm, mesmo no seio da administração, introduzindo referência ao tempo longo e à imprevisibilidade dos usos futuros do património a transmitir.

A concluir, sublinhamos a heterogeneidade das perspectivas mobilizadas para enquadrar duas realidades: a área protegida do sudoeste alentejano e o que à falta de melhor, chamamos, como o autor dos textos, o mundo rural, com uma incidência particular no Norte do país. Neste sentido, dir-se-ia que as perspectivas de intervenção e o tipo de instrumentos considerados resultam de escolhas julgadas adequadas a uma dada representação da situação.

De um lado, o espaço natureza, destinado à contemplação e fortemente regulamentado. De outro lado o mundo rural, como quadro de vida e património identitário. Um espaço natural onde as prioridades vão para regular as “abstenções”, inclusivamente no que respeita a actividades tradicionais. E um espaço de dominância rural cuja conservação remete precisamente à humanização da paisagem, com as comunidades rurais a assumirem o papel de gestoras do espaço e do ambiente, o que supõe, como se sublinhou, outra definição sócio-política da actividade agrícola.

## Cap. V. O rural e a agricultura na imprensa

### 1. Agricultura e sociedade

#### 1.1. Cenários de uma crise recente

Ao longo do período em análise, os textos jornalísticos que se referem à agricultura qualificam-na, sobretudo, do ponto de vista dos seus *handicaps*. Os termos de “crise”<sup>1</sup>, “ruína”, “incerteza”, “marginalização”, “atraso”, “vítima” são, por esta mesma ordem, os mais frequentemente usados para descrever a realidade agrícola do Alentejo, sendo que em relação à palavra mais vulgarizada (“crise”), a sua frequência regista valores muito próximos em todos os jornais analisados.

Além disso, a gramática da “crise” tende a ser partilhada pela generalidade dos actores. O repertório dos agricultores inclui o recurso abundante às palavras “ruína”, “vítima”, e “incerteza”. No plano metafórico, a ideia de “morte” da agricultura ou de agricultura “moribunda”, constitui uma figura a que recorrem os agricultores e os jornalistas, sobretudo nas configurações discursivas que lhes permitem maior liberdade narrativa.

O facto de os agricultores assumirem, eles próprios, uma certa desqualificação económica da sua actividade constitui um dado a explorar quando nos ocuparmos dos seus discursos de representação.

---

<sup>1</sup> Só a palavra “crise”, sem contabilizar termos que se lhe aproximam, como “dificuldades”, “falência”, “desfalecimento”, etc. é referida 198 vezes.

As notícias da “crise” agrícola seguem geralmente um padrão de associações especialmente direccionado para causas naturais e para as consequências da Política Agrícola Comum. Na primeira vertente, realça-se a impotência humana perante a adversidade das condições climatéricas e as características do solo, que se designa metaforicamente por solo de “espinhaço” ou terra “madrasta”.

Nas associações entre “crise” e “PAC” utilizam-se particularmente dois argumentos. Um, mais geral, acentua que a PAC é globalmente desfavorável à agricultura portuguesa, facto tanto mais grave quanto a política agrícola interna não se mostrou propensa a aliviar alguns dos problemas mais prementes do sector, com destaque para a carestia dos factores de produção e a dificuldade em fazer face aos juros das dívidas contraídas, realidade acompanhada pela descida dos preços agrícolas.

Outro argumento confronta directamente a reforma da Política Agrícola Comum. Para uns, a crise na agricultura seria ainda bem pior sem a reforma da PAC, pois esta, além de inevitável, permite, apesar de tudo, alguma sustentação dos rendimentos. Para outros, a reforma veio agravar as dificuldades do sector. Por um lado, porque as medidas de contenção da produção, especialmente incidentes sobre os cereais, se situam em contra corrente à especificidade da economia do Alentejo.

Sendo geralmente consensual que a reconversão do sector cerealífero peca sobretudo pela atraso, os dados da realidade forçam a admitir a dependência da economia regional face a este sector. Por outro lado, as ajudas compensatórias também previstas na reforma, se aliviam parcialmente as dificuldades dos produtores, surtem poucos efeitos no equilíbrio económico e social da região, em nada obstando, por exemplo, ao desemprego agrícola. Este resumo simplificado dos argumentos que associam a crise da agricultura à reforma da PAC pode condensar-se ainda mais, em torno de uma ideia básica: os mecanismos da reforma recompensam a não produção e estimulam o abandono de terras, libertando-as para usos não produtivos. Leitura esta que no Alentejo tem significado social e simbólico especial, pelo facto de as terras não

submetidas à produção terem sido historicamente um dos motivos de revolta dos assalariados.

Em suma, os enquadramentos a partir dos quais os jornais abordam a crise da agricultura tendem a associar factores de ordem político-económica (nem sempre limitadas à PAC) e factores de ordem “natural”. Quando as abordagens visam enquadramentos situados no tempo longo, então ficamos perante um emaranhado de ciclos viciosos que nos dão a imagem de uma região inexoravelmente “condenada” e incapaz de se libertar do seu passado.

À relevância mediática atribuída à “crise” no Alentejo não é alheio o facto de se tratar de acontecimentos que pontuam em quase todos os “tópicos da noticiabilidade”: “dramas humanos”, “desordens da natureza”, “disrupções”, motivo para “pessoas conhecidas” tomarem a palavra, de acordo com as suas próprias “necessidades de acontecimento”. Por todas estas e outras razões, o Alentejo foi notícia. Recebeu honras de primeira página, abriu jornais televisivos e multiplicaram-se os “Destaques” da imprensa sobre a situação na região.

### **1.1.2. Dramas humanos: o rosto da “fome”**

Os “dramas humanos” assumiram vários facetas. O da “fome” foi seguramente o mais mediatizado. E foi-o ainda mais intensamente depois da autarquia de Serpa ter recusado colaborar na distribuição da ajuda alimentar que a Cruz Vermelha se proponha levar a cabo, em resposta aos apelos de solidariedade expressos por várias forças sociais.

O tema da fome e das ajudas alimentares suscitou o reavivar de algumas das mais importantes simbologias do Alentejo, como expressam os enunciados seguintes: “Fome nas terras do pão” (*Público*, 16/2/93); “De novo a fome e a questão da terra” (*Diário do Alentejo*, 27/5/94); “Searas de fome” (*Diário de Notícias*, 12/6/94); ou ainda a “Vergonha da fome” (*Expresso*, 9/7/94).

A analogia com o passado, sugerindo que problemas da região se inscrevessem num quadro de intemporalidade, marcou presença em vários textos jornalísticos que viram na situação de então a repetição de “tempos outros, do fascismo, outros tempos de fome e de desespero” (*Diário do Alentejo*, 3/6/94), como se o Alentejo estivesse condenado ao “mito de eterno retorno” (*Público*, 15/8/94). Nestas abordagens, a reforma agrária vê-se como um período de excepção na história do Alentejo: a época de esperança, dos “amanhãs que cantam” e em que todos tinham trabalho.

O episódio da ajuda alimentar da Cruz Vermelha foi interpretado, em vários sectores da sociedade, não só como manifesto “paliativo” (*Diário do Alentejo*, 8/7/94) do que se reconheceu ser a “maior crise regional depois do 25 de Abril”, como ainda se viu nesse acto uma espécie de afronta à dignidade dos alentejanos, tidos por “homens orgulhosos que não gostam de revelar as suas situações difíceis”, como explicaria o Bispo da Diocese de Beja, Manuel Falcão (*Público*, 15/8/94).

### 1.1.3. “Ditos” sobre a crise

Como é próprio no campo mediático, as notícias da “crise” e da “fome”, alimentaram-se também de declarações, acompanhando as “necessidades de acontecimento” de quem as proferiu.

Por exemplo, o primeiro-ministro de então, Cavaco Silva, terá declarado, na Assembleia da República, que aquilo que se vê no Alentejo não é diferente do que se testemunha em Londres ou em Paris, estabelecendo assim uma naturalização do problema, como se as assimetrias sociais fossem parte da normalidade das sociedades mais desenvolvidas (*Público*, 10/7/94). Enquanto o líder do principal partido da oposição, António Guterres, ampliou o problema, ao declarar que Portugal “não tem o direito de condenar dezenas de milhares dos seus cidadãos à situação de miséria e de fome só possíveis no Terceiro Mundo” (*Diário de Notícias*, 6/7/94). O aspecto mais curioso é que ambos recorrem a argumentos de “associação” entre a situação do Alentejo e a de

outras realidades mais longínquas, visando, claro está, efeitos de sentido opostos.

Noutro âmbito, a situação revelou-se também favorável a que outros actores tenham retomado, com carácter de urgência justificado pelo contexto, alguns temas centrais e controversos da história do Alentejo: a reforma agrária, e a construção do empreendimento de Alqueva. Ponto de vista especialmente recorrente nas declarações de actores ligados ou próximos do Partido Comunista, também reafirmado nas conclusões dos Congressos sobre o Alentejo. Note-se que, quando os textos jornalísticos nos permitem reconstituições mais próximas do contexto das declarações, o que de facto nem sempre acontece, aqueles temas raramente constituem “peças” isoladas; pelo contrário fazem parte de articulados discursivos pelos quais os actores propõem noções de desenvolvimento, em modalidades “integradas” ou “sustentadas”.

A “falta de uma política agrária, de uma política de desenvolvimento para todo o Alentejo” ecoou nos vários sectores da sociedade alentejana, inclusivamente nas posições públicas assumidas pela Igreja (*Diário do Alentejo*, 24/7/94).

Independentemente das soluções e modelos preconizadas, observa-se o assentimento geral face à ideia de que o Alentejo tem sido preterido ao nível das prioridades governamentais. As próprias fontes com responsabilidades ao nível da administração não deixaram de o admitir: “Foi-se longe demais. Deixou-se entrar aquilo em declive demasiado acentuado”. Consequência, “O Alentejo está a morrer por si” (*Público*, 15/8/94 – director-geral do Desenvolvimento Regional).

#### 1.1.4. Acontecimentos “disruptivos”

Os acontecimentos “disruptivos” relacionados com a “crise” – ameaça de corte de estradas; proclamação, saída de uma reunião de desempregados rurais dos concelhos da margem esquerda do Guadiana, para decretar “simbolicamente” a integração daquela zona em Espanha; “Buzinão” contra o desemprego; suicídios de agricultores – foram também notícia.

Mas, este ângulo de abordagem, e o destaque dado a esse tipo de acontecimentos, foi especialmente privilegiado pelo semanário *Expresso*. Explicando melhor. Para os outros jornais, aqueles acontecimentos ou mereceram referências breves ou então foram tratados como episódios de um acontecimento “maior”: a “crise” económica e social. Enquanto para o *Expresso*, contrariamente ao seu “estilo” habitual, os acontecimentos “disruptivos” assumiram valor jornalístico em si mesmo.

Exemplar desta abordagem é o artigo com o elucidativo título “Prec alentejano”<sup>2</sup> (*Expresso*, 18/6/94). O texto inicia-se pela alusão ao “clima de agitação social”, que tem como exemplo a reunião de desempregados e a ameaça de corte de estradas acima mencionadas. Em seguida, dá-se a palavra ao Governador Civil de Beja, Luís Serrano, de quem o jornalista retomou a expressão “clima de agitação social”, e a analogia com “os tempos do Prec”. A analogia é posteriormente reforçada pelo jornalista, com o seguinte enunciado: “É que corre com alguma insistência pelo Baixo Alentejo que, se o governo optar pela violência e continuar a ignorar o problema, algumas das armas

---

<sup>2</sup> Recorde-se que o Processo Revolucionário em Curso (Prec) designa a fase de indefinição política que se seguiu ao movimento do 25 de Abril de 1974 e terminou com o 25 de Novembro de 1975, viragem que afastou do poder as forças da esquerda mais radical e pôs termo às veleidades revolucionárias. A alusão ao Prec arrasta inevitavelmente a memória desse período. Para uns foi uma possibilidade efémera de concretizar a utopia; para outros foi a convivência com a ameaça de consolidação do poder da extrema esquerda. Independentemente das clivagens político-ideológicas, o Prec está associado à instabilidade política.

desviadas dos quartéis em 1975 e enterradas na planície poderão reaparecer nas mãos dos mais desesperados”.

Da “agitação social” – de que entretanto forneceu outros exemplos – o artigo passa ao “clima de insegurança” e ao aumento do “índice de criminalidade”. Para esclarecer que de “pequenos furtos de animais destinados à alimentação se passou ao roubo violento e ao assassinio”. A conclusão confirma o tom geral do artigo, utilizando um argumento de ampliação: “É o Alentejo sem lei como muitos já afirmam”. A imprensa regional (*Diário do Alentejo*, 1/7/94) retoma este mesmo tema, dando também a palavra ao Governador Civil de Beja que se distânciava das declarações que lhe são atribuídas no *Expresso* e as considera uma campanha para “denegrir a imagem do Alentejo”.

#### 1.1.5. Desordens da natureza – a seca

As notícias sobre “catástrofes naturais” associadas à seca precedem as que temos vindo a referir e assumem destaque desde 1992, quando os jornais começaram a anunciarem que a “Seca pode gerar situação de desespero no Sul” (*Público*, 6/2/94) e previram que “O Alentejo está morto por três anos” (*Diário de Notícias*, 28/3/92). A decretação do estado de calamidade pública, foi reivindicação generalizada e assumida particularmente pelos agricultores, como medida de recurso para captar compensações pela perda de rendimentos e manter as explorações agrícolas e pecuárias. “Calamidade” foi aliás um termo amplamente retomado pelos *media*, depois de “autorizado” pelo próprio Presidente da República, Mário Soares, durante uma visita à região, como se sublinhou noutra parte deste trabalho.

A descrição da situação variou mais pelos recursos estilísticos do que propriamente pelas imagens que se propunham. Estas aproximam-se geralmente da que passamos a transcrever: “Na margem esquerda do Guadiana

o gado morre de fome, as searas não crescem e agoniam as azinheiras. Não há palha, nem grão, nem água, tudo por causa da seca” (*Público*, 7/3/92).

## **1.2. Balanço da crise: visões de um território ameaçado e responsabilidades colectivas**

Inscritas em cenários de continuidade, se bem que com ênfase em acontecimentos de ordens diferentes ao longo do tempo considerado, estas gramáticas da crise assumiram expressão pública através dos vários géneros jornalísticos, inclusivamente no espaço que os *media* destinam à palavra de actores exteriores ao campo mediático (as cartas ao director e as tribunas de opinião). Num artigo de opinião, defendeu-se objectivamente que “o Alentejo deveria ser alvo de uma movimentação social” (*Público*, 10/7/94).

Digno de nota é também o facto de o Alentejo ter sido tema para o “balanço do ano” do jornal *Público*.

De um dos textos<sup>3</sup>, extraímos a seguinte passagem: “Vítimas de sucessivas e contraditórias políticas – a campanha do trigo do salazarismo, a reforma agrária e contra reforma agrária do pós 25 de Abril e a política agrícola

---

<sup>3</sup> De facto, o Alentejo é referido em dois textos do “Balanço do ano” do *Público*. Além do citado acima, exclusivamente dedicado ao Alentejo, um outro, que passamos a citar, comenta os acontecimentos do Alentejo relacionando-o com outros, sugerindo, entre outros aspectos, uma certa problematização dos desequilíbrios territoriais:

“Não foi um ano feliz, mas teve momentos empolgantes. 1994 não deixará saudades sobretudo aos cidadãos das periferias, protagonistas maiores dos casos mais quentes do ano: os da margem sul do Tejo na sua guerra de meses contra as portagens na ponte ou os da margem sudoeste do país, o Alentejo, empobrecido e esvaziado, dramaticamente esquecido pelo poder de Lisboa. Perto da capital explodia a insuportabilidade da vida suburbana [...]. Longe, a Sul, protestou-se sem resultados contra uma ‘política’ de esmolas que se esqueceu dos famintos, mas não dos proprietários expropriados pela reforma agrária, a quem serão entregues 80 milhões de contos” (*Público*, 24/12/94). O fim da citação refere-se às indemnizações acordadas com o Governo de Cavaco Silva, no final do ano de 1994. Mas, a concretização da medida transitou para o novo Governo socialista eleito em 1995.

comum – os alentejanos deram em 1994 mais um passo em direcção a um destino em que poderão tornar-se um simples adereço folclórico de uma terra transformada em coutadas de caça e destino turístico de fim-de-semana” (*Público*, 24/12/94).

Sem que possamos estabelecer uma relação directa entre o contexto de crise e a procura social do Alentejo para usos recreativos, também não parece negligenciável o facto de as notícias da crise transportarem, quase sempre, a imagem de um território disponível para ser investido. Imagem que se pode ler nas entrelinhas das abundantes reportagens sobre aldeias desertas e montes abandonados, nas notícias sobre agricultores “falidos”; ou que se nos oferece taxativamente em títulos como “O Alentejo está à venda” (*Diário de Notícias*, 29/12/93).

No enunciado, de “balanço”, acima reproduzido “ressoam” outros que cremos poder unir não só do ponto de vista da representação que propõem, mas sobretudo, por inscreverem o Alentejo, nas suas características e nos seus problemas, no campo das consciências e das responsabilidades colectivas. Sem preocupações de extensividade, mas mais de tipificação dos argumentos e dos seus protagonistas extraímos do *corpus* os dois exemplos seguintes:

#### Exemplo 1

“Portugal nunca poderá pagar todo o mal que fez ao Alentejo. O que lhe fez no salazarismo, o que lhe fez na desvairada utopia em que o mergulhou após o 25 de Abril e o olímpico desprezo que lhe vota a filosofia nova-rica da actual economia, assente em verdades lamentáveis e únicas: a construção turística, os campos de golfe, as coutadas de caça e a plantação de eucaliptos.”

“E, sobre a frustração e o desespero de mais uma oportunidade perdida vieram as aves de rapina decretar a inevitabilidade da morte da agricultura e da vida rural alentejana, a benefício das celulosas e das caçadas dos amigos dos ministros.”

“Todos os anos se abandonam casas, campos, comércio, lavouras. É um país que aos poucos se vai despedindo de si próprio, reduzindo o seu território, abandonando o património herdado[...]” (*Público*, 13/6/94).

## Exemplo 2

“O ex-ministro (Álvaro Barreto em entrevista na televisão) informou, exaustivamente, os empresários agrícolas portugueses do que lhes iria acontecer com a entrada na CEE.”

“Não os terá, talvez, aconselhado a dedicar-se a outra actividade [...]. Ter-lhes-á falado, isso sim, no interesse social (ou talvez ecológico) de se manterem no ambiente rural, não a produzir, mas a defender a paisagem e a incentivar o turismo.”

“Mas talvez também não tenha dito que no novo Alentejo, a caminhar assim para a ‘modernidade’, com golfe, caça, corridas de todo-o-terreno, agro-turismo, etc., passará a haver fome, se desvalorizará o património natural e o povo passará a ser considerado, por alguns, em ‘vias de extinção’”.

“Receio que, ao dizer-se que a agricultura não tem futuro, se esteja a afirmar que o país não tem futuro”<sup>4</sup>, (*Público*, 14/8/94).

No cerne das questões expressas nestas opiniões, além da preocupação social relativamente ao futuro provável do Alentejo, reencontramos a questão da agricultura. Muito particularmente, uma visão de agricultura não “insular”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Vale a pena lembrar que as posições assumidas pelo enunciador do discurso, Manuel Gomes Guerreiro, em defesa da agricultura, e uma certa crítica implícita às chamadas novas funções da agricultura, em nada se assemelham a uma visão pouco sensível às questões ecológicas. Bem pelo contrário, o professor Manuel Gomes Guerreiro pertence às primeiras gerações de cientistas e intelectuais que em Portugal se empenharam na defesa da natureza. Quando em 1977 assumiu a Secretaria de Estado do Ambiente, as questões ambientais não constituíam nem prioridade política, nem social. Os seus objectivos programáticos foram por isso assumidos com a modéstia que os tempos de então determinavam e reconhecendo que pouco mais se poderia avançar além da acção “pedagógica”, da reunião do “potencial de conhecimentos” e de algumas “recomendações conjunturais ou sectoriais”. Mas, a perspectiva que defendeu e julgou possível concretizar no futuro foi a consideração do “Homem e o Ambiente como uma unidade, pretendendo-se que na resolução da ‘equação do progresso’ ou do desenvolvimento, a variável *ecológica* entre pelo menos em condições de igualdade com o *crescimento*, a *tecnologia*, a *economia* e a *política*” (Guerreiro, Manuel Gomes, 1999: 120-121, sublinhados do autor).

<sup>5</sup> A noção de agricultura como actividade não “insular” tomamo-la de empréstimo a Rambaud (1995).

Pois, de acordo com os dois enunciados, a perda de protagonismo da actividade agrícola parece indissociável de efeitos problemáticos sobre o território, sobre o património natural e cultural e, mais amplamente ainda sobre o próprio país. Nesta perspectiva, julgamos não trair o raciocínio dos autores se dissermos que a agricultura é pensada no seu papel equilibrador. A perda de importância da agricultura trás, por arrasto, consequências sobre o território e a própria identidade regional.

## 2. Crises e mutações

Os dois exemplos precedentes ilustram mais uma vertente das gramáticas da “crise” e enquadram-na nas mudanças que confrontam o espaço rural alentejano.

As noções de crise e de mutação fazem parte de um vocabulário próximo, como o qual se dá conta das diversas reacções dos sistemas agrícolas e espaços rurais a novos factores que, frequentemente, lhe são exteriores.

Ambas os termos adquirem carácter polissémico. Podem assumir diferentes significações e referir-se a situações igualmente diversas; por exemplo, as crises tanto podem ser de escassez como de abundância. Esta constitui uma experiência recente na Europa Comunitária tendo suscitado as medidas de gestão da produção implementadas pela PAC de 92 (Lefort, 1997); aquela foi, em dados momentos, tão avassaladora que levou Malthus a duvidar das possibilidades de alguma vez os recursos disponíveis serem suficientes para prover às necessidades das populações.

Paradoxalmente, estas crises de sinal contrário coexistem na cena mundial, e mesmo em espaços geográficos mais circunscritos. Não menos paradoxalmente, o sucesso económico da agricultura, onde existe, como é o caso da França, não obsta a que se continue a falar em crise, quanto mais não seja para expressar inquietações sociais (Renard, 1996:64).

Apesar da diversidade, podemos considerar que, nas suas acepções habituais, as noções de “crise” e “mutação” remetem a mudanças de equilíbrio em domínios circunscritos, no caso que nos ocupa, a agricultura e o espaço rural.

Boa parte da literatura sobre a agricultura e o rural estabelece de facto a imbricação dos dois termos, como é o caso do trabalho de Lefort (1997) sobre “Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés”. Nas palavras da autora, “O termo crise agrícola é hoje correntemente empregue para designar as dificuldades vividas nos meios agrícolas e as consequências económicas e espaciais daí resultantes. As mutações são tanto mais dolorosamente vividas quanto o seu ritmo se acelerou durante os últimos vinte anos, enganando as esperanças fugazes de estabilização” (idem: 9).

Embora reconhecendo a proximidade das duas noções, Bonnamour (1996), introduz algumas especificações. Entre as significações da palavra crise, considera mais digna de mérito a que reenvia à noção de sistema. Nesta acepção, a crise corresponde a “um momento de extrema tensão, de paroxismo, de mudança, quando as regulações e retroacções do sistema se tornam insuficientes”. Por extensão, o termo aplica-se também para designar a degradação de um sistema, ou equilíbrio, sendo esta uma noção frequente em trabalhos sobre a “crise rural”: dinâmicas populacionais negativas e traços de desvitalização económica e social conjugam-se numa espécie de ciclo vicioso.

Resumindo, a palavra crise é normalmente utilizada para uma fase julgada grave ou anormal na evolução das coisas ou das ideias, para designar e caracterizar rupturas ou alteração de tendências (Bonnamour, idem: 27).

O termo mutação designa essencialmente o desenrolar de mudanças duráveis, pela “passagem a uma outra qualidade” (Bonnamour, ibidem). Mudanças estruturais, como alterações ao nível dos modos de produção, ou ainda transformações de menor amplitude, como a diversificação de funções no espaço rural inscrevem-se nesse quadro.

A palavra revolução também integra este tipo de vocabulário. Se bem que pareça reservado a alterações de grande amplitude, quer se trate de revoluções técnicas, políticas, económicas ou sociais. A “revolução verde” ou a “revolução silenciosa” são termos que circulam quer no meio científico, quer nos *media*. Para Bonnamour (idem: 28), as revoluções representam essencialmente factores “maiores” que provocam, “segundo as condições locais, regionais e nacionais, as crises, as evoluções e as mutações”.

Françoise Plet (1997: 165), com a vantagem das suas observações serem baseadas numa reflexão sobre trabalhos empíricos conduzidos pelos investigadores franceses, em particular pelos geógrafos, permite-nos salientar outro aspecto das “crises” e “mutações”.

Por um lado, as crises, que se inscrevem no “tempo curto”, apesar do seu carácter por vezes espectacular, não são necessariamente, ou não são sempre, sinais de mutações; por outro lado, os processos de transformação radical que são as mutações, as quais se desenvolvem geralmente no tempo mais longo, podem ou não ser ritmadas por crises manifestas.

Diversidade de crises, diversidade de mutações, mesmo perante orientações políticas comuns. Sem dúvida uma conclusão que se impõe quanto reflectimos sobre a crise agrícola do Alentejo em comparação com os significados e situações de crise em outros países da Comunidade Europeia.

Foi nesse sentido que acima nos referimos à possibilidade de coexistência de dois tipos de crise: a crise de abundância nos países mais desenvolvidos da Europa, derivada do conjunto de processos de mudança que levaram à produções excedentárias (Lefort, 1997; Bonnamour, 1996; Renard, 1996); a crise de países como Portugal, onde, apesar dos processos de modernização agrícola e até de crescimento da produtividade se tem agravando a dependência alimentar (Baptista, 1996; Lourenço *et al.*, 1992); e ainda a crise do Alentejo que nos anos em análise, mesmo descontando os excessos de ampliação próprios da produção mediática, se aproxima das crises de escassez que a região conheceu ao longo da sua história e que ainda não estão totalmente apagadas da memória.

Daí a podermos colocar o Alentejo – ou qualquer outra região – num quadro de intemporalidade, como se o passado se repetisse ciclicamente, sugestão que encontramos em alguns textos jornalísticos, vai uma longa distância, a distância da espessura do tempo, em que se foram afirmando importantes realizações e conquistas sociais (Baptista,1993); novos protagonismos sociais; aberturas ao exterior; outras formas de poder que se sobrepõem ao histórico poder “hegemónico” dos grandes proprietários (Barros, 1986; Baptista, 1993; Reis, 1993 ).

Ver o Alentejo pelo óculo da imobilidade, pelo menos o Alentejo de agora, seria, além do mais, uma forma de colocar entre parênteses alguns dos processos sociais coexistentes, de certa forma relacionados com a crise, e que se prendem, não necessariamente por esta ordem de importância, com as novas orientações políticas para a agricultura e para o espaço rural; o novo papel dos agricultores nesse contexto e a sua adesão ou resistência a ele. No que concerne mais directamente o território, merecem reflexão as novas significações sociais, as disputas e até de conflitos em torno dos usos e apropriações do espaço, questões estas que serão objecto de análise noutra fase.

Os dois primeiros aspectos são indissociáveis da Política Agrícola Comum, em especial do aprofundamento da reforma da PAC acordada pelos países membros em Maio de 1992. Razão acrescida para iniciarmos uma abordagem das representações da reforma da PAC, depois de uma breve passagem pelas representações das organizações dos agricultores face à Política Agrícola Comum.

## 2.1. Crises e mutação: perspectivas dos agricultores face à PAC

Placide Rambaud dedicou os últimos anos da sua vida à reflexão do que em seu entender poderia ser uma Comunidade Europeia verdadeiramente animada por concidadãos, projecto social em que os agricultores teriam a desempenhar um papel de primeira grandeza. Apesar da “racionalização” e “normalização” impostas pelas regras comunitárias, Rambaud esforça-se por mostrar que, com essas mesmas regras, recompostas e usadas estrategicamente, os agricultores conseguem refazer solidariedades, ao mesmo tempo que integram nas suas reivindicações e acções a questão das identidades territoriais, fazendo sair a agricultura da “insularidade” (Rambaud, 1995).

Na esteira destas preocupações, Rambaud impulsionou um estudo a nível europeu sobre as representações que os agricultores se fazem da Europa agrária, com o objectivo de analisar a construção dos processos de cidadania europeia. Nelson Lourenço *et. al.*, (1992) retomam a ideia para Portugal, num trabalho realizado nos primeiros dois anos da década de 90, portanto ainda no contexto de uma integração relativamente recente. Vale a pena recordamos algumas das conclusões.

Mostram os dados da análise, segundo os seus autores, que as principais imagens da integração, no que se refere às suas consequências e resultados, se podem condensar num quadro designado por “solidariedades conflituais”. De um lado, valoriza-se positivamente a “institucionalização de um sistema de garantias de preços e de quotas de produção que asseguram o escoamento”; do outro “opõe-se *conflitualmente* a ideia de um sistema regulador distante e supranacional num quadro de concorrência entre desiguais” (Lourenço *et. al.*, *idem*: 958, sublinhado no original).

Não se trata apenas de alguma resistência à “regulação”, mas também da “percepção da alteridade”. A comunidade é sobretudo pressentida como “outros”, por oposição ao “nós”. “Outros” generalizados, aqueles da “Europa rica” e um “nós” eclético que expressa os agricultores, mas também a “defesa

dos interesses do país”, quer no estrito campo económico, quer numa dimensão mais política e cultural (idem: 958, 959).

O jogo entre o “nós” e os “outros”, reformulado na oposição “nós”/“eles”, prolonga-se quando os agricultores se referem aos serviços do Ministério da Agricultura, sendo, segundo os autores, frequente o comentário de que “os serviços não existem para nós” (idem: 956). Trata-se no entanto de uma realidade eventualmente ultrapassada, como aliás se sugere no artigo (idem: 965) e a julgar também pelas revisões de orgânica e funcionamento do Ministério da Agricultura, com a criação, por exemplo, de centros de apoio e informação.

Necessário será notar que o estudo se baseia apenas nos discursos dos jovens agricultores. Assim se compreenderá a conclusão dos autores, segundo a qual o quadro descrito e as críticas a algumas medidas (designadamente pela tibieza), “não invalidam uma imagem positiva da Comunidade pelo seu interesse pelos jovens e pelo seu futuro enquanto agricultores” (idem: 970).

Donde as representações que expressam serão atravessadas pelo duplo efeito de “idade” e de “geração” (idem: 968). Idade que neste caso é uma definição institucional e administrativa, de alcance também político. Ser “jovem agricultor” é ter mais de 18 anos e menos de 40 anos, condição *sinequanon* para que um agricultor se possa candidatar aos fundos específicos de ajuda ao investimento nas explorações agrícolas.

O efeito de “geração”, para além de clivagens nos modos de ver e de fazer, entre gerações mais velhas e gerações mais novas, joga-se nas dificuldades experimentadas por estas últimas ao pretenderem assumir o estatuto de empresário agrícola, tomando as rédeas da exploração da família, ou criando de raiz a sua própria exploração.

Este duplo efeito transparece, fundamentalmente, nas percepções que os jovens agricultores têm do futuro e explica também algumas das principais reivindicações de que têm sido porta-voz. Sentido-se cerceados, pela necessidade de negociar a autonomia no quadro da coexistência geracional e pela dificuldade em adquirirem terra para instalação autónoma, os jovens

agricultores têm pressionado o apoio à antecipação das reformas e a implementação de ajudas financeiras à aquisição de terras. Estes aspectos, com maior ou menor sucesso na sua transposição prática, vieram a ser contemplados mais recentemente. Através do regulamento CE n.º 950/97, as ajudas à 1ª instalação passam a contemplar a aquisição de prédios rústicos; por sua vez, o apoio à reforma antecipada (Cessação da actividade agrícola) foi previsto no regulamento n.º 2079/92, no âmbito das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC, muito embora a dotação orçamental e o iato entre a regulamentação e a sua aplicação prática tenha motivado frequentes protestos por parte das representações profissionais do sector agrícola, em especial por parte da AJAP e da CAP.

Recuando mais alguns anos, tentaremos restabelecer sumariamente o posicionamento das duas principais confederações agrícolas nacionais (CAP e CNA) face à integração comunitária. A imensa complexidade e controvérsia social e política que presidiu à criação destes órgãos de representação profissional não cabe nesta análise<sup>6</sup>. Mas a sua relativa juventude à data da adesão (a CAP constituiu-se em 1975; a CNA em 1978) não será alheia a que ambas - por processos de acção e retóricas claramente diferenciadas e inscritas em matrizes ideológicas se não opostas pelo menos muito diferentes - tenham buscado cimentar a sua legitimização (intra e extra-sector) no posicionamento que assumiram face à integração<sup>7</sup>.

Nos repertórios interpretativos das Confederações face à problemática da integração exprimem-se diferentes visões da agricultura e do papel dos

---

<sup>6</sup> Para isso ver, por exemplo, Lima, Ávila (1991).

<sup>7</sup> Nas estratégias de consolidação da CAP a europeização foi assumida como central praticamente desde a criação da Confederação; mostram-no, por exemplo, o Encontro Internacional de Viseu (1977), cujas conclusões fazem a apologia da “adesão plena de Portugal, Espanha e Grécia à CEE” (Lima, Ávila de, 1991: 223). Para a CNA, foi sobretudo a partir do debate “Mercado Comum: que futuro para a agricultura portuguesa” (1980) que a questão europeia se constituiu como “ponto de referência e núcleo estruturador de todos os discursos e práticas produzidos pela Confederação” (idem: 226).

agricultores, ao mesmo tempo que se veiculam concepções da sociedade rural considerada desejável para Portugal.

Para a CAP, a imagem pretendida do agricultor é a do empresário agrícola capaz de assumir riscos e de se empenhar politicamente na defesa da sua autonomia; o modelo de sociedade rural subjacente tem por parâmetros o incondicional respeito pela propriedade privada, bem como a abertura a uma maior liberalização das relações socioeconómicas, com intervenção mínima por parte do Estado (Lima, Ávila, 1991).

À imagem do empresário agrícola, a CNA contrapõe a figura do pequeno e médio agricultor, actuando num tipo de sociedade regido pelos princípios da justiça social e da solidariedade colectiva, sendo também em nome da defesa desses princípios primordiais que se justifica, e reivindica, a actuação do Estado (Lima, Ávila, idem).

Neste sentido, a leitura das potencialidades da integração tem subjacente a sua adequação ao desenvolvimento de uma agricultura de tipo empresarial, no caso da CAP; enquanto a CNA interpreta a integração levando em linha de conta os seus potenciais feitos negativos sobre o modelo da agricultura familiar. Como é lógico, os argumentos de defesa ou de oposição à integração cristalizaram pois a defesa das posições mais consonantes com os interesses das confederações e das suas bases de apoio.

Para a CAP, a integração foi a possibilidade de fortalecer parcerias com outras organizações internacionais, com as quais mantinha já colaborações relacionadas com a integração. Esses contactos, tendo como pano de fundo a integração, permitiram que a CAP rentabilizasse a sua influência no quadro do poder político interno, estratégia prosseguida pela Confederação desde a sua criação<sup>8</sup> (Lima, Ávila de, 1991: 223).

---

<sup>8</sup> Vinte e cinco anos depois da sua formação, a Confederação posiciona-se na “*rentrée* política” do ano 2000 assinalando o seu património de “luta” “em defesa da agricultura portuguesa, mas também do estabelecimento da democracia em Portugal” e reafirmando que “a CAP deve assumir com a sua independência, o protagonismo político que permita inverter a situação de degradação das condições de vida do Mundo Rural fruto da reforma da PAC e da política nacional” (*Revista do Agricultor*, Set.Out., 2000: 21, 22). De facto, nos discursos de representação da Confederação o capital angariado através da

A integração na CEE representou a possibilidade de alinhar por lógicas mais liberais, favoráveis e incentivadoras da agricultura privada, em ruptura com a “política colectivista e estatizante” e contra a “hegemonia do aparelho de Estado” (Lima, Ávila, idem: 236), alvos frequentes das críticas da CAP, por representarem entraves à afirmação do espírito empresarial que a Confederação entende representar.

Para a CNA, a mobilização que empreendeu contra a integração tinha subjacente – *a contrário* – pressupostos próximos. A substituição do proteccionismo estatal por uma nova política decisivamente orientada para a abertura ao exterior e para uma maior liberalização económica representava a subordinação dos agricultores aos interesses dos grandes grupos económicos e das agro-indústrias (Lima, Ávila de, idem: 230, 236) e colocava sob ameaça a sobrevivência da pequena e média agricultura, de cujos interesses e especificidade a CNA se continua a afirmar legítima defensora e representante.

---

luta política é frequentemente reactivado como forte elemento identitário. Constitui uma referência quase obrigatória em momentos de especial importância para a vida da Confederação, como foi o caso da tomada de posse dos novos Órgãos Sociais, em 1997, em que Rosado Fernandes trocou o cargo de presidente da direcção pelo de presidente da mesa da assembleia de delegados. No discurso então proferido, Rosado Fernandes lembrou o envolvimento na “luta por uma sociedade não colectivista” juntamente com “as forças democráticas de várias cambiantes políticas” e considerou que “Foi correspondendo à evolução da sociedade portuguesa do pós 25 de Abril que a CAP evoluiu de uma organização essencialmente política, para uma confederação que, embora mantendo o seu conteúdo político, se dedica a prestar serviços da maior importância aos agricultores do Norte ao Sul do País” (Revista do Agricultor, suplemento, Maio 1997: I, II). Dirigindo-se em particular a alguns dos seus pares, Rosado Fernandes refere-se a José Maria Queiroga como “meu irmão na luta por uma agricultura livre”(idem: III) e a José Manuel Casqueiro e a ele próprio como “o par mais antigo da política portuguesa na versão civil” (idem: IV). Cabe ainda notar que esta alusão aos “valores históricos da Confederação” e aos seus protagonistas se faz num contexto de importantes clivagens internas, culminantes numa intrincada disputa eleitoral, em que pela primeira vez, se apresentaram duas listas; ao mesmo tempo, no plano exterior à Confederação a sua permanente hegemonia na representação dos agricultores sofria algum abalo.

## 2.2. A reforma da PAC de 92 no discurso dos agricultores

O que agora propomos é um novo salto para o contexto mais próximo da reforma da PAC. Em primeiro lugar, dar-se-á conta do discurso das duas confederações relativamente a essa questão, análise centrada essencialmente nas publicações especializadas, que expressam os pontos de vista do sector agro-florestal.

Numa segunda fase analisar-se-ão discursos mais heterogéneos, aqueles que foram sendo publicados na imprensa de carácter geral e que, pelas razões expostas ao longo do Cap. IV, não analisaremos apenas do ponto de vista dos conteúdos; simultaneamente à análise dos argumentos e respectivos conteúdos, procuraremos relevar as coerências postas em prática na noticiabilidade da reforma da PAC, designadamente, a forma como os argumentos e os seus protagonistas vão surgindo na cena mediática e as estratégias de credibilidade mobilizadas.

O discurso oficial da CAP relativamente à reforma da PAC de 1992 começou pela crítica radical aos pressupostos e aos mecanismos da implementação prática. Os argumentos mobilizados manifestam-se coerentes relativamente à posição assumida pela Confederação aquando da integração na Comunidade. Se “então” a política comum foi pressentida como duplamente vantajosa, por subtrair o sector ao dirigismo estatal e por favorecer a expansão (e autonomia) da agricultura empresarial, “agora” a reforma vem introduzir, segundo os responsáveis da CAP, uma viragem em nítida contradição com essas duas possibilidades. Entre o “então” e o “agora” expressa-se assim uma ruptura.

Os primeiros anos de adesão são valorizados pelo potencial modernizador que introduziram na agricultura, através do apelo ao investimento e da disponibilização de programas comunitários, a que “o Agricultor português respondeu, demonstrando,[...] [estar] aberto ao desafio, assumindo o risco

empresarial, pois era Empresário que queria ser” (*Revista do Agricultor*, Janeiro/Fevereiro de 1992: 5).

A este período de “confiança geradora de investimento”, sucedem-se os “mecanismos desmotivadores para a empresa agrícola” introduzidos pela reforma da PAC (*ibidem*). Estes associam-se, designadamente, ao facto de a reforma compensar as descidas dos preços agrícolas – derivados das medidas implementadas para a harmonização parcial dos preços comunitários face aos internacionais – pela introdução de um esquema de ajudas compensatórias calculadas segundo os níveis históricos de produção, associadas a medidas de controlo da produção (“set-aside” e encabeçamentos de referência).

Para a CAP, esta orientação “coloca o rendimento muito menos dependente do mercado e cada vez mais da bondade dos Comissários e dos Políticos” (*ibidem*). Agrava a dependência e a incerteza porque nada garante “a duração do pagamento das ajudas” (*Revista do Agricultor*, Junho, 1992: 19).

Além das temidas flutuações da vontade política, tidas como vulneráveis à oscilação de “interesses”, a Confederação viu nos acréscimos de regulamentação das ajudas, e no necessário controlo da sua aplicação, o inevitável reforço da burocratização do aparelho do Ministério da Agricultura<sup>9</sup>, quando, precisamente, a CAP advoga o contrário, isto é estruturas tutelares menos pesadas, com a passagem de algumas competências e responsabilidades para as associações profissionais do sector agro-florestal.

De facto, boa parte das contendas entre as organizações dos agricultores e diversos serviços da administração pública têm sido originados por diferentes entendimentos quanto aos valores declarados pelos agricultores para o cálculo das ajudas e aqueles que são registados pelas entidades públicas a quem cabem as acções de controlo. Diferenças que, em muitos casos, se veio a verificar

---

<sup>9</sup> Note-se a este propósito que uma comissão de especialistas designada pelo ministro da Agricultura, Gomes da Silva, para avaliar a reforma da PAC e definir respectivas estratégias futuras veio de facto a considerar perniciosos os custos administrativos relacionados com o processo de organização e supervisão do sistema de ajudas directas, tal como reconheceu a inevitabilidade dos conflitos nesta matéria (Avillez, Francisco *et. al.*, 1996).

resultarem de efectivas dificuldades na interpretação e transposição dos regulamentos, mas que nem por isso deixaram de gerar um forte clima de suspeição sobre o sector agrícola, compreensível até pelo facto de essas questões terem surgido com algum relevo nos *media*.

Aos argumentos de ordem económica e política, a CAP junta outros que, por mobilizarem a noção de “injustiça” não deixam de visar um certo efeito emocional junto das bases de apoio do sector e do público em geral. Designadamente, insiste, repetidamente e através da palavra de diferentes porta-vozes, que a incidência da reforma sobre os cereais, visando limitar a produção, se revela duplamente injusta.

Por um lado, constitui um critério de tendência uniformizante para realidades muito diferentes: os países mais desenvolvidos da Europa, que de facto produzem excedentes e beneficiaram da “época de ouro da PAC”; e Portugal onde o período de incentivo à produtividade foi demasiado curto e onde o problema dos excedentes está longe de se colocar.

Por outro lado, dá-se por adquirido que a reforma “afectará os que mostraram maior capacidade empresarial” (*Revista do Agricultor*, Jan./Fev., 1992:5), ou seja, “aqueles que investiram nas suas explorações” (*Revista do Agricultor*, Julh./Agos., 1992: 5) e que agora, sem sequer dar tempo a que estas alcancem o seu desenvolvimento máximo, vêm comprometida a expectativa de retorno do investimento realizado: “Isto brada aos céus e é, no mínimo, revoltante” (*ibidem*).

Entre a necessidade de se reafirmar representante dos interesses do sector agro-florestal e ao mesmo tempo deflectir a imagem de proximidade ao poder político, susceptível de desacreditar a legitimidade das suas críticas, a Confederação esforça-se, ao longo de 1992, por acentuar a “dualidade” nas avaliações da reforma da PAC: de um lado os políticos e os funcionários da Administração Pública atribuem-lhe consequências vantajosas; do outro lado “os agricultores e os empresários”, que “vivem e trabalham na agricultura” assumem a contestação da reforma, pelo que ela significa de “estagnação” e

“desinvestimento” (*Revista do Agricultor*, Set. 1992: 5; no mesmo sentido artigos dos números de Junho: 48 e Julh./Agos: 5).

As críticas da Confederação quando aos efeitos presentidos da reforma da PAC demonstraram-se ora em discursos mais analíticos, ora em discursos nitidamente mais polémicos. As manifestações, como os comícios, onde do ponto de vista discursivo se busca a eficácia das “pequenas frases”, pensadas para actuar como “slogans”, são o terreno de acção privilegiado para o discurso polémico. Na manifestação de Évora, por exemplo, o discurso radicalizou-se através do “slogan” “morte à PAC e a quem a apoiar”, e ainda em aliteraões como a proferida pelo presidente da CAP: “a classe política só com medo é que fazem alguma coisa” e quando alcançam o poder “enganam-nos ao máximo” (*Diário de Notícias*, 25/3/92).

Nos discursos da CAP, a contestação da reforma de 92C foi-se, progressivamente, desradicalizando à medida que as novas orientações entravam no domínio das práticas e se configurava a possibilidade de nova revisão. Quando, em 1995, a CAP propõe “Um acordo global” no sentido de “assegurar o futuro da agricultura portuguesa”, no diagnóstico da “degradação acentuada da componente económica” considera-se que a situação “apenas muito parcialmente, teve a ver com imposições da PAC ou da sua reforma”. Não sem acentuar um “cada vez mais grave descrédito relativamente ao projecto europeu”, o que o documento contesta é particularmente a política interna. Além da descida dos preços agrícolas, dificuldade que os agricultores portugueses partilharam com os seus congéneres, o sector continuou a suportar custos de produção superiores aos dos seus “concorrentes”, tornando-se a “maior vítima da política anti-inflacionista prosseguida nos últimos anos à custa de altíssimas taxas de juro e de sobrevalorização do escudo” (*Revista do Agricultor*, Agos./Set., 1995:10).

No que se refere especificamente à reforma da PAC, o documento da Confederação, embora reafirmando que ela “não foi proposta pelos agricultores”, nem por “eles bem aceite” esclarece, que “uma vez decidida” “não são aceitáveis quaisquer alterações que visem conduzir à supressão ou

diminuição das ajudas”. Supondo essa possibilidade, “a agricultura portuguesa jamais poderia sobreviver (mais de 50% dos baixos rendimentos líquidos da actividade estão actualmente dependentes desses apoios)” (*Revista do Agricultor*, idem: 12).

Seguindo esta lógica, os objectivos do “acordo global” defendem o “prosseguimento e alargamento da reforma da PAC aos outros sectores obedecendo aos princípios adoptados para os outros sectores já reformados”. Medida que os proponentes justificam pelo facto de os sectores não “reformados” ( como vinho e vinha, frutas e legumes) observarem reduções no rendimento por via da descida dos preços sem estarem abrangidos por contrapartidas compensatórias na forma das ajudas directas (*Revista do Agricultor*, idem: 13).

Consta ainda dos objectivo preconizados, o alargamento do orçamento da UE relativamente às medidas de acompanhamento da reforma, com ênfase para a “florestação de terras agrícolas” e “medidas agro-ambientais” (*Revista do Agricultor*, idem: 14).

Avaliadas as consequências da reforma de 92 e reconhecida a sua operacionalidade limitada, particularmente quando se discute o novo alargamento da UE aos países da Europa Central e Oriental (PECO), surgem com nitidez os sinais de que a “PAC tem que continuar a evoluir” para novas reformulações<sup>10</sup>.

Já na cimeira de Madrid de 1995, a propósito, justamente do alargamento da UE, a Comissão Europeia explanava os cenários prováveis para a evolução da PAC: a manutenção do *status quo*; o desenvolvimento e aprofundamento da reforma de 92; ou um nova reforma mais radical (Lima, A. Valadas de: 2000).

Torna-se pois evidente que a reforma de 92 será por sua vez “reformada”, restava saber até que ponto. Perante o novo quadro, a CAP, pela voz do seu

---

<sup>10</sup> Towards a common agricultural and rural policy for Europe, Comissão Europeia – European Economy, Nº 5, 1997.

presidente, considera que muitos defeitos da PAC de 92 poderiam ter sido “atenuados por outro posicionamento negocial” e interroga-se se “muitas das responsabilidades negativas que são atribuídas à PAC, não resultam de uma carência de prioridade política atribuída ao mundo rural”. Consonante com o documento já apresentado em 1995, o presidente da Confederação reitera que na eventualidade de se “alinhar em propostas que [...] conduzam ao desaparecimento das ajudas directas, dos mecanismos de controlo da produção e para o alinhamento dos preços do mercado mundial, estamos a decretar a nossa própria condenação como agricultores em Portugal” (*Revista do Agricultor*, Maio 1997: 37).

Apesar do posicionamento crítico, a CAP insiste “no valor das capacidades técnicas e políticas a utilizar nas negociações” e em conformidade apresentou, desde o IV Congresso (1997) propostas alternativas à revisão da PAC de 92, no âmbito da Agenda 2000 (*Revista do Agricultor*, Abril, 1998: 27-29).

Como nota Hervieu, algumas associações de agricultores e em especial os seus responsáveis profissionais de elite movem-se habilmente no domínio negocial e “não são necessariamente hostis à ideia de gerir limitações e reestruturações”, que em grande parte dos casos querem dizer seleccionar e eliminar (Hervieu, 1996: 146).

A CNA, por sua vez, demonstra sistematicamente menor confiança nas margens de manobra susceptíveis de serem alcançadas pela via das negociações. Uma dualidade inteiramente compreensível dado o desequilíbrio dos enquadramentos institucionais a partir dos quais estas duas organizações gerem as suas actividades e o seu protagonismo político.

Como já se salientou, a CAP move-se em ambientes ideológicos próximos do poder político, além de ter angariado para si a presença em importantes lugares de poder. Sendo membro efectivo do Conselho Permanente de Concertação Social, tem também a possibilidade de colaborar em discussões de órgãos sectoriais onde se discutem preços, importações e exportações, beneficiando conseqüentemente de “um vasto enquadramento institucional nos

mecanismos e processos de tomada de decisão” que se estende ainda ao lugar que ocupa no Comité Económico e Social da CEE (Lima, Ávila de, *idem*: 236).

Comparativamente, a CNA ocupa uma posição que poderíamos chamar de triplo isolamento: em matéria ideológica aproxima-se de forças políticas mais distanciadas do poder; tem travado uma árdua luta para se fazer reconhecer como membro efectivo do Conselho Permanente de Concertação Social; no plano extra-nacional não está representada no Comité Económico e Social e, as parcerias e colaborações com organizações internacionais estabelecem-se preferencialmente com aquelas que, como a CNA, manifestam maiores críticas à PAC e até ao projecto europeu (Lima, Ávila de, *idem*: 237).

No discurso da CNA, a reforma da PAC não representa exactamente uma ruptura entre um período de potencialidades modernizadoras e um outro de estagnação. Já nas conclusões do I Congresso (1991) a CNA avaliou a primeira etapa da fase de transição como tempo de oportunidades perdidas.

Deste modo, para a Confederação, a reforma da PAC, cujas consequências apreciou no II Congresso (1994) antes prolonga “um quadro de inserção comunitária acentuadamente adverso para a agricultura portuguesa” (Portugal Agrícola, Janeiro de 1995:15).

Em vez da confiança nas oportunidades iminentes da Europa, a CNA prefere convocar as responsabilidades do Governo que, perante a União Europeia, deverá assegurar a “defesa da agricultura e dos interesses dos agricultores portugueses como questão de interesse vital para Portugal”. No plano interno espera-se que o Estado cumpra as suas responsabilidades pela implementação de políticas minimizadoras dos “impactos negativos da nova PAC” (*ibidem*).

Quanto a estes, a CNA considera que se traduziram pela “subordinação dos interesses de Portugal aos interesses dos Países grandes produtores agrícolas mundiais, e das grandes multinacionais agro-ambientais”. E, ao contrário do que defenderam os “fervorosos paladinos da reforma da PAC” não se introduziu maior justiça na distribuição dos recursos, pelo contrário, “fixa

subsídios em função da produtividade favorecendo obviamente os países do Norte e Centro da Europa”(Portugal Agrícola, Maio 1995: 18).

Internamente, considera ainda a Confederação, também não se esbateram assimetrias regionais, na medida em que “os fundos comunitários do Feoga (quer no capítulo “garantias”, quer no de “estruturas”) continua a concentrar-se nas grandes áreas agrícolas do Ribatejo e Alentejo” (idem: 19).

Paralelamente, os mecanismos da reforma de 92 ampliaram o carácter desigual dos apoios às explorações agrícolas familiares e às grandes explorações capitalistas, em benefício destas últimas (ibidem).

Refira-se porém que há aspectos dos efeitos da reforma relativamente aos quais as duas confederações estão de acordo. Por um lado, a nova filosofia introduzida pela reforma de 92 é pressentida como uma ameaça à identidade profissional do agricultor, tradicionalmente ancorada no acto da produção.

Por outro lado, tende também a fazer-se consenso em torno da ideia de que a aderência dos agricultores aos incentivos ao investimento - na fase anterior à reforma, - os levou a contrair encargos financeiros com fortes consequências na descapitalização da agricultura e com reflexos também na desmotivação para a reconversão.

### **2.3. A reforma da PAC vista pelo óculo da imprensa**

Os acontecimentos relativos à reforma da PAC de 92- durante a fase das negociações e aprovação das propostas - foram geridos na cena mediática como “acontecimentos de rotina”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Os “acontecimentos de rotina” integram juntamente com os “acidentes” e os “escândalos” a tipologia de acontecimentos públicos sugerida por Molotch e Lester (1993/1974). Os primeiros caracterizam-se “pelo facto de o happening subjacente em que presumivelmente se baseiam serem realizações

A reforma da PAC constituiu uma questão a que a imprensa portuguesa dedicou uma atenção quase quotidiana, justificando-se este fluxo de notícias não só pela tema em si, mas também porque o valor jornalístico da questão adquiria relevância acrescida pelo facto de Portugal assumir na altura a presidência da Comunidade Europeia.

Na fase de discussão e aprovação da reforma a maior parte das notícias derivam dos relatos de jornalistas acreditados junto das instituições comunitárias, que, de acordo com a terminologia de Tuchman (1978) actuam como “sentinelas” na captura de acontecimentos.

Mesmo quando não se explicitam as fontes, não é difícil depreender que as notícias se alimentam essencialmente nos circuitos das instituições da Comunidade, dotadas de avisados e eficientes gabinetes de imprensa que têm por função garantir o “acesso habitual aos media” (Molotch e Lester (1993/1974: 44).

Consensos em torno da “inevitabilidade” da reforma e dificuldades extremas em estabelecer os seus termos definitivos são os aspectos sublinhados na generalidade dos abundantes artigos sobre a negociação da revisão da PAC de 92.

Ao mesmo tempo, esses artigos vão criando uma reserva de simpatia para com o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, envolvido numa espécie de luta entre “Golias”, mas firme no propósito de dar o seu contributo para encerrar um capítulo da história agrária da Europa. Na imprensa portuguesa falou-se em “acordo histórico”; jornais franceses, como o *Le Point* (13 de Junho de 1992) fazem manchete com o que consideram “O maior acontecimento do século”.

Estabelecido o acordo, a reserva de simpatia para com Arlindo Cunha alcança o ponto máximo. O *Diário de Notícias* (23/5/92) refere-se ao ministro

---

intencionais e pelo facto de as pessoas que se encarregam do happening (a que chamaremos os ‘executores’ ou ‘efectores’) serem idênticas àquelas que os promovem em acontecimentos. O acontecimento de rotina protótipo é a conferência de imprensa; no entanto, a grande maioria de notícias que aparecem na imprensa diária encaixam-se nesta categoria: por isso, com base na frequência, chamamos-lhes rotina” (idem: 42-43).

como um “negociador que o país não esperava” e traça-lhe a biografia de um homem diferente do “estereótipo tradicional daqueles que ocupavam as cadeiras bafientas do Terreiro do Paço”; sublinha as suas raízes ligadas a uma família “profundamente rural” e iniciado na agricultura “mal deixou os bancos da escola primária”. Os traços biográficos de Arlindo Cunha e a sua habilidade de negociador voltam a ecoar no editorial que o jornal publica no mesmo dia: “não se via luz ao fundo do túnel, até que um ministro, de perfil aparentemente discreto, decidiu tudo fazer para levar a carta a Garcia”.

Outro relato jornalístico testemunha que, ao deixar Bruxelas, “Arlindo Cunha estava cansado, chegou a pedir desculpa se o seu aspecto não fosse o melhor, mas também mostrava satisfação, alívio e emoção. Tinha a consciência de que muitos sectores da opinião pública e política vão criticar o resultado”(Diário de Notícias, 27/5/92).

Sobre este mesmo assunto leu-se também na imprensa que “Parece ser este o destino de Arlindo Cunha. Por um lado, é aclamado pela Comissão e pelo Conselho pelo ‘trabalho maravilhoso que realizou’ – a expressão é do comissário Ray Mac Sharry -, por outro tem pela frente uma das maiores vagas de contestação dos agricultores dos últimos anos” (*Público*, 27/5/92).

Estes argumentos emocionais e de autoridade pela competência em torno do protagonismo político de Arlindo Cunha, não deixam obviamente de criar um quadro propenso à aceitação da reforma da PAC negociada pelo ministro. Tanto mais que os argumentos de justificação para destronar a velha PAC são eles próprios dotados de grande eficácia, pelo menos no que diz respeito aos quatro aspectos mais salientados, que podemos condensar assim:

- a PAC definida no pós-Guerra já não se justifica porque a Europa de hoje não é deficitária, pelo contrário produz excedentes com base em lógicas desadequadas à realidade dos mercados – um argumento lógico e eficaz quando assim simplificado;
- a PAC não se mostrou apta a corrigir assimetrias regionais e sectoriais, antes se revela mais favorável aos grandes agricultores do

- que aos pequenos, beneficiando mais os países ricos do que os países mais pobres – um argumento emocional;
- a PAC incentivou uma agricultura intensiva desrespeitadora da natureza e prejudicial ao ambiente – argumento emocional adequado às novas sensibilidades sociais;
  - a PAC é demasiado pesada para o orçamento comunitário – argumento lógico.

Neste quadro, globalmente favorável a justificar a imperatividade da reforma da PAC, as organizações de agricultores manifestaram nítidas dificuldades em fazer prevalecer os motivos da sua rejeição “àquela reforma”<sup>12</sup>.

Enquanto o ponto de vista da política institucional, beneficiou de uma presença constante nos *media*, o ponto de vista das organizações de agricultores teve uma presença mais episódica e foi regulada essencialmente pelo “acesso disruptivo” (Molotch e Lester, 1993/1974: 45-46).

Isto é, as notícias que os *media* mais destacam como reflexo das críticas dos agricultores, aquelas que sobressaem no “relevô-página” do jornal (Rebello: 2000), são aquelas em que os agricultores são notícia porque de algum modo perturbam a ordem normal das coisas. As manifestações de Évora (24 de Março de 1992); da Curia (27 de Maio de 1992); de Beja (27 de Maio de 1992) e de Santarém (14 de Junho de 1992) são disso mesmo um exemplo.

A cobertura deste tipo de acontecimentos obedece geralmente a “tipificações” (Tuchaman: 1978), neste caso orientadas menos para a explicação das razões que motivaram os protestos e mais para a reprodução descontínua de fragmentos discursivos que não permitem apreender uma coerência global das críticas e do posicionamento dos agricultores.

A controvérsia e o conflito instauram-se como tema para a cobertura jornalística. Reproduzem-se acusações e contra-acusações, raramente sobrando

---

<sup>12</sup> De facto, tanto a CAP como a CNA afirmam não ser contra a reforma da PAC, reconhecendo-a como inevitável, o que dizem contestar é o modelo de reforma implantado.

espaço para elucidar quanto às condições sociais subjacentes aos problemas que motivam os protestos dos agricultores.

Enquadradas pelo conflito, estas notícias adoptam frequentemente metáforas relacionadas com a guerra: a “CAP em campanha contra a reforma da PAC” (*Público*, 8/3/92); “Contra a PAC, marchar, marchar” (*Público*, 15/6/92); “Manifestação promovida pela CAP quer combater a política agrícola comum” (*Diário de Notícias*, 23/3/92); “Agricultores ensaiam revolta no Alentejo” (*Diário de Notícias*, 25/3/92); “CAP lança violento ataque ao Governo” (*Expresso*, 28/3/92) ; “A revolta dos agricultores” (*Expresso*, 30/5/92) são algumas das variantes que seleccionámos apenas entre os títulos..

Simultaneamente, as estratégias enunciativas prosseguidas nos textos são, não raras vezes, desqualificadoras da palavra e da acção das organizações de agricultores. O *Diário de Notícias*, na cobertura da manifestação de Évora, faz apreciações do tipo “Quem esqueceu as boas maneiras foi o presidente da CAP, que perante milhares de agricultores [...] mandou o Governo e a classe política à ‘ova’”. No mesmo jornal (15/6/92), sob o título “Arlindo sujeito a todos os protestos”, escreve-se que “Os agricultores estão em pé de guerra e todas as tentativas de o ministro Arlindo Cunha para os convencer dos benefícios da PAC caíram em saco roto”.

Para o *Público* (27/5/92), a manifestação de Beja foi o “reviver [...] de episódios do chamado verão quente de 75, com gente a reclamar nas ruas e um bloqueio de estradas por máquinas agrícolas. Duas diferenças apenas: a causa da indignação é a reforma da PAC e os autores da manifestação são os que há 17 anos se opunham a esses actos”.

Além de veicular uma imagem dos agricultores como protagonistas de distúrbios, o enunciado foca a incoerência dos seus actos, por adoptarem os mesmos comportamentos que noutro momento eles próprios haviam condenado.

Na cobertura da manifestação de Santarém, o *Público* (15/6/92) refere-se ao evento de forma ainda menos lisonjeira: “Num comício em que não faltou o hino nacional e a defesa da dignidade do agricultor português raiou, por vezes,

o marialvismo, a CAP criticou, ontem, em Santarém, a reforma da PAC e as indefinições que ela comporta. José Manuel Casqueiro e Rosado Fernandes pautaram os improvisados discursos por ataques a entidades que nunca nomcaram [...]”. Como se sublinhou noutro lugar, esta manifestação foi retomada num editorial do *Público*, expressando clara hostilidade relativamente à legitimidade dos protestos apresentados pela CAP.

Quando o acesso das organizações de agricultores aos *media* se dá por outras vias que não a “disrupção”, é frequente a sua palavra ser subalternizada, quer em termos de relevância atribuída às declarações, quer pela ordem de entrada em cena.

Isto é, as declarações das organizações de agricultores surgem com menor destaque no “relevância-página do jornal” (Rebelo: 2000) e como reacção a medidas ou a acontecimentos em que outros actores já investiram as suas próprias definições.

Por exemplo, quando o *Diário de Notícias* (22/5/92) anunciou “O acordo histórico da reforma da Política Agrícola Comum”, o protagonista da notícia foi exclusivamente Arlindo Cunha, que pôde explicar, em discurso directo, as vantagens da reforma. Entre outras coisas, o ministro anunciou que perante o mercado único na CE “em que cada vez mais a concorrência é a palavra de ordem, é evidente que num sistema de política como a que negociámos, com uma componente de ajudas ao rendimento, as agriculturas mais desfavorecidas e mais débeis têm vantagens relativas, por terem sempre uma almofada financeira que as defende em termos de concorrência de mercado”.

Por sua vez, a reacção das organizações sócio-profissionais do sector foi dada a conhecer através de um pequeno artigo inserto na última página do mesmo jornal. Aí se esclarece que a CAP considera o acordo “Francamente mau!” e entre os aspectos negativos quanto à agricultura portuguesa realça a ausência de incentivos, bem como o facto de o subsídio por hectare significar “quanto menos área menos rendimento”. O esclarecimento da posição da CNA fica-se pelo lacónico anúncio de que a Confederação prepara uma concentração como forma de protesto contra a PAC.

No dia seguinte, o *Diário de Notícias* (23/5/92) recorre ao efeito de veracidade garantida pela linguagem dos grandes números, anunciando que “Os agricultores portugueses poderão contar com um aumento de 35 milhões de contos das transferências anuais directas do Feoga- Garantia, em virtude da reforma da PAC, garantiu Arlindo Cunha”.

Como se sabe, os números remetem a dados de informação a que se cola uma certa aura de autenticidade, sendo uma modalidade frequentemente utilizada para credibilizar os benefícios decorrentes da PAC. As críticas fragmentadas dos agricultores dificilmente conseguem veicular uma imagem contrária aos *inputs* dos milhões de que é suposto beneficiarem.

Um balanço feito pelo *Público* (4/6/92) dos ganhos e perdas para a agricultura portuguesa relacionados com a PAC, realça, quanto aos ganhos, que “os agricultores portugueses vão receber mais de 38 milhões de contos.” Os aspectos negativos, que o texto ilustra com o “abandono de terras produtivas” e as “penalizações relacionadas com grandes densidades de animais”, “não se vão sentir na agricultura portuguesa”.

Duas são as razões apontadas no artigo para que a agricultura portuguesa fique relativamente protegida: “A pequena dimensão das explorações, juntamente com atrasos estruturais do sector fazem com que a grande maioria não tenha de pagar pelos impactos ecológicos causados pela excessiva exploração dos recursos do solo, nem sequer pela luta que a comunidade trava contra o aumento dos excedentes”. O mesmo texto alude à “escassa aptidão agrícola dos solos portugueses”, sublinhando que as medidas de acompanhamento da CAP (medidas agro-ambientais; florestação de solos e reforma antecipadas) constituem, desse ponto de vista, “ajudas atraentes”.

Dos números apresentados como medição dessas ajudas dão-se alguns exemplos, de que destacamos os incentivos à antecipação da reforma que, pelas contas do jornal, poderão angariar aos agricultores reformas de “171 contos por mês”, montantes que no cenário português não podem senão parecer atractivas (*Público*, *ibidem*).

Também no *Expresso* (30/5/92) encontramos exemplos semelhantes, que de alguma forma aludem à linguagem dos números. Sob o título “Paga, PAC!” afirma-se que “um pequeno agricultor português precisará de produzir o mínimo indispensável para receber o subsídio de compensação pelo ‘set-aside’, que lhe assegurará à partida mais de metade do rendimento”.

Aos leitores menos familiarizados com as intrincadas complexidades da PAC, a linguagem dos grandes números suscitará provavelmente a pergunta “que mais quererão os agricultores?”.

No emaranhado de ideias contraditórias que se veiculam a propósito da PAC de 92, as associações de agricultores estão em nítida desvantagem para fazer passar para a opinião pública a legitimidade dos seus protestos.

São as próprias organizações a reconhecer “o clima desfavorável às reivindicações” e a dificuldade que experimentam em “desfazer” as “imagens transmitidas” sobre a agricultura e os agricultores (*Revista do Agricultor*, Janeiro, 1994: 5).

Os argumentos a que recorrem para justificar essa incapacidade comunicativa procuram-nas exclusivamente no exterior das organizações sócio-profissionais, isto é, nas “campanhas” (*Revista do Agricultor*, Fevereiro, 1993) lideradas pelos políticos e pelos jornalistas que veiculam imagens negativas e distorcidas sobre os agricultores portugueses” (*Revista do Agricultor*, Junho, 1992).

Promove-se assim a ideia de que os agricultores são “vítimas” da incompreensão da sociedade, o que também pode ser lido como um esforço - por parte das organizações profissionais - para manter e reforçar sentimentos de união entre os agricultores, dando deles a imagem de um grupo homogéneo, submetido a problemas comuns.

Dito de outro modo, os sentimentos de pertença parecem ser accionados como estratégia de compensação face ao que se apresenta como a incompreensão da sociedade em geral para com o papel social dos agricultores.

Os argumentos de “vitimização”, particularmente salientes nos discursos da CAP, são muito matizados por estratégias de pressão, com destaque para as

ameaças dirigidas ao poder político e administrativo: “A manifestação de força é infelizmente a linguagem que os políticos ouvem com toda a certeza” (*Público*, 16/5/94, secretário-geral da CAP).

Nessas estratégias de pressão política ressoa, por vezes, uma evidente nostalgia relativamente aos tempos em que o sector agrícola tinha um poder político e social mais efectivo e consequente.

Quando se observa uma certa desvinculação das preocupações sociais relativamente à agricultura, fruto de evoluções diversas em que, por exemplo, o risco de penúria alimentar parece afastado - ou pelo menos facilmente solucionável - não é improvável que a opinião pública, outrora solidária com os seus agricultores, venha a mostrar menor compreensão relativamente às permanentes dificuldades e reivindicações do sector. Alguns artigos de opinião, como também as cartas ao director, e até os editoriais, evidenciam esses sinais de desgaste.

No domínio da acção política, as tradicionais estratégias de reivindicação dos agricultores conseguirão, eventualmente, continuar a obter do poder político medidas pontuais, de tipo administrativo, técnico ou financeiro. Parece menos provável que elas consigam contrariar as tais imagens que perpassam na opinião pública e que a própria CAP presente como contrárias à solidariedade social para com os agricultores. Ao mesmo tempo, essas estratégias dificilmente contribuirão para impregnar o inconsciente colectivo do papel que os agricultores pretendem assumir na sociedade.

### **3. Identidade dos agricultores – aspectos de mudança recente**

Na análise de vários autores, (por exemplo, Bergmann, 1990; Hervieu, 1996; Billaud, 1996), a ideologia e os argumentos mobilizados pelos órgãos de representação profissional agrícola pouco têm obviado à crise generalizada da identidade sócio - profissional dos agricultores.

Para Bergmann (1990: 56) o discurso de representação dos agricultores busca justificações no passado mais do que procura soluções no futuro e reforça “sentimentos de anomia”, de “privação relativa” e de “marginalização social”.

Os elementos convocados por Hervieu (1996: 142) para explicar a “ruptura identitária”, salvaguardadas algumas proporções, são, a seu ver partilhadas pelos países que constituíram a Europa dos 12.

Em número de cinco, essas rupturas remetem-nos a várias dimensões de uma evolução recente. A primeira é de ordem demográfica e exprime-se pelo sucessivo e radical decréscimo da população agrícola e pelo seu envelhecimento. Facto de que o autor retira ilações simbólicas e políticas. No plano simbólico, esvai-se o ideal da construção europeia que inicialmente, colocando a PAC no centro dos dispositivos adoptados, pareceu querer confirmar a vocação agrícola das sociedades europeias. No plano político, advinha-se a dificuldade em convencer a opinião pública quanto à justeza dos financiamentos de suporte da agricultura, numa altura em que os agricultores tendem a ser olhados como “um grupo profissional entre outros” (Hervieu, *idem*: 143).

A segunda fragmentação identitária diz respeito às mudanças na agricultura familiar, de que o autor destaca dois aspectos fundamentais. Por um lado, os jovens agricultores adoptam preferencialmente o regime de instalação individual, desvinculando-se da família de origem. Por outro lado, com a pluriactividade a tornar-se cada vez mais expressiva, o rendimento extraído da agricultura não é mais do que um rendimento entre outros, situação que para Hervieu (*idem*: 143) “fragiliza o próprio estatuto social da família agrícola”.

A terceira ruptura é de dimensão territorial e exprime-se no facto de a agricultura já não unificar o território rural (Hervieu, *idem*). Sobre concentrada nas regiões mais ricas, a agricultura libertou as vastas extensões de território, “desqualificadas aos olhos da agricultura moderna” pelas fracas produções e baixos níveis de rendimento que proporcionam (Hervieu, *idem*: 144).

Tão importantes quanto as precedentes, há ainda a salientar outras duas rupturas bastante intrincadas entre si: a ruptura entre agricultura e alimentação e

a ruptura entre agricultura e natureza (Hervieu, *ibidem*). A primeira coloca-nos perante uma “recomposição económica e cultural” em que o agricultor deixa de ser visto como o produtor de alimentos (*idem*: 145).

Tanto a abundância de produtos, como a dissociação entre o produto agrícola e o produto de consumo final (que se apresenta congelado, pré-cozinhado, aromatizado, de sabor intensificado, etc.) contribuem para que a relação dos consumidores com a alimentação seja “cada vez mais abstracta” (*ibidem*)<sup>13</sup>. Simultaneamente, a par e passo da industrialização da produção agrícola, o agricultor deixa de simbolizar o produtor cuja actividade se processa em simbiose com a natureza e na dependência desta.

Por sua vez, Billaud (1996: 109) sublinha o quanto a crise de identidade se deve à “inadequação entre um modelo de referência e uma evolução sócio-económica de efeitos demasiado radicais para que o modelo possa ser apropriado pelo conjunto da profissão”.

O arquétipo do produtor moderno e empreendedor personificou o tipo de agricultor capaz de transformar as tradicionais explorações camponesas em unidades de produção eficazes e competitivas no plano internacional (Lamarche, 1994). Antes suportado por “um largo consenso entre a profissão, o Estado e a indústria” (Lamarche, *idem*: 13), o efeito mobilizador do modelo atenuou-se, ao mesmo tempo que as “referências colectivas oriundas do Estado e do sindicalismo” (Hervieu, 1996: 118) confrontam os agricultores com orientações confusas e com sentimentos de incerteza face ao futuro.

Tanto Billaud (1996) como Hervieu (1996) lêem na actualidade a desafecção dos agricultores face a modelos identitários que perderam o seu efeito “mobilizador” e “federador”. Simultaneamente, observam a emergência de “estratégias de compensação identitária” (Billaud, *idem*: 117) ou ainda o

---

<sup>13</sup> Nas gerações urbanas mais jovens, que ao contrário dos seus pais não possuem reservas de memória rural, a dissociação entre agricultura e alimentação, muito ajudada pela publicidade, alcança proporções quase caricatas, o que tem suscitado alguma inquietação social, motivando, por exemplo, a criação de quintas pedagógicas.

recurso, por parte dos agricultores, a “reservas ideológicas do passado” para legitimar o seu papel social (Hervieu, idem: 147).

Como que privados de referências colectivas positivas, os agricultores empreendem estratégias de compensação identitária, mais ancoradas na dupla pertença territorial e social do que propriamente na excelência profissional (Billaud, idem:117).

A análise de Hervieu (idem: 146, 147) faz notar a coexistência de duas lógicas de definição identitária entre os agricultores europeus. Por um lado, ao ritmo da divisão social e espacial do trabalho na agricultura, consubstanciada também pela criação de associações especializadas, os produtores tendem a definir-se de acordo com o segmento que ocupam numa dada “fileira” e não pela pertença a um “estado” que os diferenciaria de outros agentes económicos.

Mas, ao mesmo tempo que os agricultores mais implicados na mundialização das trocas se afastam de “um discurso geral” de defesa da agricultura, “os agricultores potencialmente desqualificados” - por estes processos de internacionalização – recorrem a um discurso de vocação “unitária” que retoma as bases ideológicas do agrarismo, para legitimar o seu lugar na sociedade e nos orçamentos comunitários. Neste sentido, conclui o autor, procuram “conquistar no plano simbólico aquilo que perderam no plano económico” (Hervieu, idem: 146, 147).

Os autores citados sublinham assim diferentes estratégias identitárias através das quais os agricultores procuram defender a sua existência, a sua visibilidade social, enfim o seu lugar na sociedade.

Na perspectiva de Bourdieu (1982:141) a identidade do grupo que procura valorizar e afirmar a sua própria coerência, recobre simultaneamente categorias de identificação, de classificação e de distinção e é, por si mesma operativa: “O poder sobre o grupo que se trata de fazer existir enquanto grupo é inseparavelmente um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto uma visão única da sua unidade e uma visão idêntica da sua unidade”.

Assim, a afirmação da identidade será mais um dos “meios pelos quais o grupo procura construir a unidade” e menos o “reflexo objectivo da unidade cultural e social do grupo” (Lipiansky, 1998:146). A identidade remete-nos pois a um “sistema dinâmico” (Lipiansky, idem: 146, 147), em que intervêm os processos de identificação e de distinção pelos quais o grupo procura fundar a sua coesão e marcar a sua posição relativamente a outros grupos.

A construção e definição da identidade coloca-se pois num plano relacional que é também um lugar de “tensões” (Lipiansky, idem: 147) entre as imagens que os indivíduos e grupos pretendem dar de si próprios e aquelas que outros indivíduos e grupos lhe atribuem.

Neste sentido, como nota McHenry (1996), o entendimento que os agricultores têm do seu papel decorre não apenas da imagem que têm de si, mas também da informação de que dispõem sobre a forma como outros os vêem, enquanto indivíduos e como grupo social.

### **3.1. Imagens dos agricultores na imprensa – sentimentos de uma identidade ameaçada**

Os órgãos de informação prestam-se sobremaneira à construção de imagens. De um lado, os *media* de carácter geral dão uma ideia da visibilidade social dos agricultores, não controlada pelos próprios e dirigida a um público heterogéneo; do outro, as revistas especializadas, designadamente as das associações profissionais, “falam” para os agricultores e, pela voz autorizada de “representantes” do grupo estão em condições de reforçar ou de manter as visões conformes à sua identidade e coerência.

Mas, como é óbvio, os agricultores, enquanto membros de um grupo profissional e enquanto cidadãos, não se reconhecem necessariamente nas

imagens que lhe são propostas. Dir-se-ia, pelo contrário, como se exemplificou no capítulo anterior, que os agricultores se sentem hostilizados e incompreendidos face à imagem que a imprensa de carácter geral lhes devolve. De tal forma que a identidade negativa que sentem projectada sobre si passa a integrar os seus próprios repertórios interpretativos, designadamente através dos argumentos de vitimização, ou da rejeição do modelo com que se sentem confrontados.

As publicações especializadas do meio agrícola fornecem abundantes exemplos de reacção a essa identidade pressentida como negativa, contrapondo-lhe valorações positivas e compensações emocionais que incidem fundamentalmente sobre a identificação dos agricultores como grupo profissional, submetido a problemas comuns, mas tendo a seu favor a capacidade histórica de resistência a adversidades de todo o tipo. A *Revista do Agricultor* (editada pela CAP) revela particular habilidade nesta forma de gerir a identidade dos agricultores, recordando-lhes, em períodos de crise, as conquistas que conseguiram em outros momentos tão ou mais difíceis. Ao mesmo tempo, este discurso de união e de pertença, contribui para que a Confederação se legitime sucessivamente como interlocutor privilegiado entre o mundo da política e da administração e o associativismo sócio-profissional.

Os textos da imprensa de carácter geral, pela sua abertura a discursos socialmente heterogéneos e enquanto espaço de luta política pela imposição de visões do mundo, permite-nos uma aproximação às imagens que se constróem a propósito dos agricultores.

Os procedimentos metodológicos utilizados para esta abordagem visam conjugar os temas que objectivam a imagem dos agricultores com o tipo de percepção (positiva ou negativa) que se lhes associa. Na construção desta grelha de análise retivemos então as seguintes dimensões: relação com a profissão; relação com Estado; relação com o território e ambiente rural; e por fim a relação face a valores.

### a) Relação com a profissão

De entre as temáticas que surgem nos discursos como elementos da imagem dos agricultores, a relação com a profissão é sem dúvida a mais frequente. A percepção dessa relação está no entanto muito longe de ser homogénea. As grandes clivagens inscrevem-se fundamentalmente na tensão entre a integração e a marginalização face aos valores e às práticas que constituem as referências socialmente dominantes.

#### Relação/integração

No modelo da integração, a classificação genérica de agricultor substitui-se preferencialmente pela designação de “agricultor profissional”, “empresário agrícola” ou “produtor”. A escolarização, a formação profissional, a participação nas estruturas agrícolas, bem como a optimização das condições de produção e de gestão das explorações são temas associados ao universos deste tipo de agricultores.

Sem que se ocultem as especificidades do sector, vislumbra-se igualmente uma valorização do desempenho da agricultura, assinalando-se que “Em muitos sectores, a modernização da agricultura é já uma evidência, com empresas a serem exploradas com critérios de rentabilidade e modelos de gestão perfeitamente iguais aos dos países desenvolvidos (*Diário de Notícias* 20/2/93 - jornalista).

As “Herdades modelo”, rentáveis “dentro do sistema da PAC” (*Público* 15/8/94), são aquelas cujos “proprietários melhor informados vão acedendo aos fundos comunitários” (*Diário do Alentejo*, 21/10/94). Como explicam os próprios, “Enquanto que antes tínhamos apenas cereais e ovelhas, temos agora cereal, ovinicultura, com o apoio de um programa comunitário. [...] Temos frutos secos e frutos frescos e, ainda com uma boa experiência, fazemos meloas. Em vez de duas, temos cinco formas de rendimento” (*Diário do Alentejo*, 12/5/95 – agricultor alemão, residente no Alentejo há mais de 25

anos, explora 700 hectares de culturas várias, dos quais 200 cultivados com amendoeiras).

A diversificação e a utilização racionalizada dos recursos parece ser a chave de sucesso das “empresas agrícolas modelo” no Alentejo. Diversificação em torno de várias articulações, como as que conjugam a “caça com a pesca, o agro-turismo com a mecanização intensa, o sequeiro com o regadio”, obtendo trigo regado com “produtividades idênticas às dos solos mais férteis da Europa Central” (*Público*, 15/8/94 – agricultor, “modelar”, segundo a designação do jornal. Explora, juntamente com um filho, engenheiro como o pai, uma herdade de 1400 hectares, dos quais 350 em regadio e 800 em sequeiro, com montados de sobro e azinho e olival).

Fazer opções em conformidade com a “evolução da situação agrícola”, “adoptar cada vez mais a posição de empresário agrícola”, “explorar o que dá mais rendimento”, são as atitudes esperadas destes agricultores, porque “Para um agricultor, hoje em dia, o poético e bonito pode não significar melhor” (*Diário do Alentejo* 21/10/94 – técnico da Zona Agrária do Rocho e Campo Branco).

Mas, a valorização do desempenho agrícola não se restringe às grandes “herdades modelo” acima referidas. A percepção de uma identidade positiva pode ligar-se a sentimentos de sucesso que vão além do quadro profissional e retiram compensações nas formas de ligação ao local, no “viver aqui”. Os agricultores sentem que não podem fazer exactamente como os outros, “os grandes”, mas nem por isso se sentem desmotivados: “É certo que não podemos competir com as grandes explorações, mas eu vivo aqui, semeio de tudo um pouco e vendo a minha produção no mercado durante quase todo o ano[...]. Quando para aqui vim nem água tinha [...]. Estou a modernizar a minha exploração, assim é sempre possível ter lucros” (*Diário do Alentejo*, 25/12/92, agricultor, explora 16 hectares).

### Relação/marginalização

Nestes casos, as designações de “agricultor profissional” e de “empresário agrícola” são menos frequentes do que a designação genérica de “agricultores”, “homens da terra”, ou “homens da lavoura”. Os temas que indiciam situações de “marginalização” são múltiplos. Fundamentalmente, inscrevem os agricultores na posição de “vítimas” face a modelos que os excluíram, ou de que se sentem excluídos: as diversas políticas agrícolas “sempre foram estabelecidas em função dos interesses de quem tem muita terra e não de nós que temos alguma, pouca ou nenhuma”(Diário do Alentejo, 3/5/96 – documento do Conselho Consultivo Agrícola da Região Alentejo, organismo apoiado pela CNA).

O sentimento de exclusão vai ao ponto destes agricultores se definirem a si próprios como “uma classe sacrificada e que vai morrer” (*Diário do Alentejo*, 5/6/92 – presidente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos).

Cientes de estarem “diante de um processo muito selectivo” (*Público*, 16/5/93 - presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) admitem que só alguns terão condições de manter explorações competitivas. Quanto aos outros, “só quem vive muito agarrado à terra é que fica” (*Público*, 14/4/95 - agricultor). E, os que persistem em manter-se na agricultura fazem-no “à custa de um trabalho cada vez mais desvalorizado, e à custa do sacrifício das nossas famílias” (*Diário do Alentejo*, 3/5/96 – documento do Conselho Consultivo Agrícola da Região Alentejo).

### **b) Relação com o Estado**

A consciência de que o GATT e a PAC se sobrepõem à capacidade decisória das estruturas nacionais – aspecto admitido pelos próprios decisores políticos - não diminui as veementes críticas do que se considera ser a demissão do Estado perante a agricultura nacional.

O facto da política agrícola ser geralmente apreciada pela negativa não invalida porém a forte consciência de que o desenvolvimento e a reprodução da agricultura como actividade económica estão fortemente dependentes do Estado.

Mas, a dependência face aos apoios públicos adquire conotações ambíguas. Por um lado, o plano das reivindicações dirige-se objectivamente para o reforço das medidas de apoio estatal, inclusivamente nos discursos da CAP, a organização que mais se assume como representante da agricultura empresarial livre e a que mais tem reclamado a transferência de competências para os órgãos de representação sócio-profissional agrícola.

Simultaneamente, reconhece-se a importância crescente que os apoios públicos representam no rendimento agrícola, admitindo-se que eles são geralmente “superiores a 60 por cento” e que sem os pagamentos administrativos a agricultura no Alentejo não resistiria (*Diário do Alentejo*, 1/4/94 – conclusões do Congresso Regional da Agricultura, no âmbito da Ovibeja).

Por outro lado, considera-se que a lógica subjacente aos apoios públicos, tal como passaram a ser definidos no âmbito da reforma da PAC de 92, na modalidade de ajudas parcialmente desligadas da produção, tem consequências negativas, na medida em que “inferioriza os empresários” (*Diário do Alentejo*, 18/3/94 – presidente da ACOS), transformando-os em “parasitas da sociedade e reformados do Estado” (*Diário do Alentejo*, 5/6/92; *Expresso*, 30/5/92; *Público*, 28/5/92 – secretário geral da CAP), obrigando-os a viver de “esmolas do Estado” (*Expresso*, 30/5/92, dirigente da CNA).

A interiorização dessa identidade negativa exprime-se em enunciados como os seguintes: “Em consciência, já não sou agricultor, vivo de subsídios” (*Expresso*, 8/1/94 - agricultor). Esta imagem que os agricultores sentem projectar-se sobre si objectiva-se de facto em muitos textos jornalísticos, onde se contam “estórias” dos agricultores que “semeiam subsídios” (*Público*, 1/10/96 – jornalista) e se dedicam à prática do “girossídio”, neologismo a que os jornalistas recorrem abundantemente, atribuindo-o aos técnicos no Instituto

Nacional de Garantia Agrária (INGA), que o usariam para designar a “táctica seguida pelos produtores de girassol que descuraram a agricultura para apostar nas ajudas da PAC” (*Público*, 20/8/93 – jornalista). “No Alentejo, as histórias de desperdício são como as cerejas” (*Diário de Notícias*, 30/9/96 – jornalista), sendo grande “a distância que vai da agricultura praticada à realidade da agricultura subsidiada (*Público*, 22/6/92 – jornalista).

No discurso dos agricultores, a reacção face à dependência dos apoios públicos assume também contornos mais pragmáticos. Passa pela argumentação de que a nova filosofia introduzida pela PAC foi imposta aos agricultores, apesar da sua oposição. Pelo que, perante o facto consumado, lhes resta acompanhar a evolução e “ter uma estratégia própria para aproveitar os subsídios”, mesmo na suposição de que “quando acabar o último subsídio, acaba o girassol” (*Público*, 15/8/94, agricultor).

Independentemente de posições mais ou menos favoráveis à regulamentação política da agricultura, o mesmonexo de causalidade atravessa a generalidade dos discursos, independentemente de terem origem dentro do sector agrícola ou fora dele: a reforma da PAC de 92 tem consequências directas sobre a identidade profissional dos agricultores, na medida que, para o bem e para o mal, reconhece e financia outras valências do trabalho agrícola, descentrando-o daquilo que constituía o seu referente histórico, o acto de produção.

### **c) Relação com o território e ambiente rural**

O alargamento das funções do agricultor a outras atribuições não centradas no acto de produzir é uma noção socialmente mobilizadora, mas principalmente para os meios exteriores à profissão agrícola. Na aproximação às orientações europeias, a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrícola de 1993 consagra que “a agricultura, para além de uma decisiva função empresarial na produção de alimentos e outras matérias - primas para a indústria, deverá

cumprir outros objectivos de natureza social, de ordenamento do território, de fruição sustentável dos recursos naturais e de prestação de serviços à comunidade, numa óptica de revitalização multisectorial e harmónica do espaço rural” (*Expresso*, 29/5/93 – Lei de Bases de Desenvolvimento Agrário).

Em conformidade com o alcance desses objectivos, a mesma lei abre caminho para que “a função social dos agricultores na preservação dos recursos naturais e na ocupação do espaço rural seja devidamente compensada, por remuneração directa, benefícios fiscais ou outros” (*Expresso*, *ibidem*).

A posição dos agricultores face a estas novas funções adquire um carácter fragmentado, revelador de notáveis resistências. Inicialmente, manifesta-se pela clara rejeição de um novo suporte identitário, percebido como uma imposição contrária à noção ética do trabalho produtivo: “Querem transformar os agricultores em jardineiros da natureza e vamos todos para o campo fazer jardinagem” (*Diário de Notícias*, 8/2/93 – agricultor e dirigente da CAP).

Mas, progressivamente, o discurso de alguns agricultores parece integrar essas novas funções nos seus discursos de representação. Relativamente conformados quanto à noção política de um espaço rural multisectorial, menos centrado na exclusividade agrícola, procuram situar o seu papel nesse novo enquadramento. Não se opõem à noção de que a “alternativa de desenvolvimento para o chamado mundo rural passa pelo turismo, pela cinegética e os produtos de qualidade”, mas reafirmam que mesmo essas actividades encontram a sua matriz na manutenção dos usos agrícolas, efectivamente garantida pelos agricultores, os verdadeiros “jardineiros do mundo”, sem os quais “não é possível haver desenvolvimento na nossa região” (*Diário do Alentejo*, 1/4/94 – presidente da ACOS).

Confrontados com duas noções das funções da agricultura (as de antes e as de agora) não abdicuem de valorizar essencialmente um modelo produtivo: “o que seria útil para que as pessoas continuassem nas zonas do interior era voltar para trás [...] quando a política apontava para se produzir mais e desenvolver ao contrário do que agora determinam as directivas comunitárias

que é estagnar e não produzir” (*Diário do Alentejo*, 18/3/93 – presidente da ACOS).

Ao mesmo tempo, tendem a aproximar-se das novas noções, incorporando nos seus discurso a referência ao ambiente. Neste reenquadramento, a agricultura está em condições de contribuir para recuperar equilíbrios “Do tempo dos nossos avós, com toda uma fileira a juntar ao ciclo dos cereais de forma extensiva, com benefícios para o meio ambiente, o factor humano considerado” (ibidem). Porque, mesmo as opções pelo “turismo de qualidade” implicam a “manutenção do ecossistema” e o “colmatar das dificuldades que foram deixadas pelo abuso da utilização dos solos, pela destruição da floresta mediterrânica que terá de ser reconstruída” (*Diário do Alentejo* 5/2/93, presidente da ACOS).

Os representantes do sector dos cereais – particularmente visado nas primeiras regulamentações da reforma de 92 – convocam o mesmo reenquadramento, defendendo que o futuro do Alentejo passa pela “prática de cereais e pela prática de animais- ovinos e bovinos - em regime extensivo que são indispensáveis para a manutenção de todo este ecossistema porque, mais dia menos dia, teremos aqui um deserto que nós não queremos e passamos a ter as aldeias desertas e as vilas desertas e as cidades desertas e toda a gente a viver em Lisboa ou no Porto” (*Diário de Notícias* 21/10/94 - presidente da Associação Nacional dos Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais).

Nos discursos de representação dos pequenos e médios agricultores, o papel de que se reivindicam é nitidamente plural. Incide sobre as funções que desempenham na “ocupação do território alentejano, na salvaguarda do ambiente e do mundo rural, na manutenção de milhares de postos de trabalho, na contribuição que damos para a economia regional” (*Diário do Alentejo* 3/5/96, Conselho Consultivo Agrícola da Região Alentejo, organismo apoiado pela CNA).

A noção de que os pequenos e médios agricultores são os verdadeiros mentores do mundo rural assume particular relevância, e coerência, nos discursos da CNA.

No período que analisámos, registam-se iniciativas da confederação que agendaram para a discussão pública os problemas da agricultura em estreita associação com o mundo rural.

Em 1993, a conferência sobre “Defesa e desenvolvimento do mundo rural”, afirmava precisamente o propósito de sensibilizar a “população urbana, a opinião pública e os órgãos de soberania centrais para o preocupante contexto em que já se vive hoje no nosso mundo rural” (*Diário do Alentejo*, 12/2/93 – documento de divulgação da CNA).

No simpósio luso-ibérico de 1994, sob o tema “Agricultura e meio ambiente para um mundo rural vivo”, a CNA centrava na agricultura familiar “a pedra angular de um desenvolvimento regional num quadro de diversificação das actividades económicas que preserve e assegure a revitalização do mundo rural”. Os representantes da agricultura familiar consideram-se “tanto como estrutura essencial do tecido produtivo agrícola português como estrutura fundamental da preservação de equilíbrios ecológicos e preservação do mundo rural”. Colocam assim as suas funções no domínio do bem comum. Nessa base entendem como legítimo um tipo de intervenção político-económica do Estado “que não remeta a actividade agrícola e o seu futuro para o âmbito restrito da regulação de mercado” (*Diário de Notícias* 6/2/94 – director da CNA).

Em coerência com essa posição, o tipo de reivindicações da CNA tende a articular o domínio estritamente sectorial com uma lógica mais territorial. No Congresso de 1994, apresentou um pacote de medidas que, além das referidas à actividade agrícola em sentido estrito, visavam beneficiações globais para o território rural e os seus habitantes. Contemplavam a “melhoria das condições de vida” para os “agricultores e a população rural”, entre outros aspectos, através do investimento em equipamentos sociais e reforço da actuação do Estado Providência. Defendiam “um ordenamento florestal participado, integrado e articulado ao desenvolvimento agrícola”, com destaque para o “apoio ao montado de sobro” em alternativa à “floresta industrial”; condenavam a “desvalorização da terra agrícola” ou o “abandono do seu papel

económico e social”, substituído pelo “uso de grandes áreas como suporte exclusivo da caça”. No plano directo do que diagnosticaram como problemas ambientais, exigiam a “intervenção oficial na resolução da poluição e limpeza das linhas de água e lençóis freáticos”; o combate aos fogos florestais, bem como a reflorestação das terras ardidas (*Diário do Alentejo*, 2/12/94 – jornalista, resumindo as medidas preconizadas no congresso da CNA)<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> A cobertura jornalística do congresso da CNA fornece-nos um excelente exemplo dos diferentes efeitos de “sentido” produzidos pelos enquadramentos jornalísticos. No artigo do *Diário do Alentejo* o antetítulo e o título “falamos” sobre o acontecimento: “II Congresso da CNA/Agricultura e ambiente em debate”. A estrutura noticiosa é a da tradicional pirâmide invertida: o jornalista informa sobre o acontecimento, quem o protagoniza, com que objectivos. No desenvolvimento da notícia fornece detalhes sobre os documentos em discussão no congresso.

A comparação entre esta cobertura e a do *Expresso* deixa-nos a dúvida se, de facto, se trata do mesmo acontecimento. Em primeiro lugar, o título deste último jornal “Rurais em Aula Magna” não só não “fala” sobre o acontecimento, como perturba, quase desconcerta. Depois, a mesma sensação prolonga-se no *lead*: “Desaguaram [...] na cidade universitária em Lisboa, depois de terem viajado em camionetas saídas dos mais diversos pontos do país. Homens, mulheres e crianças abancaram nas escadarias e relvados, com farnéis e papelada. Encheram o salão da aula magna da reitoria e revoltaram-se contra ‘a discriminação da agricultura familiar e o declínio do mundo rural’. Mas prometeram continuar a ‘lutar para lavar o futuro’ [...]. Foi o segundo congresso da CNA onde mais uma vez não compareceu, apesar de ter sido convidado, o ministro do sector. [...]”. Só no final ficamos a saber de que acontecimento se trata. Antes disso, o texto fornece-nos pormenores e descrições sem relevância noticiosa. Na acepção de Van Dijk (1997: 148, 149) o nível de descrição e o grau de especificidade de um discurso ou fragmento discursivo não são inócuos. As descrições “irrelevantes” podem desempenhar funções estéticas, mas podem também veicular estereótipos ou preconceitos com fundamentos ideológicos. A descrição do artigo em análise e o tipo de vocabulário escolhido (ver os sublinhados) induzem a sensação de que aqueles “homens, mulheres e crianças”, “com farnéis e papelada” não pertencem ali, àquele meio, da “aula magna”. O desenvolvimento da notícia centra-se mais nas intervenções do que nos documentos em discussão, sendo estes referidos mais para o fim do texto. Os “ditos” dos intervenientes são introduzidas no texto de forma (des)qualificativa: “as intervenções centraram-se numa revolta, muitas vezes desesperada e politicamente desadequada contra os resultados da reforma da PAC e do que a CNA atribui à política deste Governo. Lúcia Gil, a única mulher da direcção da confederação e conhecida agitadora camponesa do Mondego, simbolizou, numa das intervenções mais emocionadas do congresso, aquele estado de espírito: “Somos proibidos de trabalhar, não nos deixam produzir, querem cá meter tudo o que vem de fora. Nunca se viu isto em Estado nenhum ...”. E António Ferraria, o activo líder da CNA do Oeste corroborou: ‘Vêm milhões para os bolsos dos malandros e não para quem quer trabalhar e produzir’ ”.

Refira-se por último que a justificação das reivindicações pela articulação da lógica sector/território atravessa a generalidade do discurso dos agricultores, quanto à ideia da ocupação agrícola dever ser apoiada pelo facto de constituir um travão à desertificação rural. Um argumento a que outros sectores sociais também são sensíveis, na medida em que “Se o agricultor abandona o meio rural, vem não só aumentar os problemas que os centros urbanos possuem, sobretudo os que estão no litoral, mas também vai desertificar o próprio meio, o que significa ter uma paisagem rural que não convida ninguém” (*Diário de Notícias*, 12/10/93 – responsável da Estação Zootécnica Nacional).

Os agricultores que falam em nome da região, os que estão mais próximos das realidades locais, são os que adoptam, como é óbvio, estratégias argumentativas mais integradoras da agricultura na dinâmica e nos problemas regionais do Alentejo. Ao incarnarem o papel de mentores do espaço rural, num discurso aqui e além pulverizado de noções ambientalistas, estão em condições de reivindicar em nome do interesse geral e não do interesse individual ou corporatista mecanismos e apoios que favoreçam a sua situação.

#### **d) Relação face a valores**

As imagens dos agricultores evocativas de valores, quando auto-propostas, centram-se sobretudo na ligação à terra e na ética do trabalho: “Devo ao meu trabalho a coisa linda que está aqui. [...]. É que um agricultor tem de sê-lo a 100 por cento ou mais. Se os preços baixam é preciso trabalhar mais” (*Diário do Alentejo* 25/12/92 – agricultor).

---

Depois de outros exemplos, o jornalista resume: “Enfim, ninguém travou a língua para se indignar contra o que a direcção da CNA, num longo documento de análise da agricultura portuguesa, classificaria como ‘a nova irracionalidade instituída pela reforma da velha PAC’ ”.

A terminar, o texto esclarece que a “CNA assumiu em suma o grito de sobrevivência das 80 por cento das explorações agrícolas portuguesas que - , segundo um estudo, encomendado pelo Ministério da Agricultura, mas não divulgado oficialmente - sucumbirão até ao ano 2000 [...]” (*Expresso*, 10/12/94).

Nos textos jornalísticos em que essas imagens surgem mais narrativizadas, o apego à terra liga-se à “tradição familiar” (*Público*, 16/5/93 - jornalista). Evoca memórias e emoções que os jornalistas interpretam: “De novo, os seus olhos ficam húmidos ao evocar o passado. Tira do bolso uma fotografia do pai, de algumas décadas atrás, por entre as pastagens, para que vejamos a altura que então atingia a erva” (*Diário de Notícias*, 16/8/93).

No discurso científico e técnico a ligação à terra adquire a conotação de obstáculo à mudança. Evoca-se em particular a propósito de uma das medidas de acompanhamento da PAC que visa o apoio à reforma antecipada, mediante a cedência da exploração a terceiros: “Este programa é muito complicado pelo processo de decisão, mas também porque os agricultores portugueses têm um grande apego à terra” (*Público* 20/1/95- técnico do Ministério da Agricultura).

A resistência à mudança, bem como a escassa motivação para a participação nas suas estruturas é de resto reconhecida pelos agricultores eles próprios: “Os agricultores também não participam, embora lamentem que não haja mudança. Não se sentem responsáveis, parte integrante do processo. Estão sempre à espera de um deus que lhes resolva os problemas, ou que minorize os problemas” (*Diário do Alentejo*, 5/3/93 - director do Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja, NERBE). Referem-se inclusivamente à “mentalidade reaccionária dos nossos agricultores que não aceitam as regras do jogo que existem e não aceitam começar a comercializar em conjunto, respeitando os seus agrupamentos [...] as suas instituições [...] as suas cooperativas, porque elas são deles e não dos dirigentes. Os nossos agricultores não vão às assembleias gerais resolver os seus problemas, deixam o crédito agrícola ser gerido em Lisboa [...]. Estas situações são da culpa das pessoas que cá estão. É preciso que reconheçam - eu próprio reconheço os meus *handicaps* à volta deste sistema” (*Diário do Alentejo*, 22/3/96, presidente da ACOS).

A passividade, a ausência de ambições e de espírito empreendedor são outros tantos atributos comuns: “O agricultor que se governe com o seu dinheiro e tenha as alfaias pagas não faz pé-de-meia mais vai-se mantendo. Os que investiram fortemente na mecanização, esses é que estão a braços com

graves problemas” (*Diário de Notícias*, 6/9/93 - agricultor). Na interpretação jornalística, as palavras daquele agricultor exprimem a imagem de “um agricultor tradicional sem ilusões nem grandes voos, mas também sem se sujeitar a grandes riscos, não abdicando contudo dos subsídios da CE” (*Diário de Notícias*, *ibidem* - jornalista).

Note-se ainda que na referência a valores os agricultores recebem dos *media* imagens de si contraditórias. Forçando a tónica do dramatismo, alguns textos jornalísticos parecem protagonizar sentimentos de perda face à figura tradicional do agricultor: “Os dinheiros de Bruxelas e a absurda e amoral lógica dos subsídios tudo prostituíram, mesmo os que se arrogavam de valores antigos e tradições nobres” (*Público*, 3/6/94 – jornalista). Noutros casos, fala-se também em “subversão de valores”, mas a imagem dos agricultores fica relativamente salvaguardada, porque a “incomodidade” que manifestam face aos valores “contranatura” que lhes impõem, “é ainda uma réstia de consciência moral” (*Diário de Notícias*, 20/9/93 – jornalista).

A terminar, salienta-se que a imagem dos agricultores - e a tensão que se inscreve entre conotações positivas e negativas – , parece de facto indissociável da gestão política do papel dos agricultores.

Pois, directa ou indirectamente, quer se trate de imagens de si ou de imagens atribuídas por terceiros; quer se objectivem pela relação com a profissão, pela relação com o espaço, pela relação com o território e o ambiente rural, ou ainda quando se trata de valores, a visibilidade social dos agricultores vai surgindo no espaço público à medida que se enunciam e se discutem novas orientações políticas para a agricultura e para o espaço rural.

Aquelas têm sido feitas de avanços e de recuos, de incertezas e de contradições. Tanto quanto podemos avaliar pelo eco dos *media* face às definições políticas, as referências colectivas tradicionalmente imanentes do Estado, mais do que congregar parecem desorientar, ao instalarem a ideia de que “o que era antes condenado é agora reabilitado e nada se diz como poderá ser amanhã”( Billaud, 1996: 118). Como nota Billaud (*ibidem*) “tudo se passa

como se a degradação que afecta a representação colectiva privasse o agricultor de uma referência atractiva”, deixando aos agricultores a tarefa de (re)construir a sua identidade, a partir de enquadramentos novos.

Entre os agricultores que se sentem mais ameaçados pelo lógica do mercado, aqueles que melhor experimentam o sentimento de vitimização face à selectividade ditada pela concorrência acrescida, as estratégias relativamente à imagem de si passam por integrar nos repertórios interpretativos todo um conjunto de justificações em que o papel dos agricultores parece ser o de dar vida ao mundo rural, ao mesmo tempo que este tende a ser apresentado como bem colectivo. Mas, entre os testemunhos que analisámos há também aqueles em que a desolação, o sentimento de estar ligado a uma actividade socialmente desvalorizada, a ausência de expectativas, parecem ser vividas como uma fatalidade que se gere no quotidiano. De certo modo, é como se estes agricultores tivessem consciência que as suas representações se inscrevem em modelos do passado, que a dinâmica social condenará a prazo.

Os agricultores que aos olhos da imprensa personificam os “agricultores modelares” insistem menos nas particularidades sociológicas do papel dos agricultores. Os seus repertórios mobilizam antes a competência do saber técnico, bem como o conhecimento da regulação económica e política que rege a sua actividade. Para estes empresários agrícolas, como preferencialmente se definem, a chave do sucesso parece residir na capacidade para discernir e aproveitar as vagas de oportunidades, em especial pelo criterioso aproveitamento dos apoios comunitários.

A literatura da especialidade, designadamente da sociologia rural, tem demonstrado, em numerosas pesquisas, que a percepção que os agricultores têm da sua profissão é, por si só, um objecto de pesquisa complexo. Apela à consideração das variáveis aferidoras da integração no mercado e, mais globalmente, ao sistema de valores organizador das condutas individuais. Acresce que as formas de legitimação do trabalho relevam de éticas não circunscritas ao quadro profissional, na medida em que na actividade agrícola as fronteiras entre os diversos compartimentos da vida social (com particular

relevo para a relação família/exploração) tendem a ser muito menos marcadas do que nas restantes actividades (Billaud, 1994).

Por esta breve resenha se vê o quanto a metodologia que utilizamos se afasta destas análises mais “finas”, que, recorrendo ao inquérito directo dos actores visados, permitem maior controle teórico-metodológico, e se mostram incomparavelmente mais aptas a captar a diversidade das práticas e das representações que as orientam.

Bem mais modesto, o nosso propósito procura tipificar as imagens que encontramos na imprensa a propósito do papel e da identidade dos agricultores. Se, por um lado, captamos significações que circulam no espaço público, por outro lado ignoramos a real adesão dessas significações entre os agricultores, como actores socialmente situados.

#### 4. Agricultura e sociedade: funções plurais

Procurando completar o capítulo anterior, percebendo como se articula, ao nível do discurso, a relação entre agricultura e sociedade, centramo-nos agora, especificamente, nas produções discursivas com incidência temática nas funções da agricultura.

Quadro 2. Agricultura e Sociedade: funções da agricultura

Funções da Agricultura	Diário do Alentejo	Diário de Notícias	Público Expresso	% linha no total dos jornais
Económica	29,0	24,1	19,0	24,7
Social/ cultural	25,8	27,6	23,8	26,8
Independência	3,2	20,7	4,8	9,3
Ambiental/Territorial	41,9	27,6	52,4	39,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

A este respeito, o quadro 2 permite avaliar a frequência relativa com que cada um dos jornais se refere às funções da actividade agrícola repartidas pela vertente económico/produziva; pelo seu papel social e cultural; significado enquanto contributo para a independência nacional; e finalmente o seu desempenho na manutenção de equilíbrios ambientais e territoriais.

Com excepção do *Diário de Notícias*, que confere igual relevo às funções sociais e culturais e às ambientais e territoriais, manifesta-se claramente uma tendência para valorizar este último tipo de funções. Indiciando, conseqüentemente que a agricultura adquire conotações que a colocam muito para além das tradicionais funções produtivas e a inscrevem com maior incidência no quadro dos equilíbrios ambientais e territoriais.

Se levarmos em conta a origem dos discursos, ou seja os locutores originais das “falas” reproduzidas na imprensa, verificamos que a valorização das funções ambientais e territoriais da agricultura constitui uma tendência que se manifesta, por ordem de importância decrescente, no discurso dos membros das associações ambientalistas, dos actores ligados ao meio científico e técnico, dos actores institucionais que actuam no âmbito nacional e ainda dos jornalistas (quadro 3).

Quadro 3. Funções da agricultura, segundo os actores do discurso

Funções da Agricultura	Jornalistas	Inst.Nac.	Inst.Loc.	Cient.Téc.	Ecol.Amb.	Agricultores
Produziva	14,8	15,8	50,0	29,4	0,0	35,7
Social/cultural	25,9	31,6	25,0	11,8	33,3	32,1
Independência	22,2	5,3	0,0	5,9	0,0	7,1
Ambiental/territorial	37,0	47,4	25,0	52,9	66,7	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As novas noções do papel que a agricultura deverá ter na sociedade exprimem-se pois, mais exemplarmente, entre os actores sociais que estão em melhores condições para veicular novas significações, em virtude dos recursos simbólicos de que dispõem, como especialistas, como responsáveis da definição e decisão política e como mediadores culturais.

As referências à articulação agricultura/ambiente/território explicitam, fundamentalmente, modalidades de percepção da agricultura como actividade inseparável da conservação da qualidade do território e da paisagem rural. Nestas visões, “sem agricultura não há presença humana e sem presença humana não é possível combater quer a desertificação, quer a degradação ambiental” (*Público*, 30/10/96 - ministro da Agricultura). O alargamento da noção de agricultura está presente em interpretações segundo as quais “a agricultura [...] não é um simples ramo do comércio nem uma categoria da economia política. É mais e é anterior a isso: é, [...] um acto de cultura, intimamente ligado à identidade cultural, social e paisagística de cada país” (*Público*, 5/2/93 – jornalista). Assim, a agricultura desempenha um papel “de que toda a sociedade usufrui” (*Diário de Notícias*, 20/9/93 – cientista).

A noção política de que “A agricultura é um serviço público” (*Diário do Alentejo*, 29/10/93 – ministro da Agricultura) vem ganhando consistência. E, em conformidade com esse reconhecimento, admite-se e justifica-se a necessidade da sociedade internalizar os custos inerentes às novas funções da agricultura.

No colóquio que o Partido Socialista promoveu, em Évora, no âmbito da preparação dos Estados Gerais, assinalava-se que “se nós, independentemente das coisas que vamos comprar ao supermercado, não quisermos ter o deserto em redor da nossa casa, da nossa aldeia ou da nossa vila, então nós temos que pagar para que isso não aconteça. [...] Sobretudo, nas regiões mais deprimidas, a comunidade tem de pagar para que o agricultor não fuja daí” (*Diário do Alentejo*, 30/12/94 – jornalista, resumindo conclusões do colóquio sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural).

Neste mesmo prolongamento, as linhas estratégicas para o desenvolvimento rural, insertas no Programa do XIII Governo Constitucional, definem as ajudas à agricultura como “uma forma de afectação de recursos à produção de um bem público – o da conservação e valorização do património ambiental e construído e de alívio de tensões demográficas nas zonas urbanas

do litoral – susceptível de fruição económica e cultural”(Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997a: 60).

Os actores que colocam em primeira instância os usos agro-florestais da terra e os que mais valorizam as económicas da agricultura são os actores institucionais com responsabilidades ao nível local e regional e os agricultores. Ou seja, os actores que estão mais próximos dos terrenos em que essas realidades se manifestam.

Contudo, não deixa de ser notório que os representantes da profissão se têm visto forçados a assumir uma certa desqualificação das funções económicas da agricultura, passando a incorporar nos discursos de justificação da importância da actividade o seu papel social e ambiental, como se pode aferir pelo quadro da página anterior<sup>15</sup>.

De um modo geral, os agricultores que falam em nome individual ou como porta-voz de associações regionais do Alentejo são os que mais se referem à agricultura como questão social e como elemento inultrapassável da realidade regional: “A agricultura não é apenas números. Desde sempre significou pessoas, paisagens, terras habitadas, vida. Não se pode eliminar a vida dos campos. [...] é uma realidade social que não pode ser ignorada pelos mais altos responsáveis do país e dos doze. É também uma realidade cultural e ambiental. O agricultor tem uma função social e ecológica que nada nem ninguém pode substituir” (*Diário de Notícias*, 17/3/94 - Agricultor). Frases como “Sem agricultura não há Alentejo” (*Público*, 11/3/95- presidente da ACOS) são constantemente reiteradas, no nítido propósito de legitimar a importância da agricultura, e os apoios a ela destinados, como elemento fundamental da vida no Alentejo.

---

<sup>15</sup> Num documento de 1998, sobre o Modelo Europeu de Agricultura, a CAP em conjunto com as organizações agrícolas europeias Comité das Organizações Profissionais Agrícolas (COPA) e Comité Geral da Cooperação Agrícola (COCEGA), subscreve um modelo multifuncional para a agricultura europeia, a desenvolver na base de: a) produção de géneros alimentares de base comercializáveis; b) prestação de serviços com valor para os cidadãos europeus, em matéria de ordenamento do território, do ponto de vista social ou de métodos de produção.

Refira-se que a focagem da agricultura como contributo para a independência alimentar do país, não sendo tema ausente, também não angaria grande centralidade. Facto compreensível dado a orientação política se afastar decisivamente dos objectivos de auto-suficiência alimentar: “Uma vez que Portugal está integrado na Comunidade que é excedentária em determinados produtos agrícolas, produzir a qualquer preço ou prosseguir objectivos de autosuficiência alimentar não é uma orientação nem defensável nem sustentável”(Expresso, 29/5/93 – Preâmbulo à lei de Bases do desenvolvimento agrícola, 1993).

Mas, a relativa conformidade face à dependência externa do país em matéria da produção agrícola adquire contornos mais dramáticos quando se conjectura sobre a instabilidade dos mercados e se equacionam possíveis cenários de ruptura, como sejam os conflitos internacionais. Então, a dependência alimentar atinge toda a dimensão de “Um erro grave” (*Diário de Notícias*, 6/9/93- representante da CNA). Realça-se o papel da agricultura como uma espécie de “amortecedor de crises” e insiste-se no objectivo de “salvaguardar reservas alimentares” (*Diário de Notícias*, 4/9/95 – Presidente da CAP).

Na perspectiva acima descrita, a independência alimentar parece-nos um tema a que se alude mais para suscitar estados emocionais, jogando com as inquietações sociais, do que propriamente uma modalidade forte dos objectivos político-económicos a prosseguir.

Pese embora se argumente que “Nenhum país pode sobreviver, enquanto identidade nacional própria, sem agricultura” (*Público*, 5/2/93 – jornalista), parece-nos tratar-se mais de preocupações relativamente ao tipo e à qualidade da ocupação do território do que propriamente de uma mobilização social visando objectivos produtivistas imbuídos de veleidades nacionalistas.

Convém salientar que essa redefinição da actividade agrícola pelo seu papel estruturante do espaço rural parece decorrer da entrada em cena das preocupações ambientais, que simultaneamente, levam a reenquadrar o papel dos agricultores conferindo-lhes a tarefa acrescida da gestão do território.

#### **4.1. O novo enquadramento da relação agricultura/sociedade – o exemplo das medidas Agro-ambientais**

Com o reconhecimento do papel da agricultura nos equilíbrios ambientais começa a ganhar pertinência a equação de um novo tipo de “contrato” entre agricultura e sociedade, sem dúvida problemático e com contornos ainda pouco definidos, quando não contraditórios (Thiebaut, 1999; Barres *et. al.*, 1999).

As Medidas Agro-Ambientais (Reg.CEE nº 2078/92), a que os agricultores europeus têm tido acesso voluntário, constituem, precisamente, um exemplo de contratualização “envolvendo a aceitação de responsabilidades e compromissos perante a Administração, e através dela da sociedade, contra a atribuição de prémios que representam o reconhecimento e a valorização da sua função (também) como produtores de bens e serviços agro-ambientais com interesse público” (Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997b: 6).

Não obstante se tratar de medidas reconhecidamente limitadas, no que diz respeito à coerência, recursos financeiros disponibilizados e eficácia prática na adopção de práticas agrícolas efectivamente menos perniciosas do ponto de vista ambiental (Pires, 2000; Valadas, Aida de, 2000), o seu carácter inovador parece residir justamente na criação de “um novo quadro de relações entre agricultores e sociedade” (Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997b: *ibidem*).

Uma transição sem dúvida árdua, se atendermos a que, para além da difícil conciliação dos instrumentos de política<sup>16</sup>, o novo “contrato” tem

---

<sup>16</sup> Referimo-nos, em concreto, à persistente dificuldade de integração instrumental das diferentes políticas, um aspecto para o qual alerta o documento Agenda 2000 (CCE, 1997) ao referir que “a política rural [...] aparece ainda como a justaposição de uma política agrícola de mercado, da política estrutural e da política ambiental, dotadas de instrumentos assaz complexos de desprovidos de coerência geral” (citado in Thiebaut, 1999:12).

subjacente que o “mundo agrícola” trabalhe para “oferecer” um conjunto de bens e serviços que deverão adequar-se à “procura” social (Thiebaut, 1999: 11).

Ora, a negociação e o acordo face ao carácter da quantidade e a qualidade dos bens e serviços que a sociedade está disposta a remunerar envolve interesses dispares e, não menos significativamente, confronta-se com importantes resistências culturais por parte daqueles que é suposto oferecerem esses bens e serviços.

Os discursos que analisámos permitem-nos realçar as resistências, essencialmente protagonizadas pelo “mundo agrícola e rural”, face à aceitação de representações não produtivas da terra e da “natureza” em geral, percebidas estas como recurso para uso produtivo ou, no sentido negativo, como *handicap* com que a agricultura tem que se confrontar.

Sobretudo no *Diário do Alentejo*, os conflitos sociais centrados nos usos não agrícolas da terra, são registos temáticos frequentes, nas modalidades de crítica às terras abandonadas onde só cresce o “mato”, plantio de floresta industrial ou ainda a proliferação de reservas cinegéticas.

Em geral, quer os nossos registos, quer a literatura sobre a matéria, permitem pensar que as preocupações socialmente predominantes, no que diz respeito aos problemas da evolução agrícola, tendem a enfatizar o seu impacto territorial, com destaque para os processos de abandono da terra, conseqüente despovoamento e desqualificação da paisagem agrícola e rural, além das acentuadas tendências para a desertificação e a erosão dos solos<sup>17</sup>.

A introdução do tema ambiente - e a adesão que vem merecendo na sociedade portuguesa - mostra-se favorável a que esses problemas não só sejam reequacionados, como ganhem novo carácter de urgência.

Noutros países comunitários, aqueles que viveram intensamente a época produtivista da PAC, a evolução agrícola coloca outro tipo de problemas. Os

---

<sup>17</sup> Portugal é o país da Europa do Sul com riscos de erosão mais elevados, particularmente graves nos solos de xisto do Alentejo e das Beiras (Pires, 2000: 30, citando dados de Sequeira).

que derivam dos disfuncionamentos ambientais provocados pela imensa vaga de modernização agrícola, com a corrida à intensificação, estão na primeira linha das preocupações (Billaud *et al.* 1999; Lowe, 1997).

Compreender-se-á pois que a recente introdução do tema ambiente na problemática agrícola e rural, embora subordinada a ditames e regulamentações comuns, tenda a ser integrada na reflexão e nos debates sociais de acordo com a natureza dos problemas considerados mais prementes.

Não é senão esta a conclusão que podemos retirar da avaliação quanto à forma como as Medidas Agro-Ambientais (MAA) – o instrumento que melhor define os objectivos de política ambiental para a agricultura – foram transpostas para os planos nacionais.

Com efeito, o programa de aplicação das MAA a Portugal, definiu objectivos, para os quais considerou diferentes dotações financeiras. O orçamento previsional para o quinquénio 1994/98, privilegiou as medidas destinadas à extensificação/manutenção de sistemas agrícolas tradicionais (69,4%) e à conservação dos recursos e da paisagem rural (22%). O grupo de medidas concretamente incidentes sob a redução de efeitos poluentes da agricultura representaram apenas 8,6% do orçamento previsional (Lima, Aida Valadas de, 2000: 35)<sup>18</sup>.

Os objectivos do programa concentraram esforços no sentido da manutenção de sistemas de produção relacionados com a valorização do património natural e da paisagem, procurando evitar o abandono da actividade agrícola e o despovoamento (Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997b).

Assim, a interpretação e transposição nacional das MAA parece ter subjacente o duplo propósito de suster as explorações agrícolas mais vulneráveis face ao mercado e as zonas demograficamente mais fragilizadas, já que o maior número e área das explorações beneficiadas, assim como o valor dos prémios atribuídos, se concentrou nas zonas agrárias a que correspondem

---

<sup>18</sup>A diferença entre montantes previstos (1994-98) e montantes atribuídos assume alguma relevância, sem contudo alterar minimamente a hierarquia das medidas prioritárias.

mais exemplarmente aqueles problemas (Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997b).

Neste âmbito, para as zonas e sistemas agrícolas mais desfavorecidas, a relação agricultura/ambiente veio a constituir, em certa medida, uma modalidade de gestão política do espaço rural português, suportada, essencialmente, pelo apoio e remuneração de práticas agrícolas extensivas, susceptíveis de conter o abandono, garantindo ao mesmo tempo a conservação da paisagem rural.

Tal opção parece, de resto, ter sido merecedora de aprovação pública. Pois as Medidas de Acompanhamento da PAC, em que se inserem as MAA, colheram nos registos da imprensa largos apoios. Como acontece na interpretação institucional, também a imprensa se referiu mais às vantagens das MAA do ponto de vista da conservação e do equilíbrio do território rural, do que propriamente à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura.

A reacção mais crítica proveio de algumas associações ambientalistas, que questionaram a incidência nacional das medidas, em oposição ao que em seu entender deveria ser a clara definição de zonas prioritárias do ponto de vista ambiental, sob pena de estas medidas não representarem mais do que outra forma de subsidiar o maior número possível de agricultores. Ou seja, para as associações ambientalistas, as MAA, tal como foram traduzidas no plano nacional, incidiram mais sobre critérios socioeconómicos do que propriamente ambientais.

Para concluir, notando mais um aspecto problemático das MAA, sublinhe-se que os montantes envolvidos no seu financiamento foram relativamente tímidos, não representando mais do que 1,4% do rendimento médio obtido pelo sector no triénio 1994-96 (Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 1997b). Valores portanto muitíssimo inferiores a outro tipo de suportes ao rendimento disponibilizados para a prática agrícola convencional.

Em certo sentido, as novas formas de suporte à agricultura definidas na reforma de 92 podem interpretar-se como a atribuição de direitos a produzir

diferenciados por região. As zonas rurais mais frágeis, com menor potencial agrícola são também as que experimentam mais restrições. Ao mesmo tempo, dado o carácter modesto das MAA, tal indicia que os direitos a produzir tendem a prevalecer sobre a criação de externalidades ambientais. Neste âmbito, parece impor-se a conclusão de que, globalmente, as políticas prosseguidas têm favorecido uma agricultura dual, dissociando, na prática, funções produtivas e funções ambientais, o que não deixará de surtir efeitos ao nível da polarização do território.

## CAP. VI Representações do Rural – os campos do sul por referência

### 1. O Alentejo rural no universo das representações: nota histórica

Região historicamente negligenciada sob todos os aspectos, o Alentejo, a sua paisagem e modo de vida rural não eram, até recentemente, particularmente valorizados.

Aos “largos horizontes” da paisagem alentejana faltavam as “*surpreendentes belezas naturais que se admiram nas terras do Norte*” e “*os encantos próprios das paisagens pitorescas*”. Por estas paragens, o que havia para admirar era “*a fertilidade do solo extensíssimo*” e “*o gado que o povoa e o anima*” (Picão, Silva, 1983/1903: 27, sublinhados nossos)<sup>1</sup>. Mas, aos olhos dos viajantes que só conheciam do Alentejo aquilo que avistavam da janela do combóio, o sentimento que exprimiam era a “*vergonha [por] haver ainda em*

---

<sup>1</sup> Silva Picão, lavrador da zona de Elvas, nascido na segunda metade do século XIX, dedicou parte da sua vida a recolher elementos sobre os usos e costumes do mundo agrícola alentejano, que publicaria primeiro em artigos de jornal, posteriormente editados em livro. Esta breve nota biográfica serve apenas para sublinhar o profundo conhecimento que o autor tinha da realidade observada.

*Portugal tanta terra inculta!*”... “*Que deserto!*”... “*Este Alentejo é pior que África*” (idem, 15)<sup>2</sup>.

O Norte – o berço da Nação – mantinha o privilégio de representar o que de mais pitoresco existia em Portugal: “quanto ao artesanato, ao folclore, à gastronomia, não há dúvida de que o Norte e, em especial o Minho superam sem contestação todas as outras regiões” (*Diário de Notícias*, 4/2/70 – jornalista). Aqui, tudo era “muito mais simples, por naturalmente simplificado, muito mais autêntico, por assentar nas realidades” (ibidem).

Nesta visão, tantas vezes repetida, podemos encontrar a manifestação das mitologias de que nos fala Barthes (1957: 215): a força do mito reside na sua capacidade para “transformar a história em natureza”, induz um realismo que faz com que as coisas pareçam significar por elas próprias. Na acepção do texto jornalístico transcrito, o Norte – em especial o Minho – é o expoente máximo, e a expressão legítima, autêntica, porque assente na realidade, da cultura do povo.

Um tal processo de construção simbólica, assenta em “linhas de força estruturais” (Silva, Augusto Santos, 1997: 190) que se traduziram duradouramente pela “Valorização, em muitos aspectos mitificada, do povo – e do seu arquétipo, o camponês minhoto -, o extenso enunciado das suas qualidades psicológicas e morais, a sua glorificação como coluna vertebral da nação, trave-mestra da nossa identidade colectiva [...]” (idem: 39).

O projecto de valorização simbólico-ideológica dos valores e estruturas rurais lançou as primeiras gerações românticas e liberais na descoberta dos usos, costumes e tradições populares. De facto, como notam, entre outros, Castro Caldas (1995: 28) “Na preocupação de Homens geniais que o século

---

<sup>2</sup> Recorde-se que a questão das terras incultas constitui tema sensível da política portuguesa ao longo de todo o século XIX. Como escreveu Castro Caldas (1978: 103): “O inculto não era imaginário, tinha a dimensão desmedida de metade do território português”. Presente ainda nos debates da primeira metade do século XX, o tema das terras por cultivar toca o Alentejo em particular, serviu de argumento ao processo de reforma agrária e foi pontualmente reactivado na luta política recente a propósito da reorientação da PAC, em que muitos viram o regresso ao abandono da terra.

XIX viu nascer em Portugal encontra-se a constante de acompanhar tudo o que de belo, forte e, sem dúvida, imensamente exacto, o mundo rural esconde e guarda”<sup>3</sup>.

Sensivelmente a partir da segunda metade do século XIX, essa tarefa encontra prolongamento nas abordagens disciplinares de cariz etnográfico, dando lugar a numerosos trabalhos de recolha e interpretação de artefactos e de tradições orais, além de motivar a emergência de revistas de divulgação especializadas, que constituiriam outros tantos núcleos de investigação (Silva, Augusto Santos, 1997).

A vontade de dar a conhecer, e de celebrar o país rural, que animou escritores, intelectuais, filantropos e pedagogos do final do século XIX não tinha formulada a intenção de operar limites geográficos na captação da experiência. O limite era tão só a nação.

Mesmo nas revistas etnográficas que assumiram cariz mais regional, como a *Revista do Minho*, onde colaboraram “praticamente todos os estudiosos portugueses, incluindo Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos”, se explicava que “Com o título de *Revista do Minho* quer-se apenas dizer que a iniciativa partiu do Minho, e não que nos ocuparemos exclusivamente desta província” (Silva, Augusto Santos, idem: 125, citando o primeiro número da referida revista, surgida em 1885).

Adolfo Coelho, o primeiro a utilizar entre nós o termo “Folk-lore”<sup>4</sup> (1875) confere ao vocábulo um sentido amplo, que visa “o saber popular em todas as

---

<sup>3</sup> Entre as personagens a que se refere Castro Caldas, podemos situar, entre vários outros, Alexandre Herculano, que mais do que elogiar o campo adquiriu notável experiência da prática agrícola. Reza a sua biografia que desde “rapaz” dedicou à agricultura particular estima. Praticou-a nos “jardins de S. Bento”; depois, em moldes mais alargados, na Ajuda, onde chegou a ter uma criação de vacas leiteiras; fabricava manteiga e outros produtos transformados. Mas a passagem pela Ajuda foi uma espécie de preparação para a verdadeira “a consagração à lavoura”, na sua Quinta de Vale de Lobos, no concelho de Santarém, uma exploração agrícola onde Herculano aplicou os melhores conhecimentos técnicos e científicos da época, em particular no fabrico de azeite, que alcançou celebridade e se comercializou nos mais reputados estabelecimentos de Lisboa (Silva, M<sup>a</sup> Luísa Mercês de Mello, *Vida Rural* 22/1993: II- VIII).

suas ramificações”, ou “todas as formas da vida do povo”. A intenção programática emergente com a fundação da *Folk-Lore Society*, em Londres - com que os estudiosos portugueses estavam familiarizados, até porque acediam a publicar os seus trabalhos naquela revista - definiria o “folk-lore” como a “ciência da comparação e identificação, nas idades modernas, de crenças e costumes e tradições arcaicas, implicando assim a limitação do seu campo à cultura do mundo rural das nações chamadas “históricas” ou “civilizadas” (Oliveira, 1999/1985: 20,21).

Apesar da primeira etnografia portuguesa ter adoptado um objectivo programático tão abrangente (em termos temáticos e geográficos) pode dizer-se que o legado global das memórias e saberes da vivência rural – quer as que são oriundas dos textos literários, do período romântico-liberal, quer as que constituem o património dos primeiros estudos etnográficos – revelam uma atenção privilegiada às realidades do Norte do país.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Segundo Ernesto Veiga de Oliveira (1999/1985: 20) a palavra “Folk-Lore” surge, pela primeira vez, numa carta publicada no jornal *Athenaeum*, que o antropólogo inglês Thoms assinou sob pseudónimo. “Folk-lore” - a “sabedoria do povo”, “pretendia significar os materiais até então designados pela expressão *antiquitatis vulgares* ou popular *antiquitis*”. Nos países de língua alemã, já se usava desde 1806 o termo “Volskunde”, para designar os mesmos materiais. Mas, além da literatura oral e da cultura espiritual, que melhor coincidiam com a noção de “Folk-lore”, o conceito de “Volskunde” abrangia também certas formas de cultura material, casas, alfaias e indústrias técnicas e tradicionais do meio rural.

<sup>5</sup> Na interpretação de Urbano Tavares Rodrigues (s/d: 7), “o Alentejo é das províncias de Portugal aquela que na nossa literatura aparece como figura sobressalente e decisiva”. De facto, na *Antologia da terra portuguesa* reunida por aquele autor encontramos uma importante galeria de escritores que se inspiraram no Alentejo. No entanto, como salienta Vitorino Nemésio (num artigo do *Diário Popular* transcrito na já referida antologia), “Até ao século XIX, as manifestações literárias do Alentejo são mínimas”. Bernardim Ribeiro (1482-1552) foi o primeiro a dar “voz” aos sentimentos da província, (idem: 111), mas não teve “continuadores imediatos” (idem: 113); ao Alentejo, “Nem o romantismo lhe dá personalidade literária” (ibidem). Os primeiros interpretes da região, encontra-os Vitorino Nemésio, principalmente, nas figuras de Fialho de Almeida (1857-1911), Brito Camacho (1862-1934) e Manuel Ribeiro (1878-1941). Seria um pouco mais tarde que o “Alentejo, com os seus agudos problemas sociais – a propriedade indivisa, as crises de trabalho e as fomes periódicas, a tensão entre classes, o nascimento na população agrícola de um espírito proletário que outras províncias praticamente ignoravam, [ofereceria] aos escritores neo-realistas um campo excelente de investigação

Por ocasião da sua fundação, em 1899, a revista *Tradição*, editada em Serpa, assinalava precisamente esse desfasamento: “apesar de quanto se tem efectuado neste último quartel de século, as manifestações mentais do nosso povo oferecem ainda longuíssimo campo a explorar; principalmente na província do Alentejo [...]. Sob o ponto de vista físico, então, pode afoitamente asseverar-se que quase nada tem sido investigado e descrito: - nem a organização e processos consuetudinários das diversas indústrias, tais como a agricultura, a cerâmica, a fiação, a cutelaria, etc.; nem as habitações, mobiliários e utensílios das classes populares; nem sequer os variadíssimos trajes, tão originais e característicos, tão pitorescos e evocativos do operariado dos campos” (Silva, Augusto Santos, *ibidem*, citando o primeiro número da revista, publicado em 1899).

Como contributo para o conhecimento das tradições, usos e costumes populares do Alentejo - além no núcleo de investigação em torno da revista supra-citada - há a mencionar o impulso surgido a partir da região de Elvas, para o que contribuiria decisivamente o jornal *O Elvense*. A título de exemplo, refira-se que o já mencionado texto de Silva Picão, *Através dos campos. Usos e Costumes agrícola-alentejanos* (1983/1903) teve uma primeira versão na modalidade de artigos publicados naquele jornal, desde 1891.

Com a entrada no século XX, e a afirmação da antropologia em Portugal, pela mão de Jorge Dias de Deus, o mundo rural continuou a ser temática de estudo privilegiado, muito centrada embora nas relações comunitárias das aldeias do Norte.

---

e laboração romanesca” (Urbano Tavares Rodrigues, *idem*: 21). Entre esses romancistas contam-se Manuel da Fonseca (1911- 1993), Carlos de Oliveira (1921-1981) e Fernando Namora (1919- 1989), entre outros. À margem do movimento neo-realista, mas também sem desatender à crítica de valores, podemos lembrar Urbano Tavares Rodrigues (n. 1926) e Vergílio Ferreira (1916-1996) entre os autores a cuja escrita o Alentejo inspirou. Na linha do neo-realismo, onde transparece a atenção dedicada “aos humilhados, aos ofendidos, aos explorados” (Santos, João Camilo, 2000: 267), também José Saramago (n. 1922) dedicou uma das suas primeiras narrativas mais conhecidas, *Levantado do Chão* (1998/1980), à vida no Alentejo.

Em outros domínios disciplinares, a situação não era muito diferente. Como recorda o então jovem agrónomo da Junta de Colonização Interna, Eugénio de Castro Caldas, “Nessa altura [1942] os padrões do nosso conhecimento campesino eram quase exclusivamente minhotos, dispendo quanto ao resto do mundo, de versões meramente literárias”. Com a sua primeira viagem ao Alentejo, mais precisamente ao Alandroal, o autor pôde verificar que “nenhuma descrição, nenhum relato se ajustava ao quadro real que, neste momento, surpreendemos para nunca mais esquecer” (Caldas, Eugénio de Castro, 1996: 30).

Nos anos 70 era ainda comum para o discurso político afirmar que os “caseiros agrícolas”<sup>6</sup> do Minho representam “os verdadeiros trabalhadores rurais” (*Diário de Notícias*, 5/2/70 – deputado, discursando na Assembleia Nacional).

Alguns membros das classes de notáveis do Minho não deixavam de ampliar o valor simbólico daquela representação: “O nosso povo vive na confiança que gera o progresso, na paz que cria a promoção social e económica. Trabalha, reza, diverte-se, criando os seus filhos no amor do trabalho, na dedicação à Pátria, no respeito a Deus” (*Diário de Notícias*, 24/6/70 – presidente do Município de Famalicão).

Não resistimos ainda a reproduzir o que representava o “minhoto” para outros notáveis, mais ancestrais, como o Visconde Vilarinho de S. Romão. Nada mais nada menos do que “o melhor habitante de País, pela sua doçura, jovialidade, frugalidade e valentia, a ele devendo os seus êxitos as revoluções

---

<sup>6</sup> O significado e o estatuto de “caseiro” adquire alguma variabilidade regional, sendo que no Norte, na acepção de Descamps, expressa fundamentalmente a situação de arrendamento da terra tacitamente renovada enquanto uma das partes não romper o acordo. Na prática, refere ainda Descamps, é raro que o contrato cesse com a morte do caseiro, transitando o mesmo para um dos filhos deste, a não ser que o proprietário não lhe reconheça as necessárias capacidades de trabalho e de sobriedade. Em certos municípios, vigora o pagamento fixo dos produtos retirados da terra; noutros, proprietários e caseiro partilham o que se extrair da terra. Nalguns casos, o caseiro possui pequenas propriedades fragmentadas, que partilha após a sua morte (Descamps, 1935: 10).

nacionais, e os partidos sua força à atitude da população do Norte” (Citado por Caldas, 1995: 30).

Aos contrastes entre o Norte e o Sul foram também sensíveis os investigadores estrangeiros que estudaram Portugal na primeira metade do século XX. Paul Descamps (1935) avaliou a “energia moral do povo” através de monografias comparativas de diferentes regiões do país. O povo do Minho define-se, segundo o autor, por ser respeitoso das autoridades sociais e das classes superiores. É também humilde, submisso, dependente, pacífico, religioso, hospitaleiro e alegre (idem: 88). “Mais ao sul [leia-se no Alentejo] as pessoas têm tendência para se abandonarem às tristezas do destino. No sul, acrescenta, mesmo quando cantam “a melodia é triste e monótona” (idem: 199).

No Alentejo, em geral, o povo também é “respeitoso das coisas e da propriedade”; caracteriza-se pelo “porte nobre e gestos largos”, por “ser reservado e pouco entusiasta”, “melancólico” e “pouco dado às práticas do culto religioso” (Descamps, idem: 193,199).

Noutras regiões, como Trás-os-Montes, “Apesar de existirem diferentes categorias de proprietários (*canabeiros, médios proprietários e ricos*), o espírito de classe está pouco desenvolvido, graças à simplicidade da vida de todos” (idem:4). No Alentejo, Descamps encontra uma realidade muito contrastante. Mesmo admitindo não “compreender completamente todas as regras” da complexa relação de classes, o autor esforça-se por distinguir diferentes traços de carácter e de comportamento segundo as categorias sociais em presença (idem: 182-212).

O operário agrícola é então, fundamentalmente: orgulhoso/ desdenha de trabalhos julgados inferiores/ iletrado/ não pratica o culto/ não poupa/ vive o dia-a-dia.

Comparando os operários alentejanos como os semi-proletários originários das Beiras, que periodicamente buscavam trabalho no Alentejo, Descamps caracteriza estes últimos como mais religiosos/mais humildes, mais poupados do que os primeiros.

Quanto às classes superiores do Alentejo (proprietários e fazendeiros) afastam-se muito dos operários: economizam, às vezes são avaros, respeitam a autoridade paterna e são mais assíduos ao culto religioso. Entre as classes superiores, Descamps encontra porém nítidas diferenças (de comportamento e de estatuto social) entre os que habitam as aldeias, vilas ou montes e os que habitam as cidades: os últimos, mais ricos, são também mais instruídos e mais aristocratas<sup>7</sup>; os primeiros conservam uma vida camponesa.

Entre os seareiros, o autor encontra maior propensão à poupança/ praticam a entre-ajuda/ respeitam a autoridade paterna/ aderem ao culto em ocasiões especiais (Natal e Páscoa). Quanto aos *feitores* são, por um lado, “simples operários”; mas, noutro sentido, aproximam-se dos proprietários pela “confiança” que inspiram àqueles e pela “formação prática” que têm no “comando dos homens”. Por fim, os *pastores* são “solitários” e “regrados”, têm um trabalho “pouco cansativo”, que lhes liberta tempo para a “meditação” e a “composição de poesias” (Descamps, *idem*: 182- 212).

Numa espécie de balanço para a acção futura, Descamps (*idem*: 90) julga ter apresentado dados suficientes em relação à riqueza do folclore do Minho para exprimir o desejo de que tudo venha a ser feito para conhecer essa mesma riqueza, antes que desapareça. Formula igual desejo para as outras províncias, mas aqui volta a asseverar que, no entanto, o “Minho apresenta numerosas particularidades”.

---

<sup>7</sup> A Descamps parece causar um certo espanto não encontrar no Alentejo aquilo que é comum na Inglaterra: o grande proprietário a viver isoladamente, nas casas apalaçadas, erguidas nos seus extensos domínios, sem dirigirem directamente os trabalhos agrícolas, mas comandando a população a partir de outro tipo de relações. No Alentejo, em contrapartida, os proprietários que têm um certo nível de vida preferem investir na cidade (Descamps, 1935: 187). E acrescentamos nós, preferem extrapolar o seu prestígio para lá da região, incentivando boas relações com a alta finança e o aparelho de Estado, pois em momentos de dificuldade (heranças, expansão dos domínios, aumento da casa agrícola, etc.), quando “não havia dinheiro, porém havia recursos, havia relações, havia amigos”, conforme explica Parreira Cortez, no registo das memórias que escreveu para os seus filhos, cujos textos foram seleccionados e comentados por AAVV (1982:123).

Enfim, as representações dominantes sobre Portugal de modo algum ignoravam a existência de diferentes geografias rurais. Para o Estado Novo, a imagem de Portugal que se contava às crianças e se lembrava aos adultos, era a de “uma só nação”, onde coexistiam diferentes províncias, com diferentes gentes e costumes (Almeida, Miguel Vale, 1991). Mas, o paradigma da ruralidade tinha como principal representante os camponeses do Norte, o grupo social que tradicionalmente melhor condensava as propriedades (os saberes e as virtudes) da vida rural e melhor simbolizava a identidade nacional. Em contrapartida, os proletários rurais dos campos do Sul conservaram no imaginário social um estatuto de alteridade, isto é, uma espécie de outros rurais negligenciados.

As tendências da pesquisa sociológica sobre o espaço rural português, elas próprias inspiradas naquilo que foram os modelos de análise dominantes nos anos 70, em especial os que se produziram ou irradiaram a partir de França, contribuíram, também, para que a especificidade das sociedades camponesas nortenhas adquirissem maior visibilidade nas problemáticas rurais.

O clima intelectual da época e as urgências sociais do momento conjugaram-se para que, sob a égide da renovação do pensamento marxista, se repensasse a sobrevivência do campesinato que, na apreciação da teoria clássica, estaria inevitavelmente condenado ao desaparecimento ou à transição para o modelo capitalista (Cordovil, 1993). Sob aquela influência, em Portugal, as problemáticas e as preocupações centrais da pesquisa incorporaram aquilo que nas sociedades mais avançadas da Europa constituíam questões cruciais: a natureza das transformações da agricultura (ao nível dos processos de trabalho, integração no mercado, etc.) e as modalidades de articulação da economia e sociedade camponesa com a sociedade global (constitui disso exemplo o trabalho de Freitas *et al.* 1976).

A eleição do campesinato como grupo central de análise (como “classe objecto”, na acepção de Bourdieu: 1977) e a problematização das modalidades de resistência/articulação da pequena agricultura familiar à sociedade global, conduziram os estudos na direcção dos espaços geográficos em que tais

especificidades rurais se manifestavam mais exemplarmente. Se em consequência se “sofisticou o património teórico-metodológico tendente à captação dos espaços rurais em que tais fenómenos se impunham, também [se reproduziram], *pour cause*, algumas invisibilidades sobre outras dinâmicas presentes no espaço rural” (Reis, Manuela e Lima, Aida Valadas, 1998: 341). Comparativamente, o acervo de conhecimentos que entretanto se foi reunindo é sem dúvida mais limitado no que concerne os assalariados agrícolas e os aspectos socioeconómicos do sistema de latifúndio, que imprimiu notáveis especificidades no espaço rural e na dinâmica regional a Sul do Tejo, assim como noutras zonas da Europa meridional.

Mais recentemente, a sociologia rural vem alargando o seu repertório teórico a outras problemáticas, mais atentas à diversidade das dinâmicas rurais e, integrando na reflexão as funções ambientais. Ao mesmo tempo, repensa-se o tipo de complementaridades entre o rural e o urbano, em moldes que abandonam as velhas dicotomias e permitem pensar o rural como lugar de interferências várias e como espaço para onde convergem estratégias espaciais inovadoras.

A reflexão em torno das funções ambientais do rural, articula-se fortemente com a noção patrimonial (Dubost e Lizet, 1995:240), uma vez que não está em causa apenas a protecção e a conservação do meio, mas também a eleição e respectiva gestão social de um potencial que se pretende transmitir nas suas componentes culturais, arquitectónicas e paisagísticas.

Faz parte dos nossos objectivos testar em que medida estas novas sensibilidades podem ser inscritas na recente (re)valorização do rural alentejano, que toca, em particular, a qualidade das suas paisagens e coloca a região num quadro de atractividade, em especial na vertente turística, que lhe era totalmente alheia, como procuraremos ilustrar no capítulo que se segue.

## 2. Património e simbólica da paisagem – aspectos da construção social dos sítios de “interesse”

A noção patrimonial do rural, em algumas das suas dimensões, não é totalmente nova em Portugal. Estava implícita quando nos referimos, muito superficialmente, ao programa da geração romântica.

Durante o Estado Novo, o património, adquire uma imbricação especial com os objectivos do regime. Como sublinha Acciaiuoli (1998: 11) Salazar vinculou a sua autoria a uma trama reconstrutiva que se estendia sobre o território nacional: “reparações integrais em monumentos [...] e a instituição das celebrações (com romagens a lugares históricos) uniram-se à recuperação económica e financeira numa mesma vontade de reposição lata, sob a qual ele confiava erigir o seu sistema político”.

O interesse pelo património justificava-se pela dupla vertente: fazer face à degradação efectiva em que se encontrava o património, e explorar a promitente possibilidade da sua recuperação ajudar a “sedimentar uma memória colectiva”, sob uma vaga de fundo patriótica, retomando para o presente o heroísmo de épocas históricas consonantes com os princípios do regime (Acciaiuoli, *ibidem*).

Nesses processos de “reivenção da memória nacional” (Almeida, Miguel Vale, 1991: 259, 260) podemos inscrever o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal (1938). Monsanto foi a aldeia eleita, à luz dos critérios definidos: o folclore; o arcaísmo (da arquitectura, artefactos e instituições); o castelo representativo da bravura com que foi defendido; o vigor da fé católica; e a tão valorizada harmonia no relacionamento entre ricos e pobres.

Por volta dos anos 70, o regime de Salazar empreende novo impulso no domínio do património. O então Ministério das Obras públicas pretendeu proceder ao registo de “todos os imóveis de interesse histórico ou artístico”, “existentes não só em zonas urbanas mas – sobretudo – em zonas rurais, que possam constituir valores, maiores ou menores, do património regional”. Identificados os objectos de interesse, fizeram-se estudos abrangendo “igrejas,

capelas, pelourinhos, casas de habitação antigas, fontes, árvores” e aspectos da “cultura da região em que se insere cada um desses aglomerados”(Diário do Alentejo, 28/1/70 – jornalista).

Os resultados concretos ficar-se-iam muito aquém dos objectivos definidos, o que não será surpreendente se atendermos a que dificilmente o Estado teria então os recursos humanos necessários, quer em quantidade quer nas qualificações requeridas por uma tal tarefa. Para citar apenas um exemplo, o património religioso do Alentejo só foi inventariado em meados dos anos 80. O que, inclusivamente veio desfazer a “impressão generalizada de que [Beja] era uma diocese muito pobre, sem nada...” (*Expresso, revista*, 24/3/2001 – director do Departamento do Património Histórico e Artístico de Beja)<sup>8</sup>.

A promoção e a valorização do património a que se fez referência para 1970<sup>9</sup>, visava não apenas os “elementos de interesse cultural, mas igualmente a

---

<sup>8</sup> Segundo o mesmo responsável, a exposição “Entre o Céu e a terra”, apresentada em Lisboa, assume a “ruptura com outro preconceito: o de que o Baixo Alentejo viveu secularmente numa espécie de neopaganismo”. Em traços sucintos, explica porém que o conceito de cristianismo é diferente na região, “o divino manifesta-se em cada coisa: nas pedras, na vegetação, na água, nas nuvens ... É uma presença que se sente na atmosfera” (*Expresso*, 24/3/2001).

<sup>9</sup> O ano de 1970 foi consagrado pelo Conselho da Europa à Conservação da Natureza, temática a que o *Diário de Notícias* conferiu realce. O impulso de inventariação do património que se refere acima, abrangendo sobretudo “zonas rurais” não parece, de modo algum, estar associado ao debate sobre a conservação da natureza que o Conselho da Europa colocou em agenda e que em Portugal também não passou despercebido, especialmente em certos meios, como o dos engenheiros agrónomos e dos arquitectos paisagistas. Em concreto, nada de muito expressivo resultou em matéria de acção. Segundo Soromenho Marques “o processo de institucionalização da política de ambiente no nosso país originou-se, apenas, a partir do desafio representado pelo convite do secretário-geral da ONU para que Portugal participasse na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, que teriam lugar em Junho de 1972, em Estocolmo. Com efeito, embora alguma referência a questões ambientais estivesse presente no III Plano de Fomento (1968-73), o primeiro órgão governamental dedicado à coordenação dos problemas ambientais só seria criado na sequência da recepção pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Março de 1969, da Nota do secretário-geral da ONU dando conta da resolução 2398, aprovada na 23ª sessão da Assembleia Geral, que dera início ao processo que conduziria até Estocolmo”. Mais, para Soromenho Marques cai por terra a ideia, por vezes generalizada, de que o período da ditadura de Marcelo e Caetano teria sido uma fase “idílica” em matéria de ambiente, conhecido que é o cariz ruralista do regime e a sua aversão a projectos desenvolvimentistas, quase

sua transformação em motivos de interesse turístico, sugerindo que se acuda, com obras de conservação a todos os valores que se encontram quase perdidos ou abandonados” (*Diário do Alentejo*, 28/1/70 - jornalista).

Na rubrica *Portugal em todos os quadrantes*, que o *Diário de Notícias* publicava diariamente, em 1970, encontramos exemplos dos sítios e das regiões que, à luz das representações de então, se afiguravam mais adequados à mostra turística da ruralidade portuguesa.

Da exposição que se segue, chamamos a atenção para o frequente uso da metáfora na caracterização dos lugares. O poder da representação metafórica reside na sua capacidade de nos propor associações, fazendo emergir novas relações de sentido. Como sublinha Meunier (1995), a frequência com que os *media* recorrem à metáfora faz parte dos dispositivos que contribuem para moldar a nossa visão do mundo.

Monsanto, a “aldeia mais portuguesa de Portugal” não podia deixar de ocupar o primeiro plano da ruralidade portuguesa que mais se publicitava para as imagens turísticas: “Diz-se que fazer turismo é contactar com pessoas diferentes, outros costumes e novas paisagens. Tudo isto Monsanto oferece a visitantes nacionais e estrangeiros, satisfazendo a curiosidade de todos, desde os mais modestos aos mais exigentes” (*Diário de Notícias*, 15/4/70 – jornalista). A ideia que se veicula é a de uma aldeia repleta de significado histórico, é o convite a uma viagem no tempo. “A cada passo, motivos novos de muito interesse”, tudo se transforma num “desfolhar de coisas de antanho, nunca mais findo” (*Diário de Notícias*, 9/12/70 – jornalista).

---

sempre redundando em prejuízos ambientais. A este ideia contrapõe Soromenho Marques que “a quase totalidade dos problemas de desordenamento do território e de agressão ambiental tiveram a sua génese sob a ditadura salazarista”. Os exemplos a que alude são as sucessivas campanhas do trigo, com consequências na desertificação dos solos; a monofloresta de pinheiros e eucaliptos, que desequilibraram a floresta e a tornaram vulnerável aos incêndios; a urbanização desenfreada, inclusivamente em zonas de várzea, que levariam à catástrofe das cheias de 1967; e foi também antes da instauração da democracia que começou “o avassalador assalto ao litoral algarvio” (*Expresso*, 9/4/94 – presidente da Quercus, Soromenho Marques).

Essas condições prescrevem moldes de funcionamento diferentes dos que informam a hotelaria convencional, aproximando-se mais das actuais modalidades de turismo em espaço rural.

O exemplo mencionado recomenda prudência quanto ao aparente desinteresse pelo património da região. Mas, efectivamente, a possibilidade desse património constituir um recurso mobilizável para objectivos de desenvolvimento e de mudança – como é o caso hoje em dia - se não era exactamente uma quimera, era pelo menos improvável, como se depreende destas palavras: “*Se pudéssemos fazer render o que a natureza nos oferece ou que as gerações passadas nos legaram estaria descoberto o melhor negócio do mundo. Mas não é assim, temos que continuar com o nosso esforço*” (*Diário do Alentejo*, 4/1/70 – jornalista, sublinhado nosso).

Com base no que fomos adiantando, pelo menos até à década de 70, a possibilidade dos sítios do Alentejo angariarem reputação como locais de interesse para serem visitados e fruídos era uma ideia que não estava, de modo algum, instituída.

Ao longo de todo o ano de 1970, o *Diário de Notícias*, só se refere à criação previsível de um projecto turístico na região, mas que nada tem a ver com o espaço rural. Trata-se do projecto de Tróia, que a imprensa qualifica como “*futura cidade turística, de envergadura internacional*” (*Diário de Notícias*, 13/5/70 - jornalista).

A terminar, quase poderíamos dizer que o uso recreativo do rural alentejano conheceu um retrocesso. Para as elites proprietárias do século XIX – que tinham a sua residência principal na capital do distrito, ou em Lisboa – constituía um atributo frequente o “*disponer de uma segunda habitação instalada na herdade- centro da lavoura de que eram proprietárias*” (Fonseca, 1996: 201). No início do século XX, as águas termais e os destinos de praia, mais de acordo com o moda do início do século, e instituídas como locais de encontro obrigatório das esferas mais influentes do país, vieram substituir as retiradas temporárias para o campo. Com a ida para o campo, não se abdicava

No imaginário social, o Alentejo resumia-se à planície e às suas searas de trigo. As praias eram “quase desconhecidas, apesar de tão ricas em iodo e se integrarem em paisagens maravilhosas, a que não faltam os pinhais” (*Diário do Alentejo*, 25/2/70 – jornalista).

As praias mais conhecidas, como a de Porto Côvo, “pequena aldeia pendurada em falésias”, também não suscitavam grande interesse, a não ser para a “gente humilde” que a frequentava. Nos campos em redor, “há trigo e cevada semeada e é tudo verde, uma largura de verdes que as flores de uma espécie raríssima de tojo salpicam de amarelo”. “E quem siga para Porto Côvo com pouco mais pode contar senão com o verde dos campos e com a grandiosidade turquesa do mar” (*Diário de Notícias*, 17/5/70 – jornalista).

Quase que paradoxalmente, a primeira “Pousada Regional” criada por iniciativa de António Ferro – ministro da Informação e Propaganda do Estado Novo – foi precisamente a de Santa Luzia, em Elvas .

A emergência destas unidades turísticas integraram-se na preparação para a Grande Exposição Histórica do Mundo Português (1940), para a qual haveria que criar as condições necessárias ao acolhimento dos visitantes. Ora, na hierquização das acções a desenvolver, para preparar o acontecimento, estabeleciam-se como prioritários os “cuidados com o aspecto que deveria ter a entrada no país e na capital”. Entre a extensa lista de afazeres, (novas infraestruturas , embelezamento e limpeza) constava o “melhoramento das estações fronteiriças” e “o estabelecimento de pousadas em alguns recantos provincianos” (nota oficiosa da Presidência do Conselho, in *Diário de Notícias*, 27/3/38, citada por Acciaiuoli, 1998 : 109).

Assim, não terá sido apenas, nem sobretudo, o encanto turístico de Elvas que motivou a instalação da pousada, mas a sua localização privilegiada como uma das principais portas de entrada no país.

A filosofia das pousadas, obrigava, no entanto, à sua localização em regiões interessantes do ponto de vista histórico ou paisagístico. Destinavam-se a “alojar os viajantes e fornecer-lhes alimentação no respeito do estilo e das tradições de cada região” (António Ferro, citado in *Vida Rural*, 20/1993: 18).

não se fala de outras companhias geográficas do outro lado da fronteira, faz pensar que uma seiva nova terá de despertar essas terras para um destino capaz de lhes dar vida, força e progresso” (*Diário de Notícias*, 30/9/70 - jornalista).

O turismo, entendido como modalidade de progresso que o jornal menciona a propósito de outras regiões do interior, não é sequer aflorado, donde não será essa a “seiva” que o jornalista tem em mente.

Talvez não seja propriamente o desprovimento em belezas naturais que falta no Sul. Embora muito menos numerosos, também encontramos exemplos de terras alentejanas em que “as casas envoltas em verdura lembram um oásis na charneca alentejana”. Como é o caso de em Santiago do Cacém. Descrita como “Vila bonita, fresca e repousante, toda guardada em seu estojo de veludo verde, pois verdes são as copas das árvores em que se escondem as casas, cercadas de jardins[...]não há quem não se emocione contemplando-a pela primeira vez. Serve-lhe de coroa o antigo castelo, traçado em paralelogramo e defendido por nove torres” (*Diário de Notícias*, 5/2/70 – jornalista). Mas, nem neste caso, se alude ao interesse turístico da terra.

Na imprensa regional transparecia uma crítica velada ao facto de a região ficar “num plano inferior ao actual momento turístico”, que se promovia através do *slogan* *Ver Portugal de lés a lés*. A marginalização face às rotas turísticas não poupava sequer Beja, a “Rainha da Planície”, assim classificada “pelo seu passado histórico, que mergulha na noite dos séculos” e pela “localização sombreira a um vasto território, onde se desenvolve a mais extensa cultura trigueira do país” (*Diário do Alentejo*, 20/1/70 - jornalista).

Numa altura em que os destinos turísticos de sol e praia beneficiavam largamente dos favores da moda - e o observador mais atento poderia já prever os excessos de aproveitamento das zonas litorais – a costa alentejana permanecia pouco ou nada atraente. No passado, talvez porque o emaranhado das serras de Grândola e do Cercal lhe travassem o acesso, o litoral alentejano não constituía, sequer, zona de atravessamento importante. Os percursos para Sul faziam-se, em “viés”, pelo interior, percorrendo os caminhos que ligam Alcácer a Mértola, via Beja (Daveau, 1995: 104).

Outras aldeias e vilas, como Alpedrinha – a “sintra da Beira”-apresentam-se como “lugar privilegiado de turismo”. Fazer turismo “em Alpedrinha e nos seus arredores é encontrar a tradicional hospitalidade beirão, numa natureza bela e a que o homem acrescentou a sua conquista do conforto” (*Diário de Notícias*, 27/5/70 - jornalista).

O mesmo se diz sobre a Bacia hidrográfica do Tejo, que pela “monumentalidade que oferece” e os “aspectos típicos e rústicos muito positivos” merece ser “apreciado por turistas nacionais e estrangeiros” (*Diário de Notícias*, 20/6/70 – secretário da informação e turismo).

Entre muitos outros exemplos, que não reproduzimos, para não exagerar a monotonia, “As termas do Gerês e a região da Albufeira”, são mais “Uma nesga Suíça no Minho”, para onde se prevê a “modernização turística” (*Diário de Notícias*, 30/9/70 – jornalista), o que também acontece noutros “cantinhos aprazíveis, carregados de história” (*Diário de Notícias* – 17/6/70 – jornalista).

O contraste com o Alentejo não se faz apenas com o Norte. O Algarve marca também a sua diferença face à “agreste planície alentejana” que, uma vez percorrida, nos leva a entrar “num cenário de extraordinária beleza, de uma riqueza vegetativa de tal forma exuberante que nos julgamos transportados para um verdadeiro oásis, à medida que a estrada serpenteando pelas encostas da serra, nos aproxima da vila de Monchique” (*Diário de Notícias*, 14/1/70 – jornalista).

Salir - “morena e moirisca” -, assim como Alte, constituem outros exemplos de “deslumbramento paisagístico” que convidam o observador a percorrer “uma sequência de lances de uma beleza prodigiosa”, para beneficiar da “excelência do seu clima e altitude”, para fins terapêuticos ou pelo “simple prazer de veranejar” (*Diário de Notícias*, 18/3/70 – jornalista).

Quando chegamos ao Alentejo, ainda guiados pela rubrica *Portugal em Todos os Quadrantes*, as localidades são como que “Uma bela adormecida na charneca alentejana”. “As vilas e as cidades alentejanas [...] parecem moiras encantadas, tristes, solitárias, e mudas que adormecessem. Pelo menos na sua maior parte o contraste com o progresso de outras cidades e vilas do país, já

dos “actos mundanos” que decorriam nas casas rurais das famílias mais abastadas e que os jornais da época noticiavam abundantemente. A mudança dos hábitos seria alvo de críticas corrosivas, pelo facto de serem interpretadas como “falta de amor, de cultura, de gosto, de tradição” (Fonseca, 1996: 217, 218, 219).

Não podemos assimilar o hábito destas retiradas para o campo, que se generalizou nas famílias ricas da Europa oitocentista, à actual emergência da procura de paisagens rurais.

Mas, no passado como hoje, a eleição de sítios campestres como lugares atraentes, nada tem de “natural”. É algo que se constrói socialmente e depende daquilo a que Urry (1995: 213) chama o desenvolvimento do “desejo cultural” por certos tipos de paisagem.

Por força de diferentes dispositivos que se colocam em acção, paisagens anteriormente repulsivas podem perfeitamente tornar-se sítios de eleição e vice-versa. Na interpretação de Urry (1995), como de Short (1991), os actores particularmente bem dotados de recursos simbólicos estão em condições privilegiadas para estabelecer os padrões de apreciação estética e de consumo paisagístico.

De facto, a noção de paisagem remete-nos pelo menos a dois níveis de realidade. Por um lado, a noção sugere uma realidade “objectiva” – uma extensão de espaço que se nos oferece ao olhar. Por outro lado, somos levados a ver na paisagem uma realidade simultaneamente “subjectiva”, na medida em que ela se constitui, como tal, pelo olhar que sobre ela incide (G. Lenclud: 1995: 4).

Estes olhares não são, por sua vez, nem homogéneos, nem imutáveis. O que o observador vê depende de conhecimentos anteriores e “do seu poder de dedução e imaginação” (Adam, 1997:175). A paisagem que é de uns, não será pois exactamente a paisagem de outros, como têm mostrado os trabalhos de Luginbuhl (1989; 1996 Cadiou e Luginbuhl, 1995). O que não implica a inexistência de dialéctica, bem como a reapreciação de atributos que a um

tempo podem ter sido invisíveis e noutro momento se transformam em prazer estético.

Ao analisarem os modelos paisagísticos na Normandia, Cadiou e Luginbuhl (1995: 29) verificam que para os agricultores mais entrosados com o exterior, o espaço rural adquiriu um valor de paisagem que antes não possuía. O olhar que veio de fora – dos viajantes e dos novos residentes – auxiliou essa recomposição. Como explica aos investigadores um dos entrevistados: “efectivamente os pomares constituem uma bela paisagem, uma vez que as pessoas os apreciam”<sup>10</sup>.

Como lembra M. Marié (1996), invocando Mircía Eliade, a relação das pessoas com o seu território não é apenas um jogo a dois. É um jogo pelo menos a três: o indígena, o seu território e o olhar do estrangeiro.

Os textos – científicos, literários ou jornalísticos - sobre as diferentes geografias e respectivas paisagens fazem parte de um “processo de criação e inscrição de sentido relativamente a espaços e a lugares” (Cosgrove e Domosh, 1993: 27). Espaços e lugares que, para se tornarem sítios atraentes, precisam de ser “preenchidos: sociologicamente, temporalizadamente, e temos que acrescentar, fantasiadamente” (Duncan, 1993: 43). Isto é, a construção desses objectos representacionais associa-se à forma como são “colonizados” social e temporalmente, como sítios de desejo, de poder ou de fraqueza (Duncan, *ibidem*).

Quanto ao Alentejo em geral, o que mais tem sobressaído são os seus sinais de fraqueza, que começam logo na dificuldade histórica em manter os efectivos demográficos da região e se prolongam nas tendências de marginalização, com especial realce para a agricultura e os grupos sociais dela dependentes (Pinto-Correia, 1993: 212). Se bem que essa imagem não tenha

---

<sup>10</sup> Num outro trabalho que realizámos no Alentejo, a inquirição da população agrícola residente nos montes isolados revelou de um modo geral que o espaço agrícola não era percebido como paisagem, isto é, não se concebia que os elementos ligados à sua vida de todos os dias tivesse interesse para ser apreciado por terceiros, independentemente do tipo de ligação que os próprios manifestam em relação ao lugar e do prazer com que se referiam e mostravam o arranjo da terra (Romão: 1995).

sido erradicada – até porque a realidade que a suporta lhe continua a assegurar pertinência – novas projecções de sentido, que se prendem com vagas de fundo nas prioridades e nas sensibilidades políticas e sociais do momento, vêm estimulando outras visibilidades.

Na fase actual do Alentejo quase poderíamos falar, como Manuel da Fonseca, do *fogo e as Cinzas*. Como explica o autor, “na ordem inversa das palavras” o enunciado pode não ser mau, “se aceitarmos que das cinzas pode renascer o fogo, para o caso, uma nova Fénix”. Algo de semelhante poderíamos dizer sobre o que está a acontecer com o Alentejo: o renascimento do interesse por um espaço que tradicionalmente permaneceu nas margens da invisibilidade social, que em muitos aspectos foi (e continua) social e politicamente preterido.

### **3. A noção patrimonial na (re)invenção do rural alentejano – a sua inscrição numa vaga de fundo**

Ao mesmo tempo que prevalecem as visões tradicionais sobre o Alentejo, outras vão entrando em cena. Nos discursos analisados sobressaem, com veemência, projecções simbólicas que remetem a uma noção alargada de património, integrando dimensões de ordem biofísica, cultural, arqueológica, histórica e monumental, sem esquecer ainda as memórias associadas a certos sítios, coisas ou espaços, tudo isto ligado às imensas possibilidades da sua fruição.

As iniciativas institucionais que visam a promoção territorial da região constituem, por agora, um primeiro exemplo. “Tesouro escondido de Portugal”, foi a designação escolhida pelas forças políticas regionais, para a exposição que trouxeram a Lisboa em 1992. Com esta se pretendia dar a conhecer os “diferentes aspectos duma região cujo riquíssimo património cultural, designadamente o património edificado, o artesanato, os usos e costumes tradicionais são os testemunhos duma história de séculos profundamente

marcada pelos contactos com outras culturas e civilizações que a tornaram o Tesouro Escondido de Portugal” (*Diário do Alentejo*, 10/1/92 – documento de apresentação da exposição).

Como se vê, o conceito de património que aqui se enuncia verifica um notável alargamento que o “inscreve”, muito para além da mera conservação ou reabilitação do edificado (Ferreira *et al.*, 2000: 37), numa lógica de “alastramento” que mais recentemente passa a integrar também as “paisagens naturais” (Reis, Manuela, 1999: 70).

Iniciativas de ordenamento territorial como por exemplo, a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, remetem-nos justamente às dimensões ambientais do valor patrimonial. No texto que institui aquele parque, justifica-se a sua criação pela “circunstância da identidade da paisagem desta zona se encontrar ameaçada pelo progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo”. A classificação da zona como Parque Natural, corresponde assim a um instrumento de gestão “por forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes”. O mesmo texto explicita que a “gestão dos recursos naturais e paisagísticos” aliada às “acções de salvaguarda do património histórico e tradicional da região” e à “promoção de uma arquitectura integrada na paisagem” se associa à “promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações” (*Diário do Alentejo*, 8/12/95 – citando o Diário da República).

Parafraseando Manuela Reis (1999: 79), as políticas culturais de conservação do património tendem a ser também políticas de ordenamento e de desenvolvimento. Citando Chastel, a autora sublinha o carácter activo da noção de património: “preservar significa ordenar, repovoar, animar”. A dimensão do património remete pois a uma multiplicidade de “sectores e actores sociais” que intervêm na sua definição (Reis, *ibidem*).

Relativamente à região que estudamos, tal perspectiva encontramos-a reproduzida, quer no discurso mediático em que intervêm vários actores, quer no discurso científico naturalmente mais especializado e dirigido a públicos mais restritos. Para dar um exemplo deste último campo discursivo, a

ruralidade define-se efectivamente como património, um património que na actualidade se perspectiva como factor de desenvolvimento: “a ruralidade, como património de uma comunidade e de um território, vista ao nível local, adquire a qualidade de recurso endógeno sobre o qual se deverão ensaiar os objectivos de desenvolvimento estratégico dessa comunidade e desse território (Figueira, 1999: 59).

Dir-se-ia pois que a linguagem do património se tornou contagiante, ampliando extraordinariamente o discurso da conservação. Quase não há autarcas, actores ligados a várias formas de desenvolvimento local, jornalistas, decisores políticos, etc. que não exaltem algum tipo de valores patrimoniais e não se afirmem como seus fervorosos defensores.

Na acepção de Candau (1998: 156,157), a evolução para a conceptualização moderna da noção de património revela a “ligação electiva a certos traços do passado e a reapropriação de heranças diversas dizendo respeito simultaneamente aos bens materiais e aos ideais, à cultura e ao natural”.

Como uma espécie de “extensão metafórica” (Candau, *ibidem*), o actual desejo de património parece revelador de uma certa incapacidade (ou rejeição) de nos contentarmos com aquilo que o espaço-tempo presente nos oferece.

Dito de outra forma, podemos considerar a actual sensibilidade ao património como reveladora de novos territórios sociais, investidos por agentes em busca de novas formas de se relacionar com o espaço e o tempo e de descobrir outras formas de participação social. É certamente neste óptica que Manuela Reis encontra (1999:90) na maior “conscencialização sobre a necessidade de salvaguarda do património [...] um veículo potencial de cidadania”.

Não restam grandes dúvidas de que a actual sensibilidade patrimonial parece concomitante com os processos de mudança acelerada que nos têm afastado de certas referências simbólicas, gerando uma espécie de receio

colectivo pela perda da memória e da identificação afectiva aos sítios, aos espaços e às coisas.<sup>11</sup>

Na dimensão do património ambiental, Jonas (citado por Ferry, 1993) evoca precisamente uma noção de heurística do medo, como algo ligado à responsabilidade que as gerações actuais deverão ter na salvaguarda dos recursos perenes, dada a grande probabilidade de aqueles já não estarem disponíveis para as futuras gerações.

O conjunto de mudanças verificadas no meio rural – um espaço que a sociedade se habituou a ver como quase imutável, o último reduto de práticas tradicionais – transportam conotações que muito se aproximam do sentimento de perda. Alguns autores encontram nessas mudanças, um facto social de notável importância.

Para Braudel (citado por Hureau, 1993) a profunda transformação do mundo rural francês, depois da última Guerra Mundial, constitui o acontecimento mais notável que lhe foi dado viver.

Mais longe vai o comentário de Mendras (1994), que não hesita em comparar o abalo vivido no mundo rural francês a uma segunda revolução francesa. “Morre a civilização camponesa” escreveu Mendras (idem: 40). “A França fica órfã desse *mundo que perdemos*” (Dosse, 1997: 272)<sup>12</sup>. A grande manifestação de 1991, sob o slogan *Pas de Pays sans paysans*, acolhida favoravelmente pela população parisiense exprimiu, na interpretação de

---

<sup>11</sup> Alguns autores, Giddens (1997/1994) e Beck (1995) têm-se referido àquelas questões. Para Giddens (idem), as velhas e universais garantias estão a desaparecer, ao mesmo tempo que cada forma de conhecimento precisa de se auto-justificar pela competição com outros saberes. Novos desafios à modernidade que, para Giddens, transportam as marcas de novas formas de inquietação e da “incerteza fabricada que nos remete para os riscos criados pelo próprio desenvolvimento” (idem:67). Beck (idem) acentua por sua vez a emergência da “sociedade de risco”, referindo-se à impossibilidade actual de calcular a extensão das consequências e danos da modernidade

<sup>12</sup> Dosse retoma o título de um trabalho de Peter Lasslet: *Un monde que nous avions perdu*.

(Hureaux, *idem*) a inquietação e o sentimento de perda partilhada por todas as categorias sociais do país<sup>13</sup>.

Em Portugal, um acontecimento recente que bem simboliza a noção de perda face ao mundo rural parece-nos ser a exposição, organizada em 1996 no Museu Nacional de Etnologia, sugestivamente intitulada *O Voo do Arado*. Aqui, “o arado é apresentado como um pássaro, porque a ideia é assinalar que o arado se separou da terra. Separou-se fisicamente, deixou de a trabalhar há muito tempo. Quando voa, por outro lado, povoa de outros modos o nosso imaginário, de efabular e de inventar aquilo que foram as nossas ligações com a terra” (*Público* 16/12/96 – director do museu de etnologia e responsável pela exposição, Joaquim Pais de Brito).

O “arado voador” poder-se-á entender como uma metáfora do fim da agricultura e do mundo rural: “Há um universo de práticas e de representações associadas a uma vida e sociedade rurais que desapareceram”, explica ainda o director do museu” (*ibidem*). Daí que a narrativa jornalística comece logo por anunciar que aquela “É uma exposição dramática porque por ela passa, a todo o momento, o fim de um ciclo – o da agricultura portuguesa” (*ibidem*- jornalista).

---

<sup>13</sup> O publicista René Pucheu tem outra interpretação da manifestação que levou os camponeses a Paris em 1991. A forte mediatização do acontecimento, quer pela televisão, quer pelos jornais, não implica que os camponeses tenham alcançado o seu propósito. A ronda pelas livrarias permitiu verificar, segundo Pucheu, que o destaque mediático não contaminou a agenda do debate público em sentido lato. Segundo ele, quando a “actualidade aquece”, as livrarias parisienses apressam-se a colocar em locais de maior visibilidade as publicações ligadas à “questão de que é questão no momento”. No caso da manifestação, as questões da agricultura, do rural etc. permaneceram no lugar cativo das secções especializadas, portanto afastadas do debate público. Por fim, conclui que a ida dos camponeses a Paris não mobilizou os guardiões da *intelligenstia*, que de resto estão longe de chorar a sua perda (crónica assinada por René Pucheu, reproduzida por Buchou, 1995: 169). Pucheu tem certamente em vista posições que alguns intelectuais têm assumido face a esta questão. Gauchet (1989), por exemplo, respondia com uma nova pergunta à sua própria interrogação “Faut-il pluerer les paysans?": “O homem livre não existe ainda a não ser no estado de amostras singulares; está para nascer como espécie. Com o ‘fim dos camponeses’ estará pelo menos em vias de morrer a espécie de homem irredutivelmente servil?”.

Os objectos de património expostos, mais do que conteúdos e aspectos funcionais foram fundamentalmente evocativos da memória. Mas, para isso, foi preciso deixar correr o tempo, criar-se a distância face aos objectos do quotidiano rural, para que agora passem a significar como traços do passado, que a sociedade actual transforma em documentos, senão mesmo em objectos de culto que nos interpelam na ligação à terra. Como explicou na altura Pais de Brito, se fosse há 20 anos a exposição não teria tanto interesse. Os potenciais visitantes estavam familiarizados com o tema da exposição. Não experimentaríamos o sentimento de perda que autoriza a viagem pelo imaginário da descoberta.

Se no caso precedente se tratou de uma exposição temporária, um pouco por todo o país se tem assistido à musealização das facetas da vida rural. Museus criados, ou apoiados, por tutelas dos ministérios ou pelas autarquias. Pequenos museus privados, apenas dependentes da perseverança dos seus mentores. Reconstruções da vida de outros tempos que, para alguns constitui uma modalidade encontrada para se manterem agarrados à vida. Assim o explica um agricultor que depois de reformado se tornou artesão. Assaltava-o a saudade sempre que passava um tractor, ou ouvia ao longe o manejar do gado. Dedicou-se à construção de miniaturas: “juntas de bois a charruar, camponeses a passear de cavalo, mulheres no monte a tratar dos animais, a amassar e a cozer o pão, um barco na faina, [...] medas de palha [...]”, fazem parte do universo que construiu para lidar com a nostalgia (*Diário do Alentejo*, 18/3/93).

No Alentejo encontram-se exemplos de todo o tipo.<sup>14</sup> Até em muitos restaurantes se pratica uma etnografia espontânea, com diversos artefactos a

---

<sup>14</sup> Segundo listagem da revista *Imenso Sul* (Maio de 1999) estavam em funcionamento no Alentejo um total de 18 museus, ou núcleos museográficos, com orientação temática para os vestígios da vida rural. O interesse pró-activo pelo património pode também aferir-se pelos dados reproduzidos por Manuela Reis (1999:91), a partir de informações do IPPAR- Delegação Regional do Sul, sediada em Évora. Naquela delegação estavam inscritas 45 associações culturais e grupos de defesa do património; até ao final de 1996 foram entregues naquela delegação 195 pedidos de classificação de sítios, monumentos ou conjuntos paisagísticos de interesse histórico-arqueológico ou monumental.

encenarem um *décor* rural. Ao mesmo tempo, os *menus* retomam as gastronomias mais tradicionais, tendência que também se comprova em restaurantes da moda na capital do país. Por todos esses exemplos perpassa a vontade de relembrar e de documentar modos de vida, técnicas, saberes (e sabores) que se foram perdendo e aqui e além vão sendo recuperados.

Em suma, se uma certa sensibilidade pelo património não é um dado novo na sociedade portuguesa, o que é seguramente novo é ideia de que esse património – que a sociedade constrói como coisa e como representação dela – constitui um valor em si, e um valor simultaneamente, a conservar e a usufruir colectivamente, pese embora a dificuldade prática (e ontológica) de tal concerto.

Novo é também o alargamento da noção a itens como os que se prendem com as paisagens. Paisagens que não são só natureza, mas que incluem o factor humano e os seus feitos ancestrais, deixados em testemunhos de pedra, como os moinhos de água, que ali e além se vão tornando ecomuseus e integram a rota de circuitos turísticos.

Consonante com o alargamento da noção verifica-se igualmente uma sensibilidade e um desejo de património que não se esgota nas preocupações das elites bem pensantes, se bem que, pelos lugares sociais que ocupam e pelos recursos simbólicos de que dispõem, sejam sobretudo elas a colocar o tema na ordem das preocupações sociais.

#### **4. Os campos do Sul- objecto de novas (e velhas) projecções simbólicas**

Na medida do que nos é possível avaliar a partir das questões tematizadas na imprensa, as projecções simbólicas sobre os campos do Sul ora são

culpabilizantes, ora promissoras de novas formas de pensar (e intervir) (n)uma realidade sob a qual impendem tradicionalmente numerosos *handicaps*.

Culpabilizantes no sentido em que a sociedade parece despertar para realidades que os imperativos da modernização legaram ao esquecimento, ajudando a criar um território “desertificado” não só do ponto de vista da ocupação humana, mas também “desertificado” de projectos políticos consequentes; e “desertificado” ainda pela “erosão” de algumas das suas memórias e dos seus símbolos: “O Alentejo desde cedo se orgulhou de ser o 'celeiro de Portugal'. A seara é o seu símbolo, a sua mística, o seu poder, a sua vaidade. Quando não há seara é como se não houvesse Alentejo, uma região com uma economia extremamente dependente da agricultura” (*Público* 22/6/92 – jornalista).

Não se trata aqui de avaliar nem os objectivos ideológicos<sup>15</sup>, nem as consequências de um verdadeiro ciclo vicioso aliado à opção pelo trigo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>Os “Mandamentos do cultivador do trigo”, mandados imprimir pela Junta Central da Campanha do Trigo (1929), além de instruções e procedimentos práticos, faziam um nítido apelo ao patriotismo, em particular nos art. 9 e 10: “Reflecte na obra patriótica realizada na Itália, que conseguiu aumentar a sua produção em 50% e não queiras ficar atrás da nossa irmã latina”, “não esqueças nunca que o trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende”.

<sup>16</sup>Nas tradicionais conversas em família que Marcelo Caetano dirigia habitualmente ao país, a de 1970, insistia na impraticabilidade técnica e económica de perpetuar o regime cerealífero nas condições de protecção a que o sector se havia acomodado: “Agora que as condições são outras e que até a própria realidade actual está a mostrar os inconvenientes de se ter perdido em todo o sector o espírito de luta que estimula, desentorpece e purifica, cada vez que o Governo, com todo o cuidado aliás, procura desmobilizar um pouco esse excessivo protecção, logo se levantam tremendas resistências e vivas objecções. [...] a verdade é que o pão no nosso país é produzido na base de um sistema de artificios económicos por via da intervenção do Estado. Desde a semente que é lançada à terra, que é seleccionada e fornecida ao agricultor em condições especiais, passando pelo preço do adubo, pela assistência para a aquisição de máquinas agrícolas, pela compra do cereal pelo preço garantido pela Federação Nacional dos Trigos, que alivia também os encargos de armazenamento, pelo regime de quotas da indústria de moagem, pelo tabelamento do preço das farinhas [...] tudo assenta na regulamentação, no subsídio, na protecção do Estado”. Em consequência do sistema, produz-se “trigo em terras inadequadas, de baixíssima produtividade e em que o cereal fica fatalmente mais caro do que no resto do mundo”. Por sua vez, as “unidades de moagem”, tendo “certas a matéria- prima com que

Transcrevemos aquela passagem do *Público* com o simples intuito de notar o quanto a “vocação cerealífera” do Alentejo alimentou duradouramente o imaginário face à região<sup>17</sup>. Sem que de facto tivessem surgido alternativas sólidas, a perda de importância da seara do Alentejo – que a imprensa vem vaticinando insistentemente, fazendo eco aliás de opiniões largamente maioritárias, mas não consensuais, dados os históricos interesses instituídos<sup>18</sup> –

---

laboram e as quantidades que todos os anos podem vender, não são forçadas a procurar mercados e a aperfeiçoar os processos de trabalho” (*Diário de Notícias*, 17/11/70 – Marcelo Caetano).

<sup>17</sup> O mito do “Alentejo, celeiro de Portugal” exemplarmente alimentado pela propaganda do Estado Novo alcançou tal permanência que chega a ser celebrado, inclusivamente, no “cante” de resistência alentejano. Ainda na actualidade, nos grupos de “cante” que se constituíram dentro e fora do Alentejo, ou no âmbito de sociabilidades onde o “cante” surge mais espontaneamente, as “searas de pão” são temas recorrentes.

<sup>18</sup> Em boa verdade, a opção pelo trigo como cultura dominante no Alentejo desde sempre se confrontou com resistências. Auscultando o que dizia um agricultor aos *Brados do Alentejo* (1/3/31) confirma-se que “Há 30 anos, antes da aplicação de adubos, havia terrenos incultos, mas hoje é o contrário. Chega-se até ao extremo de cultivar terrenos em que a cultura é anti-económica, como na Serra d’Ossa e nas charnecas de Vendas Novas, pois qualquer destes terrenos não poderá dar mais de três searas, a não ser com uma adubação que despenda uma verba superior ao rendimento”. Noutro artigo, também nos *Brados do Alentejo* (2/2/36) não havia dúvidas de que “nem só de trigo vive a economia do Alentejo”, pelo que “terão de alargar-se as vistas do cultivo, procurando coisas que o país exporte e essa exportação venha alimentar a economia nacional”.

Mas, o mais paradoxal são as dúvidas manifestadas nos escritos do próprio Salazar: “De modo que o nosso Portugal se encontra cultivando trigo – base absorvente da exploração agrícola especialmente no Sul – quando melhor conviriam outras culturas às condições dos meios. É um desvio cultural histórico, que há que relacionar com o modo de vida, o atraso económico em todas as suas manifestações, a forma de cultura, certos vícios fundamentais na constituição social do todo, ancestrais, dificilmente extirpáveis” (Salazar, 1916, citado por Casaca, 1987: 156). Noutra passagem continua: “De modo que este país de vinha e oliveira, das frutas magníficas e das flores preciosas, podendo oferecer nos mercados, com antecedência de bastantes dias, os produtos de maior procura e consumo, vive agarrado à miséria da sua cultura de cereais” (Salazar, 1916, citado por Casaca, *ididem*). Apesar de assim pensar, Salazar veio a dar todo o apoio à Campanha do Trigo de 1929, que teve como objectivo explícito o de promover o aumento da produção até às necessidades do consumo e, indirectamente, dignificar a agricultura como a mais nobre e mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor de prosperidade económica nacional (*Revista do CEE, INE*, 1946). As inúmeras incongruências em torno da questão do trigo levam alguns autores (País *et. al.* 1976: 418-422) a considerar que a solução do

não deixa de ser um acréscimo à ideia de “vazio”, de “ausência” de projecto social.

Em contrapartida, o vazio deixado pela agricultura – nas zonas de menor rentabilidade - parece constituir um elemento libertador para reinventar o território.

Ao mesmo tempo, e articulado ao facto de se tratar de um espaço pouco investido<sup>19</sup>, por isso mesmo relativamente bem conservado, os campos do Sul

---

Estado Novo respondia sobremaneira à poderosa grande lavoura do Sul, entre outros aspectos, favorecia a reconversão de terras antes submetidas a culturas cuja escoamento pela exportação estava bloqueado pela conjuntura de depressão mundial. Mas, para estes autores, no contexto da campanha do trigo, não é apenas da cerealicultura alentejana que se trata, antes se envolve toda formação social portuguesa da época. Sobretudo, na medida em que a intervenção estatal neste domínio se articula fortemente com a esfera industrial. Deste modo, se a indústria moageira é compelida a comprar trigo nacional ao preço estipulado (em vez do trigo exótico, bem mais barato), e dessa forma a agricultura se subtrai aos constrangimentos impostos pela moagem, por outro lado, acresce, e em muito, a sua dependência face à indústria química e adubeira e à indústria de construção de maquinaria agrícola. O “Comboio do trigo” - que percorreu o Alentejo e o Ribatejo fazendo divulgação agrícola e fazendo propaganda dos adubos da CUF e das máquinas agrícolas Duarte Ferreira – constitui um bom exemplo de uma aliança vantajosa entre a grande agricultura cerealífera e algumas fracções da burguesia industrial, razão pela qual os autores supracitados entendem não dever analisar a campanha do trigo numa perspectiva exclusivamente ruralista. Para uma outra leitura desta questão, ver Casaca (1987).

<sup>19</sup> A ideia de território pouco investido arrisca-se a não ser mais que uma ideia de superfície, de uma ideia à primeira vista. Mais apropriadamente deveríamos antes falar de território expectante. No lapso de tempo em que procedemos à observação sistemática da imprensa e que, recordamos, cobre um período de difícil adaptação da agricultura às novas regras da política económica, foram frequentes os exemplos de compra (ou intenção de compra) de terras por grupos empresariais (ou pessoas privadas), aproveitando as circunstâncias de um mercado duplamente favorável, em abundância e em preço, com o objectivo declarado de novas reutilizações do espaço – de empreendimentos turísticos, a safaris, passando pela criação de avestruzes, (de que há a registar experiências de algum sucesso) e até de jacarés. A zona de influência do Alqueva, propagandeado como o maior espelho de água da Península, constitui exemplo desses espaços que grandes interesses económicos colocaram sob vigilância, com o mais que provável fito do aproveitamento turístico, quando estiverem reunidas as condições. As populações por sua vez, há muito perceberam o significado de uma futura praia às portas de casa e as mais-valias que poderão fazer com a transação das suas terras. A longa faixa do litoral alentejano revela a mesma dinâmica, e, como é óbvio ainda mais intensamente, sendo que aí a apresentação de múltiplos projectos turísticos submetida a licenciamento das entidades competentes foi mais precoce e se tem revelado extremamente problemática. As restrições implementadas pelos diferentes

são alvo de uma valorização em que intervêm actores diversos, nem sempre valorizando as mesmas coisas, e menos ainda em sintonia quanto à forma de gerir socialmente o que se quer valorizar.

De acordo com a sua experiência, de acordo com os lugares institucionais que ocupam, esses actores tendem a enfatizar diferentes aspectos, diferentes atributos ou diferentes dimensões do rural.

#### 4.1. O rural visto pela imprensa

Começamos, em primeiro lugar, por abordar os atributos do espaço rural alentejano segundo a frequência com que surgem nos vários jornais (quadro 4). Sem esforço se constata que os tradicionais *handicaps* deste espaço (em particular a desertificação humana, e a pobreza) são relatados com uma assiduidade ou um destaque relativamente próximo em todos os jornais, sendo que a principal diferença se nota em relação do *Diário do Alentejo*. Na hierarquia das narrativas, este jornal confere, comparativamente, menor saliência aos tradicionais *handicaps* que mais têm caracterizado a imagem da região: desertificação/abandono, atraso, pobreza, isolamento, degradação das condições de vida (estes temas prefazem 24,4% dos registos na imprensa regional, contra uma média de 31%, quando considerados todos os jornais).

No que diz respeito a itens que grosso modo podemos considerar heranças rurais - no que elas contém de passado, de memória, de ligação à terra e aos sítios, sentido comunitário, forma de coordenar os tempos e os ritmos da vida –

---

instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território, (RAN, REN, Protali e PDMS, Planos de Ordenamento específicos, como o que está em preparação para Alqueva) exerceram não só o efeito de travão que lhes compete, como terão tido ainda algum efeito de dissuasão, quanto mais não seja temporária, enquanto se espera para ver, sobretudo no que diz respeito a Alqueva, onde o respectivo plano de ordenamento está por definir. Se o presente continua incerto, a ideia que perpassa a generalidade do discurso público (designadamente de actores com responsabilidade política, quer ao nível central quer regional) é que o “Alentejo tem futuro”.

encontramos uma verdadeira polarização entre o *Expresso* e o *Diário do Alentejo*.

Quadro 4. Dimensões do rural na imprensa (1992-1996)

	<i>Diário do Alentejo</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Público</i>	<i>Expresso</i>	% de cada tema no total de todos os jornais
<b>Handicaps</b>					
Desert./abandono	10,2	14,2	13,4	13,5	12,9
Atraso	1,8	3,9	3,8	2,2	3,2
Isolamento	2,1	3,1	5,4	3,4	3,6
Pobre	8,8	11,8	7,3	10,1	9,6
Inóspito	0,7	0,0	0,6	0,0	0,4
Degradação	0,7	3,0	0,6	0,0	1,4
<b>Total parcial</b>	<b>24,4</b>	<b>36,1</b>	<b>31,3</b>	<b>29,2</b>	<b>31,0</b>
<b>Heranças rurais</b>					
Passado	6,7	5,2	4,5	0,0	5,0
Memórias	5,3	3,1	5,4	0,0	4,1
Enraizamento	2,5	0,5	1,6	0,0	1,3
Tradições	3,2	1,8	3,8	2,2	2,8
Ligação à terra	2,1	1,3	1,3	0,0	1,4
Equilíbrio social	0,4	1,3	1,6	1,1	1,1
Comunidade	2,5	1,0	1,9	0,0	1,6
Nacionalidade	0,0	0,5	1,6	1,1	0,8
Bucólico	1,4	0,5	0,6	0,0	0,8
Nostalgia	1,1	0,8	0,3	1,1	0,8
Calma/silêncio	2,8	2,1	1,9	0,0	2,1
<b>Total parcial</b>	<b>27,9</b>	<b>18,4</b>	<b>24,6</b>	<b>5,6</b>	<b>21,7</b>
<b>Património</b>					
Património Cultural	7,1	6,0	7,7	1,1	6,4
Património Ambiental	11,7	10,8	8,9	4,5	9,9
<b>Total parcial</b>	<b>18,8</b>	<b>16,8</b>	<b>16,6</b>	<b>5,6</b>	<b>16,3</b>
Agricultura	18,7	11,0	6,4	4,5	11,2
Lazer	1,4	3,4	1,3	3,4	2,3
Território Alternativo	2,1	5,8	7,0	3,4	5,0
Mundo em extinção	1,1	1,0	7,7	4,5	3,3
Reserva de espaço	5,7	7,6	5,1	43,8	9,4
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Para o *Expresso* são questões de pouco relevo (no seu conjunto, não chegam a totalizar 6%). Para o *Diário do Alentejo* são os valores mais salientes (28%), deixando transparecer que, para o jornal que se afirma a voz da região, essas heranças heterogéneas são os referentes indeléveis da ruralidade alentejana. Não muito longe do jornal regional, encontra-se o *Público*, que no total das heranças rurais (24,6%) assinala com maior preponderância relativa a

importância do rural, como lugar de memórias (5,4%), valores semelhantes aos que obtemos para o *Diário do Alentejo*. No total dos jornais, este conjunto de temas referem-se como características do rural num total de cerca de 22% dos registos.

Os itens que agrupámos sob aquilo a que, à falta de melhor, chamámos heranças rurais, caberiam, uns mais adequadamente do que outros, numa noção mais lacta de património. Não obstante, e para maior interesse da análise que mais adiante levará em linha de conta os actores dos discursos, optámos por autonomizar as heranças rurais e as noções de património (subdivididas em património cultural e ambiental). Assim, classificamos na categoria património as matérias discursivas que se refere explicitamente à noção e integram posições pró-activas, visando a sua salvaguarda.

Feito o esclarecimento, se compararmos de forma agregada as referências ao património (isto é, trabalhando conjuntamente as referências ao património cultural e ao património ambiental), verificamos que, com excepção do *Expresso*, a cobertura dos restantes jornais confere uma importância bastante semelhante à significação patrimonial do rural alentejano. Assinalando uma ligeira diferença por excesso no *Diário do Alentejo* (18,7%), os restantes jornais, cada um por si, pouco se afastam da média global (16,3%).

Entre as noções do rural em presença, não é a mais frequente, mas é a que surge com maior equilíbrio na imprensa. Note-se que, em todos os casos, a dimensão ambiental do património sobrepõem-se, na frequência com que se menciona, à dimensão cultural. Uma vez que é sensível o maior interesse que a imprensa dedicou a estes temas no ano de 1994, não é de excluir que os efeitos de mobilização de opinião por altura da Presidência Aberta do Ambiente (precisamente em 1994) estejam de algum modo reflectidos nestes resultados.

Quando ao *Expresso*, como já se salientou, a noção patrimonial não angaria especial atenção, e menos ainda quando se trata do património cultural. Se considerarmos, como se sugeriu acima, que itens classificados como heranças rurais podem, em certa medida, ser assimiladas na noção mais genérica de património cultural, torna-se mais claro que as narrativas do

*Expresso*, comparativamente com a restante imprensa, se mostram pouco propensas à incursão simbólica sobre os aspectos culturais da ruralidade alentejana.

Longamente considerada como a actividade dominante e configuradora do espaço rural, a agricultura está hoje longe de fazer unanimidade. No *Diário do Alentejo* o significado do rural estreitamente articulado ao agrícola persiste como dado importante da realidade (18,7%). Mas, com a excepção, um pouco à tangente, do *Diário de Notícias* (11%), a unificação entre espaço agrícola/espaço rural reduz-se bastante no *Público* (6,4%) e no *Expresso* (4,5%).

Assim, se no conjunto dos jornais, a agricultura e o rural surgem unificados em cerca de 11% dos registos, bem se vê o efeito majorador que nessa média se exerce pelo *Diário do Alentejo*. Saliente-se, porém, que a referência a valores patrimoniais (somadas as dimensões ambientais e culturais) obtém, no jornal regional, exactamente o mesmo valor que recai sobre a agricultura.

No plano das representações, parece pois que, também de dentro da região, com a erosão dos velhos símbolos alentejanos ligados à agricultura se procuram agora compensações e articulações simbólicas nos valores patrimoniais.

Curiosamente, são precisamente os dois jornais que mais dissociam o agrícola e o rural, ou seja, o *Público* e o *Expresso* que melhor veiculam a ideia de um mundo rural em vias de extinção (respectivamente 7,7% e 4,5% dos registos).

A vocação do rural para usos de lazer surge-nos frequentemente em alusões implícitas. Outras vezes, a ideia exprime-se com todas as letras. Tal acontece com maior frequência no *Diário de Notícias* e no *Expresso* (3,4%, em ambos os jornais). Trata-se, simultaneamente dos dois jornais que melhor projectam sobre o Alentejo a imagem da reserva de espaço ( respectivamente cerca de 8% e 44% dos registos). Assinale-se ainda que estes registos se concentram, quer num, quer noutro jornal, nos anos de 1993 e 1994, ou seja os

anos que cumulativamente confrontaram a agricultura da região com a adaptação à nova PAC e com um estio prolongado, conjuntura que fez sobressair as dificuldades estruturais da região.<sup>20</sup>

As representações que nos remetem a uma noção do rural como território alternativo, a um território a reinventar, difundem-se mais exemplarmente no *Público* (7%) e no *Diário de Notícias* (5,8%), enquanto para o *Diário do Alentejo* estas noções são bem menos cativantes (2,1%). O que nos leva a crer que este tipo de representações se constrói fundamentalmente a partir de novos modelos que não são os que tradicionalmente informam, nem os tradicionais representantes do mundo rural, nem os protagonistas tradicionais da região.

#### 4.2. Noções do rural, segundo os actores do discurso

A análise que temos vindo a desenvolver só nos permite conjecturar acerca de quem são os protagonistas das noções do rural a que temos acesso pela imprensa. Pelo que vale a pena retomar os significados do rural, mas desta vez, cruzando-os com os actores do discurso, cujos resultados constam do quadro seguinte.

Retomando a análise, levando em conta os significados do rural segundo os actores que os propõem (quadro 5), verificamos que os *handicaps* tradicionais (o deserto, a pobreza, o isolamento, etc.) são particularmente mobilizados pelos actores que mais directamente intervêm no terreno da luta política. Pois são em primeiro lugar os actores institucionais locais e regionais

---

<sup>20</sup> Naquele período os jornais produzem abundantes reportagens sobre os processos de falência na agricultura. Ao mesmo tempo, veiculavam a ideia de que a aquisição de terras na região constituía boas perspectivas de negócio, pelo baixo preço e dadas as amenidades ambientais proporcionadas. Na actualidade, com os interesses imobiliários entretanto instalados e as tendências de mercadorização que se vêm afirmando, os problemas económicos do Alentejo subsistem, ao mesmo tempo que se afirma uma tendência para a instituição de zonas de exclusividade social, servidas por actividades de turismo e de lazer de luxo.

(cerca de 40 % dos registos) e depois os actores institucionais nacionais (cerca de 37%) que mais evocam estas categorias.

**Quadro 5. Dimensões do rural na imprensa, segundo os actores do discurso (1992-1996)**

	Jornalistas	Inst. Nacionais	Inst Locais	Cient.Téc.	Ecol.Amb.	Agricultores	Vox.Populis	Outros
<b>Handicaps</b>								
Deserto	12,1	28,8	17,3	6,9	0,0	18,6	9,8	15,8
Atraso	3,7	3,8	2,5	2,0	0,0	2,3	2,0	0,0
Isolamento	4,8	0,0	3,7	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pobre	9,4	3,8	18,5	1,0	0,0	4,7	7,8	15,8
Inóspito	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0
Degradação	1,4	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	2,0	0,0
Total parcial Acumulado	31,8	36,5	42,0	14,7	0,0	27,9	21,6	31,6
<b>Heranças rurais</b>								
Passado	5,5	1,9	3,7	1,0	0,0	9,3	10,2	0,0
Memórias	4,6	0,0	1,2	5,9	0,0	0,0	10,2	0,0
Enraizamento	1,1	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	6,8	0,0
Tradições	3,4	0,0	0,0	4,9	11,1	2,3	0,0	0,0
Ligação à terra	1,0	0,0	0,0	3,9	11,1	0,0	5,1	0,0
Equilíbrio social	0,4	1,9	0,0	5,9	0,0	7,0	0,0	0,0
Comunidade	1,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	8,5	0,0
Nacionalidade	0,6	1,9	0,0	2,0	0,0	2,3	0,0	0,0
Bucólico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0
Nostalgia	0,7	1,9	1,2	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0
Calma/silêncio	2,3	5,8	1,2	2,0	0,0	0,0	1,7	0,0
Total parcial	22,1	13,5	7,4	28,4	22,2	20,9	47,5	0,0
<b>Património</b>								
Património Cultural	6,1	7,7	12,3	8,8	22,2	2,3	0,0	0,0
Património Ambiental	10,0	21,2	9,9	9,8	44,4	4,7	1,7	0,0
Total parcial	16,1	28,8	22,2	18,6	66,7	7,0	1,7	0,0
Agricultura	10,6	9,6	17,3	5,9	0,0	25,6	15,3	0,0
Lazer	3,0	1,9	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	5,3
Território Alternativo	4,1	1,9	1,2	19,6	11,1	0,0	0,0	0,0
Mundo em extinção	3,2	1,9	1,2	8,8	0,0	2,4	0,0	0,0
Reserva de espaço	9,2	5,8	8,6	2,9	0,0	16,3	3,4	63,2
Total geral	100,0	100,0	100,0	101,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Para os actores institucionais, a menção dos *handicaps* serve o duplo intuito de, por um lado, evidenciar a permanência dos problemas estruturais do espaço rural em referência; ao mesmo tempo, a inclusão de tais problemas na retórica política coloca os seus autores em condições de aceder à fala pública (as declarações de responsáveis políticos que constituem denúncia de problemas são, como expressámos noutra lugar, uma das modalidades de promoção de notícias).

Aos actores institucionais nacionais interessa criar a imagem de que os problemas da região estão devidamente inscritos na agenda política, o que, como seria de esperar, acontece mais exemplarmente nos períodos eleitorais, ou quando as figuras cimeiras do Estado se deslocam à região.

Para os actores institucionais locais, a menção e análise dos mesmos problemas constitui argumento de suporte às reivindicações que protagonizam, em nome das regiões que representam. Simultaneamente, lidando com problemas que vêm de tempos longos e reconhecida, em geral, a inoperância do poder central na resolução de muitas dessas matérias, os *handicaps* das regiões mais marginalizadas são fonte de derivação para reivindicar maior autonomia política e gestonária. Os jornalistas, dada a intrusão, abundantemente salientada, entre agenda política e agenda jornalística, tendem a fazer eco (e a suscitar) das temáticas mais controversas da polémica política.

Enfim, a construção simbólica do rural alentejano como o “grande deserto” do país permanece uma visão partilhada pela generalidade dos actores.

Quanto aos aspectos que designámos por heranças rurais, expressam-se mais notoriamente nos ditos atribuídos à voz popular. Ou seja, a narrativa jornalística, nestas matérias, empresta voz àqueles que estão mais próximos dessas realidades, e que portanto, têm delas experiências mais directas. Assim, as pessoas comuns acedem a falar sobre o rural como testemunhas desse tipo de vivências.

O passado tende a ser mitificado, não só quando os jornalistas reproduzem testemunhos, mas também quando o jornalista se dá a liberdade de falar em nome próprio. No formato mais habitual da organização da narrativa, o passado ora se mitifica como tempo de maiores glórias, ora, mais raramente, surge em cena para recordar o atraso e as opressões que abundam na experiência da região.

Da história recente socialmente valorizada, recordam-se os tempos da reforma agrária. Nestas descrições, “as cooperativas criaram uma nova dinâmica nas zonas rurais: criaram creches para os filhos dos trabalhadores rurais [...]; criaram lares para idosos, sociedades recreativas, grupos corais,

parques desportivos. A vida nas aldeias e vilas adquiriu outra actividade” (*Diário do Alentejo*, 4/8/95 – jornalista). Os testemunhos populares reiteram sobretudo que “No tempo da reforma agrária havia trabalho para todos” (*Diário de Notícias*, 38/5/95 – residente). Então “era uma freguesia que dava gosto” (*Diário de Notícias*, 3/1/94 – residente), foram “tempos muito bons” (*Diário de Notícias*, 3/12/94 – presidente de junta de freguesia)

Quem acompanhou os acontecimentos de fora, aprecia agora o que eles tiveram de “excessos” e de “irrazoabilidade”. Mas, também recorda o que foram “essas planuras nos tempos de glória da reforma agrária”, quando para lá partiram “para as cooperativas, e UCPs, muitos colegas de liceu e universidade” (*Público*, 30/7/95 – jornalista).

Visto sob o prisma do tempo, é como se o mundo rural ganhasse nova vida, em contraponto à estagnação do momento actual. Alude-se às actividades económicas (panificações, alfaiates, ferreiros, moagens, lagares, carpintarias, alfaiates, ferreiros, sapateiro e outras) que animavam aldeias e vilas e entretanto “desapareceram face à impossibilidade de competir com as economias de escala e os modelos de consumo massificados” (*Diário do Alentejo*, 5/2/93 – técnico).

O passado muito mais longínquo, mas não menos rico em glórias traz de volta os heróis e os feitos da região, nas lutas pela restauração e independência portuguesa contra os invasores espanhóis (*Diário do Alentejo*, 17/7/92 – jornalista) ou em outras coisas que fazem a memória histórica da região.

Noutro sentido, o passado recorda-se sob o pano de fundo da opressão. Aí reencontramos a imagem do Alentejo como “Enorme coutada propriedade de algumas famílias, que se exibiam em sinais exteriores de efectiva riqueza e em exercícios de caridade ou esbanjamento. Eram muitos a trabalhar nos latifúndios de poucos, com jornas sempre por abaixo, as dividas a crescer no livro do merceiro e a promessa de que seriam pagas na altura das ceifas. Era esta a ocasião sonhada também para vestir e calçar a família. Os outros dois pontos do ciclo de trabalho, as sementeiras e as mondas, não davam para tanto” (*Diário de Notícias*, 6/4/94 – jornalista).

A memória dos sítios, dos afazeres, das convivialidades, inclusivamente os namoros; o sentido de comunidade – a vida que se passa em revista no largo da aldeia, ou na soleira da porta, quando o sol já vai alto; o sentido da ligação à terra, as artes do saber viver com pouco e com o recurso às entre-ajudas, são os aspectos mais mencionados quando a narrativa jornalística reproduz a fala das pessoas comuns.

A importância das heranças rurais, consideradas cumulativamente, revelam aproximações curiosas entre os jornalistas, os ecologistas e ambientalistas, os agricultores, e um pouco mais distanciadamente, por excesso, os cientistas e técnicos.

Mas, se individualizarmos os vários itens a união fragmenta-se. Ou seja, as heranças rurais remetem a aspectos diferentes, consoante os autores do discurso.

Para os jornalistas, representam sobretudo o passado e as memórias, ou seja, o rural constitui reserva de passado e de memórias que se perdem no tempo. Os agricultores sublinham a relação entre passado e equilíbrio social, dois aspectos que habitualmente integram os seus discursos de legitimação.

Os ecologistas e ambientalistas, polarizam a herança rural exclusivamente em dois aspectos: a ligação à terra e a reserva de tradições e de saberes. Ou seja, o olhar que ambientalistas e ecologistas projectam sobre o espaço rural é essencialmente dirigido ao modo de relação com o meio, ao “bom casamento entre o homem e a natureza” (*Público*, 13/5/92 – dirigente da LPN).

Uma visão mais sociológica predomina entre os actores ligados ao meio científico e técnico, os quais sublinham a importância das memórias, das tradições, a ligação à terra e o equilíbrio social.

A significação do rural como noção patrimonial mobiliza, como é óbvio, sobretudo os ambientalistas e ecologistas (66,7%) sendo que a dimensão mais valorizada é a que se refere ao património ambiental (44,4%) como de resto também acontece em relação a outros grupos, sobretudo os actores institucionais nacionais, aqueles que, a seguir aos ambientalistas, mais utilizam a noção patrimonial em referência ao rural alentejano (28,8%, sendo que 21,2%

se refere ao património ambiental). Note-se que os políticos e decisores nacionais, para além de sobrevalorizarem a importância da dimensão ambiental em relação à cultural (na categoria do património) quando se referem às heranças rurais, são os que mais importância conferem à calma e ao silêncio, itens que também nos remetem ao ambiente.

Os actores institucionais locais são, curiosamente, os únicos para quem o património cultural merece uma referência ligeiramente superior (12,3%, contra 9,9%) ao património ambiental. Sobre esta matéria, tendem a revelar atitudes pró-activas, que passam, por exemplo, pelas tentativas de lidar com a pressão social que tem conduzido à destruição do património, com o desaparecimento das memórias, vivências e saberes das comunidades locais (*Público*, 11/10/94).

Entendem, em suma, que o facto de disporem de riqueza “em património cultural, histórico e arquitectónico onde coexistem tradições, usos populares, vestígios arqueológicos e belas paisagens bem preservadas em termos ambientais”, são factores a promover, de forma a valorizar a terra e produzir riqueza (*Público*, 5/5/95 – autarca). Reencontramos portanto a ligação entre património e desenvolvimento, a que já nos referimos precedentemente.

Os agricultores, as pessoas comuns e a categoria “outros” (que não mencionam sequer o tema) são os que menor importância conferem à noção de património. Neste âmbito, a noção patrimonial é sem dúvida mais mobilizadora para os grupos sociais mais envolvidos do ponto de vista da acção cívica (ecologistas e ambientalistas), ao mesmo tempo que tende a contagiar igualmente o discurso político e profissional.

Mas, quanto aos agricultores e à voz popular, seria apressado concluir pelo seu alheamento face a valores patrimoniais. Os primeiros referem-se, apesar de tudo, à dimensão patrimonial do rural em cerca de 7% dos registos; além disso, vimo-lo a propósito da sua auto-imagem, que, apesar de por vezes o fazerem de forma contraditória, ou pouco consistente, os agricultores tendem a integrar nos seus repertórios interpretativos essas mesmas noções. Ao discorrerem sobre as funções da agricultura para a sociedade cerca de 18% dos

agricultores referem-se às funções ambientais da agricultura. Quando o objecto central do discurso é a representação de si, perto de 30% consideram-se gestores ou mentores do território e da paisagem rural.

No entanto, conhece-se a sua renitência em assumirem a possibilidade de desligar essas novas tarefas das funções produtivas, daí que, tratando-se das representações do rural não surpreenda que a sua primeira atenção recaia sobre a indissociabilidade entre o rural e o agrícola, estando a qualidade ambiental do primeiro subordinada à acção da segunda. Parece-nos pois que a temática ambiental é integrada parcialmente pelos agricultores, sobretudo quando os seus repertórios discursivos visam prover à sua legitimação social.

Quanto ao discurso das pessoas comuns, julgamos que a sua sensibilidade ao passado, às memórias, à ligação à terra, até a referência aos aspectos bucólicos do rural cabem numa noção alargada de património, ainda que não se exprima pelos mesmos argumentos, nem mobilize as categorias pró-acção (conservação, preservação, etc.) que integram os discursos profissionais e politizados. Foi precisamente com o objectivo de testar esta ideia que tratámos separadamente os itens agrupados sob a categoria grosseiramente designada por heranças rurais e criámos uma categoria específica para o património.

Actualmente, a unificação entre espaço rural/espço agrícola não faz, longe disso, a unidade entre os actores. Mas, essa dissociação faz-se sobretudo no discurso dos actores exteriores à região e ao mundo rural. Em contrapartida, para os agricultores (cerca de 26%), os actores institucionais locais (pouco mais de 17%) e os residentes (cerca de 15%), a manutenção dos usos agrícolas permanecem uma característica essencial da ruralidade alentejana. No caso dos agricultores e dos residentes, muitos deles igualmente dependentes da agricultura, a agricultura como actividade económica e como configuradora das paisagens agrárias é mais portadora de sentido do que a noção de património ambiental, como se este só fizesse sentido pela acção daquela.

Sem contar com os ambientalistas e ecologistas, e o grupo que designámos por “outros” (uma vez que nos nossos registos esses grupos não integram a agricultura nas representações do rural, embora se refiram à

agricultura noutros contextos) os actores ligados ao saber científico e técnico são, entre os restantes, os que menos aludem à associação agricultura/espço rural. Curiosamente, é também entre estes actores que mais se veicula a ideia do rural como um mundo prestes a desaparecer.

As projecções simbólicas sobre o rural como lugar de lazer são fruto da discursividade essencialmente de jornalistas e, mais expressivamente, da categoria outros actores, onde estão incluídos agentes económicos, inclusivamente do sector turístico e imobiliário.

Para os actores (tradicionais) internos à região – eleitos locais, agricultores e residentes – a noção do rural como espaço de lazer, não se evoca espontaneamente ao nível das representações. Como veremos, o caso é outro quando esses mesmos actores falam sobre as perspectivas que se oferecem à região em matéria de desenvolvimento rural. Aí as referências são abundantes. Esta não coincidência leva-nos a crer que a ideia de um espaço rural vocacionado para actividades de lazer, pelo seu carácter recente, não se encontra ainda perfeitamente ancorada, emergindo mais assiduamente quando estão em causa perspectivas políticas de gestão do espaço, até porque, como nota Smith (1997: 13) “não há dúvida que [...] o turismo constituiu uma lógica conforme aos fundos estruturais”.

Uma outra noção que se cola fortemente ao rural alentejano é a de reserva de espaço, de disponibilidade de terras. Ideia aliás reproduzida por todos os actores, com excepção dos ambientalistas. Note-se que o eco se faz sobretudo pela banda de agentes económicos ligados ao imobiliário (63,2%), mas não deixa de ser uma ideia confirmada pelos próprios agricultores (16,3%) que revelam na imprensa o escasso valor da terra e o conhecimento que têm dos muitos hectares colocados no mercado. Por fim, os jornalistas (9,2%) dão conta de “estórias” bem sucedidas na aquisição de terrenos no Alentejo e das muitas oportunidades que ainda espreitam.

Por último, refira-se que a emergência do rural como território alternativo, é uma noção praticamente exclusiva dos profissionais técnicos e

científicos (19,6%) e, em menor escala, dos ecologistas e ambientalistas (11,1%). Entre estes protagonistas encontramos visões partilhadas.

A primeira remete-nos ao desencanto, se não à crítica explícita dos modelos de vida possíveis nas grandes cidades e ao tipo de intervenção/participação social correspondente.

A segunda, directamente relacionada com aquela, exprime convicções, que alguns põem em prática, segundo as quais é possível reinventar as formas de viver a interioridade, o que passa por um novo tipo de relação com o território. Forma de regressar ao passado? Fascínio pela vida bucólica do campo? Alguns experiências poderão ir nesse sentido. Aquelas para as quais o rural funciona como refúgio temporário, propício a retemperar forças para regressar ao modo de vida citadino que apenas se interrompe, ou se prolonga temporariamente, a espaços dotados de outras características, não só no plano morfológico, como também nas possibilidades de reorganizar o quotidiano e gerir as relações interpessoais e familiares.

Outros casos têm subjacentes rupturas. Acreditam na “fuga definitiva das cidades. Não se tratará de uma fuga para o bucolismo ou a limpeza do campo, que é o que acontece nas férias”. Antes se procura um outro modelo “porque hoje a tecnologia da informação permite a qualquer pessoa fazer investigação de ponta a nível planetário sem ser necessário estar na cidade” (*Diário de Notícias*, 17/3/94 – cientista).

Sob este ângulo, podem-se (des)construir as velhas dicotomias ideológicas em que à cidade cabia o exclusivo da invenção científica e tecnológica e era a imagem da modernidade, desenvolvimento e progresso; e os campos eram quase o seu oposto, permaneciam na retaguarda do conservadorismo e do arcaísmo. O que hoje se pretende parece ser uma nova combinação das “duas formas de vida”, em que, por exemplo, se pode estar “ligado aos grandes centros tecnológicos do mundo, sem estar a sofrer as consequências negativas das cidades” (*Diário de Notícias*, *ibidem*).

Assim, a emergência de um novo ciclo de tipo “eco-rural” surge associado ao esgotamento do modelo “urbano-industrial”, cuja especialização

económica e territorial se tem traduzido, entre outros sinais, pelo “ aumento do desemprego nos grandes centros e o cansaço e *stress* da vida urbana ”. Em alternativa, o ciclo de que hoje é questão associa-se às “novas aspirações sociais, onde predominam os valores ligados ao ordenamento do território e à conservação da natureza, a ideologia dos produtos de origem, a nostalgia, a compensação, o contraste” (*Diário do Alentejo*, 19/5/95 – cientista).

Não se trata pois de regressar ao passado, mas da recuperação do seu valor patrimonial, enquadrado em novas formas de utilização: “Ao estudar o que se cultivava e comia há 800 anos, estamos a intervir naquilo que achamos que seria interessante retomar, hoje, nesta região”, explica o director do Campo Arqueológico de Mértola, uma experiência de animação cultural pioneira no Alentejo (*Diário de Notícias* 6/5/95).

Mais do que regressar ao passado trata-se, para o coordenador do projecto Leader/Alqueve, da procura de uma “alternativa civilizacional” (*Expresso*, 25/11/95) “que não agrida as paisagens, que não destrua a planície calma e serena [...] e não faça secar a raiz que une o rural alentejano ao seu chão”( *Público*, 22/5/92).

O “renascimento rural” que se acredita ser possível leva os seus proponentes (e activistas) à “procura de tecnologias adequadas para melhor utilização do potencial natural do território, que signifique a fixação da população rural e não o seu afastamento quase compulsivo das suas terras” ( *Público*, 23/2/93 – ambientalista).

Daí que projectos como o de Mértola, acima referido, procurem “recuperar os mecanismos de um passado”, como sejam “os sistemas de irrigação”, “o cultivo antigo da pequena horta”, da “estrutura da casa”, dos “sistemas alimentares”, passando ainda pela forma como se armazenavam os alimentos. O mesmo se intenta quanto aos sistemas de “gestão da água”, considerada “uma das coisas mais importantes da grande sabedoria milenar”. No seu conjunto, “são coisas muito preciosas para aguentar e manter a comunidade, faz parte da investigação de ponta que ando a fazer em

arqueologia, mas tudo virado para um futuro próximo” ( *Diário de Notícias*, 17/3/94 – o responsável pelo centro arqueológico de Mértola, Cláudio Torres).

A união criativa entre o passado e o presente, onde a questão ambiental marca presença obrigatória, informa a filosofia de alguns projectos em experimentação na região, de que tomámos conhecimento a partir da imprensa, ou que chegámos a conhecer na prática.

Para Dickens (1996: 150), constitui um verdadeiro sinal dos tempos, esta “actualização das antigas formas de vida”, e nela podemos ler a “resposta à crise gerada pela modernidade”. Neste sentido, a noção do rural como território alternativo e a noção do rural como património são noções próximas. Pelo menos se as compreendermos, como “extensão metafórica” (Candau, 1998: 157) para designar a vontade de repensar o tempo e o espaço.

A filosofia subjacente a esta espécie de “novas utopias” é quase a de um reaprender a viver. Mas não apenas no campo. As cidades teriam também a ganhar com a “construção de identidades culturais”, salvaguardando, entre outros aspectos, “a identidade rural de onde se partiu” e a importância das redes de “solidariedade e vizinhança” reactivadas para enfrentar “problemas e ameaças comuns”. Não se trata exactamente, segundo os promotores destas ideias, de levar o rural para a cidade, mas de reactivar através da acção, as inter-dependências que sempre existiram (*Público*, 26/11/95 – cientista).

Em suma, estas concepções do rural, muito mais do que pensarem o rural “em si” e “por si” parecem-nos ser, antes de mais, tentativas de pensar a relação com a sociedade e com os territórios. Como se, por terem sido relativamente poupados pelas investidas civilizacionais, estes espaços possibilitassem o ensaio de novas experiências, animadas por actores diversos que, além de quererem viver de outro modo, (talvez a mesma modernidade) encontram também formas mais atraentes de participação cívica e política.

Em certa medida, estamos a seguir novamente a interpretação de Dickens (1996), para quem a esfera da vida que se processa fora da lógica que tem como paradigma o modelo industrial, adquire significado em termos do bem-

estar das pessoas, no aspecto físico, social e ambiental. Torna-se um meio a partir do qual as pessoas podem tentar fazer ou refazer identidades, relações políticas e sociais, reformulando ainda as relações com a natureza, que a vida moderna conseguiu distanciar das pessoas, através da divisão do trabalho, que foi também uma especialização espacial.

Para alguns autores, certos espaços acolhem preferencialmente essas experiências não apenas porque são rurais, mas pela sua pequena escala (Eizner, 1996). Será nesta acepção, a pequena escala que oferece outras possibilidades de cidadania e outras possibilidades de suporte ao desenvolvimento pessoal, através da associação com outros e da maior proximidade ao meio (Dickens, 1996).

Cumprе fazer notar que além do “efeito de teoria” (Bourdieu, 1982) derivado da extensa literatura apologista do desenvolvimento de base local, as mais recentes modalidades da política europeia para o espaço rural, são elas próprias favoráveis e, o que é mais importante, incentivadoras das concepções de desenvolvimento de base endógena e participada. O programa Leader, constitui, a este respeito, um exemplo expressivo.

De facto, o que se vem fazendo em matéria de divulgação do património rural, a par da afirmação positiva de identidades e da reanimação local, é em muitos casos tributário das oportunidades surgidas com os programas comunitários. Geralmente dotados de financiamentos considerados limitativos, tais programas têm permitido reunir competências técnicas e vontades cujo contributo se tem verificado, quanto mais não seja, numa maior capacidade de atrair visitantes e de divulgar uma imagem positiva da ruralidade alentejana.

## **5. A atractividade do Alentejo – os “montes” como exemplo**

Os “montes” do Alentejo, que tradicionalmente acumulavam as funções residenciais com as de apoio logístico à exploração agrícola, constituem um dos traços identitários mais característicos do habitat regional. Implantados na

paisagem de forma muito dispersa, beneficiam geralmente de uma localização privilegiada, permitindo admirar os vastos horizontes característicos da planície alentejana.

As funções tradicionais dos montes têm conhecido, nos últimos anos, uma transformação radical, em consequência da sua recente e intensa procura destinada a residências secundárias.

Nos primeiros anos da década de 90, como sublinhámos diversas vezes, generalizou-se a ideia de o Alentejo constituir uma reserva de espaço: “São terras a perder de vista, 100 contos cada hectare” (*Expresso*, 7/11/92-jornalista), cuja “única utilização que se lhes pode dar é como quintas de lazer”, explica o responsável de uma agência imobiliária que, na altura, transaccionava, “seis a oito quintas por mês”. Mas, em carteira possuía 250 propriedades, totalizando 16 mil hectares (*Expresso*, *idem*).

De acordo com o responsável de uma outra imobiliária, a tendência será para “colocar à venda um número cada vez maior de herdades”. Nas transacções que efectua, cerca de 10 por cento destinam-se a usos produtivos e os restantes a montes e quintas para usos de lazer (*Expresso*, 9/1/93).

Nesta conjuntura, “Ter um monte no Alentejo já foi bastante menos atraente. Quando as taxas de juro do crédito à Habitação continuam a descer e também não param de cair os preços pedidos por pequenas propriedades enquadráveis na classe de quintas de lazer, tudo parece aconselhar ao investimento no sector” (*Expresso*, 19/6/93 – jornalista).

Mais para o final da década de 90, o responsável imobiliário que citámos em primeiro lugar, refere-se a um intenso aumento da procura e quanto aos preços dá o exemplo da venda de áreas de “montado a 500 contos por hectare, para propriedades com áreas inferiores a 300 hectares”. E explica que não há muito tempo se alienavam propriedades semelhantes a 100 contos o hectare e, “mesmo assim não havia quem lhes pegasse” (*Expresso*, 24/2/96).

A melhoria das infraestruturas, designadamente das auto-estradas que colocaram o Alentejo mais perto de Lisboa, terão certamente facilitado a emergência desta procura, que rapidamente foi acompanhada pela proliferação

de agências imobiliárias e de actores locais que, por sua própria conta, se tornaram parceiros nestas transacções.

A evolução que temos vindo a referir verifica importantes variações intra-regionais, uma vez que é precisamente a localização que influencia a fixação dos preços e estimula a procura. Por localização, entenda-se a acessibilidade a partir de Lisboa, ou das fronteiras com Espanha, e a proximidade ao mar, a barragens ou rios.

De facto, o volume de negócios no sector imobiliário ao nível regional confirma essa diversidade. Grândola, situada no litoral e Montemor-o-Novo, no interior, concelhos que têm em comum o facto de se situarem a cerca de uma hora de Lisboa por auto-estrada, são as municipalidades que em 1997 mais aumentaram o volume de negócios nesse sector (quase três vezes a média regional), segundo dados sobre os municípios do Alentejo, (INE:1997).

As estratégias publicitárias a que recorrem as agências imobiliárias especializadas neste segmento de mercado, fazem claro apelo ao universo simbólico dos potenciais consumidores. Prometem que realizarão “o seu grande sonho de ter uma casa ou um monte no Alentejo” (*Expresso*, caderno imobiliário, 10/2/2000). E apresentam a região pelas suas qualidades em ambiente rural: “Paisagens onduladas pelos campos de trigo, os montados, as vinhas e o olival”, tudo isso, se encontra num “espaço rural fracamente povoado” e “num quadro ecologicamente preservado que convida à fruição da natureza” e se distingue “pela sua riqueza em passado” (<http://shopping.sapo.pt/imojoaodeus>).

Não é difícil supor a clientela alvo das mensagens publicitárias: uma classe média/alta, sensível às amenidades rurais e ambientais, em busca de qualidade de vida e com suficiente poder aquisitivo para pagar a realização de um sonho.

A imagem socialmente construída dos territórios é assim uma imagem relativa. Para uns, o Alentejo continua a ser o “deserto”; para outros, será precisamente essa característica semi-desértica que se torna motivo de atracção.

Ao mesmo tempo que a região entra nos circuitos da valorização social, os bens imateriais, como sejam a cultura e a estética da paisagem adquirem um valor mercantil. Deste modo, embora muitos dos problemas económicos do Alentejo continuem a persistir, vai-se afirmando uma tendência para criar na região alguns espaços de exclusividade social.

Além das descontinuidades intra-regionais de um tal processo, não se poderá desprezar o facto de ele trazer, por arrasto, a inflação do preço do solo. Nas zonas mais pressionadas pela procura urbana, onde a carestia do preço da terra constitui uma realidade bem conhecida, os jovens rurais que desejem prover à sua instalação nos locais de origem, ou as famílias já constituídas que pretendam melhorar ou expandir as suas condições de residência, dificilmente poderão equiparar o seu poder aquisitivo ao dos salários urbanos.

Neste perspectiva, não é descabida a possibilidade de no Alentejo se virem a acentuar fenómenos de “gentrification”, noção que, no seu carácter mais geral, significa a emergência de novas composições sociais, em certas zonas, pela instalação residencial das classes médias, em substituição das classes trabalhadoras (Phillips, 1993)<sup>21</sup>. Monsaraz, por exemplo, constitui uma localidade onde esta tendência se expressa muito claramente.

Este movimento de descoberta do Alentejo não configura, pelo menos no momento, uma tendência para a fixação quantitativamente significativa de novos residentes. Mas, segundo um inquérito recente publicado pela CCRA, quando isso acontece, o que esses novos residentes mais valorizam é sobretudo a “maneira de ser” da população, o “clima” e o “modo de vida” que caracteriza o Alentejo. Essa aspiração a uma outra qualidade de vida parece mobilizar

---

<sup>21</sup> A noção de “gentrification” tem sido utilizada tanto nos estudos do urbano quanto do rural, acentuando, fundamentalmente os processos de recomposição social, sob a influência das classes médias. Mas, como salienta Phillips, há diversidades importantes neste processo. Quanto à “gentrification” do rural, os abundantes estudos empíricos sobre a Grã-Bretanha mostram que a instalação de novos grupos sociais nas aldeias tanto pode resultar de opções relacionadas com o preço e disponibilidade do alojamento, como se pode associar a um certo estilo de vida, e a representações idílicas do rural. A “gentrification” pode pois ser gerada por razões diferentes, do mesmo modo que temos diferentes tipos de “gentrifiers” (Phillips, 1993: 127).

sobretudo os grupos ligados às profissões intelectuais e científicas, seduzidas pela ideia de “residir num monte ou numa quinta do Alentejo” (Camacho, 1996: 33, 38). Como a seguir se verá, os registos que colhemos dão-nos a mesmíssima ideia quanto ao perfil dos novos residentes cujas “estórias” a imprensa decide contar.

### **5. 1. A casa e a motivação dos novos residentes – breves “estórias”**

A literatura sobre o espaço rural tem realçando a importância que os residentes secundários e os novos residentes atribuem à conservação de meio rural, chegando a ser os mais zelosos pela sua salvaguarda, ou pelo menos, os mais activos na salvaguarda das características do rural que idealizam (Bonnain-Dulon, 1998). No final dos anos 70, em França e na Inglaterra, gerou-se uma certa onda de criticismo face aos residentes secundários, vistos como uma espécie de colonizadores, que impunham a sua visão “inventada” do campo e transportavam “uma ideologia ingénua do regresso à natureza” (Dubost, 1998).

Quanto aos novos residentes, o facto de se tratar geralmente de classes médias, mais escolarizadas e com mais recursos do que a população autóctone, permite-lhes, frequentemente, tomar posições mais efectivas ao nível da participação em decisões que afectam o aspecto físico e social do rural (Murdoch e Marsden, 1994).

Nas narrativas da imprensa, os residentes secundários e os novos residentes pertencem, sobretudo, a grupos ligados ao meio intelectual e científico. Para estes grupos, a residência secundária não é apenas o refúgio de fim-de-semana, uma vez que o tipo de profissão a que estão ligados lhes permite decompor o local de trabalho entre duas residências. A facilidade das deslocações, a flexibilidade do trabalho ajudada pelas novas tecnologias altera a divisão

normalmente estabelecida entre residência principal/trabalho e residência secundária/lazer.

O “ambiente tranquilo” (*Diário do Alentejo*, 20/9/96); “o isolamento”, o facto de o Alentejo ser a “terra de eleição para a vida contemplativa” (*Diário do Alentejo*, 15/11/96); os “grandes espaços da planície” e a identificação com a “cultura alentejana” (*Diário do Alentejo*, 22/2/92); o “silêncio” (*Diário de Notícias*, 15/1/94); a “tranquilidade” (*Expresso*, 29/7/95); o “estilo de vida sereno e recompensador” em contraste com a “vida insípida e acelerada da cidade” (*Público*, 6/7/94); o “sossego” e o facto de o Alentejo ter “uma população muito especial” (*Público*, 20/9/96) são algumas das motivações invocadas por aqueles que trocaram definitivamente a vida na cidade pelo monte alentejano.

Para além das motivações, os relatos destas “estórias” descrevem os cenários envolventes, verdadeiros lugares idílicos, onde “pássaros cantam nas árvores, o ar rescende a múltiplos odores, borboletas deslizam sobre o oceano de flores e um pequeno ribeiro murmurava suavemente pela encosta abaixo” (*Público*, 6/7/94).

As narrativas prestam ainda especial atenção às casas destes novos residentes. Fala-se da sua recuperação “com notável bom gosto”. Mesmo quando se trata de “um antigo palheiro com paredes de xisto e quintal para os olivais em redor”. Velhas instalações, transforma-se em locais ideais “onde podem viver rodeados de livros, pinturas e peças de cerâmica” (*Diário do Alentejo*, 20/9/96 – as palavras são do jornalista, a “estória” é a de um “aventureiro” canadiano, radicado em Portugal depois de 1975).

Noutros casos, troca-se a residência em Lisboa, e os empregos na Universidade, “por uma azenha transformada em casa, um *atelier* comprido e espaçoso atulhado de peças de escultura, o quintal com alfazema e, sobretudo, uma paisagem maravilhosa, que se estende até onde a vista alcança”.

Da “estória” deste casal de intelectuais consta ainda o facto de ele se ter tornado o depositário da memória da terra. Além dos muito mais velhos, só o “senhor escultor” sabe contar a lenda de Ana, a bela loura por quem D. João se

tomou de amores, explicando a toponímia da terra: São Bento de Ana Loura (*Diário de Notícias*, 7/12/93).

Na concretização do “sonho de ter um monte no Alentejo”, há ainda os que nada deixam ao acaso. Investem tempo, muito estudo de prospecção, e igual quantidade de dinheiro. Constróem na mais rigorosa consonância com a arquitectura alentejana (*Diário de Notícias*, 15/1/94).

A opção pode ser ainda mais rigorosa na adaptação às formas de construção tradicionais. Viver em “casa de taipa com paredes de 50 centímetros de largura”. Porque são “formas técnicas muito inteligentes e adaptadas à região”. Neste caso, a salvaguarda do património recobre duas vertentes: conservar a arquitectura tradicional e, ao mesmo tempo, adoptar uma perspectiva ecológica, substituindo a terra pelo cimento (*Diário de Notícias*, 17/3/94).

São afinal exemplos como os precedentes que têm subtraído alguns montes alentejanos “à morte anunciada” (*Diário do Alentejo* 13/12/96) e têm impulsionado a manutenção de velhas formas de construção.

A arquitectura feita de terra - o mais elementar dos materiais – constituía uma característica da região, hoje caída em desuso. Já não conquista adesão entre as populações residentes. Apesar da vantagem de serem “quentes no Inverno e frescas no Verão”, não é fácil “convencer as pessoas a adoptar de novo esse tipo de casas” (*Diário de Notícias* , 17/3/94 – responsável pelo Campo Arqueológico de Mértola).

A desafecção que a população de origem manifesta em relação a essas técnicas de construção do passado, pode ser menos uma recusa de algo que julgam arcaico e mais um simples critério na aferição do custo/benefício/funcionalidade já que o modelo de construção actualmente dominante - em cimento e tijolo - se revela sem sombra de dúvida mais económica e mais adaptável ao modelo e ao desenho funcional das casas urbanas que hoje também se adoptam (com readaptações) em meio rural.

Mas, à medida que os modelos do passado são reactivados e socialmente valorizados, como notam N. Cadiou e Luginbuhl (1995: 29), o que antes não

tinha valor, como as casas em granito da Normândia, passa a ser visto com outros olhos.

Como também refere Isabel Raposo (1998:78) no estudo que fez sobre as formas de habitar, em Alte, as experiências de salvaguarda dos modelos de construção começam a fazer parte das influências múltiplas que condicionam os modelos de casa no meio rural, sendo que essa emergência se revela quer pelo aumento do seu número, quer pela difusão dos meios de comunicação social. Acrescenta a autora que a “circulação da informação” integra decisivamente a multiplicidade dos vectores intervenientes nos modelos de casas.

As narrativas da imprensa donde extraímos as “estórias” dos novos residentes são *informação* que *significa* no todo que a *contextualiza*. Isto é, também *significa* pelo facto de os protagonistas não serem pessoas comuns, mas sim pessoas conhecidas (artistas, intelectuais, universitários) a quem a sociedade reconhece, em geral, especiais competências no domínio do “bom gosto” – pese embora a quase impossibilidade de estarmos de acordo quanto ao que se entende com essa noção. As próprias fotografias que acompanham as reportagens, permitindo “espreitar” a intimidade de gente fora do comum, também (in)formam sobre os modelos sancionados pelos intermediários culturais.

Nos casos narrados pela imprensa, tanto os aspectos arquitectónicos, quanto os materiais de construção e a própria decoração povoada de traços de “ruralidade”, constituem elementos inabaláveis a constar na (re)construção dos velhos montes, o que podemos certamente interpretar como sinal de valorização da ruralidade alentejana.

Significativo ainda dessa valorização, é a procura daquele espaço para fins turísticos, especialmente nas modalidades de turismo rural ou agro-turismo, para já não falar nas evasões efémeras que são os passeios de fim-de-semana, ou na procura de géneros alimentares certificados, a que se cola o selo (real ou imaginário) da autenticidade do produto. Qualquer consumidor confirma facilmente que os produtos certificados do Alentejo (azeite, carne, queijo,

enchidos, doçaria, etc.) são hoje os mais caros do mercado e, em geral, o seu estatuto electivo atesta-se pelo facto de se encontrarem à venda nos espaços de consumo habitualmente frequentados pelas famílias de classe média- alta.

## **6. Utilização dos recursos e do património : algumas conflitualidades**

A maior importância conferida ao património , entendido este na óptica de alargamento que temos vindo a referir, envolve uma multiplicidade de actores e de pontos de vista que dificulta substancialmente o consenso social em torno das hierarquias dos valores patrimoniais e respectivas formas de gestão (Reis: 1999).

Sobretudo, porque, na hora actual, a sensibilidade ao património não é apanágio restrito a algumas elites ou confinando à regulação estatal e institucional “De forma diferenciada, é certo” reflecte “preocupações de mais vastas camadas sociais” (Reis, idem: 79).

Assim o demonstram os movimentos, mais ou menos organizados, que têm protagonizado a contestação de certos projectos considerados atentados ao património. Destes movimentos, o que angariou maior projecção mediática e viria a gerar um intenso debate público, foi a oposição à construção de uma barragem para fins hidroeléctricos, após a descoberta da existência de gravuras rupestres na zona do Vale do Côa. A mobilização cívica veio a confirmar a suspensão da barragem, cujos trabalhos de construção haviam já sido iniciados.

A imprensa, regional e nacional tem assumido, sem qualquer sombra de dúvida, uma espécie de papel de sentinela no alerta para todo o tipo de problemas e de questões ambientais e patrimoniais. Se por um lado, isso nos permite aferir a sensibilidade social a essas questões, por outro permite-nos

também contrabalançar essa tendência com as reacções menos conformadas face àquilo que por vezes se consideram os excessos conservacionistas.

Para uma primeira caracterização dos conflitos em torno do uso dos recursos e do património, observemos, no quadro seguinte, a hierarquia da frequência com que os jornais analisados se referem aos vários itens.

Nos quatro jornais considerados globalmente, o destaque vai para as questões em torno do ordenamento do território, a gestão da água e em terceiro lugar, a instalação de actividades consideradas poluentes.

Na imprensa regional, as prioridades são diferentes: as actividades poluentes consideradas de risco são as que merecem mais atenção, seguidas dos usos cinegéticos e em terceiro lugar, as questões do ordenamento do território.

No *Diário de Notícias* hierarquiza-se a questão da água em primeiro lugar, seguida das questões do ordenamento e em terceiro lugar, a construção de barragens.

O *Público* salienta em primeiro lugar as questões do ordenamento, em segundo lugar as que têm a ver directamente com a protecção/conservação ambiental e em terceiro lugar a gestão da água. Por fim, o *Expresso* confere importância, por ordem descendente, ao ordenamento, e ao património edificado e especulação (ambos os itens registando os mesmos valores).

**Quadro 6. Problemas de uso dos recursos e do património**

Uso dos recursos e do Património	<i>Diário do ALENTEJO</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Público</i>	<i>Expresso</i>	% da linha no total
Ordenamento	18,2	10,9	26,4	18,7	19,8
Turismo	2,1	6,7	4,6	11,4	5,2
Urbanização	0,0	6,7	0,2	15,4	3,4
Infraestruturas	0,0	2,1	1,7	0,0	1,1
Especulação	1,7	7,9	1,7	12,2	4,4
Património edificado	4,5	2,1	0,0	12,2	3,1
Protecção/conserva. Ambiente	7,0	3,8	15,9	1,6	9,1
Gestão das Águas	4,9	19,7	13,0	4,1	11,3
Barragens	3,8	10,5	5,6	8,9	6,6
Act. Consideradas poluentes	21,3	9,6	4,2	0,0	9,6
Cinegética	19,2	6,3	3,9	9,8	9,3
Floresta	5,2	7,1	10,0	4,9	7,5
Incultos	4,9	1,7	3,9	0,8	3,3
Agricultura intensiva	2,1	2,9	1,7	0,0	1,9
Direitos de passagem	2,8	1,7	7,1	0,0	3,9
Baldios	2,1	0,4	0,0	0,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Em termos gerais, as questões do ordenamento do território foram assim as que mais discórdia provocaram. Nunca em relação ao princípio, mas em relação aos instrumentos de planeamento, nos aspectos da sua definição e gestão técnica e política.

O Protali e o plano de ordenamento da Zona do Paisagem Protegida da Costa Alentejana e Sudoeste Alentejano formam as peças de ordenamento cujos interesses em presença se afiguraram de conciliação mais difícil.

Genericamente, as críticas mais frequentes tiveram origem nos representantes do poder local e nas populações que se sentiram ultrapassadas pelo poder central, responsabilizado por conceber instrumentos de ordenamento demasiado restritivos no que diz respeito aos usos do solo (quadro 7).

**Quadro 7. Problemas de uso dos recursos e do património segundo os actores do discurso**

Uso dos recursos e do Património	Jornali.	Inst.Nac.	Inst.Loc.	Cient.Téc.	Ecol.Amb.	Agricult.	V.Populis	Outros	% da linha no total
Ordenamento	16,8	27,6	34,8	27,3	21,6	0,0	10,2	2,2	19,9
Turismo	7,5	6,9	1,6	5,7	5,4	1,7	0,0	0,0	5,2
Urbanização	3,2	0,0	3,2	2,3	10,8	0,0	8,2	0,0	3,4
Infraestruturas	0,6	0,0	1,1	2,3	4,1	1,7	2,0	0,0	1,1
Especulação	6,9	0,0	2,1	1,1	0,0	3,4	0,0	8,7	4,3
Património edificado	4,3	0,0	4,3	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,2
Protecção/conserva. Ambiente	4,5	20,7	5,9	19,3	9,5	36,2	6,1	4,3	9,0
Gestão das Águas	15,2	6,9	10,7	2,3	4,1	20,7	0,0	4,3	11,3
Barragens	5,5	3,4	4,3	2,3	21,6	20,7	4,1	4,3	6,8
Act. Consideradas poluentes	8,3	3,4	19,8	3,4	6,8	1,7	22,4	0,0	9,5
Cinegética	6,9	8,6	3,2	13,6	4,1	3,4	12,2	63,0	9,2
Floresta	8,3	6,9	3,7	8,0	12,2	6,9	8,2	6,5	7,5
Incultos	3,4	13,8	1,6	0,0	0,0	0,0	14,3	2,2	3,4
Agricultura Intensiva	2,2	0,0	2,7	3,4	0,0	1,7	0,0	0,0	1,9
Direitos de Passagem	5,1	1,7	1,1	4,5	0,0	0,0	12,2	4,3	3,8
Baldios	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Opinião contrária manifestaram os ecologistas e ambientalistas, que apontaram falhas técnicas e consideraram, nalguns casos, os instrumentos

demasiado permissivos. Quer em declarações, quer nas tribunas de opinião, os actores do meio científico e técnico, através de discursos mais analíticos, tiveram um protagonismo neste debate comparável ao dos políticos e decisores nacionais.

Apesar das notórias divergências, quase todos os intervenientes no debate concordaram no défice de cuidados – designadamente quanto ao carácter precário da informação útil disponibilizada aos interessados – com que os processos foram conduzidos.

Como procurámos mostrar no capítulo do método de análise da imprensa, na parte em que exemplificámos o trabalho de argumentação, a postura da imprensa, nesta matéria, cumpriu o papel de que muitas vezes é acusada: a “de construir consensos mediante artificios de retórica” (Moscovici e Doise, 1991:5), que credibilizam os argumentos de alguns grupos e desqualificam outros. Os argumentos que mais se mobilizaram, como se disse noutra parte, sustentaram a ideia de o litoral alentejano, abrangido pelas peças de ordenamento referidas, constituir uma espécie de bem comum, devendo a sua gestão ser como tal assegurada.

Seguindo a hierarquia com que os temas surgiram na imprensa, a gestão da água colocou-se, na época, com notável acuidade, dado o período de seca que então se vivia, e que levou à racionalização dos recursos aquíferos, incluindo cortes organizados e o estabelecimento de prioridades em matéria de abastecimento.

A compreensível opção de fazer beneficiar, em primeiro lugar, o abastecimento público, não impediu que a falta de água para as actividades económicas- agricultura e não só – levasse a que a imprensa da altura tivesse reeditado várias vezes o tema da “guerra da água”. Efectivamente, foram noticiadas situações em que as populações impediram transvases de albufeiras privadas que se destinavam à rega, sob o argumento de que essas águas deveriam ficar subordinadas às necessidades públicas.

A barragem de Alqueva<sup>22</sup>, embora sendo uma obra longe de ser consensual na sociedade portuguesa - quer por se duvidar do seu papel económico, quer, principalmente pelos impactos ambientais implicados - não suscitou um movimento de oposição com a mesma amplitude daquele que veio a travar a construção da barragem de Foz Côa. Mas, a não muito grande visibilidade que esta questão adquire nos nossos dados terá que ser interpretado com a devida precaução, visto o nosso período de observação coincidir com uma época de extraordinária escassez de água. Situação que, quase inevitavelmente, beliscava o sentido da oportunidade do debate. Nos nossos registos, e por razões opostas, os actores que mais se referem a Alqueva são os ambientalistas e os agricultores (com valores aliás bastante próximos). Os últimos reclamando a urgência da sua construção, aproveitando o momento de dificuldades para argumentar que se o projecto não tivesse sido sucessivamente adiado, não estariam a passar por tantas dificuldades. Os primeiros, sublinhando a desadequação do projecto, quer em termos económicos, quer ambientais.

Quanto ao terceiro tema mais mencionado, a instalação de actividades consideradas poluentes, refere-se em concreto ao que não passou de uma intenção: instalar no Alentejo um aterro e uma estação de incineração de lixos industriais (respectivamente em Grândola e em Sines). Tal perspectiva, que começou a ser ventilada no princípio da década de 90, criou um vasto movimento de protesto que uniu autarcas e populações das zonas potencialmente afectadas.

Aquela rejeição, em certo sentido uma reacção tipo Nimby (not in my back yard), foi justificada pelos eleitos e populações com argumentos de ordem variada: uns de carácter emocional, outros evocando a ciência, outros ainda evocando o património.

Com os primeiros, rejeitaram receber “os lixos de um desenvolvimento que lhes passou ao lado” e invocaram a protecção contra o que consideram ser os “riscos” envolvidos para as populações; do ponto de vista científico alertaram

---

<sup>22</sup> Para uma problematização actualizada em torna da Barragem de Alqueva, a partir do ponto de vista da região, ver por exemplo, AAVV (1999).

para a inadequação dos sítios escolhidos para o aterro (minas do Lousal e Canal Caveira) pela existência de falhas sísmicas na zona. Finalmente, as forças locais imputaram ao executivo governamental o desrespeito pelos próprios instrumentos de planeamento do território, em especial o Protali, cuja filosofia, argumentam, cumpre “assegurar o correcto ordenamento do território” e “preservar os recursos naturais, a qualidade ambiental e os valores paisagísticos”. Em conformidade com as classificações dos planos de ordenamento, os núcleos mineiros do Lousal e de Canal Caveira são considerados “património arquitectónico e arqueológico”, o que no entender dos autarcas seria mais do suficiente para inviabilizar a selecção desses locais para albergar o aterro de lixos industriais (*Diário do Alentejo*, 27/4/94 – autarca). Referira-se que a Mina do Lousal tem sido, entretanto, submetida a intervenções museológicas que inscrevem o local claramente nos objectivos da conservação patrimonial, associada a outras iniciativas de turismo cultural, projectos que na altura já estavam definidos.

Além das já referidas zonas no concelho de Grândola, estiveram em apreço outras opções para a localização dos aterros, no concelho de Alcácer do Sal. A recusa e os argumentos de justificação repisam os aspectos invocados em Grândola, acrescentando-se que os locais escolhidos para este concelho se aproximam demasiado da Barragem do Pêgo do Altar, zona para a qual a autarquia previa aproveitamentos turísticos (*Diário de Alentejo* 22/7/94- autarca).

Sines, que como já se disse chegou a ser nomeada para receber a estação de incineração, manteve idêntica postura de recusa, sustentada embora em premissas algo diferentes: o facto da zona já estar obrigada a lidar quotidianamente com o impacto da industrialização desde que “há 23 anos o governo nos impôs o complexo industrial” (*Diário do Alentejo*, 29/7/94 – presidente da Câmara). Quando “em opção preferia o modelo de desenvolvimento anterior para Sines, ligado às actividades tradicionais, nomeadamente à pesca e ao turismo”, actividades estas consignadas nas regras definidas no PDM, através da conciliação da indústria já instalada com aquelas

actividades, numa perspectiva de controlo da poluição e da preservação do meio ambiente, com o aproveitamento dos recursos endógenos (*Diário do Alentejo*, ibidem).

A questão dos aterros e da incineração a que nos temos estado a referir ganhou projecção mediática acrescida por mobilizar “gente famosa”. No caso, personalidades do mundo do cinema, que na altura participavam no Festival Internacional de Tróia, encabeçaram um abaixo assinado da designada Comissão de Luta contra a Incineradora. Um dos actores, Jeremy Irons, que protagonizara recentemente o filme *A casa dos espíritos*, rodado no Alentejo, chegou a dar uma conferência de imprensa, onde considerou o Alentejo “uma das poucas zonas da Europa ainda não poluídas e se for defendido poderá ser um paraíso turístico de preferência” *Diário do Alentejo*, 30/7/94 – actor de cinema).

A utilização dos recursos cinegéticos, pontuada pelo alastramento das reservas de caça privadas, tem sido motivo de forte conflitualidade na região. Argumentando as populações com os escassos benefícios que daí advêm para os espaços locais, especialmente por não criarem emprego, além do que, em muitos casos, ficam vedados os acessos a sítios e a caminhos que antes de instaladas as coutadas, as pessoas percorriam livremente.

Os ambientalistas, por sua vez, têm denunciado, a propósito das zonas de caça a ausência de fiscalização, levando, por exemplo, ao abate de espécies protegidas. Também na cobertura desta temática, o *Diário do Alentejo* ocupa a primeira linha, não sendo raro que as narrativas incidam ora sobre o que se considera ser a “injustiça social” da caça privada, ora se apresentem razões de ordem ecológica.

As questões em torno da protecção e conservação ambiental, conheceram arbitragens difíceis a vários propósitos, por exemplo com a aplicação e respectiva forma de gestão da Directiva Habitats (92/43/CEE), conhecida por Rede Natura 2000<sup>23</sup>. Foram sobretudo os representantes dos agricultores e dos

---

<sup>23</sup> A Directiva tem por objectivo principal a delimitação de sítios representativas dos habitats naturais mais relevantes da Europa, ou indispensáveis à conservação de espécies, animais e plantas,

produtores florestais a exprimir o descontentamento, com o que consideraram ser os exageros da política ambiental.

Entre outros, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos (CAMB), reagiu contra a inclusão do sítio que congrega áreas dos concelhos de Moura, Barrancos e Mourão, cuja eleição, para o ICN, se fundamenta por aquela ser “uma área muito heterogénea do ponto de vista biofísico, com condições para a permanência de espécies como o lince ibérico, o morcego, a abetarda e o grou”. A conservação daquela biodiversidade recomenda medidas de gestão do solo com predomínio da manutenção do sistema extensivo de produção cerealífera; um modelo de utilização múltipla de montado e de azinho e a intervenção na regulamentação da actividade cinegética (*Público*, 27/5/96 – jornalista, citando o ICN e um documento da CAMB).

Para a cooperativa, tal modelo vai na contra corrente do que se vai fazendo na zona, uma vez que “as rotações praticadas incluem-se entre as mais intensivas do Baixo Alentejo, existindo já casos de regadio, na cultura dos trigos, forragens e girassol”. Tais explorações, consideram, são essenciais para a economia do concelho de Moura, assim como o cultivo de produtos hortícolas e de oliveiras em sistema de regadio, ambos prejudicados pelas propostas do ICN. Para além disso, constituem contrariedades as limitações no que toca ao uso cinegético, uma vez que “os solos de baixa qualidade agrícola, estão submetidos, quase totalmente, ao regime cinegético especial, na forma de zonas de caça turística e de zonas de caça associativa, e representam uma importância de rendimento suplementar para os agricultores” (*Público*, *ibidem* – excertos do comunicado dos agricultores). A posição da CAP iria ainda mais longe, reclamando a não aplicação da directiva.

O facto de, como assinalámos noutra lugar, os agricultores integrarem nos seus repertórios interpretativos as funções ambientais da agricultura, parece

---

quer por serem consideradas ameaçadas, quer por serem endémicas da Europa. Visa assim assegurar a definição e a conservação de um vasto património ambiental.

ficar sobre reserva, quando medidas concretas em prol do ambiente são perspectivadas como ameaça à experiência prática que têm do uso do solo.

Por parte das autarquias, salvo algumas exceções (*Público*, 4/11/96) não parece que a listagem dos sítios tenha suscitado grande oposição, o que em certa medida se inscreve na coerência retórica que o poder local vem ostentando a propósito da conservação do património.

Os projectos de florestação eucaliptal constituem uma modalidade de conflito em torno do uso do solo bem conhecida no Alentejo, que tem mobilizado a oposição dos ecologistas, das populações e dos eleitos locais, quer pela homogeneização paisagística, quer pela desertificação que induzem ou ainda pelo perigo de incêndios de Verão.

No domínio do património edificado, adquiriram expressão mais sensível a potencial reconversão de monumentos históricos em espaços de utilização turística. Foi o que esteve para acontecer com a venda do Castelo de Noudar. Adquirido em hasta pública no século XIX, por uma família da zona, o castelo medieval foi sendo deixado ao abandono. No passado recente, algumas acções de conservação foram suportadas por fundos públicos. E, entretanto, o acesso ao monumento estava aberto aos residentes e visitantes.

A venda a entidades privadas, segundo os “ruídos” que transpareceram na imprensa, teria subjacente a reconversão para usos turísticos, criando na Herdade da Coitadinha, onde se insere o castelo, uma zona de caça turística. A esta probabilidade se opôs (com sucesso) a Câmara de Barrancos, alegando que nos últimos anos ali foram sendo feitas obras de restauro e de descobertas arqueológicas que, aliadas às características biofísicas do meio, permitiriam criar na região de Noudar um parque natural, abrangendo parte dos concelhos de Barrancos e Mourão (*Diário do Alentejo*, 10/12/95).

Elvas, cidade que formalizou recentemente o pedido de classificação como Património Mundial, recebeu com surpresa a notícia de que o forte militar da Nossa Senhora da Graça, uma vez desactivado das suas funções, iria também ser posto à venda em hasta pública (*Diário de Notícias*, 22/6/94). A eventualidade da alienação deste património militar mereceu vivos protestos,

entre outros, por parte da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos que já se vinha mobilizando para impedir que o Castelo de Noudar viesse a ser subtraído ao usufruto público (*Público*, 9/10/94).

Enfim, o que pretendíamos sublinhar com esta já longa exposição era a propensão socialmente mobilizadora das questões em torno da utilização dos recursos e do património.

A retórica que a este propósito se utiliza obriga a sermos prudentes quanto à ideia de que a defesa do património se encontrar plenamente consolidada no nosso país. Pese embora a existência de sinais positivos nesse sentido, também os há em sentido contrário. Pois, se na articulação discursiva se assiste a uma verdadeira inflação do discurso de conservação, quando se trata de colocar em prática instrumentos de gestão, surgem crispações que, ao mesmo tempo ilustram lutas pelo poder, revelam a dificuldade de articular as diferentes perspectivas e sedes institucionais de intervenção e, de forma não menos importante, fazem transparecer diferentes intensidades na prevalência dos valores patrimoniais quando estão em causa perspectivas de desenvolvimento económico.

Note-se por último, que as dissensões se agravam quando o Estado, ele próprio, toma decisões nem sempre consentâneas com os objectivos de conservação do património e quando essas decisões, tomadas mais de forma mais autoritária do que participada, são sentidas como invasão dos territórios locais.

## **7. Problemas ambientais no Alentejo – notas de saliência**

Apesar da sucessiva afirmação das condições excepcionais do Alentejo em matéria ambiental, sobretudo quando comparadas a outras zonas do país, é claro que a região está longe de ser um total paraíso.

Quadro. 8. Problemas ambientais

Problemas Ambientais	Diário do Alentejo	Diário de Notícias	Público	Expresso	% linha no total
Poluição águas	12,2	18,6	13,3	14,9	14,9
Água consumo	2,1	5,3	5,1	2,1	4,2
Seca	24,5	16,6	13,7	14,9	17,5
Agro-pecuária	13,3	13,0	12,2	12,8	12,8
Urbano-industriais	8,5	8,9	9,4	12,8	9,2
Pragas	4,8	3,6	0,8	0,0	2,7
Espécies ameaçadas	17,0	9,3	20,8	8,5	15,2
Erosão/desertificação	5,9	6,5	4,3	23,4	6,6
Coberto Florestal	5,3	5,7	9,0	0,0	6,4
Abandono agricultura	2,1	0,8	0,0	2,1	0,9
Incêndios Florestais	2,1	0,8	0,4	0,0	0,9
Rel.Turismo	0,5	4,0	2,7	0,0	2,4
Desordenamento	0,0	3,2	0,4	0,0	1,2
Lixos	0,5	1,6	5,1	8,5	3,0
Ind. Extractiva	1,1	2,0	2,7	0,0	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Seguindo a lógica do capítulo anterior, começemos por hierarquizar os problemas ambientais na globalidade dos artigos da imprensa: a seca, nas suas amplas consequências constitui o tema de maior relevo, a que se segue o problema da poluição das águas, em parte relacionada com a seca, e sensivelmente com o mesmo valor, os problemas ambientais derivados da agricultura e as espécies ameaçadas de extinção (quadro 8).

O período que analisámos, visto coincidir com condições climatéricas adversas (pluviosidade fraca e temperaturas muito elevadas), levou à inflação dos problemas directa ou indirectamente relacionados com estas circunstâncias naturais.

Desde modo, a poluição das águas, em particular no Guadiana, mas também em outros pontos de retenção como as ribeiras e as albufeiras que alimentam o abastecimento público, conquistou, no *Diário de Notícias*, a primazia nas preocupações ambientais. No *Diário do Alentejo*, embora também se autonomiza o problema da água como o principal recurso ameaçado, as notícias, focam mais frequentemente os problemas da seca e a sua repercussão quer na quantidade e qualidade dos caudais de água, quer ainda nas suas consequências sobre o mundo animal e vegetal.



As causas do risco de extinção de algumas destas espécies, invocam circunstâncias naturais (Invernos demasiado frios e Verões demasiado quentes, secagem gradual de algumas zonas húmidas, etc).

Mas, mais frequentemente é à acção humana que se alude. Basicamente em três sentidos:

- por um lado, o abandono das terras com consequências no habitat que levam ao afastamento das espécies;
- por outro lado, a intensificação agrícola, com o uso de pesticidas e herbicidas contribui para a mortandade pelo envenenamento; acresce que, nas zonas de caça, os ecologistas e ambientalistas têm frequentemente denunciado o controlo desregrado dos predadores. Estes tipo de problemas merece maior realce no jornal *Público*;
- por fim, a actividade cinegética, em particular com acusações, parte a parte, dos defensores do regime livre e dos partidários das reservas de caça privada.

Refira-se ainda que os problemas relacionados com a poluição agro-pecuária não passam de modo algum despercebidos. O excesso de encabeçamento nalgumas herdades, com concentração excessiva de animais e conseqüente aumento de carga orgânica, reflectindo-se na poluição dos cursos de água, constitui tema recorrente.

No entanto, para além do uso excessivo de pesticidas, são sobretudo as questões ligadas às agro-indústrias (em especial o não tratamento das águas ruças) a merecer maior preocupação.

A este propósito os responsáveis da agricultura adoptam posturas próximas das seguintes: “O presidente da CAMB (Cooperativa agrícola de Moura e Barrancos) assume a quota parte de responsabilidade da cooperativa na poluição do Ardila, mas refere que “os esgotos da cidade de Moura poluem ainda mais, porque continuam durante todo o ano, a desaguar no rio sem qualquer tratamento” (*Diário do Alentejo*, 8/1/93). Outro argumento corrente, é não negar a responsabilidade da agricultura portuguesa, mas sublinhar que as

extensas zonas de regadio da bacia espanhola contribuem com a parte de leão para a poluição do Guadiana. Outras vezes ainda, argumenta-se com a falta de apoios estatais à reconversão das unidades agro-industriais que, não podendo suportar as inovações requeridas no plano ambiental só têm duas soluções: continuar a laborar nas condições presentes, ou fechar as portas definitivamente, lançando as famílias no desemprego. Nesta medida, estes actores adoptam, face à questão, uma estratégia nitidamente defensiva e desculpabilizante, mas que não vai ao ponto de ilibar completamente a responsabilidade das actividades agrícolas e agro-industriais.

A consciência face aos problemas relativos à erosão e desertificação dos solos é, em geral, associada às opções agro-florestais, com especial realce para a herança deixada pela campanha do trigo. Constituindo um tema mais premente entre os actores com competências políticas e decisórias de nível nacional e os pertencentes ao meio científico e técnico.

Para concluir, impõe-se salientar que não são praticamente evidenciados problemas ambientais imputáveis ao desordenamento urbanístico, o que em boa medida significa que os conflitos em torno das questões de ordenamento que se sublinharam no capítulo anterior tinham essencialmente a ver com projectos em gestação, significando também que o Alentejo constitui um território que a sociedade colocou sob vigilância.

## 8. Perspectivas de desenvolvimento rural

Nesta parte da exploração dos nossos textos, procuramos aferir como se organizam discursivamente as perspectivas de desenvolvimento rural para a região em estudo.

Se as orientações políticas conduzidas pelo Estado, sem esquecer a Comunidade Europeia, se revelam determinantes na criação das condições de desenvolvimento - designadamente no quadro regulamentar, nos suportes financeiros e na articulação das políticas de incidência rural -, essas funções, sem o entrosamento das forças e das vontades locais arriscam-se a enquadrar mais uma política de assistência do que um incentivo à valorização das produções e dos serviços das zonas rurais (Vandermeersch, 1996; Kayser *et. al.*1994).

De acordo com a Declaração de Cork - onde se estabeleceram algumas linhas de actuação da política rural europeia - “o desenvolvimento rural sustentável deve ser uma das prioridades da União Europeia” (Declaração de Cork, citada em Covas, 1997: 33).

O conceito de “desenvolvimento sustentável” tem as suas raízes no chamado relatório Brundtland (1987) que o define como um tipo de “desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras proverem à satisfação das suas próprias necessidades” (Redclift e Woodgate, 1997: 56). Inquestionável do ponto de vista dos princípios, o conceito procura assim casar desenvolvimento e ambiente. Representa, para o final do século XX, algo semelhante à adesão que no passado mereceu a ideia de “progresso”. Mas agora, a esperança quanto às possibilidades de melhorar as condições de vida tem como pano de fundo um mundo dividido e com recursos naturais finitos (Sachs, 1997: 71).

Apesar do acordo quanto aos princípios gerais, os discursos que se reclamam partidários do desenvolvimento sustentável manifestam nítida

heterogeneidade quer quanto à “forma como entendem o desenvolvimento, quer no modo de relacionarem a ecologia com a justiça”, dois elementos centrais ao conceito (Sachs, *idem*: 75).

Para Susan Baker (1997), uma expressão das ambiguidades em torno do desenvolvimento sustentável, pode ser vista nas dificuldades que se têm verificado na UE quanto à operacionalização e implementação do conceito, em especial no que se refere à agricultura, já que, na interpretação da autora, as medidas de “conservação da natureza” permanecem relativamente isoladas da política de desenvolvimento agrícola da União (*idem*: 384, 385).

Autores como Sevilla-Guzmán e Woodgate (1995) são bem mais radicais na apreciação crítica do conceito. Encontram nele a expressão de um “discurso ecotecnocrático” de tendência hegemónica, que consubstancia a resposta “oficial” à crise da modernidade (*idem*: 95). Resposta que, segundo a crítica de Sevilla- Guzmán e Woodgate, radica nos pressupostos de que os problemas ecológicos podem ser solucionados através da aplicação da ciência convencional, da tecnologia industrial e da extensão das estruturas democráticas (*idem*: 94).

A noção de “sustentabilidade” que os autores consideram como verdadeira alternativa é “agroecologia”. Pressupõe uma ruptura com o modo de produção industrial e a base em que este assenta – o consumo de energia fóssil e a homogeneização cultural. O que propõem, através do conceito de “agroecologia”, é um outro tipo de agricultura, baseado no uso de energias renováveis (*idem*: 97) e atento à “coevolução”, isto é à forma como as culturas tradicionais aproveitam as potencialidades agrícolas no decurso da evolução paralela e interactiva entre os sistemas sociais e biológicos (*idem*: 94).

Em suma, a crítica dos autores supra citados dirige-se ao facto das definições oficiais serem versões canónicas, prontas a adoptar, independentemente das realidades contextuais e das sabedorias informadas pelas identidades culturais e pela envolvente sociopolítica.

Em sentido de certa forma análogo, Marsden *et al.*, (1997) chamam a atenção para a diversidade do espaço rural e para o facto de as “redes de

actores” intervenientes nesses espaços adoptarem discursos igualmente diferentes da sustentabilidade (idem: 475). Entendem por isso que o discurso da modernização ecológica se deve alargar em duas direcções: 1) incorporação da diversidade rural e regional nos debates e modelos; 2) integração da dinâmica social na construção dos objectivos da sustentabilidade (idem: 476).

Socorremo-nos desta explanação, em torno da noção de desenvolvimento sustentável, para sublinhar o quanto a conservação do ambiente revela a sua centralidade na problemática do desenvolvimento rural, ao mesmo tempo que tal inclusão implica diferentes interesses (e perspectivas) quer face ao que se consideram ser os factores do desenvolvimento, quer na relação entre aquele e o ambiente.

Procuraremos de seguida caracterizar as perspectivas de desenvolvimento rural para o Alentejo. Primeiro comparamos o que se consideram ser os factores de desenvolvimento, organizadas por sectores de intervenção, segundo a importância que a imprensa lhes assegura.

Numa segunda fase, tratamos de identificar os actores que acedem a colocar as suas noções de desenvolvimento no espaço público mediático. Simultaneamente, procuramos pistas de coerência (ou de afastamento) face às representações do rural.

### **8. 1. Os sectores do desenvolvimento rural para o Alentejo**

As noções de desenvolvimento rural com que a imprensa nos confronta possuem, antes de mais, uma base eminentemente territorial.

Desprezando por agora o diferente tratamento que tais questões podem merecer em cada um dos jornais, verifica-se que, globalmente, se difunde na imprensa uma visão do desenvolvimento rural não exclusivamente alicerçado na agricultura, mas antes valorizando as intervenções tendentes à criação (ou aperfeiçoamento) de uma extensa gama de bens e serviços de tipo eco-rural (quadro 10).

**Quadro 10. Sectores prioritários do desenvolvimento rural do Alentejo, segundo a imprensa**

Áreas de intervenção Prioritárias	<i>Diário do Alentejo</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Público</i>	<i>Expresso</i>	<i>% da linha no total</i>
<b>Sector Agro-florestal</b>					
Agricultura	14,1	7,5	8,0	13,3	10,8
Floresta	1,8	3,9	4,7	7,2	3,4
Produção Qualidade	3,3	4,8	9,4	7,2	5,4
Estrutura Fundiária	4,2	2,7	3,0	4,8	3,6
<b>Total parcial</b>	<b>23,4</b>	<b>18,9</b>	<b>25,1</b>	<b>32,5</b>	<b>23,2</b>
<b>Sector industrial</b>					
Agro-indústria	4,4	3,3	2,3	2,4	3,5
Varias outras	3,5	4,5	1,0	1,2	3,0
<b>Total parcial</b>	<b>7,8</b>	<b>7,8</b>	<b>3,3</b>	<b>3,6</b>	<b>6,5</b>
<b>Território</b>					
Ordenamento	1,8	0,3	2,0	2,4	1,5
Património	9,1	9,6	12,7	7,2	10,0
Áreas Protegidas	6,0	2,7	7,0	8,4	5,5
Fixar População	0,9	2,7	3,3	2,4	2,1
<b>Total parcial</b>	<b>17,9</b>	<b>15,3</b>	<b>25,1</b>	<b>20,5</b>	<b>19,1</b>
<b>Sector Turismo</b>					
Rural/natureza	5,7	7,5	7,7	12,0	7,0
Cultural	2,9	4,2	4,3	1,2	3,5
Cinegético	1,1	2,7	3,0	2,4	2,1
Outras modalidades	10,6	13,2	7,7	6,0	10,3
<b>Total parcial</b>	<b>20,3</b>	<b>27,5</b>	<b>22,7</b>	<b>21,7</b>	<b>22,9</b>
<b>Cultura/saberes/fazer</b>					
Valorizar identidades	3,5	3,6	2,7	0,0	3,1
Alterar mentalidades	0,7	0,3	0,7	0,0	0,6
Artesanato	1,8	2,4	5,4	2,4	2,8
Tradicional/moderno	2,6	0,6	1,3	0,0	1,6
<b>Total parcial</b>	<b>8,6</b>	<b>6,9</b>	<b>10,0</b>	<b>2,4</b>	<b>8,1</b>
<b>Equipamentos</b>					
Infraestruturas/ geral	16,1	18,0	9,4	14,5	14,9
Ciência/ensino	1,8	1,2	0,7	1,2	1,3
<b>Total parcial</b>	<b>17,9</b>	<b>19,2</b>	<b>10,0</b>	<b>15,7</b>	<b>16,2</b>
<b>Plano Político</b>					
Regionalização	2,4	2,1	1,3	1,2	2,0
Participação cívica	1,8	2,4	2,3	2,4	2,1
<b>Total parcial</b>	<b>4,2</b>	<b>4,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>	<b>4,1</b>
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

De facto, a melhoria das condições de funcionamento e capacidade performativa do sector agro-florestal (23,2%) fazem-se acompanhar do objectivo de diversificação das actividades. Mas, uma diversificação orientada muito particularmente para a promoção do turismo, em diferentes modalidades (22,9%).

Em terceiro lugar surge a alusão às questões do território (19%), com particular destaque para tudo o que diz respeito aos seus valores patrimoniais (10%) entendidos no sentido lato, tal como se definiu em capítulos anteriores, e perspectivados como o grande trunfo da diferenciação da região.

Nesta óptica, a criação de Áreas Protegidas, pela potencialidade de assegurarem a conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo garantirem à região condições de atracção privilegiadas, integram, principalmente para o *Expresso* (8,4%) e para o *Público* (7,0%) as acções a incluir na promoção do desenvolvimento.

O quarto lugar recai sobre a implantação de equipamentos e de infraestruturas em geral. Nestas últimas incluímos a construção de reservas de água, estando conseqüentemente contemplada a barragem de Alqueva, razão que explica o porquê do item contar quase 15% nas referências da imprensa.

A valorização da cultura e dos saberes fazer adquire menor saliência do que as questões tratadas até aqui, muito embora a sua importância relativa possa ser aferida pelo facto de a ela se aludir com frequência semelhante com que se menciona a implantação industrial.

Por fim, a defesa de uma maior participação das colectividades territoriais na definição e implementação dos objectivos de desenvolvimento rural, seja pela via da regionalização, seja pela via da participação cívica, não transparece grandemente enquanto elemento importante a mobilizar para as estratégias de desenvolvimento rural.

Curiosamente, o *Diário do Alentejo*, geralmente empenhado em exprimir o descontentamento regional face ao que considera ser o desinteresse político pelo Alentejo, não se distingue substancialmente dos outros jornais. Importa rectificar que não estamos a tratar do protagonismo político e administrativo que a região tem reclamado pela via da regionalização. Reportamo-nos exclusivamente à menção dos valores da participação quando referidos, directa ou indirectamente ao desenvolvimento rural.

Parece-nos assim que, todos os jornais sem excepção, revelam pouca sensibilidade ao potencial de iniciativa e de responsabilização que possa emergir a partir das colectividades territoriais.

Em traços gerais, pode dizer-se que a imprensa reproduz razoavelmente os discursos social e politicamente prevalecentes de um desenvolvimento rural que não faz exactamente tábua rasa dos usos agro-florestais que visam objectivos económicos e produtivos, mas se abre a outras actividades centradas na qualidade ambiental território. Pese embora, como vimos no capítulo em que tratámos dos conflitos sobre o uso dos recursos e do património, a salvaguarda do património ambiental possa ser entendida numa perspectiva mais ou menos conservacionista, segundo os interesses e a experiência que os actores têm dos territórios locais.

## **8.2. Os actores dos discursos do desenvolvimento rural**

Como não poderia deixar de ser, os agricultores e os agentes económicos de outras actividades, directa ou indirectamente ligadas ao sector, são os que mais pautam o desenvolvimento rural pelas potencialidades do sector agro-florestal (quadro 11).

Posição em certa medida mais surpreendente exprime-se entre os ecologistas e ambientalistas, para quem os usos agro-florestais do solo constitui uma prioridade próxima da que lhe é conferida pelos actores institucionais nacionais. À posição assumida pelos ambientalistas não é alheio o facto de o abandono dos usos agrícolas tradicionais representarem uma reconhecida ameaça à qualidade ambiental e à sobrevivência de algumas espécies, particularmente as que dependem das estepes alentejanas.

Nessa óptica, perfilham a manutenção dos usos tradicionais do solo e a expansão da agricultura biológica, que permitirá aos agricultores “sobressair pela qualidade dos seus produtos” (*Diário de Notícias*, 12/11/95). Dois aspectos que, como se referiu noutro lugar, constituem o núcleo duro das chamadas Medidas Agro-ambientais, que contemplam a recompensa dos

agricultores por perdas de rendimento, ou pela adopção de técnicas de cultivo compatíveis com a preservação dos recursos naturais.

**Quadro 11. Sectores prioritários do desenvolvimento rural do Alentejo, segundo os actores do discurso**

Áreas de intervenção prioritárias	Jornali.	Inst.Nac.	Inst.Locais	Cient.Téc.	Ecol.Amb.	Agricult.	VoxPopulis	Outros	% linha todos os discursos
<b>Sector Agro-florestal</b>									
Agricultura	7,2	18,1	8,2	10,2	19,0	20,0	12,5	9,5	10,8
Floresta	1,8	10,5	0,8	2,1	9,5	5,0	0,0	4,8	3,5
Produção Qualidade	6,6	2,4	2,4	8,6	4,8	12,5	0,0	23,8	5,4
Estrutura Fundiária	2,4	8,9	2,7	1,1	0,0	2,5	0,0	9,5	3,6
<b>Total parcial</b>	<b>18,1</b>	<b>39,9</b>	<b>14,1</b>	<b>21,9</b>	<b>33,3</b>	<b>40,0</b>	<b>12,5</b>	<b>47,6</b>	<b>23,3</b>
<b>Sector industrial</b>									
Agro-indústria	3,0	3,6	4,0	1,6	0,0	6,3	0,0	9,5	3,5
Varias outras	2,4	3,6	5,3	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	3,0
<b>Total parcial</b>	<b>5,4</b>	<b>7,3</b>	<b>9,3</b>	<b>1,6</b>	<b>4,8</b>	<b>6,3</b>	<b>0,0</b>	<b>9,5</b>	<b>6,4</b>
<b>Território</b>									
Ordenamento	1,5	1,2	2,9	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6
Património	8,4	5,2	12,0	16,0	33,3	3,8	6,3	0,0	10,0
Áreas Protegidas	4,8	5,6	6,9	8,6	9,5	0,0	0,0	0,0	5,8
Fixar População	1,2	2,8	1,1	5,3	4,8	0,0	0,0	0,0	2,0
<b>Total parcial</b>	<b>16,0</b>	<b>14,9</b>	<b>22,9</b>	<b>30,5</b>	<b>47,6</b>	<b>3,8</b>	<b>6,3</b>	<b>0,0</b>	<b>19,4</b>
<b>Sector Turismo</b>									
Rural/natureza	10,2	4,8	5,9	5,9	4,8	10,0	0,0	4,8	7,0
Cultural	4,2	0,8	4,5	4,8	4,8	0,0	0,0	4,8	3,5
Cinegético	3,6	2,0	1,1	0,5	0,0	2,5	0,0	9,5	2,0
Outras modalidades	14,8	8,1	13,6	3,2	0,0	0,0	25,0	0,0	10,2
<b>Total parcial</b>	<b>32,8</b>	<b>15,7</b>	<b>25,0</b>	<b>14,4</b>	<b>9,5</b>	<b>12,5</b>	<b>25,0</b>	<b>19,0</b>	<b>22,7</b>
<b>Cultura/saberes/fazer</b>									
Valorizar identidades	0,6	1,2	2,4	12,8	0,0	1,3	0,0	0,0	3,1
Alterar mentalidades	0,3	0,0	0,0	0,5	0,0	5,0	0,0	4,8	0,5
Artesanato	5,4	0,8	2,9	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8
Tradicional/moderno	1,8	0,4	1,1	3,7	0,0	0,0	12,5	0,0	1,6
<b>Total parcial</b>	<b>8,1</b>	<b>2,4</b>	<b>6,4</b>	<b>19,8</b>	<b>0,0</b>	<b>6,3</b>	<b>12,5</b>	<b>4,8</b>	<b>8,0</b>
<b>Equipamentos</b>									
Infraestruturas/ geral	15,1	16,9	14,4	5,9	4,8	26,3	43,8	14,3	14,8
Ciência/ensino	0,9	0,4	2,4	1,6	0,0	0,0	0,0	4,8	1,3
<b>Total parcial</b>	<b>16,0</b>	<b>17,3</b>	<b>16,8</b>	<b>7,5</b>	<b>4,8</b>	<b>26,3</b>	<b>43,8</b>	<b>19,0</b>	<b>16,2</b>
<b>Plano Político</b>									
Regionalização	0,6	1,2	4,0	0,5	0,0	3,8	0,0	0,0	1,9
Participação cívica	3,0	1,2	1,6	3,7	0,0	1,3	0,0	0,0	2,1
<b>Total parcial</b>	<b>3,6</b>	<b>2,4</b>	<b>5,6</b>	<b>4,3</b>	<b>0,0</b>	<b>5,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A vantagem a extrair da produção de qualidade, não necessariamente garantida pela produção biológica, constitui também para os agricultores e para os cientistas e técnicos, um elemento estratégico do desenvolvimento rural.

Não obstante a consciência de que esses produtos terão que assegurar o seu escoamento para fora da região, particularmente visando nichos de mercado com elevado poder aquisitivo.

Resta referir a óbvia primazia que as associações ambientalistas conferem ao património natural como o mais inquestionável aspecto da sustentabilidade rural da região.

Os actores institucionais nacionais esforçam-se por fazer prevalecer a ideia de que “agricultura” e “desenvolvimento rural” são “duas faces da mesma realidade”, em que numa se revela a incidência “agro-alimentar” e noutra a vertente “eco-rural”. Mas ambas “exprimem uma concepção harmoniosa na utilização do território, segundo as suas potencialidades: mais produtivistas no primeiro caso, mais ecológicas no segundo” (*Diário de Notícias*, 9/6/96 – secretário de Estado da Agricultura).

A noção de uma agricultura “multifuncional” marca presença frequente no discurso dos actores institucionais nacionais, não só a propósito do desenvolvimento do Alentejo, mas como orientação política global.

O conteúdo da Lei de Bases de Desenvolvimento Agrário de 1993, pretende definir o âmbito dessa nova agricultura, definindo três grandes dimensões para a intervenção política: “mercado, multifuncionalidade e sustentação de rendimentos” (*Expresso*, 29/5/93 – excertos do texto da Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário).

Quanto aos actores institucionais regionais e locais, os seus discursos orientam-se, em termos de frequência relativa, menos para o sector agro-florestal do que para outras vertentes de atracção do território, em particular para a promoção dos valores patrimoniais, que associam às potencialidades do desenvolvimento turístico, sendo este o item a que conferem maior saliência. Tal como acontece com os jornalistas.

Se compararmos este posicionamento dos actores regionais e locais, com aquele que os mesmos actores revelam em relação às representações do rural, nota-se uma divergência notória no pouco relevo que então conferiam à noção

de rural como espaço de lazer face ao destaque agora atribuído ao turismo enquanto potencial a explorar para o desenvolvimento do Alentejo.

Os actores ligados ao mundo da ciência e da técnica partilham, com os membros das associações ecologistas e com os actores institucionais regionais e locais, a noção de que o património constitui inequivocamente um trunfo a fazer valer e a articular, de forma esclarecida, com os objectivos de desenvolvimento.

O discurso destes actores caracteriza-se ainda por ser o que mais exprime a importância da cultura e dos saberes fazer da região, enquanto particularidades susceptíveis de integrarem os projectos de valorização do Alentejo.

A criação de infraestruturas constitui um tema de grande pertinência para todos os actores em geral, com excepção dos ambientalistas e dos cientistas e técnicos, que como vimos destacam preferencialmente outras dimensões do desenvolvimento.

O plano da intervenção e participação das colectividades territoriais adquire importância variável consoante os actores. São os actores institucionais locais e regionais que maior importância atribuem à diluição dos poderes e à deslocação das responsabilidades de cima para baixo, pela via da regionalização, questão a que também aderem os agricultores. Enquanto os cientistas e técnicos, bem como os jornalistas, se pronunciam em favor da maior participação cívica.

Paradoxalmente, no discurso das associações ambientalistas não encontramos registos explícitos quanto à importância de fazer participar as populações nos processos de desenvolvimento rural. Situação contrastante com o que constitui a prática efectiva dessas associações, que vêm actuando, de forma combativa e conseqüente, não exclusivamente do ponto de vista da defesa do ambiente, mas também intervindo nos debates sobre o desenvolvimento da região. Por outro lado, são precisamente estas associações que frequentemente criticam a falta de informação às populações e se referem ao pouco envolvimento, se não mesmo a uma espécie de divórcio, entre as

populações e as entidades responsáveis pela gestão das zonas protegidas, sendo o exemplo mais mencionado a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Olhando a questão por este prisma, podemos inferir que a participação das colectividades territoriais no desenvolvimento rural se encontra de certa forma implícita no discurso destes actores<sup>1</sup>.

Os actores que representam a voz popular também não se referem à questão da participação. Esta voz, aliás, está praticamente ausente nos discursos sobre o desenvolvimento rural. Muito provavelmente este será um sinal em que se conjugam dois aspectos: por um lado, a desmobilização da própria população; por outro lado, o facto de, para os jornalistas, as populações não representarem fonte autorizada para falar sobre as questões do desenvolvimento, domínio da competência dos decisores e dos especialistas.

Se entendermos, como sugerem Marsden *et al.*(1997: 476) que a “sustentabilidade não é um fenómeno nem absoluto nem objectivo, mas um estímulo a um debate mais imaginativo e mais crítico acerca da posição comparativa do rural”, parece-nos poder concluir que, no que respeita ao Alentejo, o debate converge para recriar o rural alentejano, no quadro da permanência de alguma agricultura, aliada à exploração das vantagens que se podem extrair das qualificações do seu território marcado pela forte identidade das suas paisagens, criadas e mantidas pelo modo como os habitantes se relacionam com o meio.

---

<sup>1</sup> Outra interpretação alternativa, que não estamos em condições de esclarecer dado não termos orientado o questionamento nesse sentido, pode ser um eventual elitismo das associações ambientalistas, pouco propenso a promover a participação das colectividades territoriais, preferindo-lhe a participação mais especializada.

## CONCLUSÃO

### I.

As abordagens que tomam por referência o carácter distintivo do espaço rural, conferido pelo legado da permanência das relações económicas e sociais de base agrícola, constituem a tendência forte na investigação sobre o rural. O Cap. I referiu-se a algumas dessas perspectivas de análise. Paralelamente, apresentou orientações mais recentes que sugerem novos temas de pesquisa e outros enfoques teórico-metodológicos.

O alargamento das problemáticas a que nos referimos, não pretende superar a orientação que tem conduzido os estudos do rural a centrarem-se fundamentalmente nas temáticas do espaço e dos actores com intervenção nas dinâmicas de âmbito local.

O que alguns autores questionam é que o espaço, como realidade física, económica ou ecológica, seja suficientemente poderoso (e determinista) para servir de fundamento à ruralidade (Mormont, 1989, 1990, 1996, 1997; Halfacree, 1993; 1995; Marsden *et al.* 1993; Jones, 1995; Litle e Austin, 1996; Cloke, 1997). Entre outras coisas, estes autores fazem notar que no mesmo espaço físico coexistem vários espaços sociais e ainda que a generalidade dos actores em presença estejam apostados em definir a sua aldeia como rural, fazem-no por razões diferentes (Jones, 1995).

A evidência empírica parece pois angariar apoio à perspectiva dos autores supra mencionados que consiste em estudar o rural como realidade socialmente construída. Nesse trabalho de construção não participam apenas os rurais eles próprios, mas vários grupos sociais, dotados de diferentes capacidades de poder para fazer reconhecer como socialmente válidas as suas noções do rural e da ruralidade. Muito embora certas representações do rural possam ser oriundas do mundo extra-rural, a sua capacidade de se imporem como representações socialmente partilhadas decorre da sua adequação ao suporte identitário das

colectividades territoriais, já que, como notam alguns dos actores que citámos, será ao nível local que as diversas noções do rural serão negociadas.

A pesquisa começa assim a interessar-se pelas representações sociais inscritas em diferentes campos discursivos. Não para cantonar o rural a uma categoria do imaginário e da construção mental, mas para procurar ressonância na interacção entre o dizer e o agir. As representações sociais, como as definimos no início desta pesquisa, não são meras reacções ao mundo, são, elas próprias, criadoras e transformadoras (Bourdieu, 1982). Desta forma, os grupos e instituições que definem as novas noções do rural atribuem-lhe uma série de conteúdos, ao mesmo tempo que do ponto de vista da acção tendem a agir no sentido de fazer prevalecer esses mesmos conteúdos.

Sem que possamos falar propriamente da emergência de uma nova escola de pensamento, nem sequer de programas de pesquisa unificados, podemos contudo encontrar nestes estudos o reconhecimento da importância da linguagem e de outros sistemas de signos na constituição da experiência.

Como nota Dosse, a actual reflexão, em ruptura com certos determinismos e com as grandes dicotomias que informaram a ciência moderna, parece propenso a “reabilitar a intencionalidade e as justificações dos actores numa determinação recíproca do fazer e do dizer” (Dosse, 1997:12).

Beneficiando pois desse clima intelectual, o interesse pelas diferentes formas de construir discursivamente o rural também não é alheio ao constato de que as noções do rural são continuamente reactivadas e investidas de novos sentidos (sejam eles a perenidade dos valores tradicionais, o refúgio à modernidade, um quadro de vida que se idealiza, o ambiente conservado, a proximidade à natureza, ou ainda a beleza paisagística dos lugares e os seus valores patrimoniais). Uma constatação que também se verifica nos países que mais cedo, e de forma mais intensa, iniciaram os seus processos de industrialização e de urbanização.

Se há 30 anos Ray Paul escreveu sobre a “aldeia na mente” (citado por Cloke, 1997: 372), só mais recentemente ocorreram os desenvolvimentos teórico-

metodológicos propícios ao estudo da construção social e cultural da ruralidade e da vida rural.

## II.

A escolha do Alentejo como nível geográfico de observação, justificada no Cap. II, à parte das subjectividades então explicadas, foi influenciada por se tratar de uma região historicamente conotada com toda uma série de desvantagens. Parecia-nos, no entanto, e esta era uma ideia que recolhíamos de informações dispersas, que o Alentejo estava a ser objecto de uma revalorização simbólica. Posteriormente, os resultados do Inquérito *Observa* (1977/78) confirmaram a ideia vaga que tínhamos à partida, ao revelarem que, à luz das actuais sensibilidades, o Alentejo é para a opinião pública portuguesa a região melhor cotada do ponto de vista ambiental.

O desenvolvimento da pesquisa, como adiante daremos conta, conferiu pertinência à escolha do Alentejo como território sobre o qual se fazem diversas projecções simbólicas e se constróem diferentes noções de ruralidade.

## III/IV.

As opções teórico-metodológicas que nos orientaram no estudo das representações do rural na imprensa apresentam vantagens, mas também encerram alguns limites

Começando pelas vantagens, estas residem, fundamentalmente, no facto de o *corpus* jornalístico constituir um conjunto de discursos estruturados que exprimem visões do mundo.

Como se procurou salientar recorrendo às teorias da comunicação e do *news making* (cap. III e IV), a actual reflexão está muito longe de concluir pelo mimetismo entre o que se passa no mundo e a realidade que se nos depara quando percorremos as página do jornal.

Os textos jornalísticos são o resultado dos múltiplos critérios com que o campo discursivo do jornalismo define ( e coloca em cena) o que os temas de

interesse público. Através desse processo de (re)construção, os *media* chamam para a agenda pública certos aspectos da realidade. Fazem-no, através de práticas que pressupõem consensos quanto aos procedimentos considerados correctos pela comunidade jornalística.

Tal como os cientistas, os jornalistas podem ser definidos como comunidades interpretativas. Orientadas pela regulação específica do meio em que se movem, tanto os primeiros como os segundos estão implicados na interpretação e na divulgação das coisas que acontecem no mundo.

Considerando, como propõe Giddens (1996:27) que “a reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando constitutivamente o seu carácter”, as comunidades interpretativas a que nos referimos adquirem uma importância estratégica na compreensão da sociedade e da cultura.

A noção de comunidades interpretativas não se aplica apenas às instâncias da produção de informação e de conhecimentos. Os públicos a que essas instâncias se dirigem possuem igualmente repertórios interpretativos, com que avaliam os universos culturais propostos pelos *media*, originando diferentes construções da realidade.

As audiências podem conseqüentemente rejeitar os enquadramentos e as leituras da realidade propostos pelos *media*. No entanto, de um modo geral, a investigação destas matérias tem revelado que, mesmo quanto as audiências rejeitam o ângulo de abordagem com que os *media* focam certas questões, a rejeição já constitui uma resposta ao enquadramento proposto pelas instâncias da enunciação. Assim, ainda que os *media* não nos digam exactamente o que pensar, orientam-nos substancialmente em direcção às questões que merecem ser pensadas (Tuchman, 1991).

Uma inegável característica dos *media* reside na sua capacidade para alargar a experiência a horizontes para além da nossa quotidianidade. Nas “viagens” pelo espaço do jornal percorremos diferentes recortes do mundo, dividido em diferentes incidências geográficas (Local, Regional, País/Nacional, Europa,

Internacional) que exprimem também hierarquias de importância. Paralelamente, encontramos um mundo povoado de diferentes personagens que também inscrevem em nós certas representações do outro.

Os inquéritos sobre a sensibilidade aos problemas ambientais e às noções de risco a eles associados têm revelado resultados curiosos, bem expressivos do efeito da mediatização desses assuntos. As respostas revelam que as noções de risco ambiental não podem ser interpretadas como o resultado da experiência directa. Pois, os itens que se mencionam como problemas ambientais são os que acontecem noutros lugares do mundo e como resultado da acção de outros que não aqueles que respondem ao inquérito. Assim, as respostas revelam que a noção de risco ambiental deriva largamente da forma como os *media* exploram o problema (Dikens, 1996; Schmidt, 1996).

Em suma, muito mais do que um registo fiel do que acontece no mundo, o discurso dos *media*, assim como os discursos em geral, participam da própria construção da realidade social (Berger e Luckman, 1991/1966).

Para as mais novas gerações de “urbanitas” é bem provável que o conhecimento que têm do rural seja essencialmente derivado dos *media*, em particular, da televisão. As gerações nascidas e socializadas em ambiente urbano, pouca experiência directa terão da ruralidade. Mesmo as gerações que experimentaram a vida rural, mantêm com os locais de origem ligações esporádicas. Deste modo, não parece descabido considerar que os *media* constituem uma das formas através das quais se mantém um certo imaginário da vida rural, independentemente do local onde as pessoas vivem.

O que pretendemos enfim sublinhar é que as representações do rural e da ruralidade estão sujeitas à mediação cultural, pelo que nos interessou estudar como se processa essa mediação no campo específico da imprensa escrita.

Até aqui referimo-nos ao que consideramos serem vantagens desta opção teórico-metodológica. Resta mencionar alguns dos seus limites.

As organizações dos *media* e os seus profissionais costumam sublinhar a sua intervenção na criação de um fórum cultural capaz de abranger qualquer

assunto de interesse público e aberto à participação de todos. A prática nem sempre converge com a afirmação dos princípios.

A literatura da especialidade revela-nos de facto que os critérios da noticiabilidade e a hierarquia das fontes oficiais com que os *media* mantêm relações preferenciais introduz restrições a essa ideia de espaço democrático aberto a tudo e a todos.

Da observação que realizámos podemos dizer que a noticiabilidade das questões, os critérios de saliência e a permanência das questões na agenda mediática é, em certa medida, permeável ao poder que os diferentes grupos sociais estão em condições de mobilizar em torno dos seus interesses, projectos e ideologias. Dito de outro modo, a comunicação social pode dar voz a algumas posições discursivas e silenciar outras. De forma mais subtil, possui ainda múltiplos recursos e estratégias enunciativas que contribuem para a sucessiva legitimação de alguns discursos, enquanto outros são desqualificados – a cobertura da discussão pública do plano de ordenamento da Zona de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, bem como de algumas manifestações de agricultores, ou ainda a reacção das organizações de agricultores a medidas políticas constituem exemplos para os quais chamámos oportunamente a atenção.

Neste sentido, pode-se opor à opção que tomamos a crítica de que estaremos fundamentalmente em presença de representações da ruralidade, propostas por actores que não as populações que vivem e trabalham nas zonas rurais; posto que, pelas razões que acima se explicitaram, são precisamente estas populações que menos possibilidades têm de impor as suas leituras da ruralidade.

Trata-se, em nosso entender, de um limite aparente. Primeiro porque, na linha de Mormont (1990) consideramos que os promotores da “ruralidade” não são sempre, ou não são apenas os “rurais”. Em segundo lugar, porque a pesquisa não procura compreender em que medida as noções da ruralidade correspondem a uma “verdade” “vívida”. Procura, isso sim, compreender que conteúdos se atribuem ao rural, que tipo de projecções simbólicas se mobilizam e quem são os actores que propõem essas visões ou que a elas aderem.

Outro limite deste tipo de abordagem centrado na produção de textos reside na dificuldades de estabelecer a interconexão entre os textos e as actuais práticas relativas ao espaço rural. Procurámos, sempre que possível, estabelecer algumas hipóteses ilustrativas dessa interconexão.

Finalmente, do ponto de vista metodológico, a análise de textos embora amplamente praticada não beneficia ainda de uma sistematização de procedimentos, a não ser no quadro da análise de conteúdo. O modelo de análise que construímos procurou conciliar alguns aspectos da análise do discurso, com os procedimentos mais “clássicos” da análise de conteúdo.

## V.

Um dos motivos que transportou o Alentejo para as páginas dos jornais, no período em análise, foi a conjuntura de crise com que a região se confrontou na primeira metade dos anos 90. O período de estiagem, associado às mudanças de orientação da PAC que se começaram a fazer sentir a partir de 1993, a par da sobrevalorização do escudo na mesma altura, tiveram certamente a sua quota de responsabilidade na crise agrícola deste período. Desemprego, processos de falência na agricultura, carências alimentares, suicídios, gado morto de fome; enfim todo um conjunto de dramas, com especial incidência no Baixo Alentejo, foram temáticas a que a imprensa conferiu um largo destaque.

Textos mais analíticos, designadamente os surgidos nas tribunas de opinião ou ainda em editoriais, assinalaram sobretudo que a vulnerabilidade da região face a uma má conjuntura constituía a mais viva expressão da ausência de projecto social e político para a região.

Na mesma conjuntura em que as excessivas concentrações urbanas, com todas as consequência que daí advêm, inscreviam na agenda política e na opinião pública uma maior preocupação pelas questões do ordenamento do território, o país descobria que o grande “deserto” do sul ameaçava torna-se ainda mais deserto. As metáforas da “morte”, ou o seu equivalente contrário, a “vida que foge” foram amplamente activadas para descrever a situação da região.

As abundantes reportagens sobre as localidades alentejanas utilizam em geral um tipo de enquadramento que coloca esses cenários em oposição à experiência de vida urbana: a largueza dos espaços, o silêncio, um tempo quase parado, a beleza e o asseio das casas, a imensidão e o baixo custo da terra, são os atributos que mais frequentemente se convocam para descrever os lugares.

A pobreza das gentes que convive nestes “cenários de beleza” constitui outro elemento fortemente realçado. Tanto que se chega a falar do regresso aos velhos tempos da vida de miséria que caracterizaram o latifundismo.

O Alentejo entra assim na agenda dos *media* como um território imenso – cerca de um terço da superfície do país – que, pela ausência de projectos políticos consequentes parece disponível para ser socialmente reapropriado.

A este contexto, em que o Alentejo parece disponível para ser reinventado não são alheias as orientações da política europeia que a seguir a 1992 libertaram o espaço rural da sua exclusividade agrícola.

As chamadas medidas de acompanhamento da PAC (medidas agro-ambientais, apoio à florestação e à reforma antecipada) encaminharam a agricultura para a multifuncionalidade, onde se inclui a produção de bens e serviços de natureza ambiental, que os agricultores são chamados a assegurar, em troca de pagamentos específicos.

Em poucas palavras, a reforma de 1992 - além das consequências do ponto de vista sócio-económico - pelo facto de alargar a noção do trabalho agrícola a outras componentes que não as da produção, produziu consequências directas sobre a identidade dos agricultores. Provocou, em conformidade, fortes resistências não apenas entre os agricultores, mas também entre outros sectores populacionais dependentes da agricultura. Os mais prejudicados não podiam ser senão os assalariados agrícolas, a quem o desemprego veio tocar mais de perto.

Afectados na sua identidade, os agricultores não deixam também de ver diminuído algum protagonismo social. Não só pelo facto da sua redução numérica, mas também porque a actividade se tornou fortemente regulamentada. À regulamentação da actividade, acresce a regulamentação dos diversos níveis de ordenamento do território.

Para além disso, as transacções das propriedades revelam outro sinal de mudança, com a emergência de novos actores ligados às actividades turísticas, cujos interesses não são necessariamente coincidentes com os da agricultura.

Acresce que o facto de o Alentejo ser entretanto alvo de valorização pelas suas qualidades ambientais e pelos seus valores patrimoniais, coloca a região sob a vigilância dos grupos mais activos na defesa desses valores.

Tudo somado, os usos do espaço rural deixaram de ser da competência praticamente exclusiva dos proprietários da terra. Mas, o rumo das mudanças não deixará de ser afectado pelas posições que forem tomadas pelos proprietários das terras e pelos agricultores. Se no período que se seguiu à reforma de 92 as organizações do sector manifestaram nítida hostilidade face ao que consideravam ser o papel de “jardineiros da natureza” que a PAC lhes impunha, progressivamente, essas mesmas organizações passaram a integrar parcialmente as funções ambientais da agricultura nos seus repertórios interpretativos. De certa forma, o papel que pela sua actividade desempenham no equilíbrio do território passou a integrar os seus discursos de legitimação social.

## VI.

Região negligenciada em múltiplos aspectos, o Alentejo, o seu modo de vida e características paisagísticas só recentemente começaram a ser valorizadas, num contexto de que se acima procurámos evidenciar algumas características .

Na breve incursão pelo passado com que iniciámos o Cap. VI salientámos que, historicamente, o Norte – berço da nação – mantinha o privilégio de representar o que de mais pitoresco havia em Portugal.

O Alentejo, em contrapartida era simbolicamente construído como deserto, uma espécie de África, como testemunha Silva Picão (1983/1903), com base no que ouvia dizer a quem atravessava o Alentejo.

Em 1970, quando o Estado Novo entendeu promover a descoberta turística das regiões, sob o slogan *Ver Portugal de Lés a Lés*, o Alentejo não consta dos itinerários mais propagandeados, pelo menos a julgar pelos textos da imprensa. O

Alentejo litoral não se distingue do Alentejo interior, a não ser pelo facto de ser um espaço com menor visibilidade social ainda do que o Alentejo da planície.

Actualmente, observamos uma profunda mudança relativamente às representações do Alentejo. Paralelamente às visões tradicionais – que acentuam sobretudo os *handicaps* devidos à desertificação demográfica, à pobreza e ao isolamento – outras perspectivas começaram a emergir.

À luz destas novas visões, as fraquezas tradicionais da região são susceptíveis de serem reiventadas, como verdadeiros trunfos. A ideia genérica reside no reverso do atraso face às noções convencionais do desenvolvimento: por não ter sido beneficiado por esse tipo de desenvolvimento, a região conserva um ambiente e um património cultural que lhe confere carácter de excepção.

Nos textos reproduzidos na imprensa ressaltam dimensões do rural que remetem a uma noção alargada de património. Esta noção integra dimensões de ordem biofísica, cultural, arqueológica, histórica e monumental, sem esquecer ainda as paisagens e as memórias associadas a certas práticas do espaço.

Para além desta noção patrimonial coexistir com a visão tradicional que acentua sobretudo as desvantagens do rural alentejano, ela não possui igual importância para todos os actores. Os discursos daqueles cuja experiência está mais directamente ligada ao rural (os agricultores e os residentes que nesta pesquisa designámos por voz popular) são, proporcionalmente, os que se referem menos a essas noções .

A unificação entre espaço agrícola e espaço rural está muito longe de fazer unanimidade nos discursos considerados. No entanto, a libertação do rural face à sua âncora agrícola constitui uma noção melhor representada no discurso dos actores exteriores à região. Pelo contrário, para os agricultores, os eleitos locais e os residentes, a conservação dos usos agrícolas permanece característica da ruralidade alentejana.

A noção do rural, como território alternativo, adquire sentido quase exclusivamente entre os especialistas (cientistas e técnicos). Genericamente, convergem na crítica ao modelo urbano-industrial e na convicção segundo a qual é possível reinventar as formas de viver a interioridade. Não se trata de regressos

nostálgicos ao passado, mas da recuperação de valores patrimoniais, enquadradas por novas formas de uso.

Em certo sentido, tanto a noção do rural como património, quanto a noção do rural como território alternativo podem considerar-se próximas. Sobretudo se as entendermos como “extensões metafóricas” (Candau, 1998: 157), para exprimir a não resignação àquilo que o espaço-tempo presente tem para nos oferecer.

Dito de outra forma, a sensibilidade ao património (nas suas múltiplas acepções) pode ser reveladora de novos territórios sociais, investidos por agentes que procuram outras formas de se relacionar com o espaço e com o tempo e que são ainda motivados por outras formas de participação social, localmente enraizadas.

Uma vez que as condições físicas e materiais do Alentejo não se alteraram radicalmente, à parte da notável melhoria em matéria de equipamentos e de acessibilidades, as novas representações sociais que se projectam sobre o Alentejo parecem-nos derivar da sua “congruência” com o momento (Mannoni, 1988). Isto é, parecem-nos derivar da relação estreita com os universos ideológicos e os imaginários sociais, o nível de conhecimentos, mas também os medos, as angústias e as esperanças.

Em todas estas vertentes, os *media* têm um papel de primeira linha. Podem tê-lo de forma mais ou menos directa. O desenvolvimento do desejo por “paisagens culturais”, noção próxima, quase confundível com a noção de “património” (Dubost e Lizet, 1995: 240) é, na interpretação de Urry (1995), muito influenciada pelos chamados intermediários culturais (do mundo literário, científico, jornalístico, das artes e da publicidade) que colaboram em larga escala na instituição do desejo por certas paisagens, certas formas de lazer ou modos de vida.

Na altura em que procedemos à observação da imprensa, o *Diário de Notícias* publicava o suplemento *Estilos*, que no número de apresentação ao público esclarecia que se iria dedicar a “tudo o que o leitor idealiza”, revelando novos “lugares de evasão” e prometendo ainda “todas as semanas, revelar-lhe o

lado oculto de figuras conhecidas, gente de sucesso ou apenas figuras fascinantes”. Algumas destas figuras “conhecidas”, de “sucesso” ou apenas “fascinantes”, abriram as portas da sua privacidade no “ambiente paradisíaco” do seu monte ou quinta alentejana.

Com este apontamento pretendíamos ilustrar a importância da mediação cultural nesta descoberta da ruralidade alentejana, que ao mesmo tempo se manifesta através de novas práticas do espaço.

A terminar, neste novo contexto em que, por um lado o Alentejo se torna uma região atraente, sobretudo para as actividades de lazer em sentido lato, e que por outro lado crescem as preocupações com a conservação dos valores ambientais, a região tornou-se palco de conflitos sociais pela redefinição e apropriação do espaço.

Em que medida este novo quadro se traduzirá em benefícios tangíveis para as populações locais, permanece ainda uma incógnita e, de qualquer modo, não foi disso questão neste trabalho. Ainda assim, julgamos ter dados suficientes para arriscar a conclusão de que o discurso “contagante” que constrói o rural como valor patrimonial não encontra equivalente na disponibilização de meios (designadamente financeiros, mas não só) que concretize esse ideal de revalorização simbólica. Outras facetas da questão merecem ficar equacionados. Esta revalorização dos campos faz-se nitidamente a partir das expectativas urbanas e do seu desejo de fruir amenidades rurais. A conciliação entre a oferta que os campos podem (ou querem) assegurar e o tipo de procura urbana não se afigura fácil. Para já não falar na impossibilidade de prever a futura evolução deste actual interesse pelo rural.

## BIBLIOGRAFIA

### Comunicação, informação e jornalismo - teorias e metodologias

ALDUÁN, Alfonso Sanz (1985), “El libro como industria cultural. Entre la economía y el ámbito cultural” in: *Telos*, nº 35, pp. 71-80.

BARTHES, Roland (1957), *Mythologies*, Paris, Éditions du Seuil (Points/Civilisation).

BARTHES, Roland (1970), *Le degré zéro de l'écriture*, Paris Éditions du Seuil (Points/Civilisation).

BAUDRILLARD, Jean (1991/1981), *Simulacros e simulação*, Lisboa, Relógio d'água (Antropos).

BIRD, S. Elizabeth e Dardenne, Robert W. (1993/1988), “Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.263-277.

BORZEIX, Anni (1998) “Comment observer l'interprétation?” in: Borzeix, Anni *et al.*, *Sociologie et connaissance. Nouvelles approches cognitives*, Paris, CNRS Editions (Sociologie), pp. 178-194.

BOUGNOUX, Daniel (1995), “Credibilidade dos media e formação da opinião” in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 359-364.

BREED, Warren (1993/1955), “Controlo social na redacção: uma análise funcional” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.152-166.

- BRETON, Philippe (1998), *A argumentação na comunicação*, Lisboa, D. Quixote (Nova Enciclopédia).
- BRETON, Philippe (2000), *La parole manipulée*, Paris, La Découverte, (Essais).
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996), *História e crítica da comunicação*, Lisboa, Edições Século XXI.
- CANDAU, Joel (1998), *Mémoire et identité*, Paris, Puf (Sociologie d'aujourd'hui).
- CARDOSO E CUNHA, Tito (1995) "O pavor da retórica e as suas origens" in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, nº 21-22, pp. 25-33.
- CHALABY, Jean K. (1996), "Beyond the prison-house of language: discourse as a sociological concept" in: *The british journal of sociology*, Vol. 47, nº 4, pp. 684-698.
- CHAPMAN, Graham *et al.* (1997), *Environmentalism and the mass media. The North-South divide*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- CHARAUDEAU, Patrick (1997), *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*, Paris, Nathan/INA (Média recherches).
- DION, Emmanuel (1997), *Invitation à la théorie de l'information*, Paris, Éditions du Seuil (Points/Sciences).
- ESCARPIT, Robert (1991), *L'information et la communication. Théorie générale*, Paris, Hachette (Communication).
- FAIRCLOUGH, Norman (1997), "Discurso, mudança e hegemonia", in: Pedro, Emília Rebelo, *Análise crítica do discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, (Coleção universitária. Série linguística), pp. 77-103.
- FREITAS, Eduardo *et al.* (1997), *Hábitos de leitura. Um inquérito à população portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FURTADO, José Afonso (1995), *O livro*, Lisboa, Difusão Cultural.
- GALTUNG, Johan e Ruge, Mari Holmboe, (1993/1965) "A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros" in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.61-73.

- GARCIA, José Luís (1995), “Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado. Legitimidade, poder e interpermutação” in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 359-364.
- GHIGLIONE, Rodolphe e Bromberg (1998), *Discours politique et télévision*, Paris, Puf (Psychologie sociale).
- GRIZE, Jean-Blaise (1998) “Argumenter, c’est davantage montrer que démontrer” in: Borzeix, Anni *et al.*, *Sociologie et connaissance. Nouvelles approches cognitives*, Paris, CNRS Editions (Sociologie), pp. 197-204.
- GUREVITCH, Michael e Blumler, Jay G. (1993/1982), “A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.191-213.
- HACKETT, Robert (1993/1984) “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 101-132.
- HALL, Stuart *et al.* (1993/1973), “A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.224-248.
- JENSEN, Klaus Bruhn (1991) “Reception analysis: mass communication as the social production of meaning” in: Jensen, Klaus Bruhn *et al.* (org.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge, pp. 135-148.
- JENSEN, Klaus Bruhn (1991) “The qualitative tradition in social inquiry: contributions to mass communication research” in: Jensen, Klaus Bruhn *et al.* (org.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge, pp. 17-43.
- LARSEN, Peter (1991), “Textual analysis of fictional media content” in: Jensen, Klaus Bruhn *et al.* (org.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge, pp. 121-134..

- MANCINI, Paolo (1993/1984), “Falando do presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicações e Linguagens, pp.306-325.
- MARTOS, Juan Antonio Flores (1996), “Las imágenes de los gitanos en la prensa”, in: *Antropología dos sentidos*, Madrid, Celeste Ediciones.
- MATTELART, Armand (1996/1994), *A invenção da comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget, (Epistemologia e sociedade).
- MATTELART, Armand e Mattelart, Michèle (1997/1995), *História das teorias da comunicação*, Porto, Campo das letras.
- MC LUHAN, Marshall (1968/1964), *Pour comprendre les média*, Paris, Éditions du Seuil (Points/Civilisation).
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, *História da Imprensa do Algarve*, Vol. I, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1988.
- MEUNIER, Jean- Pierre (1995), “Metáforas do jornalismo político” in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 223-236.
- MOLOTCH, Harvey e Lester, Marilyn (1993/1974), “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.33-51.
- MONS, Alain (s/d), *A metáfora social. Imagem, território, comunicação*, Porto, Rés- Editora.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1989), *A censura oculta no Portugal pós 25 de Abril*, (Tese de Doutoramento), Lisboa, ISCTE.
- ORDAZ, Olga e Vala, Jorge (1997), “Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita” in: *Análise social*, Vol. XXXII (143-144), pp. 847-874.
- PARADEISE, Catherine (1998) “Pilotage institutionnel et argumentation: le cas du département SHS du CNRS ” in: Borzeix, Anni *et al.*, *Sociologie et*

*connaissance. Nouvelles approches cognitives*, Paris, CNRS Editions (Sociologie), pp. 205-228.

PARAFITA, Alexandra (1999), *A comunicação e a leitura popular*, Lisboa, Plátano (Universitária).

PATTERSON, Thomas (2000/1997), “Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?” in: Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo 2000*, Revista de comunicação e linguagens, nº 27, pp. 79-96.

PEDRO, Emília Ribeiro (1997) “O discurso dos e nos media” in: Pedro, Emília Rebelo, *Análise crítica do discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, (Colecção universitária. Série linguística), pp. 293-307.

PHILLIPS, E. Barbara (1993/1976), “Novidade sem mudança” ” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicações e Linguagens, pp.326-332.

PRICE, Stuart (1996), *Communication studies*, Londres, Longman .

PÚBLICO (1998), *Livro de estilo*, Lisboa, Público, Comunicação Social, SA.

REBELO, José, (1997), *Contribuição para o estudo das práticas discursivas do salazarismo*, Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento).

REBELO, José (2000), *O discurso do jornal*, Lisboa, Notícias editorial( Média e Sociedade).

RODRIGUES, Adriano (1993/1988), “O acontecimento” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.27-33.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1996), *Dimensões pragmáticas do sentido*, Lisboa, Edições Cosmos.

ROJO, Luisa Martín e Gallego, Javier Callejo, (1997) “Argumento e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis, in: Pedro, Emília Rebelo, *Análise crítica do discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, (Colecção universitária. Série linguística), pp. 313-352.

SANTOS, Almeida (1995), “*In video veritas?*” in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 255-270.

- SANTOS, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*, Coimbra, Minerva, (Colecção Comunicação).
- SAPERAS, Enric (1993/1987), *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto, Edições Asa (Comunicação/acção).
- SCHLESINGER, Philip (1993/1977), “Os jornalistas e a sua máquina do tempo” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.177-190.
- SCHUDSON, Michael (1991) “Historical approaches to communication studies” in: Jensen, Klaus Bruhn *et. al.* (org.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge, pp. 175-189.
- SCHUDSON, Michael (1993/1982), “A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp.278-293.
- SOLOSKI, John (1993/1989) “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicações e Linguagens, pp. 91-100.
- SORLIN, Pierre (1997/1994), *Mass media*, Oeiras, Celta Editora.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993<sup>a</sup>) “Introdução” in: *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 19-26.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993<sup>b</sup>) “Introdução” in: *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 133- 141.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993<sup>c</sup>) “Introdução” in: *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 251- 257.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993<sup>d</sup>/1988) “As notícias” in: *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicações e Linguagens, pp. 167-176.
- TARQUINA, Nelson (1995), “O paradigma do *agenda-setting*. Redescoberta do poder do jornalismo” in: Mesquita, Mário (org.), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 189-223.
- TRAQUINA, Nelson (1997), *Big show media*, Lisboa, Editorial Notícias.

TRAQUINA, Nelson (2000<sup>a</sup>), “Jornalismo 2000: o estudo das notícias no fim do século XX” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo 2000, Revista de comunicação e linguagens*, n.º 27, pp. 15-31.

TRAQUINA, Nelson (2000b), “O jornalismo português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo 2000, Revista de comunicação e linguagens*, n.º 27, pp. 261-285.

TUCHMAN, Gaye (1978), *Making news: a study in the construction of reality*, Nova York, The Press.

TUCHMAN, Gaye (1991) “Qualitative methods in the study of news” in: Jensen *et. al.* (org.) *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge pp. 79-92

TUCHMAN, Gaye (1993a/1971) “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas” ” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 74- 90.

TUCHMAN, Gaye (1993b/1976), “Contando ‘estórias’” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 258-262.

VAN DIJK, Teun A. (1991), “The interdisciplinary study of news as discourse” in: Jensen, Klaus Bruhn *et. al.* (org.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, Londres, Routledge, pp. 108-119.

VAN DIJK, Teun A. (1996), *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*, Barcelona, Ediciones Paidós.

VAN DIJK, Teun A. (1997), “Semântica do discurso e ideologia”, in: Pedro, Emília Rebelo, *Análise crítica do discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, (Colecção universitária. Série linguística), pp. 105-168.

VAN LEEUWEN, Theo (1997), “A representação dos actores sociais” in: Pedro, Emília Rebelo, *Análise crítica do discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, (Colecção universitária. Série linguística), pp. 169-222.

WHITE, David Manning (1993/1950), “O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias” in: Traquina, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, Comunicação e Linguagens, pp. 142-151.

WOLF, M. (1987) *Teorias da comunicação*, Lisboa, Presença.

WOLTON, Dominique (1995), “As contradições do espaço público mediatizado” in: Mesquita, Mário (org), *Comunicação política*, Lisboa, Cosmos, Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 21-22, pp. 167-188.

ZELIZER, Barbie (2000/1993), “Os jornalistas como comunidade interpretativa” in: Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo 2000*, Revista de comunicação e linguagens, nº 27, pp. 33-61.

### **Teoria, metodologia, métodos e técnicas - geral**

ALMEIDA, João Ferreira e Pinto, José Madureira (1982), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

ANSART, Pierre (1990), *Les sociologies contemporaines*, Paris, Éditions du Seuil (Essais).

BARDIN, Laurence (1979), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BECK, Ulrich (1994), “La reinvenición de la política: hacia una teoría de la modernización reflexiva”, in: Beck *et al.* *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 13 –73.

BERGER, Peter e Luckmann, Thomas (1991/1966), *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*, Londres, Penguin Books.

BLEICHER, Josef (1992/1980), *Hermenêutica contemporânea*, Lisboa, Edições 70 (o saber da filosofia).

BONNEWITZ, Patrice (1998), *La sociologie de P. Bourdieu*, Paris, Puf (Bibliothèque major).

- BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- BOURDIEU, Pierre (1984), *Questions de sociologie*, Paris, Les éditions de minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1987), *Choses dites*, Paris, Les éditions de minuit.
- BOURDIEU, Pierre, (1997), *Sobre a televisão*, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1997/1994), *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. El poder de la identidad* (vol. 2), Madrid, Alianza Editorial.
- DOISE, W. et al. (1992), *Représentations sociales et analyses de données*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- DOSSE, Françoise (1997), *L'empire du sens. L'humanization des sciences humaines*, Paris, La Découverte/poche.
- CORCUFF, Philippe (1995), *Les nouvelles sociologies*, Paris, Éditions Nathan (Sociologie).
- GHIGLIONE, Rodolphe e Matalon, Benjamin (1992/1978), *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.
- GHIGLIONE, Rodolphe et al. (1980), *Manuel d'analyse de contenu*, Paris, Armand Colin.
- GIDDENS, Anthony (1996/1990), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1996/1993), *Novas regras do método sociológico*, Lisboa, Gradiva (Trajectos).
- GIDDENS, Anthony (1997/1994), *Para além da esquerda e da direita*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1997/1995), *Política, sociología y teoría social. Reflexiones sobre el pensamiento social clásico y contemporáneo*, Barcelona, Ediciones Piados Ibérica.
- GRAWITZ, M. (1979), *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz.

- HOBBSAWM, Eric e Ranger, Terence (ed.) (1996/1983), *The invention of tradition*, Cambridge, University Press.
- JAMISON, Andrew e Eyrman, Ron (1994), *Seeds of the sixties*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press.
- LATOURE, Bruno (1997/1991), *Nous n'avons jamais été modernes*, Paris, La découverte.
- LIPIANSKY (1998), "Comment se forme l'identité des groupes" in: Ruano-Borbalan (coord.), *L'identité. L'individu. Le groupe. La société*, Auxerre, Éditions Sciences Humaines, pp. 143-150.
- MANNONI (1998), *Les représentations sociales*, Paris, Puf (Que sais-je?).
- MARX e Engels (1989/1848), "Manifesto comunista" in: Cruz, Manuel Braga, *Teorias Sociológicas* (Antologia de textos, Lisboa, Calouste Gulbenkian, pp. 61-71.
- MILLES, Whright (1982/1957), *A Imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar editores.
- MOSCOVICI, S. e Doise, W. (1991), *Dissensões e consensos. Uma teoria geral das decisões colectivas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- NUNES, A. Sedas (1984), *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença/GIS.
- RICOEUR, Paul (1996/1976), *Teoria da interpretação*, Lisboa, Edições 70 (Biblioteca de filosofia contemporânea).
- ROSADO, Fátima e Faisca, Luís (1999), "Portugal, a propósito das representações sociais" in: *Economia e Sociologia*, nº 68, pp. 5-35.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997/1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1988), *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Edições Afrontamento.
- SEARLE, John (1995), *La construction de la réalité sociale*, Paris, Gallimard (Essais).
- URRY, John (1995), *Consuming places*, Londres, Routledge.

VALA, Jorge (1986), “Sobre as representações sociais- para uma epistemologia do senso comum”, in: *Cadernos de ciências sociais*, nº 4, pp. 5-30.

VALA, Jorge (1993), “As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social”, in: *Análise social*, Vol. XXVIII (123-124), pp. 887-919.

VALA, Jorge (1997), “Representações sociais e percepções inter-grupais”, in: *Análise social*, Vol. XXXII (140), pp. 7-29.

### Agricultura, rural, ambiente e natureza

AAVV. (1996), *A reforma da PAC e as políticas agrícola e rural comunitária e nacional. Estratégias, objectivos e medidas prioritárias de médio-longo prazo*, Lisboa, DGDR.

AAVV (1999), *Alqueva, centro do mundo?*, Évora, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz.

AAVV (1982) (org.), *Senhores da terra. Diário de um agricultor alentejano 1832-1889*, Lisboa, Imprensa nacional Casa da Moeda.

ADAM, Barbara (1997), “Time and the environment” in: Redclift e Woodgate (eds.), *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 169- 178.

ALIER, Joan Martínez (1992), *De la economía ecológica al ecologismo popular*, Barcelona, Icaria Editorial.

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parcelares numa região do Nordeste*, Lisboa, ICS.

ALMEIDA, Vale de (1991) “leitura de um livro de leitura” in: O’ Neil e Brito (org., *Lugares de aqui*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

AVILLETZ, Francisco (1998), “A repartição das transferências de rendimento geradas pela PAC” in: *Diário Económico*, 22 de Junho.

BAKER, Susan (1997), “Between commitment and implementation: tensions in sustainable development policy of the European Union” in: Redclif, M. e

Woodgate, G., (org.) *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 390-402.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1994), “A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia”, in: *Análise Social*, Vol. XXIX (128), pp. 907-922.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996), “Declínio de um tempo longo” in: Brito, Joaquim Pais et. al. (org.), *Voo do Arado*, Lisboa, Museu nacional de Etnologia, Instituto Português dos Museus e Ministério da Cultura, pp. 35-75.

BARRES et. al. (1999), Mesures agri-environnementales. Quel bilan? Quelles perspectives? in: *Économie Rurale* 249/Janeiro/Fevereiro, pp. 3-5.

BARROS, Afonso (1986), *Do latifundismo à reforma agrária – o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Gulbenkian.

BARROS, Afonso (1989), “La sociologie rurale face à la problématique de l’espace”, in: *Recherches sociologiques*, Vol. XX, n.º 3, pp. 277-288.

BECK, Ulrich (1997), “Global risk politics”, in: Jacobs, Michael (ed.), *Greening the millennium?*, Oxford, Blackwell publishers, pp. 18-33.

BELL, Michael Mayerfeld (1998), *An invitation to environmental sociology*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, Pine Forge Press.

BERNAT, Elena Espeitx (1996), “Los ‘nuevos consumidores’ o las nuevas relaciones entre campo y ciudad a través de los ‘productos de la tierra’”, in: *Agricultura y sociedad*, nº 80-81, pp. 31-56.

BERGMANN, T. (1990), “Socioeconomic situation and the perspectives of the individual peasant”, in: *Sociologia ruralis*, Vol. 30 (1), pp. 48-61.

BÉTEILLE, Roger e Montagné-Villette, Solange (org.) (1996), *Le ‘rural profond’ français*, Paris, Sedes.

BILLAUD, Jean Paul (1996), “Des dimensions nouvelles pour une identité sociale en question”, in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L’Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 109-131.

- BILLAUD, Jean Paul *et al.*(1989) ,”La nature pour penser le rural?” in: Mathieu, Nicole e Jollivet, Marcel (dir.), *Du rural a l’environnement. La question de la nature aujourd’hui*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 180-191.
- BILLAUD, Jean-Paul (1994), “Inventer une éthique professionnelle: les règles d’un jeu obligatoire” in: Lamarche (org.) *L’Agriculture familiale. Du mythe à la réalité*, II, Paris, L’Harmattan, pp. 149-176.
- BILLAUD, Jean-Paul e Pinton, Florence (1999), De l’institution à l’individu. Esquisse du paysage agri-environnemental dans trois pays européens”, in: *Économie rurale*, n 249, Janeiro- Fevereiro, pp. 62- 70.
- BOISSON, Jean-Marie (1999), “La dimension environnementale dans la réforme de la PAC ”, in: *Économie rurale*, n° 249, Janeiro- Fevereiro, pp. 88-94.
- BONNAIN-DULON, Rolande (1998), “Les gens d’ici et ceux d’ailleurs” in: DUBOST, Françoise (dir.), *L’autre maison. La résidence secondaire, refuge de générations*, Paris, Éditions Autrement (Mutations, n° 178), pp. 138- 167.
- BONNAMOUR, Jacqueline (1996), “Agricultures et campagnes aujourd’hui”, in Bonnamour, Jacqueline (org.), *Agricultures et campagnes dans le monde*, Paris, Sedes, pp. 7- 49.
- BOURDIEU, Pierre (1977), “La classe objet” in: *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 17-18, pp. 2-5.
- BOYER, Robert (1993), “L’agriculture terrain de choix pour les recherches en économie institutionnelle”, in: *L’agriculture dans les sciences sociale: au-delà des spécificités*, Cahiers d’économie et sociologie rurales, n° 29, pp. 83- 82- 93.
- BUCHOU, Hubert (1995), *Racines paysannes et modernité*, Biarritz, J&D Editions.
- BULLER, Henry (1997) “La *countryside* britannique: un espace symbolique” in:Jollivet, Marcel (org.) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L’Harmattan , pp. 127- 165.
- BUTLER, Richard (1998), “Rural recreation and tourism” in: Ilbery, Brian (ed.), *The geography of rural change*, Londres, Longman, pp. 211-232.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1992), “Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças” in: *Análise Social*, Vol. XXVII (118-119), pp. 943-954.

- CABRAL, Villaverde (1974), *Materiais para a história da questão agrária em Portugal*, Porto, Ed. Inova.
- CADIOU, N. e Luginbuhl, (1995) “Modèles et représentations du paysage en Normandie”, in: *Paysage au pluriel. Pour une approche ethnologique des paysages*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, pp. 19- 34.
- CADORET, A. (1989), “Gérer la nature, de rural et le reste: Réflexion à plusieurs voix” in: Mathieu, Nicole e Jollivet, Marcel (dir.), *Du rural a l’environnement. La question de la nature aujourd’hui*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 299- 342.
- CAIRE, Guy (1993), “De la sociologie rurale à la fonction critique de la sociologie”, in: *L’agriculture dans les sciences sociales : au-delà des spécificités*, Cahiers d’économie et sociologie rurales, n° 29, pp. 75- 82.
- CALDAS, Eugénio Castro (1995) “O ruralismo triunfante. A agricultura na história de Portugal” in: *Vida Rural*, Fevereiro, pp. 28- 31.
- CAMACHO, Maria G. B (1996), *Motivações para o retorno e fixação de migrantes na região Alentejo*, Évora, Comissão Coordenadora da Região Alentejo.
- CARVALHO, J. H. Brito (1993), “*Stress do sobreiro e da azinheira ou a doença de Lopes Pimentel?*”, Faro, CIDER/Universidade do Algarve.
- CCRA (1996), *Estudo para definição de uma base económica para a região do Alentejo*, Lisboa, CEDRU.
- CLIVE, Potter (1998), “Conserving nature: agri-environmental policy development and change” in: Ilbery, Brian (ed.), *The geography of rural change*, Londres, Longman, pp. 85-105.
- CLOKE, P. e Milbourne, P. (1992), “Deprivation and lifestyles in rural Wales: rurality and the cultural dimension” in: *Journal of rural studies*, n° 8, pp. 359-371.
- CLOKE, Paul e Thrift, Nigel (1987), “Intra-class conflict in rural areas”, in: *Journal of Rural studies*, vol. 3, n° 4, pp. 321-333.
- COMISSÃO das Comunidades Europeias (1998), *Propostas de regulamentos (CE) do Conselho relativas à reforma da política agrícola comum*, Bruxelas.

- CONFEDERAÇÃO dos Agricultores de Portugal (1998), *Modelo Europeu de Agricultura*, Lisboa. CAP.
- CORDOVIL, Francisco (1993), “A socioeconomia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias”, in: *Análise Social*, Vol. XXVIII, (21), pp. 187- 234.
- CORDOVIL, Francisco (1995), *Os recursos agrários, o mundo rural e a conservação do ambiente*, (Homenagem ao Prof. Carlos Manuel L. Baeta das Neves) Lisboa, ISA.
- CORREIA, Teresa (1993), *Landscape monitoring and management in European rural areas – Danish and Portuguese case studies of landscape patterns and dynamics*, Copenhagen, Institute of Geography – University of Copenhagen.
- COSGROVE, Denis e Domosh, Mona (1993), “Author and authority. Writing the new cultural geography” in: Duncan e Ley, *Place/culture/representation*, London and New York, Routledge, pp. 25- 38.
- COVAS, António (1997), *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural*, Lisboa, Direcção Regional do Desenvolvimento Rural.
- COVAS, António (1993), “Enquadramento internacional da agricultura portuguesa – a reforma da PAC, o Uruguay Round e a EU”, in: *Economia e Sociologia*, nº 55, pp.13-22.
- CUTILEIRO, JOSÉ (1977) *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- DELORME, Hélène e Le Theule, Gilles (1996), “Réforme de la PAC e Uruguay round: vers une Europe libérale”, in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 275-294.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-didot Éditeurs.
- DICKENS, Peter (1996), *Reconstructing nature. Alienation, emancipation and the division of labour*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- DIRECÇÃO - GERAL do Desenvolvimento Rural (1997a), *Desenvolvimento Rural. Novas realidades e perspectivas*, Lisboa.

DIRECÇÃO - Geral do Desenvolvimento Rural (1997b) *Medidas agro-ambientais. Avaliação intermédia da execução e do impacto socioeconómico do programa de aplicação a Portugal continental – 1994-1996*, Lisboa.

DOBSON, Andrew (1995/1991), *Green political thought*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

DOMINGUEZ, La Calle, J.J e Arranz, Ana Velasco (1997), “La ruralité: un concept mort-né?”, in: Jollivet, Marcel (org.) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 45-75.

DOBSON, Daniel (1993), *Les villageois*, Paris, L’Harmattan (collection alternatives rurales).

DRAIN, Michel (1996), “Les mondes méditerranéens” in: Bonnamour, Jacqueline (org.), *Agricultures et campagnes dans le monde*, Paris, Sedes, pp.113-138.

DUBOST, Françoise (1998), *L’autre maison. La résidence secondaire, refuge de générations*, Paris, Éditions Autrement (Mutations, n° 178), pp. 7-9.

DUBOST, Françoise e Lizet, B. (1995) “Conclusion: pour une approche ethnologique du paysage” in: *Paysage au pluriel. Pour une approche ethnologique des paysages*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, pp. 224- 240.

DUNCAN, James (1993), “Sites of representation. Place, time and the discourse of the other”, in: Duncan e Ley, *Place/culture/representation*, London and New York, Routledge, pp. 39-56.

DUNCAN, James e Ley, David, (ed.) (1993), *Place/culture/representation*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

EIZNER, Nicole (1996), “posface” in: Jollivet e Eizner (dir.), *L’Europe et ses campagnes*, Paris, Sciences Po.

EUROPEAN Commission (1997), *Towards a common agricultural and rural policy for Europe*. Bruxelas.

FERRÃO, João (1991), “Terciarização e território: emergência de novas configurações espaciais?” in: *Análise Social*, Vol. XXVI (114), pp. 829-846.

FERRÃO, João (2000), “Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro” in: *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 33, pp. 45-54.

FERREIRA, Vitor Matias et. al. (2000), *Condição social, ambiente urbano e qualidade de vida na metrópole de Lisboa*, Lisboa, Observa.

FERRY, Luc (1993), *A nova ordem ecológica. A árvore, o homem e o animal*, Lisboa, Edições Asa

FIGUEIRA, Eduardo (1999), “Alqueva e o desenvolvimento local no Alentejo” in: *Alqueva, centro do mundo?*, Évora, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz.

FIGUEIREDO, E. e Martins, F. (1996), “Pensar verde – contributos para o estudo da formação de uma consciência ambiental em Portugal”, in: *Dinâmicas multiculturais – novos factos outros olhares*, Actas do II Congresso Luso-Agro-Brasileiro, Vol. II, Lisboa, ed. ICS/Universidade de Lisboa, pp. 417- 436.

FONSECA, Helder (1988), “Sociedade e elites alentejanas no século XIX”, in: *Economia e Sociologia*, n.º 45/46 pp. 63-106.

FONSECA, Helder Adegar (1996), *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

FREITAS, Eduardo et al. (1976), *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. Estruturas agrárias em Portugal Continental*, Lisboa, Presença.

FUMEY, Gilles (1997), *L’agriculture dans la nouvelle économie mondiale*, Paris, Puf (Collection major).

GARE, Arran (1995), *Postmodernism and the environmental crisis*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

GAUCHET, Marcel (1989), “Faut-il pleurer les paysans?”, in: *Le Débat*, Setembro.

GIORDANO, CHR. (1989), “La ruralité comme phénomène culturel, in : *Recherches sociologiques*, Vol. XX, n.º 3, pp. 403-422.

GRIGNON, Claude e Weber, Florence (1993), “Sociologie et ruralisme, ou les séquelles d’une mauvaise rencontre”, in: *L’agriculture dans les sciences*

*sociales : au-delà des spécificités*, Cahiers d'économie et sociologie rurales, n° 29, pp. 59- 74.

GUERREIRO, M. Gomes (1999), *O homem na perspectiva ecológica*, Faro, Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve.

HALFACREE, K. H. (1993), "Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural", in: *Journal of rural studies*, Vol. 9, n° 1, pp. 23-37.

HALFACREE, K. H. (1995), "Talking about rurality: social representations of the rural as expressed by residents of six English parishes", in: *Journal of rural studies*, Vol. 11, n° 1, pp. 1- 20.

HERVIEU, Bertrand (1996), "Ruptures identitaires et fondamentalisme agraire : vers une ère nouvelle pour la représentation professionnelle", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 133- 145.

HUREAUX, Roland (1993), *Un avenir pour le monde rural*, Boulogne Billancourt, Éditions Pouvoirs locaux.

ILBERY, Brian (1998), "Dimensions of rural change" in: Ilbery, Brian (ed.), *The geography of rural change*, Londres, Longman, pp. 1-10.

JACOBS, Michael (1997), "The new politics of environment", in: Jacobs, Michael (ed.), *Greening the millennium?* Oxford, Blackwell publishers, pp. 1- 17.

JACQUIN, Emmanuel (1996), "Suivi de la PAC: les conséquences d'une réussite", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 99-107.

JOLLIVET, Marcel (1996), "Les fondements agraires de l'Europe", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 15-34.

JOLLIVET, Marcel (1997), "Des campagnes paysannes au rural 'vert': naissance d'une ruralité postindustrielle", in: Jollivet, Marcel (org.) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L'Harmattan , pp. 77-125.

- JOLLIVET, Marcel (1997), "Introduction: Le rural et l'environnement: grille pour des analyses comparées", in: Jollivet, Marcel (org). *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L'Harmattan , pp. 11-16.
- JOLLIVET, Marcel (1997), "Les métamorphoses d'un rural incertain" in: Jollivet, Marcel (org.). *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L'Harmattan, pp. 351-371.
- JONES, Owain (1995), "Lay discourses of the rural: developments and implications for rural studies" in: *Journal of rural studies*, vol.11, n° 1, pp. 35-49.
- KAYSER (1990), *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris, Armand Colin.
- KAYSER *et al.* (1994), *Pour une ruralité choisie*, Marseille, Datar/éditions de l'aube (Monde en cours).
- KAYSER, Bernard (1996), *ils ont choisi la campagne*, Marseille, Datar/éditions de l'aube (Poche).
- LAINS, Pedro (1994), "O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990" in: *Análise Social*, Vol.XXIX (128), pp. 923-958.
- LAMARCHE (1994) (org.) *L'Agriculture familiale. Du mythe à la réalité*, II, Paris, L'Harmattan
- LAMARCHE, Hugues (1996), "Europe du Nord, Europe du Sud: le chassé-croisé de la course à l'intensification", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 77-98.
- LAWRENCE, Mark (1996), "Reading, writing, and the rural", in: *Journal of rural studies*, Vol. 12, n° 1, pp. 79-85.
- LEFORT, Isabelle (1997), *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*, Paris, Economica.
- LENCLAUD, Gérard (1995), "Ethnologie et paysage" in : *Paysage au pluriel. Pour une approche ethnologique des paysages*, Paris, éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- LESOURD, Michel *et al.* (1997), *Crises et mutations des agricultures et des espaces ruraux*, Paris, éditions du temps.

- LIMA, Aida Valadas de (1991), “Velhos e novos agricultores em Portugal” in: *Análise Social*, Vol. XXVI (111), pp. 335-359.
- LIMA, Aida Valadas de (2000), *Agricultura e ambiente. A aplicação das medidas agro-ambientais. Inquérito exploratório na região do Oeste*, Lisboa, Observa.
- LIMA, Jorge Ávila (1991), “As organizações agrícolas socioprofissionais em Portugal e a integração europeia (1974-85)”, in: *Análise Social*, Vol. XXVI (110), pp. 209-241.
- LITTLE, J. E Austin, P. (1996), “Women and the rural idyll” in: *Journal of rural studies*, nº 12, pp. 101-111.
- LOURENÇO *et. al.* (1992), “Imagens da integração: representações sociais sobre a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia” in: *Análise Social*, Vol. XXVII (118-119), pp. 955-974.
- LOWE, Philip *et al.* (1997), *Moralizing the environment. Countryside change, farming and pollution*, Londres, UCL Press.
- LOWENTHAL, David (1996), “Paysages et identités nationales”, in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 245-271.
- LUGINBUL, Yves (1989) “Au-delà des clichés. La photographie du paysage au service de l'analyse”, in: *Strates*, nº. 4, pp. 11-28.
- LUGINBÜL, Yves (1996), “ Représentation du paysage rural, représentation de la société : une lecture historique”, in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 217-243.
- MACNAGHTEN, Phil (1995), “Public attitudes to countryside leisure: a case study on ambivalence”, in: *Journal of rural studies*, Vol. 11, nº 2, pp. 135-147.
- MATHIEU, Nicole (1996), “Rural et urbain : unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter” in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 187-215.
- MATHIEU, Nicole (1996), “la notion ‘du rural profond’: à la recherche d'un sens ”, in : Béteille e Montagné-Villette (org.), *Le ‘rural profond’ français*, Paris, Sedes.

MANSINHO, Inês e Schmidt, Luísa (1997), “Réinventer le rural par l’environnement” in: Jollivet, Marcel (org.) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L’Harmattan, pp. 261-308.

MANSINHO, M. Inês e Schmidt, Luísa (1994), “A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico”, in: *Análise Social*, Vol. XXIX, (125-126), pp. 441-482.

MANSINHO, Maria Inês (1999), “Saber ler e escrever. Comunicar com os agricultores”, in: *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 30, pp. 165-192.

MARCHENAY, Philippe e Bérard (1996), “La construcción social de los productos de la tierra”, in: *Agricultura y sociedad*, nº 80-81, pp. 31-56.

MARIÉ, M. (1996), “Les terres et les mots : une trajectoire dans les sciences sociales”, in: Ostrowetsky (ed.), *Sociologues en ville*, Paris L’Harmattan, pp. 31-43.

MARQUES, Carlos (1999a), “A programação matemática: conceitos, potencialidades e aplicações no planeamento da empresa agrícola alentejana”, in: *Economia e Sociologia*, pp. 169-206.

MARQUES, Carlos *et al.* (1999b), “A componente ambiental do emprego na agricultura” in: Ferrão, João (Coord.), *Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas*, Lisboa, ICS.

MARSDEN, Terry *et al.* (1993), *Constructing the countryside*, Londres, UCL Press.

MARSDEN, Terry (1995), “Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces”, in: *Journal of rural studies*, Vol. 11, nº 3, pp. 285-296.

MARSDEN, Terry (1997), “Rural sustainability in Britain: the social bases of sustainability” in: Redclif, M. e Woodgate, G., (org.) *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp.467-478.

MARSDEN, Terry (1998), “Theoretical approaches to rural restructuring. Economic perspectives” in: Ilbery, Brian (ed.), *The geography of rural change*, Londres, Longman pp. 13- 30.

- MAYAUD, Jean-Luc (1996), "L'exploitation familiale ou le chaînon manquant de l'histoire rurale", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 57-76.
- MCHENRY, Helen (1996), "Farming and environmental discourses: a study of the depiction of environmental issues in a German farming newspaper", in: *Journal of rural studies*, Vol. 12, n° 4, pp. 375-286.
- MEDEIROS, Fernando (1992), "A formação do espaço social português: entre a 'sociedade-providência' e uma CEE providencial", in: *Análise Social*, Vol. XXVII (118-119), pp. 919-941.
- MENDRAS, Henri (1967), *La fin des paysans*, Paris, Sedes.
- MENDRAS, Henri (1976), *Sociétés paysannes. Éléments pour une théorie de la paysannerie*, Paris, Armand Colin.
- MENDRAS, Henri (1994), *La seconde révolution française 1965- 1984*, Paris, Gallimard.
- MORMONT, M. (1978), "L'espace rural comme enjeu social", in: *Recherches sociologiques*, Vol. IX, n.º 1, pp. 9-28.
- MORMONT, M. (1989), "Vers une redéfinition du rural", in: *Recherches sociologiques*, Vol. XX, n.º 3, pp. 331-350.
- MORMONT, M. (1990), "Who is rural? Or how to be rural or how to be rural", in: Lowe *et. al.* (org.), *Rural restructuring: global process and their responses*, Londres, David Fulton Publishers, pp. 21-44.
- MORMONT, Marc (1996), "Le rural comme catégorie de lecture du social", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 161- 176.
- MORMONT, Marc (1997), "A la recherche des spécificités rurales", in: Jollivet, Marcel (org.) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, Éditions L'Harmattan , pp. 17- 44
- MOUCHTOURIS, Antigone (1994), *Le féminin rural. Aspirations sociales et culturelles*, Paris, Éditions L'Harmattan.
- MURDOCH, Jonathan e Pratt (1993), "rural studies; modernism, postmodernism and the 'post-rural'", in: *Journal of rural studies*, Vol. 9, n° 4, pp. 411-427.

- MURDOCH, Jonathan e Marsden, Terry (1994), *Reconstituting rurality*, Londres, UCL Press.
- MURDOCH, Jonathan e Pratt, Andy (1994), "rural studies of power and the power of rural studies: a reply to Philo", in: *Journal of rural studies*, Vol. 10, n° 1, pp. 83-97.
- OBSERVA (1997/98), *Ambiente, sociedade e opinião pública*, folha informativa n.º 4 e 5.
- PAIS, José Machado et. al. (1976), "Elementos para a história do fascismo nos campos. A campanha do trigo- 1928-1936" in: *Análise social*, n.º 46
- PELLEGRINO, P. (1989), "Société rurale?", in: *Recherches sociologiques*, Vol. XX, n.º 3, pp. 423-431.
- PERRAUD, Daniel e Bonnet, Annie (1996), "Entre les contraintes des marchés et les hétérogénéités structurelles des agricultures nationales: le pari impossible ou les prémisses d'une inévitable réforme de la PAC ", in: Jollivet, Marcel e Eizner, Nicole, *L'Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 295- 316.
- PHILLIPS, Martin (1993), "Rural gentrification and the processes of class colonisation" in: *Journal of rural studies*, Vol. 9, n° 2, pp. 123-140.
- PHILLIPS, Martin (1998) "Theoretical approaches to rural restructuring. Social perspectives" in: Ilbery, Brian (ed.), *The geography of rural change*, Londres, Longman, pp. 31-54.
- PHILLIPS, Martin (1998), "The restructuring of social imaginations in rural geography", in: *Journal of rural studies*, Vol. 14, n° 2, pp. 121-153.
- PHILO, Chris (1992), "Neglected rural geographies: a review" in: *Journal of rural studies*, Vol. 8, n° 4, pp. 193- 207
- PHILO, Chris (1993), "Postmodern rural geography? A reply to Murdoch and Pratt", in: *Journal of rural studies*, Vol. 9, n° 4, pp. 429-236.
- PICÃO, Silva (1983/1903), *Através dos campos. Usos e costumes agrícolas-alentejanos*, Lisboa, Dom Quixote (Portugal de Perto).
- PIERCE, John T. (1996), "The conservation challenge in sustaining rural environments", in: *Journal of rural studies*, Vol. 12, n° 3, pp. 215- 229.

- PIRES, Borges (2000), *Agricultura e ambiente. Contradições*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária.
- PLET, Françoise (1997), “Les travaux des chercheurs de STRATES” in: *STRATES*, nº 9, pp. 165- 183.
- POULLE, François e Gorgeu, Yves (1997), *Essai sur l’urbanité rurale*, Paris, Syros.
- PRATT, Andy C. (1996), “Discourses of rurality: loose talk or social struggle?” in: *Journal of rural studies*, Vol. 12, nº 1, pp. 69-78.
- RAMBAUD, Placide (1995), *Les fondements de l’Europe agraire*, Paris, Éditions L’Harmattan (Collection alternatives rurales). Obra póstuma, apresentada por Lagrave, Rose-Marie e Vincienne, Monique.
- RAPOSO, Isabel (1998), “Apropriação dos modelos urbanos pelos grupos sociais rurais: a transformação da habitação em Alte” in: *Sociedade e Território*, nº. 25/26, pp. 64-79.
- REDCLIFTE, M. e Woodgate, G. (1997) “Sustainability and social construction” in: Redclif, M. e Woodgate, G., (org.) *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 55-70.
- REIS, Manuela e Lima, Aida Valadas de (1998), “Desenvolvimento, território e ambiente”, in: Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino (org.) *Portugal, que modernidade?* Oeiras, Celta, pp. 329-357.
- REIS, Manuela (1993), “Pós-latifundismo e desenvolvimento local” in: *Sociologia, Problemas e práticas*, nº. 13, pp. 75-92.
- REIS, Manuela (1999), “Cidadania e património. Notas de uma pesquisa sociológica”, in: *Sociologia- problemas e práticas*, n.º. 29, pp. 77-94.
- RENARD, Jean (1996) “La France”, in: Bonnamour, Jacqueline (org.), *Agricultures et campagnes dans le monde*, Paris, Sedes, pp. 51 –71.
- RIBEIRO, Manuela e Martins, Conceição (1996), “La certificación como estrategia de valorización de productos agroalimentares tradicionales; la alheira, un embutido tradicional de Trás-os-Montes”, in: *Agricultura y sociedad*, nº 80-81, pp. 313-331.

- ROMÃO, Ana (1995), *Espaços e contextos do despovoamento alentejano – O caso do Vimieiro*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, tese de mestrado.
- ROSAS, Fernando (1994), “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, in: *Análise Social*, Vol. XXIX (128), pp. 871-888.
- ROSAS, Fernando (2000), “Salazarismo e desenvolvimento económico nos anos 30 e 40”, in: Pinto, Costa (coord.), *Portugal contemporâneo*, Madrid, Ediciones sequitur, pp. 93- 110.
- SACHS, Wolfgang (1997), and “Sustainable development” in: Redclif, M. e Woodgate, G., (org.) *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 71-82.
- SARACENO, Elena (1994), “Recent trends in rural development and their conceptualisation”, in: *Journal of rural studies*, Vol. 10, nº 4, pp. 321-330.
- SEVILLA-GUZMÁN e Woodgate, G. (1997), “Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology” in: Redclif, M. e Woodgate, G., (org.) *The international handbook of environmental sociology*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 83 - 118.
- SHORT, John Rennie (1991), *Imagined countryside. Society, culture and environment*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- SILVA, Augusto Santos (1997), *Palavras para um país*, Oeiras, Celta editora.
- SILVA, Carlos (1980) “Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal. Tentame de enquadramento dos factores da sua formação” in: Afonso de Barros (org.) *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, M. Luísa Mercês de Mello de Alarcão (1993) “Alexandre Herculano (1810-1877). Agricultor ribatejano e as actividades agro-alimentares” in: *Vida Rural*, n.º 22 pp. I- VIII.
- SCHMIDT, Luísa (1996), “A emergência do ambiente: como valor social?” in: *Dinâmicas multiculturais – novos factos outros olhares*, Actas do II Congresso

Luso-Agro- Brasileiro, Vol. II, Lisboa, ed. ICS/Universidade de Lisboa, pp. 447-466.

SMITH, Andy (1997), "Europe, secteurs économiques et développement rural" in: *Économie Rurale*, Mars-Avril, n° 238, pp. 9- 13.

THANNBERGER-GAILLARDE, Élisabeth (1999), "Contrat agri-environnemental: un outil pour quelles coordinations ? ", in: *Économie rurale*, n° 249, Janeiro- Fevereiro, pp. 34-40.

THIEBAUT, Luc (1999), "Mesures agri-environnementales et politiques d'environnement. Intégrations, complémentarités et décalages", in: *Économie rurale*, n° 249, Janeiro- Fevereiro, pp. 11-18.

VALENTINE, Gill (1997), "A save place to grow up? Parenting, perceptions of children's safety and the rural idyll", in: *Journal of rural studies*, Vol. 13, pp. 137- 148.

VANDERMEERSCH, Marc (1996), "Nouvelles occupations, nouvelles entreprises et nouvelles images de l'espace rural délaissé" in: Béteille, Roger e Montagné-Villete (org.), *Le 'rural profond' français*, Paris, Sedes, pp. 145.150

VAUDOIS, Jean (1996), "Entre marchés, territoires et politiques: problèmes des agricultures des régions de hautes densités de l'Europe du Nord-Ouest" in: Bonnamour, Jacqueline (org.), *Agricultures et campagnes dans le monde*, Paris, Sedes, pp. 297-316.

VOYÉ, Liliane (1989), "Le rural: questions pour une sociologie de la connaissance", in: *Recherches sociologiques*, Vol. XX, n.° 3, pp. 463-466.

WARREN, Karen (ed.) (1994), *Ecological feminism*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

YTHIER, Bruno (1995), "Espace rural, paysage et patrimoine. Les terrasses de Blesle en Auvergne", in : *Paysage au pluriel. Pour une approche ethnologique des paysages*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pp. 19- 34.

